

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

João Victor Bessa Prado

as ciências sociais e a transição democrática no brasil

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

João Victor Bessa Prado

as ciências sociais e a transição democrática no brasil

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais (Política), sob a orientação do Prof. Dr. Edson Passetti.

São Paulo

2021

Banca Examinadora

Agradecimentos

Ao Edson, por ser um o-ri-en-ta-dor com todas as letras, pelos setes anos de ensinamentos e especialmente pela paciência.

Aos meus pais, João Alberto e Claudia, por terem acreditado na minha escolha pelas Ciências Sociais e pela docência (apesar de todas as dúvidas), pelo apoio incondicional, acompanhado de conselhos e puxões de orelha. Ao Marcelo e à Débora, primos-irmãos, confidentes, conselheiros, que me acolheram em sua casa nos momentos mais difíceis da vida e da pandemia. Ao padrinho Eduardo e à tia Sara, por toda a ajuda na reta final.

À Carmen Novaes e ao Igor Kaizo, pelas trocas, sugestões, orientações e conselhos. À Adriana Martinez por nunca esquecer de mim e por toda a força e os conselhos dados. Ao Bruno Maschio, por ser exemplo de pesquisador, de quem diz “sim” à vida. Ao Lucas Miranda, bailarino nietschezeano, pelas nossas conversas cósmicas, conspirações e inspirações. Ao Gustavo Cadaval, pelas trocas de experiências e pelos pães.

Aos demais amigos que conheci ao longo destes oito anos de PUC-SP: Matheus Marestoni, Victor Osório, Flávia Lucchesi, Maurício de Souza, Marcelo Novaes, Gustavo Vieira, por compartilharem momentos, ideias, histórias, cigarros e litros de mojito.

Aos amigos da vida: Vitor Placucci, Frederico Davis, Mario Pacheco, João Marcos Guirau, Raquel Rodrigues, Mariana Ribas, por terem aguentado minhas reclamações e especialmente pela compreensão em todos os momentos em que a pesquisa forçou a me ausentar do convívio com vocês.

À Melissa, que apesar de ter entrado em minha vida na reta final desta pesquisa, foi de fundamental importância por tudo: pelo amor, cuidado, companheirismo e compreensão.

Ao Paulo Cesar dos Santos, por ajudar a me compreender, organizar e curar.

À professora Vera Chaia e ao professor Marco Antônio Arantes pelas sugestões na banca de qualificação.

Aos funcionários da ANPOCS, por terem me recebido de portas abertas, disponibilizando documentos e livros que enriqueceram em muito esta pesquisa.

À Kátia Cristina da Silva, por toda a ajuda com as questões burocráticas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Na presente pesquisa, partimos da hipótese de que os debates promovidos pelas Ciências Sociais brasileiras ao longo do período da transição democrática, situaram-se em torno das temáticas da consolidação ideológica dos partidos, e do aumento dos canais de participação popular nos espaços de tomada de decisão. Para averiguá-las, definimos três instituições (junto de suas respectivas revistas) fundamentais para se pensar a presença das Ciências Sociais no processo de redemocratização: o CEBRAP (pela revista Novos Estudos CEBRAP), o CEDEC (pela revista Lua Nova) e a ANPOCS (pelos periódicos RBCS e BIB). Por meio da história-política de procedência foucaultiana, tecemos o primeiro capítulo pelas relações estabelecidas entre os intelectuais e o Estado ao longo do século XX, apontando para interpretações distintas sobre a democracia: a dos anarquistas, dos juristas autoritários (1920-1930), dos nacional-desenvolvimentistas (1950-1960) e dos cientistas sociais (1970-1980). Partindo da arqueologia foucaultiana, no segundo capítulo analisamos os artigos das revistas mencionadas, selecionados para acompanhar qual democracia os intelectuais almejavam para o futuro do país. Totalizando trinta e nove artigos, a análise confirmou parcialmente as hipóteses levantadas, pois, apesar dos temas terem surgido, questões mais específicas ganharam maior destaque no debate, como a participação da sociedade civil e as responsabilidades da Assembleia Nacional Constituinte, e menos a dos partidos, sobre o processo de transição.

Palavras-chave: intelectuais, Estado, Ciências Sociais, democracia, Constituição de 1988.

ABSTRACT

We start this research from the hypothesis that the debates promoted by the Brazilian Social Sciences throughout the period of the democratic transition, were situated around the themes of the parties ideological consolidation, and the growth of channels for popular participation in the decision-making spaces. To investigate them, we defined three fundamental institutions (along with their journals) to think about the Social Sciences presence in the redemocratization process: CEBRAP (through the journal *Novos Estudos CEBRAP*), CEDEC (through the journal *Lua Nova*) and ANPOCS (through the *RBCS* and *BIB* journals). Through the political history of foucaultian provenance, we build the first chapter by merging the relations between intellectuals and the State throughout the 20th century, pointing out to different interpretations of democracy: that of anarchists, authoritarian jurists (1920-1930), of the developmentalists (1950-1960) and social scientists (1970-1980). Departing from Foucault's archeology, in the second chapter we analyze the articles in the aforementioned magazines, selected to monitor which kind of democracy the intellectuals aspired for the country's future. Totaling thirty nine articles, the analysis partially confirmed the hypotheses, since, despite the themes emergence, more specific issues gained greater prominence in the debate, such as the civil society's participation and the National Constituent Assembly responsibilities, and less that of the parties, within the transition's process.

Key words: intellectuals, State, Social Sciences, democracy, 1988 Constitution.

sumário

introdução.....	8
capítulo 1 – os intelectuais e o estado.....	17
o nacionalismo autoritário e suas confluências.....	17
desordem social e modernização conservadora.....	18
vargas: a organização e identidade cultural.....	37
os limites do desenvolvimentismo.....	58
nacional-populismo e soberania nacional.....	58
ditadura civil-militar: da revolução popular ao “descobrimento” da sociedade civil.....	72
capítulo 2 – cebrap, cedec e anpocs: a produção em torno da transição democrática.....	100
da descompressão à redemocratização.....	100
impasses e entraves de uma negociação (1978-1982).....	101
o retorno à democracia: entre perspectivas promissoras e olhares pessimistas (1983-1985).....	110
a consolidação da democracia e a redação da constituição.....	144
tensões e disputas em torno da a.n.c. (1986-1988).....	144
desfechos e repercussões do debate na constituição de 1988.....	214
considerações finais.....	216
referências bibliográficas.....	222
ANEXO A – eixos temáticos dos artigos selecionados para análise.....	233
ANEXO B – quadro síntese: visões de democracia dos autores estudados.....	235

introdução

A presente pesquisa versa sobre a produção de saberes das Ciências Sociais entre 1980 e 1988 relativa à transição democrática no Brasil. Para tanto, os artigos das revistas *Novos Estudos CEBRAP*, *Lua Nova* (do CEDEC), *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS* (ambas produzidas pela ANPOCS), foram abordados em perspectiva arqueológica. Trata-se de adentrar na disciplina para dela extrair uma nova perspectiva, retomando aquilo que foi esquecido, apagado, obscurantizado durante a produção de sua história oficial. Opondo-se à linearidade progressiva da História das Ideias, o método arqueológico propõe intercalar os discursos dos saberes com o das instituições, buscando compreender como ambas surgem e se transformam nesse processo. Trata-se, enfim, de procurar as proveniências, nunca a “origem” dos acontecimentos; de revelar a especificidade do dito e o que há de implícito nas verdades produzidas. Trata-se, enfim, de encontrar as regras que regem práticas discursivas (FOUCAULT, 2015).

Com Foucault (2008a, 2014a), compreendemos como, dentro do processo de governamentalização do Estado, este assumiria, dos anos 1930 em diante, a centralidade cada vez maior das preocupações de políticos e intelectuais, permitindo que, com a chegada dos anos 1980, a temática da democracia e, com ela, do Estado de direito e da sociedade civil se constituiriam enquanto universais dentro do debate acadêmico. A partir daí, compreendemos que a racionalidade neoliberal pôde se acoplar à democracia como meio de assegurar as liberdades individuais produzidas pelo mercado, servindo de base jurídico-política para sua sustentação. Se o interesse fundamental dos neoliberais residia na constituição do indivíduo enquanto empreendedor de si – aquele que analisa todos os aspectos da vida a partir do cálculo empresarial – a democracia seria, de início, o meio encontrado para incorporar um sistema legal simultaneamente capaz de proteger a concorrência no âmbito econômico, e garantir a condizente participação política.

A escolha das revistas se deu pelos centros de pesquisa e associação que as fundaram. Nascidas durante o regime civil-militar no Brasil, essas instituições foram de fundamental importância para o avanço dos debates e negociações em torno da redemocratização. Assim, a *Novos Estudos CEBRAP* seria responsável por novos olhares

para a realidade brasileira, pautando-se na formação de seus colaboradores, que articulavam Ciência Política, Sociologia e Economia. A Lua Nova, por sua vez, seria a porta de entrada para o tema dos movimentos sociais à toda uma geração de pesquisadores. Finalmente, apesar de não terem empregado uma grande mudança epistemológica no campo das Ciências Sociais, a RBCS e o BIB, produzidos pela ANPOCS, tiveram a importância de integrar a estrutura de produção da grande organização de âmbito nacional das Ciências Sociais no Brasil.

O foco na produção de artigos se baseia em diversos autores (FORJAZ, 1997; LESSA, 2011; CANEDO, 2015; LIMONGI, ALMEIDA, FREITAS, 2016; ROCHA, 2017) que demonstram como este meio de divulgação passou a se tornar predominante dentro das Ciências Sociais brasileiras na virada dos anos 1970-1980. Além disso, a escolha das revistas seguiu o critério da relevância acadêmica e política que as instituições que as produziram tiveram no contexto da transição desde 1985. Assim, se o CEBRAP foi o centro dinamizador impulsionando as negociações entre os intelectuais e os militares, e o CEDEC foi o principal centro de pesquisa a nascer sob a égide das preocupações em torno da democracia porvir, a ANPOCS foi a representante dos cientistas sociais, estabelecendo pontes entre o regime e os programas de pós-graduação a ela filiados, especialmente no tocante às políticas de financiamento à pesquisa. Com esse recorte, não se reduz a importância de centros como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) ou o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), porém, dada a restrição da pesquisa aos artigos e o limite temporal da análise, deu-se preferência à análise da produção dessas três instituições.

A opção pelo estudo exclusivo de artigos se deu pela influência acadêmica estadunidense sobre estes intelectuais, tendo em vista que, dentre aqueles e aquelas que alcançaram maiores destaques na área, uma parcela considerável realizou doutorado imersa naquela cultura acadêmica, que prima pelos valores da democracia liberal. De certa maneira, os recém doutorados e os já doutores que realizavam intercâmbios com professores e instituições dos EUA, foram *treinados* para auspiciar a transição democrática no Brasil. Em sua volta ao país, que ainda se encontrava sob a ditadura civil-militar, acabaram por assumir esta *missão* de estabelecer conexões – tanto no meio acadêmico quanto político – visando justamente preparar a reintrodução da democracia.

Se as negociações para a “distensão” já haviam sido abertas em 1974 pelos militares, foi nos anos 1980 que se concretizaram tanto a transição democrática (1985) quanto a redação e promulgação da nova Constituição (1988). Os quatro periódicos analisados tiveram suas primeiras edições em anos distintos: a BIB (da ANPOCS) passou a ser publicada a partir de 1977, a Novos Estudos CEBRAP em 1981, a Lua Nova em 1984 e a RBCS (também da ANPOCS) em 1986. Entretanto, visando uma análise que contemple de forma balanceada as produções das três instituições, decidimos iniciar o estudo dos artigos a partir de 1980.

Tendo em vista que o cenário político do período exigia de certa forma discutir as possibilidades de saída da ditadura, a predominância da temática da democracia no debate acadêmico não foi uma surpresa. A seleção dos artigos analisados passou por três critérios: (1) serem publicados única e exclusivamente dentro das quatro revistas já mencionadas, (2) no período entre 1980 e 1988, e (3) deveriam, a partir de seus títulos, se encaixar em um de quatro eixos temáticos: Abertura (ou transição), Constituição, Democracia e Cidadania. Fundamentalmente, a seleção passou pelo crivo dos trabalhos que claramente demonstram preocupação com o futuro da democracia no país, com os possíveis rumos que a transição e a Constituinte poderiam tomar, assim como com as variações que os mecanismos republicanos poderiam assumir. A opção por fazermos dos títulos o primeiro crivo de seleção se deu pelo fato de que apenas os artigos da Novos Estudos Cebrap apresentavam resumo. Dessa forma, a leitura de todos os artigos seria inviável. Porém, utilizando-nos desse recurso, pudemos selecionar uma miríade reduzida de artigos, aí permitindo sua leitura e a subsequente exclusão daqueles que, apesar do título, não iam de encontro aos nossos propósitos de análise. Seguindo esses critérios, no Anexo A encontra-se a compilação de todos os artigos selecionados para análise, dentre as revistas escolhidas que somaram trinta e nove (39) artigos no total.

A escolha dos eixos temáticos se deu, em primeiro lugar, com base no tema central do trabalho – qual seja, o da transição democrática e da redação da Constituição no contexto dos anos 1980 (o que justifica a existência dos três primeiros eixos) –, e, em segundo, nas hipóteses levantadas sobre a preocupação dos intelectuais com os partidos e a participação (o que justifica a existência do eixo de Cidadania). A seleção dos artigos (pela presença destas palavras-chave no título) se deu em vista das limitações de tempo impostas pela pesquisa de Mestrado, a partir das quais optamos por uma abordagem mais

direta. Compreende-se que alguns artigos podem ter ficado de fora do escopo de análise por não terem essas palavras-chave no título, mas isso não prejudicou a produção discursiva.

Apesar de crucial para a compreensão do período da transição democrática no Brasil, as aproximações temáticas e políticas das Ciências Sociais para com a definição dos rumos do Estado não eram novidade nem mesmo nos anos 1970. Ao analisar seus baixos começos no país, principalmente nas áreas de Sociologia e Ciência Política, nota-se como a produção do saber esteve parametrada pelos interesses do Estado brasileiro, assim como por aqueles provenientes das disputas externas em torno do domínio internacional. Num primeiro momento, ao ter sido transportada para a América Latina, a Sociologia acabou por assumir como preocupação histórica principal as questões envolvendo a constituição e consolidação do Estado e da nação (TAVARES-DOS-SANTOS, BAUMGARTEN, 2005). Dentro desta reconfiguração do “papel social” assumido pelos intelectuais, no Brasil de fins do século XIX e início do XX, a organização institucional do Estado, a formação da nação e a definição de sua “identidade cultural”, eram tidas como temáticas centrais (PRADO, 2008; LESSA, 2011).

A transição político-militar ocorrida em 1930, estabeleceu um marco no que tange à institucionalização da burocracia estatal e ao aumento do alcance do raio de ação do governo, tanto em âmbito econômico quanto social. Encabeçada por Getúlio Vargas, pelos militares e civis que o sustentavam, operou-se a passagem para um Estado autocrático, centralizador, tecnocrático, intervencionista e corporativo, mudança que não deixou de formar (e ser formada) por intelectuais do período. Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade e Gustavo Capanema foram incumbidos de entender quais eram os limites (históricos, sociais, econômicos e políticos) que impediam a constituição de uma nação integrada e moderna nos termos do nacionalismo autoritário, que rumasse para o progresso educacional, cultural e urbano-industrial.

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, o *desenvolvimento* se torna o conceito-chave nas esferas governamentais e intelectuais das décadas de 1950 e 1960, entendido enquanto a melhor utilização possível dos recursos econômicos, naturais e humanos disponíveis na promoção da industrialização e da educação. Durante o período, coube a intelectuais como Celso Furtado e Hélio Jaguaribe “a realização de estudos e a formulação de políticas de planejamento econômico e social” (PRADO, 2008: 23). Ainda durante

este período, é preciso registrar o papel fundamental que exerceu Florestan Fernandes na padronização metodológica do trabalho científico dentro da disciplina, em especial na área da Sociologia que, a partir da repercussão de seus trabalhos, se tornaria, das três, a área mais disputada dentro do mundo das Ciências Sociais – tanto na parte acadêmica quanto na burocrática.

A partir do golpe de 1964, as relações entre o Estado e a universidade se tornaram menos amistosas, pois muitos professores foram compulsoriamente demitidos de universidades por conta de seus posicionamentos políticos contrários à ditadura. Porém, aproximações não deixaram de existir. Alguns daqueles que não apoiavam a ditadura passaram a se concentrar em núcleos universitários e em centros independentes financiados por agências estatais e privadas. Em outras palavras, mesmo expulsos das instituições de ensino, contrários à ditadura e produzindo trabalhos que demonstravam tal oposição, estes intelectuais aceitavam o financiamento do Estado (especialmente através da agência Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, fundada em 1967) e de fundações como a estadunidense Ford Foundation. Esta, operando à época praticamente como um braço do Departamento de Estado dos EUA, estabeleceu com este, a partir de fins dos anos 1940, compromissos na área da política externa do país. Dentre eles, destacavam-se a missão de disseminar uma “política de defesa planetária” e o combate militar-propagandístico aos soviéticos; o encadeamento entre as ações diplomáticas e das organizações não-governamentais; a participação ativa destas mesmas organizações na política externa estadunidense; o auxílio técnico e educacional ao desenvolvimento de países do “Terceiro Mundo”; e o aumento de verbas para o exército dos Estados Unidos (CHAVES, 2015). Em outras palavras, criticavam-se a repressão e o imperialismo, porém eram aceitos recursos de ambas as partes.

Enquanto agência que mais recebeu investimentos no período – especialmente da Fundação Ford – o CEBRAP, fundado em 1969 por Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais perseguidos pelos militares, foi talvez o grande exemplo de instituto independente que operou dentro desta lógica pendular, de oposição aos militares ao mesmo tempo em que era também financiado por este governo. Assim, se houve, por um lado, repressão a “setores da comunidade científica e acadêmica mais ativamente oposicionistas, por outro lado, o regime civil-militar possibilitou a ampliação de uma rede de instituições ligadas à Ciência e Tecnologia nas quais diversos grupos de cientistas

sociais conseguiram se insinuar” (FORJAZ, 1997). Não havia contradição: apenas uma política de controle, de assimilação de inteligências para a produtividade do mercado, “limpando o terreno” de possíveis contestadores visando o avanço sem impedimentos do Estado democrático (NU-SOL, 2016). O CEBRAP, apesar da força econômica, passa a perder coesão interna a partir de 1976, além da força política em suas análises, que começam a ser sobrepujadas pelas produções dos cientistas políticos que voltavam como doutores dos Estados Unidos (PRADO, 2008: 56-57).

Neste novo contexto, politólogos como Fábio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos e Elisa Reis, entre outros – ao estudarem em universidades estadunidenses como Harvard, Stanford e MIT, – tomam conhecimento dos processos de insulamento acadêmico e profissionalização disciplinar pelos quais a Ciência Política havia passado naquele país. Integrados a redes internacionais de pesquisadores e treinados dentro da ortodoxia científica estadunidense de cunho empirista, eles deixaram de lado as análises de classe e do estruturalismo. Em detrimento destas, favoreceram a “teoria da modernização”, focada na psicossociologia dos comportamentos de eleitores e elites no campo político, fundamentando-se em pesquisas quantitativas (baseadas estatisticamente em *surveys*) e de política comparada. Na volta à terra natal, ao se oporem à tradição acadêmica instaurada por Florestan Fernandes, tornaram-se responsáveis pela remodelação do campo das Ciências Sociais em seus padrões temáticos, de produção e profissionalismo ao longo da década de 1980.

Dentro deste contexto, a democracia, ou melhor, os meios possíveis de superar o autoritarismo dentro do contexto latino-americano, transforma-se em um dos principais focos de suas análises e não por influência de questões de ordem exclusivamente acadêmica. Se as relações entre saber e poder (FOUCAULT, 2014) constituem-se enquanto vias de mão dupla, isso se dá na medida em que o poder, produzindo saberes que o auxiliem em sua reprodução, ao mesmo tempo os vê erigir conhecimentos que possibilitam a construção de novos mecanismos de governo. O Estado é tão importante para a garantia do financiamento de centros acadêmicos – e, com isso, do prestígio dos intelectuais envolvidos – quanto estes são fundamentais para pensar as reformas necessárias a continuidade do *bom governo*.

Tendo em vista o contexto político das Américas no período, a análise destas relações se torna fundamental na medida em que, além de terem se tornado doutores no

EUA, muitos dos intelectuais responsáveis pela institucionalização da Ciência Política brasileira também defenderam suas dissertações de mestrado no Chile. Ora, além desta ponte, Chile e EUA compartilharam um aspecto político fundamental: ambos assistiram, entre as décadas de 1970 e 1980, a ascensão do neoliberalismo. Se a ditadura comandada por Augusto Pinochet, iniciada em 1974, foi o grande laboratório das ideias de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, pela Escola de Chicago, alguns anos depois, em 1981, Ronald Reagan (então presidente dos EUA) afirmava em discurso que: “Nesta presente crise, o governo não é a solução para nosso problema; o governo é o problema” (REAGAN, 1981). O cenário político dentro do qual os politólogos brasileiros produziram seus trabalhos sobre a transição democrática era, portanto, o de ascensão da racionalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008) em escala global. Racionalidade, e não ideologia, pois, o que se produziu a partir das experiências chilena e estadunidense na América do Sul foram novos meios para atingir fins específicos. Quais fins? Dar nova força ao liberalismo, conferir ao capitalismo um horizonte, uma utopia. Como alcançá-los? Reduzindo o papel do Estado na economia e os impostos, incentivando o aumento da produtividade entre os trabalhadores e disseminando a democracia enquanto a melhor via política para o estabelecimento da moldura jurídica ótima ao funcionamento da livre concorrência no mercado.

Neste contexto político no qual os politólogos brasileiros realizaram suas produções sobre a democracia, o objetivo central desta pesquisa foi o de compreender quais as relações que se estabeleceram entre essa produção intelectual e a ascensão daquela racionalidade. Em outras palavras, o que atravessava aqueles artigos que, mesmo sem intenção explícita, ressoava positivamente diante da disseminação do neoliberalismo? Tomando este momento-chave da história do século XX como referência, pretende-se compreender a postura assumida pelos intelectuais diante dos dilemas produzidos pelo período. Para tal, almejamos a proposição de um olhar no interior deste debate em torno da democracia, sobre o posicionamento dos intelectuais dentro destas disputas políticas. Um olhar que deixe um pouco de lado as análises mais “otimistas” quanto ao período que marcou o retorno legal da democracia ao país e que, ao contrário, privilegie a possibilidade de compreensão dos acontecimentos do período dentro da lógica da racionalidade neoliberal (Idem, 2008), este conjunto de técnicas e mecanismos que, aliados aos sistemas democráticos contemporâneos, redimensionaram o controle das condutas dos cidadãos para a defesa – praticamente uníssona – deste

sistema de governo. Se as temáticas do sistema político (parlamentarismo/presidencialismo e tempo de mandato) e dos direitos (civis, políticos, econômicos e sociais) estavam presentes nas instâncias de debate do governo federal, permanecia a pergunta: qual democracia eles almejavam durante a década de 1980?

A partir da análise da produção desta geração de “maníacos da democracia” – como foram caracterizados os fundadores da ANPOCS por Francisco Weffort (ANPOCS, 2016: 17min. 44sec.)¹ –, seremos capazes de entender como se deram as relações, trocas e incitações entre os campos político e acadêmico durante os anos 1980, e como as produções do primeiro influenciaram os debates do segundo, dados estes em torno da transição à democracia. Assim, recuperando a disciplina em suas origens e a partir do enfrentamento a estes “teóricos da democracia”, que reconfiguraram os parâmetros metodológicos, produtivos e organizacionais da disciplina, entendemos que a relevância deste trabalho encontra-se na possibilidade de compreendermos as Ciências Sociais e Políticas hoje, especialmente em sua tendência a tomar o *Estado democrático de direito*, sua perpetuação e desenvolvimento, como temas próprios e valorizados de pesquisa (TAVARES e OLIVEIRA, 2016).

Baseados em um ano de pesquisas já realizadas, e fundamentados em alguns dos autores que mais debateram a democracia no período (CARDOSO, 1988; WEFFORT, 1988; KINZO, 1990; LAMOUNIER, 1990, TÓTORA, 1998), partimos da *hipótese* de que teriam sido dois os temas mais discutidos pelos intelectuais brasileiros. Primeiro o da necessidade de intensificar a institucionalização dos partidos, assim como o da abertura real para a participação popular nos processos de tomada de decisão governamental. Estes, por sua vez, teriam repercutido diretamente na redação do Preâmbulo e do primeiro capítulo da Constituição, que tratam, justamente, dos direitos individuais e sociais, e da organização dos partidos e do Estado. Resumidamente, a questão-chave do período parece ter girado em torno da preocupação em “civilizar” a democracia brasileira pela incorporação das vozes e demandas da sociedade civil ao jogo político institucional (problema de convocação e efetivação da participação popular), assim como à organização dos partidos com vistas a superação de suas raízes “artificiais” (dada a sua incapacidade de representar “interesses sociais” e a instabilidade de sua “identidade ideológica”), individualistas e enfraquecidas perante o poder de decisão do Executivo

¹ Instituição da qual ele foi o primeiro presidente.

(principalmente no que diz respeito ao controle orçamentário e dos rumos das políticas sociais).

Diante de tais problematizações, o trabalho será dividido em dois Capítulos distintos. Baseado na obra de Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil* (Pécaut: 1990), assim como em artigos da coletânea produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC: [1997]) sobre a Era Vargas (seus antecedentes e repercussões), o primeiro capítulo é dedicado à análise das intersecções históricas produzidas ao longo do século XX entre as preocupações e disputas sócio-políticas do Estado brasileiro, e as principais temáticas trabalhadas por cada geração de intelectuais. A partir destas fontes e de uma série de artigos complementares, analisei como essas dimensões da história política brasileira se relacionam em meio às trocas entre o saber e o poder, configurando distintas gerações de intelectuais, respectivamente preocupados com organização social (1920-1930) e com a mudança social (1950-1960). O segundo capítulo, por sua vez, abarca a parte empírica do trabalho, conjugando a análise dos artigos ao contexto político e acadêmico na passagem dos anos 1970 aos 1980, para depois compreender em que medida os debates propostos pelos cientistas sociais repercutiram na redação do texto final da Constituição de 1988. Nele, retomaremos a tese de Silvana Tótoro (1998) para debater como cada instituição e pesquisador se posicionou no tocante ao futuro da democracia que almejava.

capítulo 1 – os intelectuais e o estado

o nacionalismo autoritário e suas confluências

Um dos autores mais influentes das primeiras décadas do século XX no Brasil, Alberto Torres talvez seja o que melhor condensou as grandes questões que entrariam em voga no debate intelectual nos anos 1920 e 1930. Formado em Direito, seguiu – assim como seu pai e irmãos – a carreira política, iniciando-a como deputado (estadual e depois federal) nos últimos anos do Império, período no qual assumiria suas posturas nacionalistas diante das disputas no Congresso sobre a política de comércio exterior. Ministro do Interior e presidente do estado do Rio de Janeiro na transição para a chamada República Velha, foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1901 a 1909. Escrevendo suas principais obras entre 1914 e 1915, o pensamento de Torres (que viria a falecer dois anos depois) foi a grande referência de uma geração de intelectuais que viveram a transição da chamada Primeira República para a Era Vargas.

Ao mesmo tempo em que nutria uma certa nostalgia pela centralização do Império, Alberto Torres não compactuava com os postulados do liberalismo brasileiro dos 1800. Defendendo o ressurgimento do Poder Moderador (rebatizado por ele de Poder Coordenador), havia se convertido em um nacionalista convicto da necessidade de que, para conduzir o país rumo à modernidade, seriam necessários o fortalecimento do poder Executivo e a transformação do Legislativo em uma instância de representação das categorias profissionais (representação de estilo corporativista, portanto). Diante dos “frutos malignos” da modernização – nomeadamente a desagregação e marginalização sociais, a “decadência moral” e “degeneração do espírito” –, Torres mantinha uma preocupação constante com a conformação da coesão social. Difusor da tese da vocação agrária do país e fazendo o elogio à miscigenação enquanto marca de nossa cultura, ele via com maus olhos a crescente entrada de estrangeiros. Acreditava também que os intelectuais deveriam se constituir em força política e participar da organização da sociedade. Para tal, seria fundamental o domínio da *Sociologia*, a ciência do social e do Estado (SOUZA, 2005).

Colocando-se enquanto *elite dirigente*, caberia a eles (os intelectuais) delimitar os contornos do que seria a política propriamente brasileira, que deveria responder às características e trejeitos do povo, às heranças e tradições, à composição racial, às riquezas da terra. Não bastava, portanto, importar modelos e procedimentos do exterior. A nação, para ser constituída, precisaria dos intelectuais para pensar e construir uma política à la brasileira, um sistema que se fundasse nas raízes culturais da nação.

A conversão ao nacionalismo, é claro, não fora um movimento individual de Torres, mas o início de um processo de questionamento dos valores e sistemas liberais, que não deixaria de invadir a cultura brasileira, especialmente a partir de 1915. Como resultado da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a questão da defesa nacional (que ganharia destaque no início dos anos 1920) também serviria para inflar esses sentimentos. Ganhando influência pela crítica aos regimes democráticos, as vertentes nacionalistas do início do século XX se reuniram em torno de propostas de centralização política, proteção e fortalecimento da indústria e da valorização das tradições culturais. Inserido em um contexto de crescentes conflitos sociais, atraso político e econômico, o *nacionalismo autoritário brasileiro* (FAUSTO, 2001) ganharia preeminência nos debates e embates nacionais pela mescla que seus ideólogos produziram entre autoritarismo político, progresso socioeconômico e conservadorismo moral.

desordem social e modernização conservadora

Preocupadas com a *modernização* do país, esse projeto ressoaria de forma ampla entre as camadas cultas e elites brasileiras, na medida em que apresentava uma solução rápida para a integração ao mundo urbano-industrial. Porém, no entendimento dos grupos que visavam essa transformação, para alcançar esse objetivo enquanto país de independência recente, o Brasil precisaria antes conhecer sua *identidade*, o que o tornava singular perante as demais nações. Para tal, seria preciso, simultaneamente, valorizar e questionar a cultura, descobrir como integrar os valores e tradições aos novos tempos, definir o que deveria ser mantido e o que deveria ser transformado. Demandava-se, para o sucesso de tal processo, que os intelectuais assumissem um papel de comando.

Não à toa a Semana de Arte Moderna de 1922 obteve tamanha repercussão. Propondo o rompimento com os padrões estéticos convencionais em um plano geral, o

Modernismo brasileiro apontava para a urgência de se negar os modelos europeus em favor da valorização do que vinha de dentro. Inserida nas comemorações do centenário da Independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna seria palco para as mais variadas correntes do Modernismo. Dentre elas, a que melhor respondia aos anseios das elites favoráveis à modernização era a denominada *corrente verde-amarela*, que fez confluírem o nacionalismo autoritário aos preceitos modernistas de valorização do nacional. Composta pelos escritores paulistas Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho, sua visão da modernidade era a visão que condicionava a independência cultural e política do país² à defesa do autoritarismo político e do conservadorismo moral. Assim, mostrava-se desde o começo que o Modernismo, por mais que buscasse promover o cosmopolitismo e a reconciliação entre as nações, acabou, ao contrário, por estimular a construção de símbolos e o fortalecimento de sentimentos nacionalistas fomentados pela guerra. A partir daí, o “processo civilizatório” nacional passaria cada vez mais pela necessidade de intervenção de uma elite intelectual no “abrasileiramento” do povo e do Estado (SILVA, [2009]).

Em meio às especificidades da conjuntura do país, a questão da modernização não seria apenas uma resposta a disputas bélicas ou econômicas no âmbito internacional, mas um meio concreto de contraposição às oligarquias rurais que dominavam a política federal, e sua condução (tida como) inábil das questões socioeconômicas. Com o país atravessando um período de intensas transformações, as críticas às escolhas políticas das elites paulistas e mineiras girariam em torno de dois fatores principais: a intensificação da urbanização e as estratégias utilizadas por ambas no controle do Executivo federal.

No primeiro caso, o crescimento acelerado da malha urbana das grandes cidades (em parte apartado do controle estatal) foi produto de três processos distintos, cada qual tendo seu peso na formação da opinião das chamadas “oligarquias dissidentes”³ sobre as políticas implementadas por paulistas e mineiros. Em primeiro lugar, a publicação da Abolição da Escravatura em 1888, na medida em que não havia sido acompanhada de

² Nos anos 1930 o grupo se dividiria: Plínio Salgado fundaria a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista; Cassiano Ricardo e os demais aderiram à o que chamaram de bandeirismo, movimento de caráter nacionalista defensor do fortalecimento do Estado e oposto aos comunistas e fascistas. Mais tarde, durante o Estado Novo, os integrantes do movimento “bandeirista” se envolveriam, de uma forma ou de outra, na construção ideológica do regime ditatorial.

³ O termo refere-se às elites riograndenses e paraibanas (e, a partir de 1929, mineiras, com a formação da Aliança Liberal), que disputaram o poder político de maneira mais ferrenha com as elites de São Paulo e Minas Gerais durante a chamada “República Velha”.

medidas voltadas para a garantia de emprego e moradia para negros recém-libertos, acabou por empurrá-los para as periferias das cidades, dando surgimento às primeiras favelas do país. Em segundo lugar, a imigração europeia (iniciada já em meados do século XIX) ganharia força na década de 1910 a partir do programa de valorização do café e do incentivo estatal à imigração. Política esta que, visando a ocupação da região Sul, o embranquecimento da população e a substituição da força de trabalho escrava pela assalariada, também contribuiu em muito para a aceleração da urbanização. Por fim, a vinda de imigrantes também teve relação direta com o crescimento da indústria no país (especialmente durante a Primeira Guerra), e provocando a emergência do anarcossindicalismo no Brasil.

Registrados desde 1893, a presença em solo brasileiro dos anarquistas vindos da Europa logo passou a ser tratada como caso de polícia, suas práticas foram configuradas enquanto delito e eles se tornaram alguns dos criminosos mais procurados da época pelo Estado, com o apoio dos empresários. Diante da repressão (que atingiu seu ponto alto durante o decreto de estão de sítio no governo de Artur Bernardes), da descrença das elites (que viam no anarquismo um “ideário” exótico demais para caber na realidade nacional) e das classificações médicas (que apontavam o anarquista como agente contaminador do corpo social), ele floresceu com a chegada do século XX, introduzindo “uma nova leitura do universo social brasileiro desnudando a relação tensa e conflituosa entre o capital e o trabalho” (LOPREATO, 2003: 78). Acompanhando tal mudança de perspectiva por parte dos trabalhadores, vieram a adoção da ação direta como estratégia política, a disseminação de greves e passeatas, assim como o aumento do escopo de lutas e reivindicações dos operários. Com a eclosão das greves de 1906 (no eixo Rio-São Paulo), seria aprovada a lei maior contra a presença de anarquistas no Brasil. Batizada de Lei Adolpho Gordo⁴, ela autorizava a expulsão de estrangeiros do país com claras vistas à deportação dos “hóspedes indesejáveis”, os anarquistas e agitadores que trouxessem ou incentivassem a desordem e a subversão, que comprometessem a “segurança nacional” e a “tranquilidade pública”.

Neste contexto social, totalmente adverso, no início da República, os trabalhadores empreenderam diversas iniciativas. Simultaneamente à ação em

⁴ Decreto Lei de 1641, de 8 de janeiro de 1907.

torno da organização em associações de classe, fomentaram atividades grevistas, manifestações públicas e congressos em nível local, regional, nacional e internacional; organizaram diversos comitês tratando de temas específicos, como dos presos, desaparecidos e deportados, contra a exploração e violência sobre as crianças e contra a carestia de vida e a lei de expulsão de estrangeiros; fundaram escolas, ateneus, bibliotecas, grupos de teatro e algumas experiências com universidades para os trabalhadores; criaram jornais e revistas, publicaram livros e brochuras nas suas tipografias; abordaram a situação da mulher no lar e na fábrica; trataram do tema do amor e da sexualidade; evidenciaram a importância da estética na sociabilidade humana; divulgaram o vegetarianismo e o esperanto; fundaram organizações antimilitaristas e anticlericais; problematizaram as concepções racistas que grassaram entre a intelectualidade acadêmica à época; assinalaram a relevância da questão étnica para a compreensão da sociedade brasileira, particularmente no que dizia respeito ao dinamismo do movimento operário; realizaram atividades de caráter cultural e recreativo, como saraus, bailes e piqueniques, entre outras iniciativas (NASCIMENTO, 2020: 32-33).

Marcado pelo desdobramento de centenas de greves, o período da chamada “Primeira República” (1889-1930) ficaria especialmente marcado pela mobilização promovida pelos anarquistas na transição dos anos 1910 aos 1920, período dentro do qual se difundiu uma nova perspectiva sobre a dimensão do “problema social” no país. Dentre estas mobilizações, a de maior destaque foi, sem dúvida, a Greve Geral de 1917 ocorrida em São Paulo, que paralisou a indústria e o comércio por trinta dias, sendo fator decisivo para o aumento da tensão no cenário político. Somando-se às questões que envolviam o processo de urbanização, também devemos mencionar que fatores como a vitória da Revolução Russa em 1917 e o surto de gripe espanhola que atingiria o país em 1918, contribuíram para o aumento das tensões sociais do período, com os questionamentos de direitos trabalhistas e políticos.

Escrevendo sobre a greve de 1917, Edgard Leuenroth (1881-1968) a descreveu como “um movimento espontâneo do proletariado sem a interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, consequente de um longo período de vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora” (LEUENROTH, 2017: 50). Narrando as dificuldades pelas quais os trabalhadores passavam no período, ele afirma que, além das condições insalubres e predatórias de trabalho, somava-se a constante repressão policial, que visava a supressão de qualquer tipo de organização ou reunião de trabalhadores. Iniciadas após a morte do jovem sapateiro José Martinez na região do Brás, as revoltas em 1917 sucederam a repressão policial que se seguiu ao

enterro, intensificando-se e espalhando por toda a cidade, com saques a mercearias, depósitos e armazéns. Em meio a insurreição, marcada pela morte de diversos operários, algumas corporações conseguiram formar o Comitê de Defesa Proletária, que sistematizaria as demandas gerais dos trabalhadores e específicas de cada categoria em um memorial centrado na garantia da liberdade de reunião e organização dos mesmos. Mesmo diante dos riscos, formou-se um comício geral que, reunido no mesmo bairro do Brás, decidiu que o movimento somente cessaria quando as reivindicações do comitê fossem atendidas. Diversos anarquistas seriam presos naquele período, fosse em decorrência de sua participação na Greve Geral de 1917, pela organização (frustrada) da insurreição anarquista de 1918 ou mesmo em decorrência da transição política operada em 1930. O incômodo aos grupos dominantes não viria, no entanto, apenas pela agitação que promoveram com suas ações, mas também com suas palavras. Assim, entre as décadas de 1920 e 1930 disseminaram-se produções textuais contra os governos vigentes, o Estado e também *contra a democracia*.

Nascido no interior do estado de São Paulo, o já mencionado Leuenroth, tipógrafo e escritor anarquista, teria papel fundamental na criação de espaços de defesa da causa dos trabalhadores, como a Federação Operária de São Paulo, os jornais *Terra Livre* (1905), *A Lanterna* (1909) e *A Plebe* (1917), além do Centro de Cultura Social de São Paulo (1933). Por meio de ações como estas, ele se converteria em “agente importante do crescimento do anarquismo entre os trabalhadores paulistanos, defendendo a construção de instrumentos de organização próprios e descentralizados pelo operariado” (LEUENROTH, 2002: 11). Como consequência, seria preso em três momentos distintos: em 1912, por suas publicações anticlericais em *A Lanterna*; em 1917, enquanto coordenador dos protestos junto ao Comitê de Defesa Proletária, sob as acusações de ter participado do saque de 600 sacas de farinha do Moinho Santista, e de ter liderado a Greve Geral daquele ano; e mais tarde em 1927, por discursar publicamente em homenagem aos anarquistas Sacco e Vanzetti, condenados à morte naquele ano. Escrevendo na prisão em 1918, ele sintetizaria a rejeição dos anarquistas à democracia burguesa ao reafirmar sua discordância da ação de partidos e parlamentos, opondo-se, por isso, a votar pela escolha de representantes. Em síntese, ele afirma: “Repudiamos o parlamentarismo e a ação eleitoral, não só pela razão teórica de ser o Parlamento uma instituição autoritária, incumbida de forjar leis obrigatórias, mas ainda por outros motivos teóricos e práticos” (Idem: 17), quais sejam: (1) compostas por sujeitos tecnicamente preparados para o

trabalho em áreas específicas, os parlamentares não teriam a competência de decidir sobre os amplos assuntos da vida social; (2) tendo seu poder limitado à criação das leis, eles eram impotentes para concretizar sua aplicação, especialmente quando elas contrariassem os interesses dos grupos dominantes; (3) ambiente dominado pelos interesses capitalistas, o Parlamento inevitavelmente corromperia mesmo aqueles que lá entrassem com as melhores das intenções; (4) não permitindo a ação direta do povo, os discursos mais estrondosos seriam usados para distrair o povo; (5) preocupadas com a obtenção de números, as ações eleitorais esconderiam combinações e intrigas por trás dos discursos revolucionários, convertendo os socialistas por ela atraídos em traidores do movimento. Oposição à democracia enquanto oposição à representação, portanto defendendo a ação direta.

Nascido no interior de Minas Gerais, José Oiticica (1882-1957), outro importante anarquista do período, juntamente à sua atuação como filólogo e professor, seria um dos responsáveis pela organização do levante anarquista no Rio de Janeiro de 1918, sendo por isso preso naquele mesmo ano. Voltando à prisão em 1925, seria encarcerado pela terceira vez em 1937, dado o temor de Vargas de que Oiticica pudesse organizar algum movimento contra a ditadura do Estado Novo. Na segunda passagem, escreveria *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, obra dentro da qual também resumiria suas críticas à democracia. Nela, colocaria o Estado como o local de organização da autoridade com uma dupla função: proteger a propriedade privada e a autoridade por meio do que chama de “forças compressivas” (abarcando desde o presidente, os ministros e juízes, até os chefes de polícia), e também regular a concorrência econômica, evitando que o capitalismo se convertesse em roubo e morte. Ainda sobre o Estado ele afirma: “Como órgão da defesa dos proprietários contra os proletários e de regularização da concorrência entre possuidores, assume o Estado sete feições: a feição *econômica*, a feição *financeira*, a feição *política*, a feição *militar*, a feição *jurídica*, a feição *pedagógica* e a feição *religiosa*” (OITICICA, 2006: 36, grifos do autor). Dentre estas, discorreria sobre a democracia e o voto na sessão sobre a feição política do Estado, aonde reafirmaria sua organização de tipo piramidal e centralizada na figura do soberano, incluindo aí os governos de tipo republicano, nos quais haveria um soberano temporariamente eleito pelo povo e assistido pelo Parlamento. Na evolução destes sistemas até as democracias modernas, Oiticica primeiro ressaltaria a relação entre as castas sacerdotal e militar. Nesse sentido, coloca que, se os sacerdotes haviam dominado durante a vigência dos regimes

teocráticos por meio da *religião*, os militares os teriam substituído, mas sem eliminá-los por completo (na medida em que compreendiam o poder de dominação da religião), fundando a partir daí as monarquias fundamentadas no *direito divino*. Por sua vez, com a queda deste princípio falacioso, o meio que encontrariam, a partir do século XIX, para seguir ludibriando o povo seria o *sufrágio*, sobre o qual afirma:

Segundo essa doutrina, o povo não deveria deixar-se governar por monarcas; deveria governar-se por si mesmo. Todavia, como impossível é que toda a população do país se reúna em parlamento para resolver questões ou administrar conjuntamente, faz-se mister que escolha certo número de *representantes* seus e lhes *delegue* poderes amplos de, por eles, falar e resolver. Sucede, porém, que, por meio da compressão, do suborno, de todas as ameaças, fáctimas aos possuidores e difíceis aos não-possuidores, os sobreditos *representantes do povo*, são sempre representantes dos possuidores, por eles sustentados para defenderem seus interesses. A tal regime chamaram *democracia* ou governo do povo (Idem: 42, grifos do autor).

A partir daí, ele apontaria para os males do sufrágio universal e do dever de votar. A respeito do segundo ponto, logo constataria que à obrigação de votar não corresponderia a resolução dos problemas do povo, na medida em que estes derivavam do regime de propriedade e concorrência das sociedades capitalistas. Sobre o sufrágio universal, apontaria os “pontos positivos” geralmente elencados para sua defesa, nomeadamente o exercício da liberdade de escolha e a *constituição de partidos com programas bem definidos*. Refutando-os, diria que, em primeiro lugar, o exercício do voto não se configurava em liberdade, na medida em que ele se exercia não por consciência, mas por partidarismos, dinheiro ou amizade, gerando assim a falsa esperança da resolução do problema social; em segundo, que os partidos, ao se prenderem a questões de pouca relevância, fariam as pessoas esquecerem dos reais problemas de interesse coletivo. Ainda sobre os partidos, afirmaria que “só se mantém pela *disciplina* partidária, segundo a qual todo o cidadão do partido há de cumprir à risca e aceitar, sem protestos, as decisões do chefe ou do *conselho diretor*, conselho esse formado sempre de *elementos da classe possuidora*” (Idem: 43, grifos do autor) e que, portanto, não abririam mão de seus privilégios. O voto, portanto, e especialmente o obrigatório, não enquanto solução para o problema social, mas como artifício empregado por políticos profissionais para

disseminar falsas promessas de melhora, forçando o trabalhador à tutela do Estado. Contra a ação indireta pelo voto e a democracia, Oiticica defende a ação direta.

Nascida no estado do Rio de Janeiro, a professora, escritora e expoente do feminismo, Maria Lacerda de Moura (1887-1945), antes de ter seu companheiro preso e deportado em 1937, escreveria em 1933 o texto *A política não me interessa*, dentro do qual apontaria a democracia como um “animal cujo ventre é imenso e a cabeça insignificante” (MOURA, 2006: 231). Em outras palavras, entendendo tal regime político como um dentro do qual muito se produziria, mas sem qualquer conteúdo de razão. Dentro dele, o voto seria a maior confissão da covardia, do servilismo. As instituições seriam os espaços de criação e adestramento dos “rebanhos humanos”, preparando-os para o abate pelo cutelo dos senhores. A política seria o trapézio e os políticos os acrobatas, sempre capazes de fazer o salto da demagogia à tirania, desde cedo treinados no “deslocar das juntas”, se tornariam pródigos em se dobrar, curvar e humilhar. O exercício do poder demandava o corpo curvado em arco, a alma do camaleão e a visão de um molusco no espelho: “Obedecer é a escola de quem quer mandar” (Idem: 233).

Presos e deportados pela luta que construíram contra o Estado republicano (fosse em sua faceta democrática ou ditatorial), entre as décadas de 1920 e 1930 – sob o peso das perseguições que sofreram – os anarquistas constataram a fragilidade das “soluções” oferecidas pelos socialistas, tanto as democratizantes quanto as autoritárias, que atribuíam ao partido comunista a missão de conduzir à revolução autoritária. Partindo de um sentido mais restrito de democracia (se comparado com as concepções atuais), criticaram veemente os partidos, o voto e o pretenso “governo do povo”, colocando os eleitores como rebanho, as eleições como uma farsa, os políticos como pastores, o Estado como “abatedouro” e a democracia como o meio mais escorregadio encontrado pelos estratos superiores para proteger sua propriedade e poder. Os anarquistas são os primeiros a indicar que “autoritário” não é contrário à democracia, mas que a democracia é autoritária justamente por fundar-se na representação e na ação indireta. Os anarquistas estavam e estão interessados em liberdade pela ação direta.

Naquele período, além dos anarquistas, alguns militantes comunistas (formados nos anarquismos e empolgados com a Revolução Russa) também se destacariam como grandes figuras de oposição à “onda” nacionalista que atravessava os centros urbanos do país. Convertido ao comunismo a partir do início dos anos 1920, Astrojildo Pereira

(nascido no estado do Rio de Janeiro, em 1890) foi outro militante ligado à imprensa operária, promotor do II Congresso Operário Brasileiro (ocorrido em 1913), posteriormente membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), e redator do jornal *A Classe Operária*, nomeado para o Comitê Executivo da Internacional Comunista a partir de 1928. Influenciado pela trajetória e ensinamentos de Astrojildo Pereira, Otávio Brandão (farmacêutico nascido no estado de Alagoas em 1896) também faria a transição da militância anarquista para a filiação ao PCB a partir de sua fundação (em 1922). Ocupando cargos como membro na Comissão Executiva do partido e redator de *A Classe Operária*, sua principal influência sobre o pensamento comunista do período viria através da obra *Agrarismo e Industrialismo*, lançada em 1924, onde iniciou discussões pioneiras sobre as bases econômicas do Brasil.

Mesmo sob o regime varguista e diante das alianças estabelecidas entre certos comunistas e socialistas com o Estado, os anarquistas não deixariam de agitar o debate intelectual e os noticiários. Nos anos 1930, *A Plebe* ainda seguia no centro das práticas culturais libertárias, organizando “palestras, cursos, atividades culturais e educativas” (GERALDO, 1998: 167). Juntando-se a ela, A Federação Operária de São Paulo (FOSP, fundada em 1906) e o Centro de Cultura Social (CCS, fundado em 1933) também configuravam espaços importantes para a disseminação das práticas e ideias libertárias. A FOSP, enquanto espaço de reunião das Ligas e Uniões Sindicais, era responsável pela organização dos festivais de arrecadação de fundos para o jornal, enquanto o CCS destacava-se pela realização de conferências e palestras. Quando não colocavam os eventos como “palestras sociais”, os anúncios de *A Plebe* demonstravam claramente os temas debatidos: “‘O perigo espiritualista’, as ‘Escolas proletárias’, ‘Sindicalismo’, ‘Insurreição espanhola’, ‘Abaixo o fascismo’, ‘Religião e fascismo’, ‘Pela emancipação da mulher’” (Idem: 168). Foi na confluência dos três espaços que muito se produziu em termos de agitação sindical e planfetária, contribuindo com a organização autônoma de diferentes núcleos de trabalhadores.

A entrada crescente de estrangeiros⁵, somada à radicalização do movimento operário e ao processo de favelização puxado pelas populações negras conformam o problema geral do crescimento urbano acelerado e desordenado, em suma, o *problema*

⁵ Em 1921, a Lei de Expulsão de Estrangeiros, que permitia a deportação sumária de imigrantes considerados perigosos à soberania e ordem.

da ampliação e fortalecimento político dos estratos inferiores da sociedade, que tanto incomodava os grupos dominantes, os governantes e a intelectualidade elitista. Sendo tratado até o final dos anos 1920 exclusivamente como “caso de polícia”, as novas elites político-culturais dariam duas soluções possíveis para o apaziguamento da chamada “questão social”. Na medida em que eram vistas enquanto questões de ordem moral e sanitária, a sua solução passaria pelas áreas da educação e da saúde. Não à toa, os movimentos sanitarista e da Escola Nova – englobando o quadro das forças nacionalistas – ganhariam enorme força na década de 1920.

De um lado, os sanitaristas defendiam a centralização política do país com vistas a três objetivos principais: criar o Ministério da Saúde Pública, organizar os esforços estatais em torno da educação sanitária da população, e construir um senso de nacionalidade em meio às populações sertanejas. Do outro, de inspiração estadunidense e tendo como principal referência nacional o educador baiano Anísio Teixeira, o movimento da Escola Nova propunha uma série de reformas no sentido de tornar o ensino primário público, gratuito, universal e leigo, visando a formação do cidadão consciente de seu papel na constituição do Brasil, enquanto Estado nacional (MARTINS, 1986). Ganhando corpo em 1931, quando da criação do Ministério da Educação e Saúde, já dentro do governo Vargas, as soluções dos nacionalistas para a “questão social” se transformariam em políticas de Estado após a queda da Primeira República. Porém, antes da concretização deste processo, a visão que as oligarquias dissidentes nutriram ao longo dos anos 1920, de que estes problemas não estavam sendo satisfatoriamente remediados pelas oligarquias rurais ligadas ao café, tornou-se um de seus grandes argumentos em favor de mudanças radicais nas instituições de Estado.

Para além da “questão social”, as elites políticas também atravessavam momentos de tensão em suas disputas em torno do controle do Executivo federal e dos rumos do país. Utilizada como estratégia principal de conservação de poder, a *política dos governadores*, adotada por paulistas e mineiros, funcionava como um sistema de troca, onde, às oligarquias regionais era conferida autonomia política sobre seus estados e, em troca, seus partidos deveriam garantir apoio político ao presidente no Congresso. Além disso, como não era o Poder Judiciário, mas o Legislativo que reconhecia os candidatos eleitos, este – estando sob influência dos apoiadores do presidente – operava o processo de eliminação dos candidatos não desejados através de fraudes eleitorais. Portanto, para

manter sua chamada hegemonia, as oligarquias de São Paulo (estado mais rico) e Minas (estado mais populoso) dependiam em muito uma da outra, assim como das alianças que estabeleciam com elites de outros estados. Esse jogo de cartas marcadas – além de manter a população excluída do meio político – enfraquecia (e, consecutivamente, irritava) os opositores das oligarquias rurais, especialmente as elites de estados de expressão política secundária, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

A utilização sistemática de fraudes eleitorais e o constante favorecimento dos interesses dos grandes produtores de café, no entanto, não eram os únicos pontos de tensão entre as elites. Talvez o mais antigo deles, a Constituição de 1891 – inspirada no federalismo estadunidense – era vista por seus críticos enquanto danosa aos “interesses nacionais”, na medida em que (segundo seu entendimento) conferia excessiva autonomia às elites regionais, em detrimento das decisões tomadas pela União. Assim, entre as propostas centralizadoras dos reformadores, a *ampliação dos poderes do Executivo* aparecia como uma das principais. Das disputas constitucionais para as de âmbito local, os chamados barões do café de São Paulo, reunidos em torno do Partido Republicano Paulista (PRP), ganhariam, a partir de 1925, a oposição do Partido Democrático de São Paulo (PD), que reunia fazendeiros e profissionais liberais que, não tendo seus interesses econômicos atendidos, passariam a defender pautas como o voto secreto e a autonomia do Judiciário. Já no âmbito nacional, diante da quebra da sucessão presidencial promovida por Washington Luís (que indicou um candidato paulista em vez de um mineiro), em 1929 seria formada a Aliança Liberal, coligação política entre líderes mineiros, gaúchos, paraibanos e dissidentes paulistas (do Partido Democrático), além de militares e setores civis que apoiavam a candidatura de Getúlio Vargas (BRAGA, 2008).

Diante do cenário de intensos questionamentos ao sistema oligárquico, marcados pelo medo da *proletarização das massas urbanas* e pela impossibilidade de *competir em igualdade pelo comando do Estado*, diversos intelectuais posicionaram-se favoráveis a uma mudança de largas proporções – mas operada dentro da ordem – era necessária. Uma reorganização da sociedade que, vista enquanto organismo, dependeria de seu “cérebro” para evoluir. As elites culturais e políticas se colocam, então, a tarefa de *civilizar o país pelo alto*, indo especialmente contra o que entendiam como o regime político artificial instalado na República Velha, na medida em que ele não corresponderia às tradições e características da cultura nacional, mas aos interesses particulares dos grandes

cafeicultores (especialmente ligados ao mercado exterior). Assim, para retomar o debate intelectual, também é preciso levar em conta a presença de certas elites nacionais exerceria sobre o contexto político do país. De um lado, a *tradição positivista riograndense*, de outro, o *liberalismo oligárquico dos paulistas*, especialmente difundido entre e pelos chamados barões do café.

De formação liberal, as elites paulistas (incluindo as oligarquias cafeicultoras) veneravam a preeminência do individualismo sobre o interesse coletivo. Acreditando em seu sucesso econômico e político enquanto provas de sua “superioridade biológica”, colocavam-se numa posição de classe “naturalmente selecionada” para governar o Brasil: os seus interesses particulares eram os interesses da nação. Favorecidos pela fragmentação política das elites regionais, conservaram a ordem federal estabelecida e garantiram o apaziguamento de oligarquias situacionais⁶, inseridas na lógica da política dos governadores. Utilizando-se da força do Partido Republicano Paulista (PRP) para assegurar o controle do eleitorado rural (pela formação de currais eleitorais e voto de cabresto) pelo fortalecimento das práticas coronelistas (onde o grande senhor de terras, a partir de seu poder econômico, torna-se administrador, legislador e juiz de seu município), e alternando a sucessão presidencial com as oligarquias mineiras, disseminavam sua *democracia de elites*. Comandando a produção do maior bem de exportação do país (café), difundiram o mito da “vocação agrária” do Brasil, incentivando ao mínimo o desenvolvimento industrial. Ainda no âmbito econômico, promoveram a abertura do mercado para empresas estrangeiras e a privatiza  o de serviços, com destaque para a concessão das principais estradas de ferro a companhias inglesas. As elites de São Paulo ainda nutriam um forte sentimento antimilitarista (próprio de um grupo que havia acabado de superar intensos conflitos contra o Exército), que as levou a procurar escantear o alto escalão do Exército do meio político. Conservadorismo antipopular, agrário, dependente, individualista e inspirado no evolucionismo social, tal era a realidade do “liberalismo oligárquico” paulista (NEVES, 2018).

Se os paulistas eram os “herdeiros” do liberalismo brasileiro dos 1800, na região Platina outra corrente de pensamento se disseminou desde o século XIX: a do positivismo.

⁶ Se as “oligarquias dissidentes” eram compostas por grupos do Rio Grande do Sul e da Paraíba (com expressão política secundária), as chamadas “elites situacionais” eram formadas por grupos de estados como Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas (com expressão política ainda menor do que as oligarquias dissidentes).

Tendo suas atividades econômicas ligadas ao mercado interno desde o período colonial, os produtores sulinos aproveitaram o aumento de seu mercado consumidor após o surto cafeeiro (e o sucessivo crescimento demográfico no Sudeste) para impulsionar a industrialização (mesmo que ainda artesanal) da região. A partir dali, à antiga elite de estancieiros somaria-se uma nova elite de pequenos e médios industriais, ambas com algum poder econômico, mas quase nenhuma com influência política relevante no cenário nacional. Apartadas do acesso às instâncias federais de tomada de decisão e promovendo um modelo de desenvolvimento econômico diferente daquele do Sudeste, as elites gaúchas foram seduzidas pelo positivismo. O Estado centralizado e intervencionista (defendido pelos positivistas) lhes aparecia, naquele contexto, como a peça central da realização de suas ambições: o *fortalecimento do mercado interno* e o *progresso da indústria nacional*. Finalmente, além de responder a seus interesses imediatos, o positivismo também encontrou terreno fértil no extremo sul do país na medida em que era lar de contingentes consideráveis do Exército brasileiro (BOSI, 1992).

Baseada na visão do social enquanto organismo biológico, a doutrina política e moral estabelecida pelo filósofo francês Auguste Comte fora inspirada no industrialismo utópico do filósofo e economista francês Saint-Simon (mentor de Comte). Tendo no conceito de desenvolvimento (do francês, *développement*) um de seus pilares, a doutrina saint-simoniana – condicionando o crescimento econômico e a organização política das sociedades em torno da indústria – associava o progresso material e social das nações à construção de um Estado corporativista que, enquanto “cérebro” do corpo social, deveria controlar cada órgão da sociedade para evitar a sobreposição de interesses particulares. Tratava-se de erigir um *Estado provedor e reformista*, fundamentado em uma máquina pública tecnocrática (a burocracia de especialistas) que simultaneamente fizesse *progredir a indústria, conciliasse as disputas de classe e reduzisse as desigualdades*. O positivismo, portanto, desde sua concepção era pensado enquanto uma doutrina avessa às injustiças “autorizadas” pelo liberalismo. Se na visão saint-simoniana as desigualdades eram um problema na medida em que iam contra os preceitos humanitários do cristianismo, no comtismo seu perigo estava nas revoltas populares que instigavam, ameaçando a construção da “solidariedade social” na nascente, e instável, sociedade de massas.

O conceito de *desenvolvimentismo*, que marcaria a cultura política brasileira do século XX, seria, portanto, sinônimo de um projeto de industrialização tocado por um Estado-Providência. A noção de *progresso*, por sua vez, remeteria em primeiro lugar ao progresso da indústria. Nesse contexto, o “desenvolvimentista”, antes de paladino da luta contra as desigualdades, seria fiel defensor do Estado paternalista. O “progressista”, antes de socialista, seria alguém convicto da necessidade do avanço ininterrupto da indústria. Ambos, antes de partidários das causas da classe operária, seriam assim, ávidos defensores do avanço da indústria capitalista (Idem).

Se era em muito inspirado no modelo francês, transplantado para a Constituição estadual do Rio Grande do Sul (assinada em 1891 pelo presidente do estado, Júlio de Castilhos), o positivismo sulista não fora uma mera cópia da teoria clássica, na medida em que os gaúchos, por conta de sua herança germânica, também se inspirariam na via prussiana de desenvolvimento⁷, tomando-a enquanto exemplo de projeto que havia condicionado o avanço industrial ao autoritarismo político. Favorecendo uma máquina pública racional e centralizadora, o governo prussiano foi capaz de industrializar e unificar o país sem o advento de uma revolução burguesa-democrática, ao garantir *políticas compensatórias* suficientes para conseguir atrair os estratos inferiores para a órbita do Estado. Garantindo o protecionismo oficial à indústria e a ordem social, foi “nessa Prússia entre moderna e autoritária que se adotou, pela primeira vez, o termo que conheceria uma longa fortuna: Estado de bem-estar, *Wohlfahrtsstat*” (Idem: 275). O Estado alemão, portanto, em nome da união nacional, foi modelo de intervenção em favor do apaziguamento dos conflitos.

É, portanto, na confluência entre a industrialização e o autoritarismo, a proteção social e a revolução conservadora, o corporativismo e a burocracia técnica, a solidariedade social e unificação nacional, que se constituiria o positivismo difundido no sul do Brasil. Adaptando a doutrina ao contexto brasileiro, seus preceitos político-econômicos englobavam: taxação da propriedade e da herança, proteção à indústria, socialização dos serviços públicos, equilíbrio orçamentário, mediação estatal das disputas entre patrões e empregados, educação primária e ensino técnico-profissionalizante

⁷ Animada pelo conceito de Estado social do economista e sociólogo conservador Lorenz von Stein, assim como pelo protecionismo do economista Friedrich List, a revolução capitalista germânica foi centrada na figura do chanceler Otto von Bismarck, comandante de um partido majoritário forte o suficiente para barrar a pressão dos grupos de interesse.

gratuitos e laicos (Idem: 285-295)⁸. Inspirado na teoria clássica francesa, mas influenciado pelo modelo prussiano de desenvolvimento, esta seria uma doutrina fundamentalmente preocupada com a *supressão dos conflitos de classe* que, na esteira da ascensão dos movimentos nacionalistas, surgiria enquanto o caminho mais rápido rumo à modernização de um país tão arcaico.

Disseminados também no Rio de Janeiro pelo engenheiro e militar Benjamim Constant, os ideais positivistas se fariam sentir naquele estado especialmente junto aos cadetes da Escola Militar, os mesmos que dariam início às primeiras revoltas tenentistas. Os cursos de Constant, no entanto, não alcançariam a mesma dimensão política que a doutrina atingiria no sul do país. Já difundido em fins do Império por figuras como os filósofos Miguel Lemos e Teixeira Mendes (criador da atual bandeira do Brasil), no Rio Grande do Sul, seus ensinamentos teriam grande repercussão em meios às elites locais, na medida em que foi através deles que dois presidentes do estado – o jornalista Júlio de Castilhos e o advogado Borges de Medeiros – tiveram a base de sua educação política. Enquanto mentores de Getúlio Vargas e Lindolfo Collor, Castilhos e Medeiros foram os que assentaram as bases do que ficaria conhecido como “positivismo social gaúcho” ou “positivismo castilhista”. Com fé inabalável na *justiça social* e na *ciência*, viam-nas como princípios basilares de um Estado centralizado: a primeira favoreceria a harmonia entre as classes, na medida em que atacava as desigualdades; já a segunda seria a propulsora do desenvolvimento da indústria através da formação do “bom proletário”, assim como das novas elites de “sociólogos de Estado”.

Dentre todas as divergências, em comum, as elites brasileiras do período compartilhavam da admiração pelas teorias oriundas do *darwinismo social*, em especial as teses do antropólogo inglês Herbert Spencer. Entendendo o desenvolvimento das sociedades – e o lugar de cada indivíduo nelas – pela chave da evolução das espécies, interpretavam os fenômenos sociais pela biologia, acreditando que isso lhes daria capacidade de apreender as leis que regiam a sociedade, possibilitando a construção de uma política verdadeiramente científica. Assim, abriram caminho para a disseminação de teses como a “seleção natural das capacidades”, a eugenia (visão que justificaria a superioridade da raça branca – e dentro dela, do homem adulto – sobre as demais e que,

⁸ Encontramos aqui, portanto, a proveniência de grande parte das ideias e valores defendidos por amplos setores das esquerdas brasileiras ao longo da história. Além de Vargas, figuras como Luís Carlos Prestes, João Goulart e Leonel Brizola também seriam politicamente formadas dentro desta tradição.

portanto, condenava a miscigenação) e o determinismo genético, segundo o qual nascer de uma determinada família significa herdar os genes que passarão adiante as características psicossociais desta classe e, assim, as massas seguirão sendo governadas, e as elites seguirão comandando.

Inseridos naquele contexto, os futuros intelectuais do Estado varguista, em sua maioria filhos de pequenos e médios produtores rurais, encontravam-se diante de uma encruzilhada. Eles se enxergavam e comportavam como elites, mas tinham receio de perder esse status social para a classe média urbana em ascensão, pois suas famílias se viam continuamente obrigadas a vender suas propriedades para os barões do café. Por conta dessa expansão latifundiária, esses jovens passaram a nutrir um ódio crescente por aqueles que viam como os causadores de sua “decadência” social. Além disso, o acesso a carreiras tradicionais tornava-se cada vez mais difícil, dado o aumento da concorrência no mercado de trabalho, impulsionado pela ampliação de diplomas conferidos por faculdades recém-criadas. Pressionados na hierarquia social de ambos os lados (por cima pelos grandes cafeicultores, por baixo pelas camadas médias), também temiam a capacidade de transformação social das classes “baixas” (MICELI, 2001). O fortalecimento da organização dos operários lhes remetia à Revolução Russa (1917) e a urbanização “descontrolada” produzida pelos negros mantinha vivo o fantasma da Revolução Haitiana (1804), assim, diante da crescente turbulência social, as oligarquias do café eram cada vez mais vistas como incompetentes, incapazes de administrar o país. Crescendo e estudando em um contexto psicossocial de desprezo pelas camadas médias, fobia dos trabalhadores e, principalmente, ressentimento diante das oligarquias rurais, os intelectuais – que anos depois auxiliariam na perpetuação do autoritarismo dos governos de Getúlio Vargas – seriam atraídos pelo prestígio e poder dos altos cargos públicos, assim como pelo ideário positivista, na medida em que este legitimava sua

rejeição aos sistemas representativos e o horror ao parlamentarismo. [...] Mas além da negação da representatividade, implicava, no mínimo, três princípios: o questionamento do individualismo, o caráter científico do poder e a superioridade do bem comum sobre os interesses particulares, todos os três a serviço de uma organização explicitamente autoritária da sociedade (PÉCAUT, 1990: 60-61).

Encontraram na autoridade da burocracia de Estado o meio de simultaneamente reverter os efeitos danosos do liberalismo oligárquico e manter seu status social. Dentre aqueles que conquistaram posições de maior destaque na defesa do regime implementado a partir de 1930 – estando dentro ou fora do governo – destacamos aqui a atuação de cinco pensadores que, mantendo relações mais ou menos próximas com a Sociologia, assumiram a postura de elite responsável pela unificação da nação.

Principal expoente da vertente católica dos intelectuais autoritários do período, Alceu Amoroso Lima⁹ (que se tornaria catedrático de Sociologia nos anos 1930) se transformaria em defensor ferrenho da tutela da Igreja sobre o ensino público. Membro da Academia Brasileira de Letras, simpatizante da Ação Integralista Brasileira (AIB) e favorável às forças do general Franco durante a Revolução Espanhola, com o golpe do Estado Novo, defenderia o regime enquanto agente da construção nacional, responsável por estabelecer a ordem moral e a coesão em meio ao povo. Em 1937, ainda assumiria por um ano o cargo de reitor da Universidade do Distrito Federal (atual UERJ), submetendo-a ao controle da Igreja e dismantelando a orientação progressista previamente conferida à instituição (FERREIRA, [1997]).

Integrante do movimento escolanovista e defensor das reformas educacionais durante o Estado Novo, o educador e sociólogo Fernando de Azevedo¹⁰ defendia que a arte de governar dependia da aquisição de saberes científicos específicos, já que somente uma elite competente poderia assegurar o respeito a sua autoridade e a hierarquia social. Porém, se caberia a elas civilizar por cima, seria antes preciso prepará-las para tal, portanto, antes da instrução das massas, acreditava que a modernização dependia da formação de elites capacitadas para a realização de tal projeto. Ocupando cargos docentes e administrativos na USP (de 1934 até 1960), foi também diretor geral do Departamento de Educação de São Paulo. Era favorável ao fortalecimento do Executivo e, enxergando

⁹ Nascido em 1893, no Rio de Janeiro, filho de comerciante e industrial, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, complementando seus estudos na França. Trabalhou ao longo da vida como advogado, colunista e crítico literário de diversos jornais, além de professor de Sociologia. Iniciaria sua conversão ao catolicismo ainda nos anos 1920. Foi diretor do Centro Dom Vital e da revista A Ordem, além de secretário-geral da Liga Eleitoral Católica, organizações criadas com o intuito de fortalecer o poder político da Igreja pela difusão dos ideais cristãos. A partir dos anos 1940, lentamente abriria mãos de seus ideais conservadores. Faleceu em 1983.

¹⁰ Nascido 1894, no estado de Minas Gerais, formado em Direito. Dividindo a carreira entre os cargos na burocracia de Estado e de professor de Sociologia da Educação, foi editor da Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Companhia Editora Nacional (fundada por Monteiro Lobato). Faleceu em 1974.

no corporativismo o sistema que representava a “real democracia”, defendia que o homem de Estado deveria ser, antes de tudo, um sociólogo (VIDAL, 1994).

Outro pensador conservador influente no período, Azevedo Amaral¹¹ considerava o liberalismo como vertente “inadaptável às características do povo brasileiro” (CHAVES, 1997), tendo o transplante de suas instituições resultado em mera “promiscuidade eleitoral”. Dizendo-se contrário ao fascismo e ao comunismo, defendia os postulados do darwinismo social e da eugenista, colocando-se ainda como “antiburguês” e defensor da tese de que o ato de governar cabia a minorias intelectualmente privilegiadas. Assim, apoiou o movimento de 1930 justamente por enxergá-lo como uma revolução conservadora realizada por uma elite branca. Adepto de um Estado autoritário de cunho corporativista, do protecionismo econômico e da industrialização nacional (aliada ao investimento de capitais estrangeiros), foi exaltador de Vargas e ávido defensor da ditadura do Estado Novo.

Talvez o intelectual autoritário de maior presença política na “Era Vargas”, Francisco Campos¹² foi figura ativa na conspiração que levaria à queda de Washington Luís. Dentro do acordo estabelecido entre as elites vitoriosas quanto a divisão ministerial, ele logo assumiria o recém-criado Ministério da Educação e Saúde (1930-1932), vindo ainda a se tornar consultor-geral da República (1933-1937), redator da Constituição do Estado Novo e Ministro da Justiça (1938-1945). Além de antiliberal e antifederalista convicto, opunha-se ao movimento tenentista, era admirador do corporativismo de Mussolini e foi um dos principais ideólogos do conservadorismo brasileiro na primeira metade do século XX (SANTOS, 2007).

¹¹ Nascido em 1881, no Rio de Janeiro, era filho de engenheiro. Formado em Medicina e com pós-graduação na Alemanha, faria basicamente toda a acarreia como jornalista político. Faleceu em 1942.

¹² Nascido em 1891, no estado de Minas Gerais, vinha de família de fazendeiros de renome. Seguiu carreira no magistério e na política (pelo Partido Republicano Mineiro) após se formar em Direito, proferiu suas primeiras palavras de caráter público em favor do autoritarismo em discurso no último ano de graduação (ao final da qual recebeu prêmio de melhor aluno do curso): “O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações” (MALIN, sem data). Reconhecido em meio a elite política mineira por sua erudição, sede de poder e capacidade administrativa, finda a era Vargas, ele ainda viveria para defender o golpe de 1964, e auxiliar diretamente na elaboração dos dois primeiros Atos Institucionais promulgados pelos militares (MALIN, 1997). Faleceu em 1968.

Porém, dentre todos os intelectuais autoritários que de alguma forma deram suporte a Vargas, Oliveira Vianna¹³ foi o mais importante deles. Ideólogo do regime do ditador gaúcho, ele e Lindolfo Collor¹⁴ foram os responsáveis por construir “o referencial teórico que serviu a Getúlio Vargas para elaborar a sua proposta modernizadora do Estado e da sociedade brasileira [assim como] o aspecto liberalizante das [suas] reformas” (RODRÍGUEZ, 2003). Aplicando os métodos das Ciências Naturais ao estudo do social, Vianna acreditava que era por meio da definição das leis que regiam a sociedade que os governantes poderiam fundamentar suas previsões e, assim, delinear suas políticas. Adepto, portanto, de teorizações biossociológicas (darwinismo social), era abertamente racista. Interpretando o liberalismo enquanto “caudilhismo provincial”, acreditava na organização orgânico-corporativista da sociedade enquanto meio de integrar as massas à administração pública e regulamentar as relações capital-trabalho. Os conflitos, portanto, deveriam ser tratados de forma paternalista e autoritária. Em suma, Vianna defendia a preeminência de um autoritarismo desmobilizador sobre o alastramento de liberdades individuais. Ainda segundo suas concepções, se as massas é que demonstravam em seu cotidiano o que era a cultura brasileira, caberia às elites transformá-la em um projeto político. Publicando suas principais obras entre 1920 e 1932, trabalhou dentro do Ministério do Trabalho de 1932 a 1940.

Com a ascensão de Vargas ao cargo de presidente, abriu-se a esses pensadores autoritários o caminho para que pudessem assegurar sua posição social e intervir diretamente na modernização do Estado. Ao assumirem cargos na alta administração pública, garantiriam a manutenção de seu prestígio, a conservação do distanciamento econômico perante as classes médias, tornando-se capazes de agir diretamente sobre o controle dos trabalhadores. De exclusivo “caso de polícia”, a “questão social” passava a “caso de Estado”. Em oposição a um reformismo de contenção, auxiliariam na implantação de um sistema de profundas *reformas* sociais, políticas e econômicas, visando o controle do crescente proletariado urbano. No lugar da “pretensa” democracia com eleições fraudulentas, e diante da incapacidade das oligarquias de equacionar as

¹³ Nascido em 1883, no Rio de Janeiro, e vindo de família de fazendeiros fluminenses, atuaria como professor de Direito Criminal e jornalista, seguindo carreira na administração pública de 1932 até 1940. Faleceu em 1951.

¹⁴ Foi Lindolfo Collor quem redigiu a plataforma eleitoral reformista de Vargas, baseada no voto secreto, independência do Judiciário, protecionismo econômico para além do café e proteção social aos trabalhadores.

revoltas dos trabalhadores, implantariam um sistema representativo de caráter *corporativista*, com controle do governo sobre os sindicatos e que condicionasse a sanção de certas demandas trabalhistas à pacificação das lutas operárias. Contra o federalismo, as disputas entre partidos regionais e o poder dos chefes locais, um *Estado centralizado* comandado por um presidente soberano. Em troca do livre-cambismo dependente e da “vocação agrária”, a *industrialização* conduzida pelo poder público e o fortalecimento do mercado interno. No contexto sociopolítico brasileiro, o liberalismo não cabia enquanto regime (democracia) nem enquanto valor (individualismo). Se o lema dos positivistas brasileiros era o de “*ordem e progresso*”, o controle dos trabalhadores urbanos por um Estado autoritário aparecia enquanto condição fundamental à evolução da indústria e, com ela, da integração nacional (CARVALHO, 2007).

A ascensão de Vargas significava, portanto, para as elites que o ergueram, o meio de solucionar três problemas fundamentais: as greves e insurreições operárias; as disputas regionais entre facções e partidos; a tradição política que os sucedeu, fundada nos preceitos liberais do individualismo e da federação. Controlar o povo e as elites pela força e pela difusão dos preceitos nacionalistas, este era o projeto. Porém, para integrar e modernizar a nação, seria antes necessário determinar o que era essa “nação brasileira”.

vargas: organização e identidade cultural

Era preciso determinar os rumos que o país deveria seguir para alcançar a modernidade. Já constando o redirecionamento das disputas regionais e de classe, o sucesso do projeto varguista de desenvolvimento também dependeria da definição dos principais traços da *identidade cultural da nação*. Central para os intelectuais dos anos 1930 e 1940, outro fator que contribuiu para o fortalecimento deste debate foi o fato daqueles intelectuais demonstrarem em seus trabalhos certa aversão ao meio político. Desconfiando dos partidos, das cisões provocadas pelos interesses particulares e regionais, pairava uma dúvida sobre os intelectuais quanto a capacidade dos políticos tradicionais de ordenarem a sociedade. Apesar disso, eles compartilhavam do entendimento de que, para entrar no concerto das nações modernas, caberia ao Estado definir os rumos de seu planejamento. Já delimitado em linhas gerais pela industrialização (no âmbito econômico) e pelo autoritarismo de estilo corporativista (no político), não

seria suficiente importar modelos ideológicos e esquemas mentais da Europa ou dos EUA – na visão deles, o liberalismo já havia demonstrado a ineficácia desta prática. Era preciso, então, pensar e construir a “verdadeira política brasileira”, própria à realidade do país, que fizesse do Estado a expressão da nacionalidade (SILVA, 2002).

Pela constatação da existência de uma identidade nacional latente e pré-existente ao próprio Estado, exposta nos costumes, tradições e no folclore, é que os intelectuais começaram a defender a necessidade de se buscar, não na importação de ideais, mas na realidade brasileira, as bases de nossa cultura e, conseqüentemente, de nossa política – na medida em que, no período, não havia separação entre as duas esferas. Aderindo a esta corrente de pensamento – que denominaram *realismo* – os intelectuais, da extrema esquerda à extrema direita, propuseram um novo olhar sobre a política e a sociedade brasileiras, uma teoria que, inspirada pelo Modernismo, pregava o afastamento das concepções europeias clássicas. No entanto, sendo em muito influenciado pelo positivismo, o realismo dos autoritários dos anos 1930 pode ser delineado em quatro postulados gerais: (1) *antiliberalismo*: o individualismo é um preceito moral artificial, dissolve a ordem social, vivemos em sociedade e, portanto, é preciso submeter a vontade individual à geral; (2) *autoritarismo*: o Estado deve ser centralizador, organizando a representação de maneira corporativista, é a sua lógica que deve guiar a sociedade, não a do mercado; (3) *oposição ao materialismo histórico*: as classes não são opostas, mas interdependentes; (4) *patriarcalismo tecnocrático*: a unidade nacional já existente deve ser fortalecida pelo Estado e cabe às instituições traduzir tal realidade anterior a elas, respeitando e se adequando às tradições.

Apesar de demonstrarem certa repulsa pela realidade brasileira propriamente dita, é por influência da disseminação desta visão que a *cultura* entra como tema central do debate do período. Para defini-la, diversas foram as contribuições: a bondade “nata” do brasileiro veio da obra de Oliveira Vianna e de Menotti del Picchia; a cordialidade (ou a fobia pelos ritos burocráticos e pelas relações impessoais), junto da primazia da ordem privada (centrada na família) sobre a ordem política (centrada no Estado), se sedimentam pelas contribuições de Sergio Buarque de Holanda (já enfatizada por Cassiano Ricardo) e Nestor Duarte; a mestiçagem¹⁵, e com ela as ideias de “democracia racial”, convivência

¹⁵ Se coube a Freyre chamar a atenção para o papel da mulher negra na singularidade da linguagem e da sociabilidade brasileiras, e se foi Sergio Buarque quem destacou a importância do homem português

pacífica entre as raças e “sexualidade volátil” vieram de Gilberto Freyre; o catolicismo defendido enquanto fundamento da unidade moral da nação é marcado pelas obras de Azevedo Amaral e Jackson de Figueiredo¹⁶ (seu mentor). Este seria, portanto, o *caráter nacional*: bondoso, antiprocedimental, miscigenado, sexualizado, cristão, patriarcal. Esta era a unidade pré-política que deveria ser respeitada no processo de modernização sociopolítica. E vale ainda ressaltar: sendo Sergio Buarque talvez a única exceção, todos os demais eram antiliberais, antiburgueses (na medida em que, segundo a visão que defendiam, o capitalismo aparecia como um deturpador do verdadeiro interesse nacional) e antidemocráticos, defensores de um Estado centralizado e autoritário. Fundada em tais princípios, a política cultural de Vargas – centrada em torno do recém-criado Ministério da Educação e Saúde – seria tocada por intelectuais (dos mais variados matizes políticos) que fariam parte da administração de seus governos. Partindo do entendimento de que não seria possível constituir um jeito próprio de fazer política sem que houvesse um jeito próprio de ser, de se portar e relacionar, não haveria como constituir – a partir desse jeito próprio de ser – uma sociedade unificada sem um Estado que tomasse as rédeas deste processo.

Comandando o Ministério da Educação e Saúde de 1934 até 1945, Gustavo Capanema, amigo de Francisco Campos e igualmente simpatizante do fascismo, ficaria marcado pelas amplas reformas que implementou no campo da educação (do ensino secundário ao universitário)¹⁷, mas também pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Dentre os intelectuais que orbitaram em torno do Ministério, alguns exemplos se destacam. Autor de obras como *Sentimento do Mundo* e *A rosa do povo*, Carlos Drummond de Andrade foi assessor de Capanema durante os quinze anos do regime varguista, tendo assumido o posto de chefe de gabinete do Ministério da Educação. Um dos maiores nomes da arquitetura modernista no Brasil, Lúcio Costa assumiria posições dentro da Escola Nacional de Belas Artes e do SPHAN. Também integrariam este último órgão os escritores Manoel Bandeira e Mário de

enquanto elemento colonizador, coube a Plínio Salgado (líder dos integralistas) a construção da primeira grande narrativa mística em torno do elemento tupi enquanto constituidor da nacionalidade.

¹⁶ Nascido em 1891, em Aracaju (SE), formou-se em Direito e fez carreira como jornalista e político. Uma das primeiras referências do pensamento conservador brasileiro, foi um dos principais líderes católicos leigos de seu tempo. Fundador do Centro Dom Vidal e da revista *A Ordem*, dedicou sua obra ao combate do comunismo e do liberalismo, defendendo as tradições brasileiras e os preceitos morais católicos.

¹⁷ A educação secundária foi nacionalizada pela Reforma do Ensino Secundário de 1942, e os cursos superiores foram padronizados pela Reforma Universitária. Também foram criadas a Universidade do Brasil, o SENAI e o SESC.

Andrade – este último também fundou (em 1935) e presidiu o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. O gabinete comandado por Capanema ainda receberia o apoio de figuras como o educador escolanovista Anísio Teixeira e o músico Heitor Villa-Lobos. O primeiro também ocuparia o cargo de secretário da Educação do Distrito Federal, enquanto o segundo organizou – com apoio direto de Vargas – diversas peças que faziam apologia ao Estado Novo.

Dentre as ambições reformistas dos nacionalistas do período, junto ao Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio também teve papel crucial na implementação de mudanças na política social. Criado com o intuito de absorver os sindicatos patronais e operários para a órbita do Estado, visando a mediação dos conflitos entre capital e trabalho, o Ministério inicialmente comandado por Lindolfo Collor assumiu o papel de “tribunal da questão trabalhista”. Assim, como forma de recompensar a obediência dos trabalhadores urbanos ao governo de Vargas, entre 1930 e 1937 seriam implementadas mudanças como a regulamentação das jornadas de trabalho (incluindo as de mulheres e crianças), do salário mínimo e das férias, além da criação de Institutos de Aposentadoria e Pensão. Após o golpe do Estado Novo, entre 1938 e 1945, ainda seriam criadas a Justiça do Trabalho e a Previdência Social, o salário mínimo seria regulamentado, a cobrança do imposto sindical seria instaurada, haveria ainda a reativação do princípio da unidade sindical (segundo o qual apenas os sindicatos legalizados poderiam operar). Por fim, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, viria para sistematizar a legislação social vigente no período.

Para atrair comunistas e fascistas em torno de um mesmo projeto, a conjunção estabelecida pelo governo entre a industrialização, o protecionismo econômico, as reformas sociais e o autoritarismo, foi de fundamental importância na medida em que respondia simultaneamente aos anseios nacionalistas e ao elitismo dos intelectuais da época. Porém, mais importante do que as crenças políticas, a posição social foi o fator decisivo para aquela aliança. Por serem integrantes da elite, o “regime sabia não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também ao se referir a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas” (PÉCAUT, 1990: 72). Não havia receio de que eles se convertessem em “agentes da desordem”, mas ainda assim esperava-se que eles amansassem seu discurso e suas práticas em troca dos benefícios que poderiam retirar

destes laços sociais. O recorte que realizaram não era, portanto, de classe, mas corporativo: sua defesa era, antes de tudo, a da administração pública, daqueles que estavam colocando em prática um novo modelo de organização institucional, independentemente de sua localização no espectro ideológico. Nessa captura dos intelectuais conduzida pelo governo de Vargas, havia como que um compromisso mútuo: o ditador lhes dava apoio e recursos, enquanto eles justificavam as ações autoritárias com base nos traços que escolhiam destacar do imaginário sociopolítico, fortalecendo a cooptação. O Estado então adquiria legitimidade junto ao povo, evitando revoltas, o que, por sua vez, amansava os dissidentes. Aos grandes intelectuais que se adequavam, o regime conferia “o reconhecimento simbólico da sua importância social” (Idem: 81), aos que permaneciam na oposição, o silenciamento vinha sem muito alarde.

Essa geração esforçou-se, assim, para romper com duas experiências que marcaram negativamente a história intelectual antecedente: a dependência perante o Império e o isolamento no início do século XX. Em contrapartida, tentou reatar com uma terceira: o prestígio das elites de Estado, que caracterizara todo o período do Império (Idem: 22).

De uma vontade de romper a barreira entre o homem de letras e o homem de ação, passando pelo furor de integrar-se à nação a qual pertenciam por meio da ação sobre a coisa pública, chegaram ao extremo de se considerarem os legítimos porta-vozes da nação. Era como se ingressassem na administração pública por sentirem fielmente que tinham uma missão a cumprir: colocar-se a serviço do Estado para representar e organizar a sociedade, forjando uma consciência nacional com vistas à unificação das diversas camadas em torno de um projeto comum de nação. Antes de burocratas, no entanto, os intelectuais do período deveriam se provar como formadores de opinião, por isso a grande maioria deles trabalharia, em algum momento, como colunista de jornais e revistas. Romper a fronteira entre o “homem de letras” e o “homem de ação” era, portanto, uma condição necessária para que atingissem postos de destaque na burocracia de Estado, na medida em sua legitimidade não vinha, como hoje, de diplomas ou certificados emitidos por instituições oficiais de ensino, mas da dinâmica argumentativa que estabeleciam entre a cultura e a política, visando, no debate com seus pares, o convencimento tanto das massas quanto das elites. Para ascender a cargos de influência, era preciso que

ingressassem na esfera pública de debates, onde deveriam demonstrar que detinham um certo conhecimento sobre como organizar a sociedade, para assim conquistar reconhecimento social e político. Se as massas eram vistas enquanto politicamente cegas, e se eles é que detinham os segredos da formação cultural brasileira, era sua responsabilidade construir uma teoria coesa em torno de como organizar a política.

Assumindo cargos de destaque dentro do regime que acreditavam levar à modernização e à pacificação social, a geração de intelectuais autoritários dos anos 1930-1940 não se destacou pela produção de novas ideias. Seu papel foi principalmente o de porta-vozes de opiniões já propagadas dentro dos círculos militares e das elites políticas gaúchas. Acima de tudo, a missão que assumiram foi a de “redescobrir o Brasil” e construir cientificamente sua identidade, para que daí, a partir da propaganda, o Estado pudesse produzir a “unidade orgânica” da nação.

Além da criação dos Ministérios da Educação e do Trabalho, outro acontecimento político do período também teve repercussão definitiva na história das camadas cultas do Brasil. Motivadas pelas disputas com os ex-tenentistas (que já integravam o Governo Provisório) em torno do processo de constitucionalização, as oligarquias rurais paulistas – que também almejavam retornar ao controle do Executivo federal – organizaram o movimento que ficaria conhecido como a “Revolução Constitucionalista de 1932”. Incitando a população à luta contra o governo varguista, o levante organizado pela Frente Única Paulista (FUP – aliança política formada entre o PRP e o PD) enfrentou tropas federais por três meses, assinando sua rendição em outubro daquele ano. Derrotadas, as elites paulistas entenderam que precisariam se integrar à nova ordem política e, para isso, precisariam formar quadros científicos e políticos do mais alto nível.

Visando à formação desta nova camada intelectual, foram fundadas a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP, atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) em 1933, e a Universidade de São Paulo em 1934. Estando ambas vinculadas a esse projeto de renovação das camadas cultas do país, a ELSP – iniciativa de empresários e organizada sob os moldes da sociologia estadunidense – era voltada para a *formação das elites administrativas* que ocupariam o crescente aparelho estatal. Criada pelo interventor Armando de Sales Oliveira sob concessão feita por Vargas como meio de presentear as oligarquias paulistas, a USP, que teve a fundação de sua Faculdade de Filosofia ligada ao mundo acadêmico francês, seria responsável pela *formação de*

professores secundários e cientistas. Fora do cenário paulistano, a Universidade do Rio de Janeiro (criada em 1935) seria rebatizada em 1937 como Universidade do Brasil. Reunindo quinze faculdades – dentre elas a de Filosofia (fundada em 1939) –, o plano de Gustavo Capanema era o de transformar a instituição no centro da vida acadêmica nacional, servindo como referência na formação das elites dirigentes do país e no controle dos padrões de qualidade do ensino superior (CHRISPIM, 2009).

Assim, as Ciências Sociais nasceriam no Brasil, fruto da conjunção do impulso universitário com incentivos vindos do Estado. Tendo os professores secundários como primeiro “fruto” de uma política de profissionalização voltada para a área, a disciplina teria sua fase inicial de institucionalização marcada por um afluxo de demandas e influências que, se vinham principalmente das elites empresariais (dos ramos editorial, educacional ou cultural), também não deixaram de acatar pressões de partidos, da imprensa e de organizações religiosas. Por oposição, viu-se as primeiras turmas de cientistas sociais formadas em solo brasileiro distantes das preocupações dos estratos inferiores, o que se percebia tanto nos temas de pesquisa quanto escolhas metodológicas. Outro fator de interferência durante as primeiras décadas de seu desenvolvimento, a relação com as escolas superiores já estabelecidas também seria fator importante na formação do perfil de intelectual formado. Por fim, as relações com os grupos dirigentes também foram estreitas, tendo em vista o interesse que certos políticos reformistas tinham na aproximação com essa nova camada culta (MICELI, 1989).

Entendendo que, para governar, seria necessário compor com as oligarquias paulistas mesmo após sua derrota em 1932, Vargas acelerou o retorno à democracia, dando início, já ao final da luta armada, às campanhas eleitorais para a Assembleia Nacional Constituinte que redigiria a Carta de 1934. Formada em 1933, as disputas da Constituinte centraram-se em torno das propostas centralizadoras defendidas pelas elites nordestinas e pelos apoiadores de Vargas, e as de fortalecimento dos poderes regionais, vindas dos deputados e senadores do Centro-Sul. Obtendo vitórias nas votações sobre a legislação trabalhista e sobre o aumento de controle do governo federal sobre as esferas social e econômica, a manutenção do federalismo e da pluralidade e autonomia dos sindicatos foi vista enquanto uma derrota para o governo. Por conta destes reveses, ao final do processo, Vargas demonstraria abertamente sua insatisfação com o texto final da

Constituição, abrindo ainda mais o caminho para o fortalecimento de tendências autoritárias.

Grande exemplo disso, a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), Decreto nº 22.332, de 10/01/1933, objetivava a vigilância e o combate a organizações e indivíduos considerados “perturbadores da ordem nacional”. Isso porque a tutela por parte do Estado viria então acompanhada de uma forte reação, especialmente por parte dos trabalhadores, que, em defesa de sua autonomia, passariam a organizar diversas greves, contribuindo em muito para o aumento das tensões na esfera sociopolítica. A radicalização política que marcaria os primeiros anos da Era Vargas não seria, no entanto, fruto apenas das mobilizações operárias diante das reformas centralizadoras do Ministério do Trabalho. Outros acontecimentos, de iniciativa do governo ou não, também contribuíram para a conformação do cenário de ebulição social. Dentre os que se enquadravam nesta categoria, dois grupos concentraram as atenções da polícia política comandada por Filinto Muller.

Fundada em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), influenciada pelo fascismo italiano, foi uma dessas organizações. Liderada pelo modernista verde-amarelo Plínio Salgado, a organização, que tinha como lema “Deus, Pátria e Família”, sustentava como valores fundamentais o nacionalismo cultural, o corporativismo, o antiliberalismo e o antissemitismo. Mesclando um programa autoritário a práticas de tom “místico”, a AIB ganhou amplitude nacional, tornando-se a maior organização fascista fora da Europa. Coordenando um grupo paramilitar e imprensa próprios, sua base de apoio vinha especialmente das camadas médias (intelectuais, profissionais liberais, funcionários públicos e militares), também atraindo muitos jovens descendentes de imigrantes italianos e alemães nascidos na zona rural e marginalizados pelo nacionalismo oficial do regime. Criticando os aspectos liberais do governo, a derrota do levante integralista no Rio (1938) e o subsequente fechamento da organização não impediram que seu líder apoiasse as articulações que resultaram no golpe de 1937 (TRINDADE, 1979).

Do lado oposto do espectro político, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgia (em março de 1935) como novo grupo de oposição aos nazifascistas. Defendendo em seu programa nacionalista a formação de um governo popular, as liberdades democráticas, a reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras, ia contra as intervenções imperialistas e o pagamento da dívida externa. Oposta a Vargas, a frente ampla de

esquerda congregava não só comunistas, como socialistas, ex-integrantes do movimento tenentista, liberais e católicos, também tendo seus quadros formados majoritariamente por integrantes dos estratos médios. Somando-se à luta já organizada pelos anarquistas há décadas, as forças antifascistas levaram Vargas a decretar a Lei nº 38 de 04/04/1935, a chamada Lei de Segurança Nacional, que, visando a supressão dos confrontos, permitia a prisão arbitrária e o julgamento sem garantias processuais de pessoas consideradas perigosas à segurança do Estado.

Nesse cenário de radicalização, diante da eminência das eleições presidenciais no início de 1938 e do crescimento da influência política e militar do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha (que cada vez mais ameaçava os planos autoritários dos governistas), sob a justificativa de reprimir o comunismo, Vargas e o general Góes Monteiro organizaram o golpe que imporia o Estado Novo, meio encontrado pelo ditador de desarticular as principais forças que a ele se opunham e de tocar seu projeto desenvolvimentista. Retirando de Flores da Cunha o controle sobre grande parte de suas tropas e afastando-o de seu cargo, em 1937 Vargas convenceu o Congresso a decretar o retorno do estado de guerra com base na divulgação de um documento forjado, que “provaria” que um novo levante comunista estava sendo organizado – conhecido como Plano Cohen. A partir daí, apoiado por militares e integralistas, Vargas autorizou o cerco militar ao Congresso, anunciando em cadeia nacional de rádio a instauração do novo regime. Orientado por Constituição elaborada por Francisco Campos, a Carta teria inspiração nos regimes italiano, espanhol e português. Nascia o “Estado Novo” enquanto formador do “homem novo”, imagem espelhada do golpe português, por Antônio Salazar, contudo o Estado Novo. O homem integrado à sociedade urbano-industrial porque tecnicamente instruído, o “bom-proletário” incorporado ao corporativismo sindicalista, apartado das disputas de classe porque preocupado com a ordem e o progresso nacionais. O homem conformado com a política, o governo e o Estado, com ou sem o autoritarismo político porque entendia e valorizava a cultura nacional, suas raízes e manifestações.

Com o retorno à ditadura, os órgãos de propaganda – e com eles os intelectuais – ganharam nova força na difusão da ideologia estadonovista entre as camadas populares e a opinião pública. Comandados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Decreto nº 1.949 de 30/12/1939 – que abrigava os remanescentes da corrente verde-amarela do modernismo –, os esforços de “catecismo cívico” do regime se

desmembravam pelos mais variados setores: rádio e imprensa, teatro e cinema, até na área do turismo. Responsável pela publicidade do governo, pela propaganda interna e externa, a instituição atuava na censura dos opositores (fosse na imprensa, nas artes, na literatura e até nos esportes), assim como na organização de manifestações, festas, exposições, concursos, concertos e conferências – todas de teor patriótico. O DIP, enquanto porta-voz máximo do regime, além de disseminar a imagem de Vargas enquanto o “pai dos pobres” e de valorizar a figura do trabalhador (em detrimento do malandro boêmio), controlava a vida cultural do país, atuando na coerção de qualquer tipo de manifestação tida como “perturbadora da ordem nacional” (ARAÚJO, 1997).

Entre os mecanismos de difusão ideológica do regime, diretamente vinculada ao DIP, a revista *Cultura Política* era a principal delas. Publicada entre 1941 e 1945, além de divulgar as realizações, doutrinas e diretrizes do Estado Novo, nela eram reproduzidos estudos e matérias sobre as transformações de ordem social e política pelas quais o país passava. Entre seus colaboradores de maior renome estavam intelectuais como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Cassiano Ricardo, além do escritor regionalista Graciliano Ramos, do teórico do PCB Nelson Werneck Sodré e do antropólogo Gilberto Freyre, que também contribuíram com artigos. Além dela, outros dois órgãos oficiais destacavam-se. dirigido por Cassiano Ricardo, o periódico *A Manhã* (jornal oficial do regime) divulgava as diretrizes estadonovistas, tendo como associados pensadores como Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima e Oliveira Vianna. Por sua vez, o programa de rádio *Hora do Brasil* era o veículo de promoção pessoal das autoridades políticas (especialmente de Vargas): nele eram divulgadas as realizações do presidente e do Estado, as notícias de maior relevância para o regime no cenário nacional, além de programas que difundiam a música e artes nacionais, e peças de rádio teatro que dramatizavam “grandes feitos” do passado nacional.

Também de autoria do Estado Novo, em 1944 seria constituída a Fundação Getúlio Vargas (FGV), visando a discussão dos novos problemas econômicos do país, e principalmente a modernização da administração pública, que crescia em consonância com a acréscimo das atividades econômicas do Estado. Se a intervenção estatal era cada vez mais forte na esfera educacional – incluindo aí as reformas realizadas no ensino

secundário¹⁸ –, surgiria no ano de 1946 a primeira universidade particular do Brasil. Idealizada pelas principais lideranças católicas do país (incluindo o arcebispo dom Sebastião Leme e o padre Leonel Franca, além de Alceu Amoroso Lima), a *Pontifícia Universidade Católica* (PUC) nascia pela reunião das Faculdades Católicas – que congregavam (desde 1941) os cursos de Direito, Ciências Sociais, História, Geografia, Pedagogia e Letras¹⁹ – com a Escola de Serviço Social do Instituto Social do Rio de Janeiro. Igualmente criada com o objetivo de socializar e formar as elites brasileiras (no caso específico, as católicas), a PUC, interessada na “espiritualização” dos futuros dirigentes do país, adotou desde o início uma cultura humanística em seus cursos, através da qual poderiam se integrar os valores cristãos ao ensino científico (CHRISPIM, 2009).

Além do Ministério da Educação e Saúde e do DIP, outros dois centros de disseminação dos ideais nacionalistas tiveram relevância no contexto do Estado Novo. Fundado em 1937 como órgão do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional do Livro teve como grande marco a criação de diversas bibliotecas públicas, especialmente nas regiões menos ricas do país, erguidas como centros de formação cultural da população. Nele, trabalharam intelectuais como Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda. Por fim, para os pensadores que orbitavam na esfera de influência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o período do Estado Novo também proporcionou a ampliação das atividades ligadas à preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, os intelectuais cada vez mais se integrariam às políticas de preservação dos bens e marcos simbólicos da identidade nacional. Fossem eles bens móveis ou imóveis, de interesse público ou ligados a grandes fatos da história do Brasil, da engenharia ou da natureza. Interessava a sua preservação enquanto bens culturais, que deveriam possibilitar a instrução do povo, que ele se reconhecesse e identificasse com a trajetória das grandes figuras do passado, transmitindo o entendimento da permanência

¹⁸ Estas incluíram, com maior destaque, a introdução de um sistema educacional de inspiração enciclopedista e voltado para a profissionalização dos jovens (por meio da criação do Senai e do Senac), a instituição do ciclo ginasial e dos cursos clássico e científico, a obrigatoriedade da educação moral e cívica e da educação militar para os rapazes, assim como a separação de escolas de mulheres e homens.

¹⁹ Enquanto faculdades independentes, algumas delas já funcionavam há muitos anos. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, por exemplo, havia sido fundada em 1908. Outras unidades, como a do Rio de Janeiro e a de Campinas já existiam desde o início dos anos 1940. A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, do Rio Grande do Sul, datava de 1931. As filiais do Paraná e de Goiás vieram somente ao final da década de 1950.

da nação e fomentando o sentimento de unificação nacional pela conservação das tradições.

Através da combinação de esforços entre o Ministério da Educação e o DIP, o Estado Novo foi capaz de articular a centralização da arena cultural: pelo primeiro, mantinha as elites intelectuais próximas de seu raio de controle, incentivando pesquisas e reflexões sobre a identidade nacional que justificassem o autoritarismo; através do segundo, atingia as camadas populares com seu aparelho de propaganda, vigiando o que seria divulgado enquanto valores, padrões e cultura nacionais através do estrito controle sobre os meios de comunicação. Apaziguar o povo pelo corporativismo e a propaganda e os intelectuais pelo estabelecimento de uma cultura de consenso. Assim, Vargas foi capaz de firmar a “comunhão” estabelecida entre os interesses do Estado ditatorial e os de parcelas consideráveis dos intelectuais de maior renome do período em que a cultura parecia estar em evidência maior que a política e o regime político. E pelo qual o Estado era o principal agente.

Baseados em uma visão hierárquica da sociedade – onde o progresso era algo que se construía de cima para baixo – os intelectuais assumem o papel de componente da elite dirigente. Inseridos no início da transição do Brasil a uma sociedade urbano-industrial, negavam o liberalismo, favorecendo a expansão, o aprofundamento e o fortalecimento da capacidade de intervenção do Estado. Eles pendem para o autoritarismo principalmente como “estratégia de sobrevivência”, meio de assegurar seus cargos públicos (e o prestígio que destes advinha), assim como de manter seu status social (ameaçado pela decadência econômica de suas famílias). Entendendo as oligarquias rurais enquanto “incompetentes para governar” e diante de um Estado tido como incapaz de constituir politicamente a nação (devidamente unindo e organizando a sociedade), convergiram para a defesa da “desoligarquização” das instituições. Assim, acabaram por “colocar a literatura a serviço da recuperação da ‘nacionalidade’ e de fazer dela um instrumento de transformação social e política” (PÉCAUT, 1990: 23).

A modernização autoritária não passou, no entanto, apenas pela esfera cultural. No âmbito político, o fechamento das instâncias legislativas, a substituição dos governadores por interventores e das assembleias legislativas por departamentos administrativos (também nomeados pelo presidente) permitiram a Vargas e aos intelectuais e militares que o rodeavam, levar adiante o projeto modernizador de

inspiração positivo-fascista delineado anos antes. Opondo-se à prevalência dos interesses privados, enaltecidos pelo liberalismo da Constituição de 1934, defenderam – por meio da propaganda, da instrução e da repressão – a Constituição de 1937 em nome do fortalecimento das atribuições do Poder Executivo, que assumiria a missão de representar e fazer valer os “interesses nacionais”, em seu entendimento, garantidos pelo “fim” do “perigo da desagregação social”, assim como pela racionalidade e eficiência da máquina pública. Para assegurar estes últimos fatores, foram criados ou então fortalecidos diversos conselhos e órgãos técnicos, com o objetivo de assessorar as tomadas de decisão do Estado. Exemplos destes foram: o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)²⁰, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²¹, os Conselhos Nacionais do Petróleo²² e de Águas e Energia Elétrica²³, além das Companhias Siderúrgica Nacional (CSN)²⁴ e Vale do Rio Doce²⁵, da Fábrica Nacional de Motores (FNM)²⁶ – essas últimas três louvadas por Vargas como a demonstração de seu esforço de dar ao país sua independência econômica. Pela supressão dos dissensos políticos (de caráter regional ou classista), almejavam promover um desenvolvimento marcado pela industrialização, a sindicalização e capacitação técnica como meios de apaziguamento dos trabalhadores urbanos, além do recrutamento da burocracia por mérito e não indicações.

O papel das instituições ocupadas pelos intelectuais seria, em suma, o de transformar a cultura latente em identidade política, assim construindo a nação brasileira: com um povo consciente de si e unido em torno do progresso do país, e com uma elite política que organizasse o Estado (e a sociedade) respeitando os hábitos e traços comportamentais. A reforma do Estado daria, em “seu” entendimento, forma à “nação latente”. Para ordenar o social, em “seu” entendimento seria preciso um Estado orgânico, que, enquanto retificador moral, fosse responsável por criar o senso de cooperação entre os diferentes setores sociais pela intervenção preventiva nos conflitos de classe, um Estado que fortalecesse a burocracia técnica (BRAGA, 2008).

²⁰ Decreto-Lei nº 579, de 30/07/1938.

²¹ Decreto-Lei nº 218, de 26/01/1938.

²² Decreto-Lei nº 395, de 29/04/1938.

²³ Decreto-Lei nº 1.285, de 18/03/1939.

²⁴ Decreto-Lei nº 3.002, de 30/01/1941.

²⁵ Decreto-Lei nº 4.352, de 01/06/1942.

²⁶ Decreto-Lei nº 8.699, de 16/01/1946.

Com a chegada do ano de 1939 e o início da Segunda Guerra Mundial, toda essa relativa estabilidade conquistada pelo aparelho repressivo-propagandístico do Estado Novo seria posta à prova. Visando sua consolidação enquanto “potência dominante” no hemisfério, assim como a promoção da cooperação entre os países americanos – especialmente diante da ameaça representada pelo Eixo – os EUA iniciaram, em 1940, uma onda de campanhas de penetração do *american way of life* nos países da América Latina, entre eles o Brasil. Executado através do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) – escritório vinculado ao Conselho de Defesa Nacional dos EUA e chefiado por Nelson Rockefeller – o plano estadunidense de difusão cultural passava pela condução de projetos conjuntos nas áreas das comunicações, artes, infraestrutura e comércio. Tendo as duas primeiras áreas como as de maior destaque, as produções radiofônicas e cinematográficas coordenadas pelo OCIAA foram de grande impacto na percepção do público brasileiro sobre os valores e modo de vida estadunidenses, assim como sobre os fatos relacionados à guerra²⁷ (LOCASTRE, 2020).

Mantendo relações com os EUA e a Alemanha, a estratégia adotada por Vargas foi chamada por Roberto Gambini (1977) de “Duplo Jogo”. Segundo o autor, o cenário econômico internacional passava por um período de transição, na qual os EUA começavam a flertar com o papel de protagonista internacional diante de uma Europa em reconstrução. Marcado por uma economia desajustada, o Brasil não possuía padrão de produção industrial, o que o deixava a mercê dos estímulos e limitações externas, gerando assim uma grande instabilidade no setor de exportações. Neste campo de relações, o Brasil ainda dependia muito das linhas de crédito alemãs, oferecidas pelo *Reichsbank*, e também era em muito beneficiado pela criação dos marcos de compensação, uma moeda especial voltada para a facilitação das trocas comerciais entre a Alemanha e a América Latina, e que, devido a seu sucesso, facilitou a penetração dos nazistas no mercado da região. Sentindo-se ameaçado por estas medidas, dado que interferiam em seus projetos para o continente, os EUA, mesmo tendo maior capacidade de investimento, ainda sofriam com a incompatibilidade entre as exigências de funcionamento e crescimento de seu parque industrial, com os padrões de produção dos países latino-americanos. Em outras palavras, era preciso fazer com que a produção de matéria-prima atendesse às necessidades da indústria estadunidense: por aqui, não havia um único país que

²⁷ Conseguindo erradicar a influência do Eixo sobre o Brasil, ao final da guerra a organização se desfez, tendo algumas de suas atividades migrado para os encargos da embaixada estadunidense no país.

produzisse toda matéria-prima de que necessitavam, e mesmo os países que produziam não eram capazes de suprir completamente a demanda. Com isso, os EUA passariam a criar projetos para intervir nas economias latino-americanas, visando justamente a reorganização de seus padrões de produção de acordo com seus interesses.

Naquele contexto, para o Estado Novo, mesmo diante da maior simpatia de parte do governo brasileiro (e do próprio Vargas) pelo regime nazista, a manutenção superficial da neutralidade diplomática interessava por dois grandes motivos: primeiro pela indefinição de quem venceria a Guerra na Europa; segundo, pelos benefícios que o governo conseguia extrair dos acordos estabelecidos, dado o medo que ambos os países tinham de um alinhamento total do Brasil com a outra nação. Marcado por essas pressões, o “Duplo Jogo” executado por Vargas se dava na medida em que

a reversão de lealdades não representava uma inconsistência ideológica mas antes um requisito funcional na medida em que o objetivo do Estado Novo era sua própria preservação enquanto regime político e o aproveitamento das oportunidades existentes. [...] Além disso, a possibilidade de adotar um padrão duplo de comportamento na arena internacional permitiu que o regime se adaptasse às pressões externas opostas, reconciliasse os interesses internos conflitantes e mantivesse uma posição de poder suficientemente livre de interferência de grupos de interesse particulares ou das massas populares, desse modo o Estado Novo era capaz de tomar decisões rápidas, inquestionáveis e imprevisíveis para promover a mudança social e econômica de cima para baixo (GAMBINI, 1977: 169-170).

Com o avanço da “política de boa vizinhança” (1933-1945), os EUA foram capazes de alinhar a produção latino-americana às necessidades de seu parque industrial, atrelando as economias da região cada vez mais ao dólar e, com isso, afastando-as da zona de influência da libra (Inglaterra) e do marco de compensação (Alemanha). Somando-se a isso, o avanço dos Aliados nas trincheiras europeias, assim como as manifestações que denunciavam a defesa externa da democracia e a continuidade do autoritarismo em solo brasileiro, contribuíram para pressionar e desgastar o governo de Vargas que, em resposta, tentou implementar uma série de medidas liberalizantes (especialmente no campo das políticas sociais).

Pensada dentro do próprio governo a partir de 1942, almejava-se que a transição do Estado Novo para a democracia fosse um processo controlado por Vargas e sua base

de sustentação política. O que mais preocupava o governo era como implementar uma estratégia eleitoral que permitisse a transição entre regimes, ao mesmo tempo em que assegurasse a manutenção de Vargas na presidência. A partir de 1943, no entanto, a segurança desejada pelo regime passaria a ser cada vez mais atacada. Assim, na medida em que possibilitava o desenvolvimento da indústria de base, a guerra também tinha suas consequências negativas para a ditadura varguista.

As passeatas da UNE contra o nazifascismo sucediam-se (transformando-se depois em atos pela democracia) e o Manifesto dos Mineiros, assinado pela elite liberal do estado, era lançado no mesmo ano (1943) também defendendo o retorno à democracia. Somando-se a esses acontecimentos, a entrada no Brasil na II Guerra Mundial produziria uma série de realinhamentos políticos. Os católicos, antes oscilantes entre o integralismo e o regime, passavam a criticar abertamente o governo. O integralismo, por sua vez, se dissolvia em meio ao crescente apoio da opinião pública (e do governo) em favor da luta contra o nazifascismo. Os comunistas, presos e postos na clandestinidade durante o Estado Novo, depois de anistiados abriam mão da luta de classes em favor da tese da “união nacional”, juntando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro na defesa da manutenção de Vargas na presidência (movimento queremista). Justificando tal posição pela força de seu ex-perseguidor nos meios sindicais, o partido obedecia às ordens vindas de Moscou, que determinavam aos PCs que apoiassem os governos que combatiam o nazifascismo (PÉCAUT, 1990: 93-94).

Com a chegada do ano de 1944, setores do Exército começavam a favorecer o retorno à democracia, assim como os intelectuais reunidos no *I Congresso Brasileiro de Escritores*, realizado no Teatro Municipal de São Paulo. O encontro reuniu, no início de 1945, grandes nomes da inteligência nacional que seu opunham à Vargas, como Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Mário e Oswald de Andrade, Érico Veríssimo, entre outros. Nele, as resoluções gerais atenderam tanto a liberais quanto a esquerda em um geral: contra a “manipulação” ditatorial do coletivo, era preciso defender os *direitos humanos*, a *liberdade de expressão* e a *individualidade*; contra o elitismo exacerbado, a produção intelectual não poderia se descolar do contato com o povo, a arte e a literatura tinham um *papel social* a cumprir. Em suma, era necessária a união dos intelectuais em torno da defesa consensual dos *valores democráticos* (Idem: 93-95). Esse consenso, no entanto, duraria pouco.

Em 1945, quase dois meses após o fim da Guerra, Vargas seria deposto por uma junta do alto escalão do Exército coordenada por seus ex-ministros da Guerra, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra que, temendo seus planos continuístas e sua força popular, não esperaram o pleito eleitoral marcado para dali um mês pelo ditador. Era o fim da Estado Novo e, para muitos intelectuais autoritários, o início de um período de afastamento das atividades políticas, tendo em vista o desmantelamento do aparelho de propaganda instaurado pelo regime, do qual eles eram parte fundamental (BRAGA, [1997]). Por todos os lados, desde 1930 configurou-se e se consolidou a *governamentalização do Estado*, entendida por Foucault (2014a) como o processo que levou à supervalorização do problema do Estado. Segundo ele, antes do século XVIII o Estado não tinha “esta unidade, esta individualidade, esta funcionalidade rigorosa e direi até essa importância” (FOUCAULT, 2014a: 430) que hoje atribuímos a ele. Se ele sobreviveu ao fim da Idade Média e, mais recentemente, ao fim do nazismo, isso foi possível também na medida em que nele se desenvolveram uma série de aparelhos específicos, baseados por sua vez em um conjunto de saberes especializados na reflexão sobre o governo da população. Seja tratado como “alvo de ataque” ou “posição privilegiada a ser ocupada”, a questão é que, ao longo dos séculos XIX e XX, o Estado – e dentro dele, as formas de sua ocupação – assumiriam cada vez mais uma posição de destaque nos debates dos intelectuais.

Em meio a esse processo de transição e renovação na vida política nacional, a reconfiguração da lógica partidária brasileira, que passaria a ser regida por partidos de âmbito nacional, veria se destacarem quatro destas agremiações, que teriam importante participação nas disputas do intervalo democrático que foi de 1946 a 1964. Congregando os opositores de Vargas, a União Democrática Nacional (UDN) aglutinou liberais, conservadores, socialistas, católicos e até antigos integrantes dos setores oligárquicos em torno do objetivo de derrubar Vargas e dismantelar as instituições criadas durante a ditadura. Os elementos mais progressistas do partido, reunidos em torno do grupo denominado “Esquerda Democrática”, saíram pouco tempo depois da UDN, formando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que manteria as bandeiras da democracia liberal e do antipetulismo.

Fundados pela influência de Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) seriam encarregados de levar adiante seu legado.

Herdeiro do trabalhismo varguista, o PTB, fundado por antigos membros do Ministério do Trabalho, tinha sua base social nos trabalhadores urbanos anteriormente inseridos nos sindicatos oficiais. Já o PSD, formado por interventores estaduais e agentes da alta cúpula do Estado Novo (e que absorveria o eleitorado rural) tinha seu programa fundado na ideologia trabalhista e no intervencionismo econômico. Partido mais forte do período até o golpe de 1964 (a chamada “República Populista”), o PSD lançaria Eurico Gaspar Dutra como candidato, vencendo as eleições de 1945 com o apoio do PTB e de Vargas.

Marcada pela heterogeneidade de posições e trajetórias políticas, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1946 teve a presença de comunistas, socialistas, tenentistas, liberais, conservadores e simpatizantes do fascismo, políticos de carreira recente e membros das antigas oligarquias rurais, apoiadores e opositores de Vargas. Enquanto partido majoritário, o PDS teria a oposição contundente da UDN. Tendo como preocupação central limitar o raio de ação dos três poderes, o texto constitucional acabou conferindo mais atribuições ao Legislativo, porém, na prática, o Executivo manteria amplos poderes, especialmente no tocante à intervenção econômica. O federalismo seria reestabelecido, o voto feminino ampliado para além das funcionárias públicas. A proporcionalidade do sistema representativo favoreceria os estados menores, dominados pelas elites mais conservadoras. Visando a manutenção da “ordem social”, os sindicatos seguiam na zona de influência do Estado, o imposto sindical seria mantido e o direito de greve limitado.

De caráter conservador, o governo de Dutra seria marcado pelo alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e, na esteira da Doutrina Truman, pela perseguição a comunistas e movimentos de trabalhadores. Com todos os acordos estabelecidos no contexto da Segunda Guerra Mundial e o início da chamada Guerra Fria, o Brasil entrava definitivamente para a zona de dominância da política externa estadunidense, que passaria a se interessar de maneira mais constante pelos assuntos internos do país e pelos costumes, principalmente. Deixando de ampliar a legislação trabalhista para o meio rural e suprimindo o direito de greve, o PCB seria mais uma vez posto na ilegalidade diante do rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. Oscilando entre decisões econômicas de caráter liberal e protecionista, Dutra acabou por dar sequência ao fortalecimento da indústria nacional. Apesar de todas as mudanças implementadas, ao final de seu mandato, os olhos dos políticos e da opinião pública não estariam voltados

para quem ele indicaria como sucessor, mas novamente para Vargas, que de senador passava a candidato à presidência. Realizando uma caravana nacional, ele percorreria o país para divulgar sua candidatura. Assumindo postura de político suprapartidário, baseou seus discursos em torno da continuidade do projeto nacionalista e da ampliação das reformas sociais, centrando-os no fortalecimento das empresas estatais já existentes (Vale, FNM e CSN), na aceleração do processo de industrialização dirigido pelo Estado, no aumento do salário mínimo e na defesa do trabalhismo (desconectado, obviamente, da luta de classes). Vencendo as eleições de 1950 com larga vantagem, ele enfrentaria severa resistência na aplicação de suas políticas, tanto por parte do Congresso quanto do Exército.

Dentro da chamada “década do desenvolvimentismo”, os esforços (por parte do governo) no sentido de tornar o país economicamente independente vieram acompanhados de investimentos na política educacional, tendo em vista o atraso na inovação tecnológica e na formação de pessoal técnico que o país apresentava, quando comparado às “potências mundiais”. Diante desse problema, em 1951 foram criados o Conselho Nacional de Pesquisa (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas visando a formação de pessoal especializado e a expansão da *pós-graduação* pelo fomento à pesquisa nas áreas de ciência e tecnologia. Na área econômica, também seriam criadas novas agências incumbidas de formular as políticas voltadas aos setores industrial, de energia (elétrica e termelétrica) e infraestrutura de transportes (rodoviário, portuário e ferroviário). Também seriam instituídos órgãos responsáveis por delinear a política agrária. As regiões Norte e Nordeste também passariam a receber maiores aportes federais visando o desenvolvimento econômico regional. Para financiar todas essas atividades, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE, atual BNDES) surgiria em 1952. Dentro da nova conjuntura externa, o direcionamento das novas políticas econômicas seria em muito influenciado pelas discussões mantidas na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o que demonstrava os impasses que surgiam entre a autonomia federal e a cooperação internacional, também pelo ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e pelas Nações Unidas, desde sua fundação em 1945.

No trato das questões internas, Vargas procurou reestabelecer os laços do governo com as lideranças sindicais. Com o país vivendo um período de elevação dos custos de vida (por conta da inflação), a liberalização e rearticulação do movimento sindical resultariam no crescimento do número de greves (praticamente impossibilitadas nas últimas décadas) pelo aumento de salários e expansão dos direitos trabalhistas (prometidos por Vargas). Herdeiro do trabalhismo gaúcho, principal líder do PTB e próximo dos sindicatos, João Goulart seria indicado como ministro do Trabalho, cabendo-lhe, a partir de 1953, a tarefa de negociar as demandas dos trabalhadores. A facilidade de trânsito do novo ministro entre os sindicatos seria, para Vargas, uma faca de dois gumes, na medida em que sua posse causaria indignação entre os setores mais conservadores do governo. Além disso, os atritos entre o presidente e a sociedade também passariam em muito pela relação conturbada entre Vargas e alguns dos maiores meios de comunicação do país, ainda ressentidos da censura imposta pelo Estado Novo. Também nas relações com as elites políticas, o ex-ditador seria obrigado a buscar a conciliação diante da incapacidade de perseguir seus opositores. Ele procurou, em seu novo governo, fazer a distribuição equilibrada das pastas ministeriais, esperando que, em troca, seus projetos fossem aprovados no Congresso. Perante a intransigente oposição da UDN, a estratégia de conciliação fracassaria e, a partir de 1953, a aparente paz estabelecida entre as elites políticas começaria a ruir.

Temendo que Vargas reativassem velhos planos continuístas, ou que se aproximasse demais das forças trabalhistas e da esquerda, a UDN justificava nestes termos sua postura reativa diante da presidência. Em meio à burguesia, havia uma inquietação quanto aos rumos da política de comércio exterior, tendo em vista as oscilações do governo entre o protecionismo e a abertura do mercado para os capitais estrangeiros. No Exército, os setores mais conservadores exigiam o alinhamento aos Estados Unidos na guerra da Coreia. No tocante às relações internacionais, os EUA demonstravam preocupação diante da possibilidade da assinatura de um acordo econômico entre Brasil, Argentina e Chile, enquanto alternativa ao alinhamento com os Estados Unidos. Em meios às pressões, que vinham de todas as direções, seria lançada a *Campanha do Petróleo* (cujo slogan era “O petróleo é nosso”). Contribuindo para acirrar ainda mais as disputas entre nacionalistas e conservadores no Congresso e no Exército, a partir da criação da Petrobras enquanto empresa de monopólio estatal (em 1953), a reação dos setores de oposição se tornaria cada vez mais forte.

Diante da proposta de João Goulart de dobrar o salário-mínimo, integrantes do Exército exigiram a renúncia de Vargas através do que ficou conhecido como o “Memorial dos Coronéis”. Em resposta ao atentado contra a vida de Carlos Lacerda (jornalista ligado à UDN e um dos maiores opositores de Vargas), grande parte da imprensa se mobilizaria em favor da renúncia do presidente. Ainda em decorrência do ataque a Lacerda, seriam abertas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) contra Vargas, que gerariam, por sua vez, a abertura de processo de *impeachment*. Com a moção derrotada no Congresso, a trama para encurtar o mandato de Vargas culminaria com a instauração de um Inquérito da Polícia Militar a respeito da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda. Ao fim do mês de abertura da investigação, Vargas tiraria a própria vida. Em meio a comoção popular por sua morte, os planos dos conspiradores falhariam. Assumia então, de maneira interina, Café Filho, que viria a ser sucedido em 1956 por Juscelino Kubitschek, eleito.

Durante seu governo (1956-1961), Kubitschek foi promotor da interiorização do desenvolvimento, da abertura para a indústria automobilística e da propulsão do avanço do setor da construção civil. Com uma administração marcada pelos grandes investimentos em infraestrutura, dentre estas obras destaca-se, como coroamento do Plano de Metas, a edificação de Brasília, ápice do projeto desenvolvimentista de construção e integração simbólica da nação brasileira. Com isso, mesmo diante dos desafios impostos por um cenário no qual a instabilidade monetária (marcada pelo endividamento externo e pela inflação) ameaçava desacelerar o crescimento, o otimismo destinado a contaminar a sociedade só deixaria de ser sentido nos anos 1960.

Naquele contexto, o retorno à legalidade democrática, apesar de animador em certos aspectos, só viria mostrar a fragilidade da crença nos ideais liberais em meio às camadas cultas brasileiras. Excetuando aqueles estratos antes ligados ao Estado Novo, foi comum entre os pensadores associados ao PSB, assim como entre aqueles afastados da política, a sensação de perplexidade perante a vitória de Vargas. A conservação do edifício corporativista fazia aumentar, entre os setores democráticos da intelectualidade, a aversão ao jogo partidário, deixando o campo institucional aberto para socialistas, nacionalistas e conservadores. As mudanças políticas e o surgimento de uma nova geração de intelectuais fariam com que “tudo” se modificasse: o varguismo seria revisado, as relações entre as camadas cultas e o Estado sofreriam alterações, o centro nervoso dos

debates mudaria de órbita, a interpretação dos postulados nacionalistas também não passaria ilesa. A passagem dos anos 1940 para os 50 ficaria, assim, marcada como um período de transição para a vida intelectual do país.

os limites do desenvolvimentismo

nacional-populismo e soberania nacional

Apesar da continuidade do nacionalismo enquanto ideologia dominante, a visão dos intelectuais brasileiros sobre a democracia começaria a mudar, lentamente, a partir da década de 1950. Fulcral, na leitura de Brandão (2005), para os rumos do pensamento social do país, aqueles seriam os anos que marcariam a ultrapassagem da Sociologia sobre “a literatura como forma dominante de reflexão sobre a sociedade” (BRANDÃO, 2005: 234-235). Na visão do autor, é a partir dali que se delineariam as quatro principais linhagens do pensamento político brasileiro: conservadora, liberal²⁸, democrática e marxista. Sinteticamente, o programa histórico do primeiro grupo de pensadores estaria pautado pelas seguintes premissas: “Liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o programa conservador” (Idem: 247). Por sua vez, os principais questionamentos dos liberais girariam em torno de pautas institucionais: qual a melhor forma de governo? Como garantir a participação popular? Como promover o ‘bem público’? Como desenvolver melhor as instituições e as leis para que as reformas econômicas, sociais e políticas sejam feitas da melhor maneira possível? Já a tradição democrática (marcada na figura de Sergio Buarque de Holanda) estaria fundamentada sobre seu caráter “socializante, quase sempre socialista, de matriz liberal, por vezes constitucionalista” (Idem: 241). Por fim, a tradição marxista, tendo adotado a linha da “revolução dentro da ordem” – influenciada principalmente pela vertente comunista paulista do “poder local” (1960) – teria como proposta central que a luta de classes se desse nas urnas e não pelas armas, entendendo “que o processo político brasileiro permitiria compatibilizar

²⁸ Com relação às semelhanças entre conservadores e liberais, o autor pontua que “Tanto quanto os ‘idealistas orgânicos’ [os conservadores], o ‘idealismo constitucional’ dos liberais afirma a centralidade do papel do Estado na formação social brasileira, com a radical diferença de que para os primeiros é o caráter inorgânico da sociedade que põe a necessidade de um Estado forte que a tutele e agregue, enquanto, para os segundos, é a presença do Estado todo poderoso que sufoca a sociedade e a fragmenta (BRANDÃO, 2005: 248).

desenvolvimento do capitalismo e democracia” (Idem: 241). Assim, entre os embates e interpenetrações destas correntes, ocorreria

uma mudança profunda de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais, marcadas dessa vez não apenas pela construção do Estado, mas pela emergência da sociedade e de sua transformação como problema. Nesses termos, a idéia-força, organizadora do campo intelectual, é a do desenvolvimento, e a questão subjacente é a da democracia. Prefigurado quando a necessidade de modernização do Estado ocupava o primeiro plano, o problema teórico da estrutura e dinâmica da sociedade tal como se está constituindo torna-se determinante e logo, projetos distintos, aliados e opostos de “superação do atraso” lutam para imprimir à mudança social, direção (Idem: 240).

Trata-se da segunda metade da década de 1950, período que marcou o abandono pela social-democracia alemã da ênfase na luta de classes (FOUCAULT, 2008a). Assim, na medida em que a democracia já não gerava a repulsa de antes, o cerne do debate seguia sendo a *economia*. Mantendo-se em altos cargos governamentais e, com isso, deixando de ter aquele medo da perda do prestígio social sentido pela geração anterior, os intelectuais passariam a se preocupar menos em se colocar como “elite dirigente”. A partir dali a postura central passaria a ser deslocada para a de “legítimos intérpretes das massas populares”:

de um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo “projeto” (PECAUT, 1990: 15).

Dessa forma, os pensadores dos anos 1950-1960 diferenciavam-se daqueles da geração anterior especialmente pela questão da “descida” que buscavam fazer em direção ao povo, já que para seus antecessores não era este seu papel: na condição de *intelligentsia*, não caberia a eles ir ao povo para depreender seus interesses, mas sim apontar a direção da organização social. Portanto, a aproximação entre os intelectuais e o povo já não era vista com asco, mas como algo necessário à definição de um modelo próprio de desenvolvimento para o país. De outro lado, mantida a estreita conexão

estabelecida entre os intelectuais e o Estado, conservava-se também a herança autoritária do dirigismo, da organização da sociedade “por cima”: o que antes era o nacionalismo autoritário, transformou-se no *nacional-desenvolvimentismo*. Dentro deste projeto governamentalizado, o intelectual serviria como ponte entre o interesse geral e a formulação de políticas nas instâncias governamentais. Ele capturaria o interesse geral transformando-o em *ideologia* e, a partir dela, auxiliaria na sua aplicação. Dependendo do movimento do intelectual de vanguarda, que “descia” ao povo para dele depreender suas vontades, a ideologia seria vista como *síntese do verdadeiro interesse geral*, espelho intelectual do povo. Enquanto conjunto de concepções que davam sentido ao desenvolvimento, por meio dela se operavam uma série de movimentos: (1) a desvalorização dos interesses particulares de grupos e classes em nome da *união nacional*; (2) a emancipação da lógica colonial em favor da *industrialização* (indo contra a produção agropecuária) e da maior *participação popular* (indo contra a lógica escravista); (3) a promoção da autoconscientização do povo enquanto nação, pretendendo elevar o Brasil ao patamar dos *países avançados*. Pensada entre os anos 1950-1960 enquanto força transformadora, instrumento de conversão política das massas, na mão dos intelectuais do período a ideologia se tornou o equivalente do que a organização havia sido para os intelectuais da geração anterior.

A partir destes postulados gerais, a ideologia teria assumido três facetas distintas. Em sua “concepção tecnocrática”, ela exprimiria a necessidade do *planejamento*, da definição do projeto de desenvolvimento necessário ao país e centrado no fortalecimento da burocracia de Estado. Por meio de sua “faceta integradora”, denotava a missão das elites, que deviam “descer” ao povo para dele depreender a verdadeira ideologia, esta servindo como elo entre as classes (ao se identificar com as mazelas das massas, as lutas de classes se dissipariam em favor da união nacional). Já em seu sentido “científico”, entendia-se que, se a criação da verdadeira ideologia estava condicionada ao encontro com as massas, para dar-lhes forma e força seria necessária a criação de conceitos próprios à realidade brasileira: a importação de modelos estrangeiros seguia sendo vista com maus olhos como método para se pensar a sociedade brasileira (o que significava negar veementemente o imperialismo soviético).

Em detrimento da importação de ideias, para interpretar fielmente a realidade nacional seria preciso produzir uma *ciência nacional*: “Planejamento econômico,

autenticidade cultural, política integradora e ciência nacional constituíam, assim, objetos diversos atribuídos ao trabalho de elaboração ideológica” (PÉCAUT, 1990: 120). Com o desenvolvimento gerado, a ideologia faria o caminho reverso: se ela fora extraída do povo para a produção de um saber econômico, agora este mesmo desenvolvimento é que permitiria que o povo tomasse consciência de si mesmo, de sua identidade própria. Ao produzir o seu “próprio ser”, o povo seria capaz de superar a alienação e, com isso, a nação se emanciparia das marcas deixadas pela colonização, enfim entrando no jogo das grandes “potências” mundiais. A *ideologia do desenvolvimento*, assim, alcançaria seu duplo potencial: emancipação e transformação da nação.

Se para a intelectualidade dos anos 1920-1930 o problema maior fora impor a *organização social*, garantindo a coesão interna e a erradicação dos inimigos do Estado, o problema da geração dos anos 1950-1960 seria o de traçar os caminhos para a *mudança social*, indo da superação do subdesenvolvimento para a concretização da revolução burguesa em um contexto de luta contra os interesses do imperialismo estrangeiro. Naquele contexto, aonde as dicotomias entre o *arcaico* e o *moderno* passariam a ser tema central de pesquisa nas Ciências Sociais, interessava a conscientização das massas, era preciso mobilizar o povo para as disputas em torno da salvaguarda da soberania nacional. Assim, se no primeiro momento, para entender a realidade brasileira formularam-se os conceitos de patriarcalismo, cordialidade, miscigenação e bondade nata; a partir dali os temas do coronelismo e do clientelismo, do patrimonialismo e do populismo, do desenvolvimento, da conscientização e até da revolução entrariam em cena. Ainda se acreditava que o país poderia caminhar com suas próprias pernas rumo à modernidade, só que os “entraves” eram outros. Na busca de sua superação, destacaram-se trabalhos como *Coronelismo, enxada e voto* (1948) de Victor Nunes Leal, e *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado.

Mineiro de nascimento (1914) e advogado de formação (1936), Victor Nunes Leal (1914-1985), junto do exercício da advocacia, foi redator de alguns jornais cariocas no início da carreira, integrando a *Revista Forense* e sendo fundador da *Revista de Direito Administrativo*. Oficial-de-gabinete de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde entre 1939 e 1940, lá também atuou como diretor do Serviço de Documentação. Assumindo efetivamente a cadeira de Ciência Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ) a partir de 1943, ministrou conferências na Escola

Superior de Guerra durante os anos 1950. Tornando-se chefe da Casa Civil de Kubitschek entre 1956 e 1959, foi o primeiro presidente do Instituto de Ciências Sociais (1959) – mais tarde transformado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Nomeado como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), exerceu o cargo de 1960 a 1969 (LAGO, 2001: 367-370). Ao refletir sobre o fenômeno do coronelismo, Nunes Leal pensou – dentro da lógica das dicotomias entre o *moderno* e o *arcaico* – os resultados políticos de um regime representativo formado sobre as bases socioeconômicas do latifúndio escravista. Mostrando, por meio da prática coronelista, a grande influência do exercício do poder privado na realidade brasileira, demonstrou o compromisso estabelecido entre estes grandes donos de terras (e de votos) com um Estado que crescia em termos de capacidade de influência. No encontro destas forças, denunciou a debilidade do sistema eleitoral do país (marcado desde o Império pela fraude) e, com ele, a fragilidade de nosso federalismo (mais centrado nos estados do que nos municípios), que só seria superada mediante profunda alteração da estrutura agrária do país (FORJAZ, 1978).

Filho de advogado, burocrata e professor paraibano, Celso Furtado (1920-2004) seguiu os passos do pai, formando-se em Direito em 1944. Convocado para servir na Itália pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), retornou do *front* em 1946, ingressando na *London School of Economics* um ano depois. Integrando a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) desde sua fundação, tornou-se presidente da Divisão de Desenvolvimento da Comissão em 1950. Indo de diretor do então BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) no governo Kubitschek para superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) a partir de 1959, Furtado atuou diretamente na produção e aplicação de programas socioeconômicos e políticas de investimento para o desenvolvimento da região. Nomeado ministro do Planejamento, a partir de 1962, foi responsável pela elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que fracassaria em estabelecer as diretrizes do governo de João Goulart para o crescimento da economia. Cassado pela ditadura em 1964, se exilou no Chile e depois nos EUA, aonde trabalharia respectivamente junto ao Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (ILDES) e no Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Dedicando-se exclusivamente às atividades de ensino e pesquisa, ainda lecionaria em Harvard, Colúmbia, Cambridge e Sorbonne. Retornando ao Brasil em 1979, filiou-se ao PMDB dois anos depois,

participando ativamente da campanha de Tancredo Neves para presidente. Na política, ainda atuaria como embaixador (representando o Brasil na Comunidade Econômica Europeia), ministro da Cultura (1986-1988) e dentro da ONU (como membro permanente da Comissão de Desenvolvimento e Cultura). Enquanto intelectual e tecnocrata, Furtado foi figura importante para a redefinição do desenvolvimentismo brasileiro, a partir dos anos 1950 pensado dentro do contexto do capitalismo periférico e marcado pela convergência entre industrialização (por substituição de importações), protecionismo e participação popular (GUIMARÃES, 2000).

Mais influente do que a CEPAL no direcionamento dos rumos do nacional-desenvolvimentismo, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) fora precedido pelo chamado “grupo de Itatiaia”. Tendo por objetivo desde o início pensar os rumos do desenvolvimentismo no Brasil, o grupo havia sido criado ainda no governo democrático de Vargas (em 1952), congregando juristas e filósofos paulistas (quase todos vindos do integralismo) a economistas e sociólogos cariocas (próximos ao governo). Com vida curta, devido às disputas entre paulistas e cariocas, o grupo de Itatiaia logo se extinguiu, dando lugar ao IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), criado em 1953 por iniciativa dos cariocas e que tinha como secretário-geral o sociólogo e economista Hélio Jaguaribe. Através das publicações da revista *Cadernos de Nosso Tempo* (1953-1956), a intelectualidade do IBESP refletiu sobre o que haviam diagnosticado como uma crise vivida pelo país, propondo duas saídas para sua superação: contra a matriz agrário-exportadora, a *planificação econômica*; contra a excessiva pressão exercida pelos grupos de interesse, a *racionalização e consolidação da autoridade do Estado*.

Integrado ao Ministério da Educação e Cultura (então comandado pelo simpatizante do integralismo, Cândido Motta Filho) a partir de 1955, dentro do governo provisório de Café Filho o IBESP seria convertido no ISEB. Nessa transição, de pensadores da realidade brasileira eles passariam a burocratas de Estado, assumindo atribuições que lhes davam capacidade de adentrar diretamente os rumos do desenvolvimento nacional, sendo responsáveis pela formulação das bases do nacional-desenvolvimentismo. Assumindo postura mais militante, eles se colocaram enquanto lideranças ativas na proposição de políticas públicas, defendendo um projeto de esclarecimento político que reuniria industriais, operários e parcelas técnicas dos estratos

médios. Os isebianos, além de nacionalistas, eram progressistas das mais variadas vertentes.

Dentro delas, haviam aqueles mais moderados ou “puramente” desenvolvimentistas, como o próprio Jaguaribe (o eixo dinâmico do instituto). Nascido em família carioca ligada à indústria do aço, Hélio Jaguaribe (1923-2018) formou-se em Direito pela PUC-RJ em 1946, trabalhando dentro do *Jornal do Comércio* no início da carreira. Atuando como presidente da empresa de sua família entre 1950 e 1964, durante esse período passou a se dedicar às atividades intelectuais ligadas ao grupo que mais tarde formaria a primeira turma do ISEB. Atuando no instituto de 1955 até 1959, com o golpe de 1964 se exilou nos EUA, aonde lecionaria Sociologia em Harvard e no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) entre 1964 e 1969. No retorno ao Brasil, assumiria o cargo de diretor de Assuntos Internacionais das Faculdades Integradas Cândido Mendes. Trabalhando junto ao governo Sarney entre 1985 e 1988, foi responsável por coordenar o projeto “Brasil 2000”. Participou da fundação do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), em 1988 e quatro anos depois assumiria o cargo de secretário da Ciência e Tecnologia do governo Collor (LIMA, 2015).

Por sua vez, outros intelectuais do ISEB estavam ligados a Ação Popular ou ao PCB, como o general da reserva e historiador Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Servindo o Exército a partir vinte anos de idade, Sodré teria iniciado sua conversão ao marxismo no final dos anos 1930, ingressando no PCB no início da década seguinte. Escrevendo para o *Correio Paulistano* no mesmo período, começava a se destacar como escritor, tornando-se amigo pessoal de figuras como Jorge Amado e Graciliano Ramos. Formado na Escola de Comando e Estado-Maior em 1946, trabalhou na instituição entre 1947 e 1950 como chefe do Curso de História Militar passando, neste último ano, a dirigir o Departamento Cultural do Clube Militar. Repreendido por participação na campanha do “O Petróleo é Nosso”, foi destacado para servir no Rio Grande do Sul, aonde viveu por cinco anos. No retorno ao Rio de Janeiro daria início às suas atividades como professor do ISEB (1955), passando também a integrar a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército e a colaborar com os periódicos *Última Hora* e *O Semanário* (este último de perfil nacionalista). Pelo apoio à posse de Goulart em 1961, foi mais uma vez enviado para longe do Rio (desta vez para Belém), o que fez com que passasse à reserva em 1962. Entregando-se totalmente às atividades intelectuais, passou a chefiar o Departamento de

História do ISEB a partir daquele ano. Com o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos (FERREIRA, 2001).

Finalmente, haviam os isebianos que aderiram radicalmente ao socialismo, como os filósofos Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto. Integrando a AIB desde sua formação (1932), Roland Corbisier (1914-2005) concluiria sua dupla formação (Direito e Filosofia) em 1936. Rompendo com integralismo em 1945, durante os anos 1950 assumiria uma série de cargos administrativos em instituições privadas e órgãos públicos: em 1949, se tornaria diretor da Divisão de Ação Social da Reitoria da USP e conselheiro de Economia da Associação Comercial de São Paulo; em 1952, seria um dos fundadores do Instituto de Economia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, também ingressando no “grupo de Itatiaia”; em 1954, assumiria o cargo de secretário da Assistência Técnica de Educação e Cultura do MEC; finalmente, em 1955, assumiria como primeiro diretor-executivo do ISEB. Deixando a direção do instituto, passaria a se dedicar à política nos anos 1960, filiando-se ao PTB, pelo qual seria eleito deputado da Assembleia Constituinte do estado da Guanabara (1962) e depois deputado federal (1963). Cassado pelo regime militar a partir de 1964, no final dos anos 1980 se tornaria membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (GOMES, 2012).

Nascido em 1909 na cidade de Campos (RJ) e formado em Medicina pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1932, Álvaro Vieira Pinto cursaria paralelamente física e matemática na Universidade do Distrito Federal (UDF). Ingressando na AIB em 1934, a convite de Alceu Amoroso Lima (então reitor da UDF) passaria a lecionar lógica na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Passando a colaborar com a revista *Cultura Política* (vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda) em 1941, com o fim do Estado Novo, passaria o ano de 1949 estudando na Sorbonne. Retornando ao Brasil no ano seguinte, assumiria a cadeira de titular de História da Filosofia da FNFfi, passando a se dedicar exclusivamente aos estudos da disciplina a partir de 1951 (abandonando, portanto, a pesquisa médica). Convidado por Roland Corbisier, em 1955 se tornaria chefe do Departamento de Filosofia do ISEB, assumindo a direção executivo do instituto a partir de 1962. Cassado pela ditadura, partiria para o exílio na Iugoslávia e posteriormente no Chile (aonde trabalhou junto ao Centro Latino-Americano de Demografia, órgão da ONU), retornando ao Brasil em 1968. Durante os

anos 1970, traduziria obras de autores como Claude Lévi-Strauss e Noam Chomsky para a Editora Vozes (Idem).

Fosse trabalhando junto à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) na produção de projetos de lei, escrevendo artigos para os *Cadernos do Povo* (publicados pela editora Civilização Brasileira) ou promovendo cursos para estudantes, sindicalistas e militares, os isebianos procuraram difundir uma *Ciência Social mais engajada*. Defensores ferrenhos das reformas de base²⁹ (propostas por J. Goulart), enxergavam nelas a concretização das ideias que tinham para o sucesso da revolução capitalista brasileira, que deveria aliar um Executivo “forte”, um programa de industrialização e a transformação do povo em protagonista político – o desenvolvimento deveria ser ao mesmo tempo político, econômico e social. Nas palavras de Caio Navarro de Toledo, enquanto centro de formação político-ideológica de orientação democrática e reformista, o ineditismo do ISEB se deu na medida em que o instituto ultrapassou os objetivos acadêmicos, sendo concebido desde sua formação como instrumento para a definição das ações do governo. Reunindo, em suas distintas fases, intelectuais das mais variadas correntes de pensamento, eles convergiram – através do nacional-desenvolvimentismo – ao entendimento comum de que a ação do Estado poderia conduzir o país à superação da alienação cultural e do atraso socioeconômico (TOLEDO, 1978)

É preciso ressaltar, no entanto, que apesar da conversão cada vez mais à esquerda de seus intelectuais no curso do desenvolvimento do instituto, em nome do “pluralismo teórico”, para além de comunistas e getulistas, o ISEB foi capaz de absorver vários quadros advindos do movimento integralista como, por exemplo, Vieira Pinto, Corbisier e o sociólogo Guerreiro Ramos, que foram membros ou simpatizantes do movimento fascista brasileiro. Isso reforça o caráter autoritário e elitista de seus posicionamentos e, com isso, a conexão que ligava os intelectuais dos anos 1920-1930 aos dos 1950-1960: colocavam-se ao lado do povo, mas para conduzi-lo. Ainda acompanhando os intelectuais da geração anterior, defendiam um estilo de representação corporativa, não ligada aos partidos, mas aos sindicatos controlados pelo Estado. Enquanto equivalente civil (e rival) da Escola Superior de Guerra na *formação de elites*, o ISEB demonstraria grande

²⁹ As reformas de base foram um conjunto de propostas para as esferas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária, visando a superação do subdesenvolvimento e a redução das desigualdades.

preocupação com a doutrina de segurança nacional. Era, portanto, mais um centro de construção da opinião pública onde se reuniam defensores de um Estado cuja missão seria a neutralização das ameaças internas e externas à realização dos “objetivos nacionais”. Tais eram os termos do nacional-desenvolvimentismo propagado pelo ISEB, nada mais que um “autoritarismo disfarçado em revolução social” (PÉCAUT, 1990: 123 apud FRANCO, 1978: 47).

Em seus nove anos de vida, pode-se dizer que o ISEB teve três fases distintas, marcadas tanto pelo cenário político do país quanto pelas trocas de diretores, saídas e chegadas de intelectuais de diferentes vertentes. Essas mudanças fizeram com que o caráter do instituto mudasse, mas sem perder jamais o viés desenvolvimentista, a postura de *intelligentsia* (intelectual enquanto legítimo representante do povo) e o horror à classe média. No primeiro momento, que foi de 1955 a 1958, apesar de Corbisier ter assumido como diretor, era Jaguaribe quem tinha o posto de maior destaque dentre os intelectuais da “primeira turma” do instituto (também composta por intelectuais como o jurista Cândido Mendes e o economista Ewaldo Correia Lima). Defendendo o papel da elite esclarecida como conscientizadora das massas, colocando-se como responsável pela modernização e unidade nacionais, atuando como difusor intelectual das ideias defendidas pelo governo Kubitschek (do qual era peça fundamental), o “primeiro” ISEB passaria por uma crise interna em 1958, ano da publicação de *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Obra de Jaguaribe, nela o autor defendia publicamente a entrada de investimentos estrangeiros no país, o que acabou gerando a reação dos colegas mais vividamente defensores de políticas protecionistas. Em meios às tensões, Corbisier ganharia mais poderes enquanto diretor, levando ao afastamento de boa parte da ala “governista”, incluindo aí o próprio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira, entre outros.

Ainda inserido no contexto do governo Kubitschek, o ISEB (seguindo sob comando de Corbisier) entraria em sua segunda fase (1959-1960), chamada de “nacional-populista”, na qual o instituto – afastando-se em certa medida do governo – promoveria a aproximação com organizações populares, o Partido Comunista e o movimento estudantil (UNE). Focados na missão de integrar os intelectuais ao povo, visando o engajamento em favor da revolução capitalista brasileira, começaram a ser atacados pela imprensa como órgão de “propaganda comunista”. Com o fim do governo Kubitschek e

a continuidade dos ataques o ISEB não recuaria em suas posições, assim, em sua terceira fase (1961-1964), chamada de “nacional-marxista”, operando – sob a direção de Vieira Pinto – dentro das administrações Quadros e Goulart, o instituto se alinharia cada vez mais a um marxismo de tipo sartriano, focado na questão da desalienação. Reaproximando-se do governo, os intelectuais não perderiam as pontes construídas com a UNE, publicando em conjunto com ela e a Editora Civilização Brasileira os *Cadernos do Povo*, cujo grande objetivo era a promoção de uma certa pedagogia revolucionária, transportando os debates e conceitos da academia para o linguajar e alcance populares. Sob grande influência de Sodré, o Instituto atuaria fortemente como difusor das ideias do governo Goulart, defendendo especialmente as reformas de base e passando a ser, por isso, atacado como “centro de conspiração revolucionária”.

Enxergando como seus inimigos, além dos conservadores, os latifundiários e a burguesia “entreguista”, o ISEB recebia críticas tanto dos conservadores quanto dos intelectuais paulistas: os primeiros temiam a união entre getulistas e comunistas promovida no interior do instituto; os outros, por sua vez, atacavam-no pelo o que entendiam ser uma falta de rigor científico por parte dos isebianos, assim como pelo receio de que eles, de alguma forma, reanimassem o movimento integralista. Na crítica construída pelas gerações posteriores aos isebianos, o dito “afastamento da realidade brasileira” foi um dos pontos que lhes serviu de base para denotar a pouca cientificidade de seus trabalhos, dado o peso do fator ideológico. Ao se fixarem demasiadamente na questão do planejamento necessário ao pleno desenvolvimento nacional, os isebianos, mais do que produzir uma análise da “realidade concreta” do Brasil, teriam esboçado o futuro glorioso e soberano que desejavam para o país.

Apesar da pressão exercida pela institucionalização da Sociologia e das críticas, o ISEB não deixou de exercer influência concreta sobre a sociedade. Além das publicações realizadas em conjunto com a UNE, dos cursos ministrados e dos contatos com o Partido Comunista e a Frente Parlamentar Nacionalista, as marcas de seu nacional-desenvolvimento também foram sentidas nos Centros Populares de Cultura (CPCs). Experiências iniciadas em 1961, em São Paulo, grande parte dos artistas neles envolvidos aderiram à “marcha em direção ao povo” visando a doutrinação revolucionária, característica dos intelectuais nacionalistas do período. Esses espaços de encontro foram fundamentais para que dramaturgos, músicos, cineastas, pintores e poetas, colocando-se

numa postura de vanguarda, almejassem a transformação da cultura em instrumento revolucionário. Utilizando-se do conceito de “cultura popular” para se opor à cultura elitista dos anos 1930, os artistas do início dos anos 1960 não deixaram de nutrir o desdém da geração anterior por aquilo que vinha do povo. A “arte do povo” era desprezada como pré-política, carente de consciência revolucionária, a “verdadeira arte” era aquela aonde o conteúdo (a mensagem revolucionária) era mais importante do que a forma (estética). Assim, se as massas eram as portadoras da nacionalidade, às elites seguia cabendo a tarefa de dar o seu sentido. O “descer” ao povo era, portanto, a condição para que o intelectual, aquele que pensa e almeja a transformação da sociedade (fosse ele o cientista social, o economista, o jurista, o filósofo, o artista) se colocasse como porta-voz legítimo do nacional-desenvolvimentismo.

Através da sua produção, os artistas engajados pregavam que o contato com a realidade do povo aceleraria o processo de transformação da sociedade brasileira em sua integridade, cuja iminência lhes aparecia como convicção. Durante os anos 1960, nos meios estudantis, intelectuais, artísticos e inclusive em meio à juventude católica, era consensual a ideia de que sociedade brasileira estava a ponto de passar por uma grande transformação. Nesse sentido, estes pensadores da realidade nacional compartilhavam o entendimento de que tinham uma missão a cumprir: conscientizar o povo no sentido da revolução “iminente”. Se nos anos 1950, os homens e mulheres de cultura do Brasil, em sua maioria, ainda acreditavam na conversão da nação como um todo ao *projeto nacionalista*, na virada para a década de 1960 até os comunistas – cujo partido já havia abdicado da luta de classes em favor das disputas eleitorais – passaram a demonstrar (especialmente a partir 1963) tendências cada vez mais favoráveis ao *golpe de Estado*.

Com a crise instaurada pela renúncia de Quadros, em agosto de 1961, iniciara-se um movimento de resistência à posse de João Goulart que, na visão de setores militares e civis, poderia incorrer em uma ameaça à ordem e às instituições, dada sua proximidade com os sindicatos e afinidade com o getulismo. Diante do pedido de impedimento da posse feito pelos ministros militares, o Congresso optou pelo parlamentarismo como tentativa de conciliar a insatisfação dos setores conservadores com a exigência legal de que o vice, estando em condições, assumisse a presidência. Tendo como base de apoio setores operários, estudantis e intelectuais, Goulart aceitaria a proposta do Congresso, assumindo o cargo deixado por Quadros. Tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves,

a primeira experiência parlamentarista do Brasil republicano não operou grandes transformações no sistema político, que seguiu tendo no presidente sua figura de comando. Não por isso o governo Goulart deixaria de lutar pela volta ao presidencialismo, colocando no centro da agenda política de todo o período (um ano e quatro meses) em que o parlamentarismo vigorou o pleno reestabelecimento de seus poderes como meta central. Neste quadro, a disputa concreta se deu em torno da possibilidade de antecipação do referendo popular que decidiria o futuro do sistema político brasileiro. Marcado para 1964 e efetivamente antecipado para janeiro de 1963, o plebiscito teve como resultado o retorno do presidencialismo.

Marcado pelas tensões entre os blocos capitalista e socialista, o governo Goulart manteve o programa de construção de uma política externa independente estabelecido desde o governo Quadros, dentro do qual se operou a aproximação diplomática e comercial do Brasil com os países socialistas do leste europeu e também da China (para onde Goulart havia sido enviado em missão diplomática pouco antes de sua posse). Sob influência dos postulados nacionalistas do ISEB, assim como das propostas “globalistas” vindas da CEPAL, a política externa brasileira se modificaria, passando a questionar as interferências dos EUA e, em contrapartida, a favorecer uma maior aproximação dos demais países latino-americanos. Assinada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) começava a surtir efeito no plano das relações internacionais, que deveriam ser marcadas pela solução pacífica de conflitos, a tese da igualdade jurídica das nações, e os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos. Com o início da transposição dos confrontos entre Leste-Oeste para as disputas entre Norte-Sul, o governo brasileiro desafiaria os EUA ao defender que Cuba, já sob comando de Fidel Castro, fosse mantida no sistema interamericano, contribuindo para deteriorar as relações entre o Itamaraty e o Departamento de Estado.

No plano interno, as políticas do governo liderado por Goulart também não iriam de encontro aos interesses das forças conservadoras nacionais. Na área da educação, com a posse de Darcy Ribeiro como ministro da Educação (setembro de 1962 até janeiro de 1963) o projeto da Escola Nova dos anos 1920 havia sido retomado, impulsionando o fortalecimento de laços entre o governo e movimentos como a UNE, os Centros de Cultura Popular (CPCs) e os chamados Movimentos de Cultura Popular (MCPs). Formados por setores progressistas cristãos, foram em seus espaços aonde primeiro se

aplicaram as metodologias de Paulo Freire (que havia sintetizado suas propostas pedagógicas em 1962). No tocante às questões econômicas, o peso dos anos de acelerado desenvolvimento sob o governo Kubitschek continuavam a pesar sobre a realidade brasileira. Mesmo dando continuidade à política anti-inflacionária implementada no governo de Quadros, o governo de Goulart não conseguiu conter o descontrole dos gastos públicos e da emissão de moeda, aumentando as tensões com o Fundo Monetário Internacional.

Aquele era um contexto dentro do qual tanto parcelas da esquerda quanto da direita se mostravam abertas a quebrar a legalidade em nome da concretização de seus interesses e no qual a democracia não ocupava o centro das discussões, defesas e manifestações. Diante da estagnação dos debates em torno das reformas de base (que não avançaram durante o período parlamentarista), mesmo passando por um processo de isolamento político, em 13 de março de 1964 Goulart insistiu na estratégia de organizar sua base para pressionar o Congresso a impulsionar tais iniciativas no chamado “Comício da Central”. Em resposta vieram a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, a agitação dentro das Forças Armadas e finalmente o afastamento de Goulart do cargo. Apoiado não somente pelos EUA (impulsionados pela doutrina Mann³⁰) e pelos militares – em especial aqueles ligados à Escola Superior de Guerra –, o golpe de 1964 fora possível graças à ação de membros da Ação Democrática Parlamentar (frente parlamentar composta por membros do PSD e da UDN, como Carlos Lacerda, Ademar de Barros e José Magalhães Pinto), de setores da Igreja e da imprensa (como os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*), de associações profissionais e de institutos de viés “anticomunista” financiados por empresários como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)³¹ e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³², além de outras organizações da sociedade civil. Concretizava-se, desta forma, o fim do ciclo democrático estabelecido em 1946 e o início da ditadura civil-militar no Brasil.

³⁰ Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos EUA, Thomas C. Mann direcionou a política externa dos governos dos democratas J. Kennedy e L. Johnson para a América Latina, dentro da qual defendia que os EUA deveriam dar apoio a movimentos contrários a governos de esquerda na região.

³¹ O IPES era um instituto voltado para a defesa dos interesses dos empresários (controlar a inflação, corrigir a falta de planejamento econômico e combater as reformas de base e o comunismo), promovendo intensa campanha antigovernamental pelos mais variados meios: publicação de livros e artigos nos principais jornais; distribuição de panfletos e produção de diversos filmes; além do financiamento de cursos, conferências, assim como de outras entidades contrárias ao governo.

³² O IBAD tinha por objetivo o combate ao comunismo, tendo como principal função o financiamento de campanha de políticos contrários a Goulart.

ditadura civil-militar: da revolução popular ao “descobrimento” da sociedade civil

O golpe consumado em 1964 efetivamente pelas forças do comandante Olímpio Mourão Filho, e com aval do general Castelo Branco, havia sido ensaiado pelos conservadores em pelo menos quatro oportunidades ao longo da década anterior. Em 1954, as disputas encabeçadas por G. Vargas e C. Lacerda culminaram no fim do mandato do então presidente, mas não da maneira esperada pelo jornalista e seus aliados, pois o suicídio de Vargas acabaria postergando os planos golpistas. Dentro de um cenário ainda inflamado no interior do Exército e também dos partidos (marcado pelas disputas entre o PTB e a UDN), em 1955 viria a segunda tentativa: anunciada pelo coronel Jurandir Mamede (membro da Escola Superior de Guerra), a defesa de um golpe militar contra a posse de J. Kubitschek geraria a reação por parte dos chamados “legalistas” dentro das Forças Armadas. Liderados pelo general Henrique Teixeira Lott, eles organizaram um contragolpe, que ficou conhecido como Movimento 11 de Novembro, resultando na fuga conjunta de Mamede, do presidente interino Carlos Luz e do udenista Carlos Lacerda. Durante o mandato de J. Kubitschek, outras duas tentativas de derrubar o presidente partiram de dentro das Forças Armadas. Em 1956, ainda na esteira do golpe frustrado de 1955, oficiais da Aeronáutica se revoltaram contra a posse da chapa eleita no ano anterior, sendo contidos pela ala legalista do Exército em menos de vinte dias. Três anos depois (em 1959) integrantes da Aeronáutica voltariam a armar um golpe contra Kubitschek: planejando o bombardeio dos palácios de Laranjeiras e do Catete (no Rio de Janeiro) eles foram contidos em questão de horas, fugindo para países vizinhos.

Baseados em um discurso salvacionista, e sob os pretextos da eliminação da ameaça da “subversão civil” (o dito perigo comunista) e também da “moralização política” (enquanto intenção de pôr fim às práticas de corrupção), os militares aplicam um golpe ao governo de João Goulart e, em primeiro de abril de 1964, o Congresso – por meio do senador Auro de Moura Andrade – anuncia que a presidência estava vaga. Partindo da promessa de que a intervenção deveria reconduzir o sistema político à “ordem democrática”, coube ao governo de Castelo Branco (1964-1967) dar início à “limpeza” do terreno político daqueles considerados como ameaças à segurança nacional. A partir dali, com a instauração do Ato Institucional Número 1 (AI-1) logo começou a suspensão dos direitos políticos, com cassações de mandatos e exílios, atingindo partidos e

sindicatos, a burocracia, as próprias Forças Armadas, assim como as universidades. Inicialmente prometendo o retorno à democracia para as eleições de outubro de 1965, os militares optaram por estender o mandato de Castelo Branco que se manteve como presidente. A partir do AI-2 também se assistiu ao fim dos partidos fundados em 1946 e à criação de dois que os substituiriam: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), composto pelos opositores que não haviam sido cassados pelo golpe. No entanto, com a entrada do governo Costa e Silva (1967-1969) os expurgos iniciados pelo AI-1 seriam ampliados pelo AI-5 (e em 1969 pelo Decreto-Lei Nº 477, que impediria os professores de trabalhar), de dezembro de 1968, que permitiria ao Executivo: decretar o recesso do Congresso e de qualquer outra Câmara Legislativa; substituir governadores e prefeitos eleitos por interventores nomeados pelos militares; suspender direitos políticos de qualquer cidadão e caçar o mandato de qualquer político; remover ou aposentar qualquer servidor público; além de decretar estado de sítio e prorrogá-lo indeterminadamente (SKIDMORE, 1988).

Se os juristas-jornalistas autoritários haviam se colocado como as grandes referências intelectuais dos anos 1930-1940, na passagem dos 1950 aos 1960 os economistas³³ é que assumiriam o posto de “grandes intérpretes” do Brasil. Se antes eles não tinham dúvidas quanto à capacidade do planejamento de levar o país à modernidade, após 1964 chegariam ao consenso de que o golpe havia sido resultado direto da falência do modelo desenvolvimentista, mais especificamente do esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações. Assim, disseminaram o entendimento de que, mais do que “entraves conjunturais” na política, havia “bloqueios estruturais” ao crescimento econômico, nomeadamente em torno da “condição periférica” do país. A dependência diante dos Estados Unidos, as estruturas agrárias, a superestrutura creditícia, todo esse novo arcabouço conceitual ganhava cada vez mais força nas explicações acerca do “fracasso da economia” (e, por consequência, do país). Nesse sentido, as soluções que propõem não são menos “estruturais”: além de pesados investimentos nos setores estratégicos, seria necessária uma *remodelação das instituições*, que deveriam representar (ou voltar a representar) os anseios populares. Assim, demarcavam sua oposição ao regime ao mesmo tempo em que declaravam sua fé inabalável no Estado. Além dos fatores estruturais da economia, os antagonismos sociais e os interesses imperialistas

³³ Como Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e Luís Bresser Pereira.

também surgem – especialmente por meio dos *sociólogos* – como fatores decisivos para o entendimento do golpe de 1º de abril.

Dando primazia aos fatores políticos ou econômicos, muitos intelectuais do período abraçaram a ideia de que o regime ruiria por conta de suas próprias contradições. Além de não crerem na capacidade dos militares de reavivarem o modelo desenvolvimentista de crescimento, viam no enfraquecimento de Castelo Branco em meio aos militares, na formação de uma “Frente Ampla” de oposição civil e no fortalecimento do movimento estudantil, três fatores capazes de desestabilizar por completo o regime. Porém, a sociedade civil organizada era retórica. Por conta disso, em sua grande maioria, se opuseram de início à participação política direta, incluindo a luta armada. Especialmente entre os nacionalistas tradicionais, era difundida a crença de que bastaria esperar que as contradições internas do regime o destruíssem, já que forçariam a mobilização das parcelas nacionalistas da burguesia e do Exército pelo retorno da democracia. Assim, no espaço entre os decretos do AI-1 e do AI-5, os nacional-populistas viam sua influência intelectual e política diminuir consideravelmente, passando a se restringirem cada vez mais ao Rio de Janeiro. Naquele contexto, com a ascensão dos economistas se operaria uma grande diversificação de posicionamentos e diagnósticos dentro da esquerda brasileira. Aquele foi um período aonde os intelectuais procuraram sua autonomia enquanto categoria social independente dos partidos (especialmente do PCB), e dentro do qual começaram a assumir grande protagonismo na oposição ao regime:

No silêncio a que estão reduzidas as classes populares, no contexto de fragmentação da esquerda, no ambiente de radicalização da juventude estudantil, atribuem a si a responsabilidade de continuar a assumir a representação das primeiras, de resgatar uma certa coesão da segunda, e de prevenir o isolamento da terceira. De novo, multiplicam-se as profissões de fé relativas à missão dos intelectuais (PÉCAUT, 1990: 201).

Não interessando mais organizar (1930) ou conscientizar (1950) as massas, os intelectuais dos anos 1960 preservaram de seus antecessores o senso de que possuíam uma missão a cumprir perante o Brasil. As gerações passadas haviam mantido o nacionalismo enquanto ideologia dominante, conservando oposição ou desconfiança com

relação à democracia liberal, que enxergavam como representação deformada, obstáculo à construção da nação, sinônimo de desagregação social e individualismo. Tendo por missão a conformação da identidade nacional, os intelectuais que acompanharam os governo de Vargas ficaram marcados por se colocarem como elite dirigente, pela fé no evolucionismo e no darwinismo social, e por enxergarem o Estado como o agente da coesão e ordenação sociais. Na sequência, a geração dos anos 1950 também ficaria marcada pelos fortes laços com o Estado e por se colocarem como intérpretes da vontade popular, diferenciando-se pela “descida” ao povo, pela missão de conscientização popular-revolucionária que assumiram. Assim, durante boa parte da primeira metade do século XX (até o início dos anos 1960) a relação entre o Estado e os intelectuais se deu em torno de uma troca cuja moeda era a *legitimidade*: os intelectuais ativavam seus saberes e sua ascensão em meio a opinião pública para justificar as políticas do Estado, enquanto este garantia aos intelectuais uma posição social de destaque e capacidade de intervir diretamente nos rumos da nação. Olhando para tal retrospectiva, não seria de todo estranho que, diante do golpe de 1964, os intelectuais mantivessem os laços com o Estado. Muitos certamente o fizeram, no entanto, dois fatores foram cruciais para sua convergência à oposição: a formação de base marxista durante os anos de graduação e as teses de doutorado realizadas especialmente nos EUA com financiamento da Fundação Ford.

Já anunciado na fase final do ISEB, o declínio do nacionalismo teria como contrapartida a ascensão do marxismo como perspectiva dominante dentro das Ciências Sociais, movimento que, de tão abrangente, abarcou não só os intelectuais fluminenses como também os paulistas, separados por décadas de disputas em torno de visões contrastantes de trabalho científico – assumindo, de um lado, postura de vanguarda; de outro, prezando pela “neutralidade científica” e rigor acadêmico. Na esteira deste processo, iniciado em 1958 dentro da Universidade de São Paulo, o *Seminário sobre Marx* reuniu estudantes e professores assistentes em torno do estudo da obra *O Capital*. Tendo José Arthur Giannotti e Fernando Henrique Cardoso como os principais organizadores³⁴, a transição destes estudantes ao marxismo tinha um duplo caráter: de um lado, havia o anseio pela fundamentação de novas perspectivas metodológicas dentro das Ciências

³⁴ Também contando com a presença de figuras que viriam a ganhar destaque dentro das Ciências Sociais, como Paul Singer, Octavio Ianni, Michael Lowy, Ruth Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Roberto Schwarz, entre outros.

Sociais; de outro, a partir de 1964 ser marxista se tornaria sinônimo de oposição ao regime entre os estudantes de esquerda, constituindo-se enquanto parte integrante de sua cultura e imaginário políticos. Se o escopo temático não diferia muito daquele difundido pelos isebianos³⁵, os seminaristas procuraram rever a teoria de Marx com o “devido rigor acadêmico”, afastando seus conceitos dos modelos propostos pelo PCB, assim como daquilo que consideravam como idealizações propagadas pelo ISEB e pela esquerda cristã³⁶. Tratava-se de conferir às Ciências Sociais uma nova base epistemológica (tanto que, de início, até Florestan Fernandes se viu afastado dos debates), dar novas interpretações sobre a evolução histórica do Brasil por meio da dialética marxiana. A partir de seus trabalhos, depararam-se com o que entediam ser a condição do Brasil enquanto país dependente, problema para o qual formulariam (de início) duas soluções possíveis: diante da condição subcapitalista, ou o *socialismo* ou a *estagnação econômica*.

Mais tarde, a influência da formação marxista recairia sobre os postulados desenvolvidos por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969), obra que contribuiria para aprofundar o “economicismo” vigente. Na época, até o debate político estaria impregnado de questões “estruturais”, as disputas institucionais e sociais estariam condicionadas ao processo de acumulação. Grande exemplo disso, a queda de Goulart, antes vista como resultado da polarização interna das forças políticas, passaria a ser interpretada como consequência da dependência (política e econômica) perante as forças externas. A *teoria da dependência* passaria a ser o grande marco da superação dos “mitos” do nacional-populismo, dos esquemas propostos pelo PCB e da cultura política que eles engendraram. Em sua busca por autonomia, os intelectuais procuraram produzir e legitimar suas próprias interpretações da história brasileira, partindo de uma análise fundada nas relações de produção, com especial olhar para a estrutura de classes do país e os conflitos de interesse dentro de suas facções. De outro lado, a obra em questão trazia consigo a quebra de um paradigma. Se antes, aos olhos dos intelectuais de esquerda, o destino do país estava fadado a uma escolha entre o socialismo e a estagnação, a partir deste livro seria aberta a

³⁵ Eram constantemente trabalhadas noções como “alienação, ‘consciência da situação’, práxis, reificação, trabalho”, além de outras mais “recentes”, como “acumulação, classe dominante e, em seguida, claro, dependência” (PECAUT, 1990: 218-20).

³⁶ Da mesma maneira que desconfiaram da postura de Goulart como presidente (marcando aí um ponto de discrepância com a esquerda tradicional), não depositavam muita fé no potencial político das “massas populares”.

possibilidade de um “desenvolvimento associado” aos países do chamado Primeiro Mundo. Assim, mesmo diante de uma intelectualidade impregnada de marxismo, surgia uma teoria que contrapunha o crescimento econômico à condição de dependência. No entanto, mesmo diante de todas as contradições do regime, os teóricos da escola da dependência não pareciam encontrar um caminho definitivo para a superação da ditadura. Haviam diversas possibilidades, mas nenhum grupo mostrava clara capacidade de conduzir tal processo de transformação. Em meio a essas idas e vindas, até Fernando Henrique Cardoso oscilou entre a espera pela crise interna do regime e a revolução.

Surgida no contexto do *New Deal* estadunidense, a Fundação Ford fora inicialmente concebida como meio da família de industriais do ramo automobilístico de preservar sua fortuna diante das reformas tributárias realizadas ao longo dos anos 1930. O plano, no entanto, sofreria um revés na década seguinte. Isso porque em 1947 viria uma nova proposta legislativa para a redefinição da lei de impostos e do caráter das organizações filantrópicas. Com a morte do avô no mesmo ano, Henry Ford II assumiria o comando da companhia sob pressão da Casa Branca e das grandes fundações, que exigiam que ele aderisse ao chamado “evangelho da riqueza”³⁷, tornando-se um aliado privado do governo “na modelagem da vida pública”. Cedendo às tensões, a Fundação Ford passaria a ter suas lideranças dedicadas a um grupo de estudos voltado para a busca de meios mais rentáveis de realocar os investimentos feitos na caridade. A montagem dessa nova agenda de atuação da Fundação ficaria sob responsabilidade do jovem advogado Horace Rowan Gaither Jr. que, para defini-la, realizou uma pesquisa em meio a lideranças das elites políticas, econômicas, empresariais, universitárias e filantrópicas dos Estados Unidos. A partir dos *surveys* coletados, o principal tema levantado foi o da necessidade de investimentos na luta contra o comunismo, primordialmente com quebra das barreiras “isolacionistas” do país com relação à diplomacia internacional. Pauta comum durante o governo Truman (1945-1953), para se diferenciar de outras grandes fundações (como Carnegie e Rockefeller), aconselhou-se “que a Fundação estabelecesse programas temáticos [...]. Sugestão que veio a ser acatada, com a orientação interdisciplinar do órgão para preocupações das ciências sociais aplicadas” (CHAVES, 2015: 232).

³⁷ Nome dado à campanha de culpabilização dos empresários estadunidenses promovida durante o governo Roosevelt (1933-1945), e que tinha como objetivo captar parte das fortunas destas famílias para investimentos em reformas sociais, urbanísticas e econômicas.

Como pontua Fligstein (2003: 111), em maior ou menor grau, “todos os níveis do governo estadunidense financiam a pesquisa universitária” – especialmente o Ministério da Defesa, mas não só. Como aponta Foucault (2010), o mesmo ocorreria na Europa: não haveria, portanto, pesquisa de ponta em benefício dos empresários que não passasse por alguma modalidade de financiamento estatal. Porém, no contexto estadunidense, a assimilação e o suporte dados pelo Departamento de Estado e pela Agência Central de Inteligência – CIA, para que a Fundação Ford se tornasse a grande “atriz transnacional” da diplomacia no campo das Ciências Sociais, era algo novo. Apesar da Ford ter atuado praticamente sozinha no eixo universitário, todas as fundações eram vistas como importantes vias de aplicação da política externa, pois elas teriam maiores chances de serem aceitas, tanto pela opinião pública quanto pelo meio acadêmico dos países “subdesenvolvidos”. Assim, sendo a base de uma “estratégia de privatização da política exterior” (GUILHOT, 2003: 214), as fundações interviriam nas áreas diplomáticas em que os EUA mais encontravam dificuldades de ação. Colocando-se como fundos filantrópicos interessados no desenvolvimento científico e social, e não enquanto agências paraestatais estadunidenses, caberia a elas tomar as rédeas de tais iniciativas. Alimentando “um mercado internacional da reforma das instituições” (Idem: 209), entendia-se que este seria o meio mais fácil de romper os discursos anti-imperialistas. As fundações seriam capazes de conferir maior transparência enquanto órgãos privados e, portanto, passariam uma maior confiabilidade aos parceiros, investidores e pesquisadores. Por meio do “poder da sugestão”, tais instituições estariam aptas “a influenciar as mudanças através da disponibilização de recursos tangíveis (capital) e intangíveis (prestígio)” (ROCHA, 2017:112), incorporando todos os tipos de progressistas (socialistas, socialdemocratas e liberais), da América Latina à Ásia, às fileiras da produção científica de matriz anglo-americana.

Partindo de tais influências, Gaither Jr. e seu grupo de estudos foram capazes de conceber, em 1950, o *Gaither Report* (Relatório Gaither), preocupados com a pacificação dos conflitos internos (“guerras raciais” contra o movimento dos direitos civis) e externos (guerra nuclear contra a União Soviética) que o país vivia. Neste sentido, ele seguiu as sugestões da pesquisa realizada junto às elites estadunidenses, fazendo com

que a organização buscasse afirmar-se institucionalmente por meio do *apoio às Ciências Sociais*, e das atividades de patrocínio à área, [realizando] [...] a instrumentalização das suas disciplinas para afirmação da “paz internacional” e do “bem-estar social”, as metas da sua nova forma de atuação. Da afirmação dessas metas, apontava-se para a necessidade de se construir as condições de *segurança* de um ambiente de paz internacional duradoura, o que, nos termos da carta programática, significava extirpar do ambiente internacional as ameaças totalitárias de esquerda e de direita e as formas de atuação política beligerante, não-democráticas (CHAVES, 2015: 233-234, grifos meus).

O papel das grandes fundações era, portanto, de “conscientemente, sem publicidade, e como parceira dos governos, o de mobilizar seus recursos para influir politicamente como organização de vanguarda liberal” (CHAVES, 2015: 230-231) no sentido do “bem-estar” das populações. Tal plano, dado por meio da *intervenção local e global nas Ciências Sociais*, de acordo com o Relatório Gaither, foi construído com o intuito principal de formar militantes intelectuais, para transformá-los posteriormente em “*profissionais da democracia*”. Ou seja, em quadros de elites intelectuais, lideranças políticas e técnicos especializados que teriam por objetivo o estabelecimento de saberes que pudessem constituir e preservar as instituições democráticas (GUILHOT, 2003: 235). Estas elites, “aprofundando o conhecimento dos ‘novos Estados’ descolonizados”, teriam o papel de “paralelamente antecipar os riscos de instabilidade ligados à modernização capitalista que os Estados Unidos exportam, ao mesmo tempo favorecendo um acompanhamento reformista do processo de desenvolvimento que permite canalizar as forças sociais que mobiliza” (CAMMACK, 1997 *apud* GUILHOT, 2003: 226). Assim, seriam mais capazes de mudar as percepções negativas acerca do modelo democrático euro-americano (associando-o à modernização de todas as esferas da vida) e de influenciar nas tomadas de decisão da gestão pública. Por sua vez, este “bem-estar” giraria em torno de uma *agenda democrática*, cujo principal objetivo era o *desenvolvimento seguro* das nações. Tal agenda constituía-se, de acordo com Chaves (2009: 230), a partir dos seguintes pontos:

- 1) disseminação e afirmação do *american way of life*, dos valores da democracia e da livre concorrência;
- 2) redução da pobreza e das desigualdades sociais (dentro do mundo do trabalho, tensões raciais, etc.);

- 3) resolução pacífica de conflitos, por meio: da produção de consensos, aumento da participação política e inclusão de minorias através da garantia de direitos;
- 4) liberdade econômica acompanhada da estabilização e progresso de seus índices;
- 5) defesa da propriedade privada;
- 6) uso sustentável dos recursos naturais;
- 7) modernização da esfera estatal em direção da eficiência (que economiza recursos e tempo) e eficácia (que cumpre o que promete);
- 8) e do avanço dos indicadores escolares.

Em suma, ao estabelecer conexões com o meio acadêmico, a Fundação Ford – interligada ao Departamento de Estado estadunidense – visava combinar programas de pesquisa (nas áreas das Ciências Sociais e comportamentais) com programas de treinamento (de lideranças e quadros) no intuito de acumular saberes sobre as estruturas econômicas, sociais e políticas dos países periféricos que interessavam à política externa estadunidense. Assim, fariam com que as ações voltadas para estes fossem mais eficazes na disseminação de toda uma agenda (acadêmica e política) voltada para o desenvolvimento dos processos de democratização. Dando foco especial à questão acadêmica,

estes programas tinham um foco bem determinado: a comunidade estudantil e acadêmica, nacional e internacional. E sua atividade geraria programas de intercâmbio, casas editoriais, programas de publicação, redes científicas profissionais, agendas de colóquios, eventos artísticos, políticos e acadêmicos, prêmios profissionais, programas de concessão de bolsas de estudo, formulação de novas áreas de interesse intelectual, criação de novas disciplinas, e até a construção de prédios e edifícios nos anos seguintes [a 1950]. [...] A expectativa era a de se criar, por meio destas iniciativas, respostas americanas igualmente sofisticadas [em comparação com as soviéticas], capazes de atrair o mundo acadêmico, principalmente o vinculado ao universo da esquerda política, para o centro de atração da proposta americana (SAUNDERS, 1999: 25, 30-31 *apud* CHAVES, 2009: 237-238).

Acelerada após a revolução cubana (1959), esta programática estabelecida pela Fundação Ford seria peça fundamental dentro da “cruzada democrática” difundida pelos EUA a partir daquele momento (GUILHOT, 2003). Utilizando-se da Sociologia Política

para fundamentar tal ofensiva, dentro de suas formulações a *teoria da modernização* seria a de maior destaque. Girando em torno de estudos sobre comportamento eleitoral – na Escola de Michigan (behaviorismo) e na Escola de Columbia (sociologia eleitoral) –, cultura política e grupos de interesse dentro das democracias, os padrões de explicação para os fenômenos políticos advinham da sociedade, de seus padrões morais, lideranças e procedimentos. Na confluência com o marxismo do período, a teoria da modernização passaria a ter como foco de análise as transições (“revolução burguesa”) das sociedades predominantemente agrárias, tradicionais e autocráticas para as urbano-industriais, modernas e democráticas, enxergando o desenvolvimento econômico como motor deste processo. No entanto, tal fusão geraria, durante o período da Guerra Fria, “um híbrido altamente pessimista quanto às chances de sucesso da democracia em países do terceiro mundo” (LIMONGI; ALMEIDA; FREITAS: 2016).

É dentro deste cenário político e acadêmico que, a partir de 1962, os interesses do Departamento de Estado na *intelligentsia* latino-americana levariam ao avanço da Fundação sobre o campo das Ciências Sociais brasileiras: frente ao “perigo comunista” e com a disseminação da crença de que o “terceiro mundo” não iria aderir à democracia por força/vontade própria, o governo estadunidense age no sentido de conduzir os processos de “modernização”. Sintonizando os investimentos no avanço da democracia pela América Latina, com suporte logístico e financeiro à ascensão de ditaduras civil-militares, coube a estas a condução dos processos de eliminação das “ameaças”, incluindo uma parcela dos intelectuais. Porém, se houve, por um lado, repressão a “setores da comunidade científica e acadêmica mais ativamente oposicionistas, por outro lado, o regime possibilitou a ampliação de uma rede de instituições ligadas à Ciência e Tecnologia nas quais diversos grupos de cientistas sociais conseguiram se insinuar” (FORJAZ, 1997). Não havia contradição, apenas uma política de controle, de assimilação de inteligências para a produtividade do mercado, “limpando o terreno” de possíveis contestadores visando o avanço sem impedimentos do Estado democrático (NU-SOL, 2016).

Como ressalta Bourdieu (2014: 516-518), este sempre foi um dos papéis fundamentais dos filantropos: moralizar e apaziguar os súditos por meio de assistencialismos, minimizar a periculosidade dos dominados através de sua politização e “nacionalização”. Seu trabalho baseia-se, desde o século XIX, em um esforço de adesão

ao “*habitus* nacional”, de integrar as “classes perigosas” à sociedade por meio de políticas sociais e da educação. Em suas próprias palavras: “Os filantropos, como vanguarda dos dominantes, eles próprios dominados entre os dominantes, tornam-se profetas da unificação: são sempre os profetas da unificação de todos os mercados, e em particular o mercado cultural (Idem: 520)”. Encontrando-se igualmente nesta posição ambígua de “dominantes-dominados”, os intelectuais, em sua grande parte, também possuem interesses ligados a perpetuação de certo “capital-cultural” adquirido pela manutenção de vínculos com o Estado. Possuindo, portanto, preocupações similares, as ambições dos filantropos da Fundação Ford e de parte dos cientistas sociais brasileiros começariam a convergir e ganhar força com a chegada da década de 1960 (e, como já ressaltado, especialmente durante o período militar).

Apesar do contato direto com pesquisadores só ter ocorrido dois anos depois, já em 1962 foram instalados escritórios da Fundação no México, Chile e Brasil. Por meio de investimentos financeiros em pesquisadores, programas de pós-graduação e infraestrutura institucional (centros de pesquisa, laboratórios e bibliotecas), que somaram mais de 32 milhões de dólares entre 1962 e 1992, as ações da Fundação Ford foram decisivas para a consolidação nacional do processo de institucionalização e autonomização deste campo. Responsável pela sucursal da Fundação Ford no Brasil durante seus cinco primeiros anos de existência (1964-1969), Peter Bell³⁸ fora indicado oficialmente por Gaither Jr., em seu relatório para a cúpula executiva da Fundação (Relatório Gaither). Aos 22 anos e recém-formado em Relações Internacionais em Princeton, coube ao jovem decidir qual seria o destino dos primeiros recursos da Fundação no país, os quais reverteu para a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Sem ter sido propriamente introduzida enquanto disciplina autônoma nas universidades brasileiras, a Ciência Política se institucionalizaria por meio do Departamento de Ciência Política (DCP-UFMG) da federal mineira, o primeiro do país, também incluindo o programa de Mestrado

³⁸ Sobre pessoas como Peter Bell, Nicolas Guilhot (2003: 210, grifo do autor) caracteriza-as da seguinte maneira: “[...] trata-se de um pessoal relativamente homogêneo, que frequentemente ocupa posições acumuladas e contíguas ao espaço social norte-americano, que fornece o grosso dos profissionais da democratização. *Politólogos* especializados nos problemas de ‘transição’ para a democracia ou em qualquer dos ramos dos *area studies*, defensores dos direitos humanos ou ativistas políticos, tais autores são também situados, para além de suas alegadas vinculações e por meio de filiações múltiplas ou de missões pontuais, na órbita de uma política de Estado que pouco se diferencia de sua atividade e se constitui em torno de um mesmo discurso obrigatório”.

Centrado na formação da alta burocracia do estado então governado por J. Kubitschek, P. Bell encontraria na UFMG uma geração de sociólogos disciplinados nos métodos empíricos de análise³⁹, capazes de aliar a política à pesquisa social. Assim, entre 1966 e 1976, dos 25 pesquisadores enviados para instituições internacionais de ensino, 16 saíram da UFMG: “Peter Bell encontrou o terreno favorável a seus objetivos: não só o de constituir uma ciência rigorosa da sociedade, como o de também cultivar virtudes cívicas indispensáveis à construção de um mercado internacional da competência do Estado” (CANEDO, 2015). Além do DCP-UFMG, o Iuperj – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro foi outro centro de pesquisa fundamental dentro deste processo. Segundo a autora, ainda que subordinados intelectualmente aos centros de referência dos “países desenvolvidos” (principalmente dos Estados Unidos), as instituições, lideradas “respectivamente por Wanderley Guilherme dos Santos e Fábio Wanderley Reis [...] [promoveram um] intenso intercâmbio de intelectuais e ideias [...], principalmente no sentido Minas-Rio” (FORJAZ, 1997).

Para Lessa (2011), quatro teriam sido os fatores que favoreceram esta institucionalização tardia (dois externos ao campo e dois internos). Os dois primeiros referem-se (1) à história de atuação de mineiros e cariocas na política, o que facilitou a sua aproximação intelectual⁴⁰; além (2) da *reforma universitária de 1968*, que levou à expansão dos programas de pós-graduação, dos recursos disponíveis ao financiamento de pesquisa e, conseqüentemente, do número de docentes disponíveis no “mercado universitário”. Por sua vez, ainda pesaria (3) o forte processo de diferenciação pelo qual passou a Ciência Política em comparação com as demais Ciências Sociais e Humanidades, por meio da “profissionalização dos produtores de conhecimento político” (LESSA, 2011: 29); além (4) da existência de uma tradição nacional de pensamento político, marcada – entre o fim do século XIX até a metade do século XX – pelos

³⁹ Prova disso eram os temas trabalhados pelo periódico da faculdade, chamado *Revista Brasileira de Estudos Científicos – RBEP*. As pesquisas realizadas mostraram-se como um fator decisivo para a predileção do diretor da Fundação Ford no Brasil pela UFMG. Marcada por sua singularidade em âmbito nacional, nela eram trabalhados temas únicos (à época), como: “natureza dos sistemas de partidos e comportamento eleitoral, origem social dos dirigentes, etc. [...] [Além disto, ela] foi a primeira a suscitar artigos empíricos orientados metodologicamente por *surveys*” (CANEDO, 2015: s.p.).

⁴⁰ Se a produção carioca, por meio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, possuía um “cunho ideológico e militante intervencionista” (FORJAZ, 1997), a mineira, respaldando-se no Direito e na Economia, era voltada para a formação da elite burocrática do Estado.

intelectuais da chamada “tradição ensaísta” brasileira, preocupados com a busca pelo entendimento da “formação do Estado e da nação” (Idem: 30).

Em meio a um período marcado pela repressão política, a “modernização” atinge o sistema acadêmico nacional, por meio da elaboração e consolidação de um sistema nacional de pós-graduação e da institucionalização do primeiro sistema nacional de bolsas universitárias financiado pelo Estado. Assim, mesmo não tendo sido o alvo principal desta política, o amadurecimento e profissionalização da Ciência Política foi em muito influenciado pela constituição do sistema nacional de pós-graduação, instituído pelo “desenvolvimentismo” do regime civil-militar. Distribuído pelas agências de fomento, os incentivos estatais para o desenvolvimento científico acabaram por alterar o jogo de forças do meio acadêmico: “As grandes agências governamentais, principalmente CNPq, Finep, CAPES e FAPESP, passam a carrear recursos orçamentários para financiar a pesquisa científica” (FORJAZ, 1997), configurando-se como novos centros de decisão sobre os rumos da pesquisa. Porém, além do financiamento público, o aporte econômico privado também foi de fundamental importância para o desenvolvimento das Ciências Sociais no país. Entre 1966 e 1967⁴¹, a Fundação Ford sozinha distribuiria mais de 2.5 milhões de dólares para o DCP-UFMG e o IUPERJ, respectivamente⁴². Assim, ao investir no Brasil, a Fundação Ford buscava passar a imagem de uma instituição pautada, simultaneamente, por uma moral corporativa “imparcial” e um plano de ações progressista. Com sua entrada no país, ela fortalece os laços intelectuais do Brasil com as orientações metodológicas estadunidenses por uma via intercambista de mão dupla: custeava a vinda de professores estadunidenses ao Brasil e a ida de estudantes brasileiros ao exterior por meio de um sistema de concessão de bolsas de pós-graduação que financiou pesquisadores especialmente nos Estados Unidos e no Chile.

Simon Schwartzman foi o primeiro a compor este quadro de beneficiários do eixo Minas-Rio. Enviado logo no primeiro ano de investimento da Fundação no Brasil (1962) ao Chile e financiado pela OEA (Organização dos Estados Americanos), ele defende sua Dissertação de Mestrado na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* – FLACSO (entidade patrocinada pela Unesco, OEA e Comissão Econômica para a América Latina

⁴¹ De acordo com dados demonstrados por Forjaz (1997) recolhidos na obra de Miceli (1990).

⁴² Se no primeiro caso (DCP-UFMG), os investimentos voltaram-se para a área de Ciência Política até 1984; no segundo (IUPERJ), a abrangência foi maior em ambos os sentidos: o financiamento durou até 1989 e atingiu as áreas da Ciência Política e também da Sociologia.

e o Caribe – CEPAL) no ano seguinte, intitulada: *Ideologia Política y Participación Obrera*. Cinco anos depois (em 1968), como bolsista da Fundação Ford vai para a *University of California Berkley* – UCB, nos Estados Unidos, onde defende sua Tese de Doutorado, intitulada: *Regional Cleavages and Political Patrimonialism in Brazil*. Em 1966, José Murilo de Carvalho tem seu Mestrado em Standford (EUA) também financiado pela Fundação, concluindo-o dois anos depois (1968). Entre 1969 e 1975 elabora e defende sua Tese, obtendo o título de Doutor com o trabalho: *Elite and state-building in imperial Brazil*. Na mesma universidade completa seu pós-doutorado, em 1977. A partir de 1964, Vilmar E. Faria segue um caminho parecido ao de Schwartzman: exilado no Chile e aluno de Fernando Henrique Cardoso, torna-se mestre pelo Instituto latino-americano de Doctrina y Estudios Sociales – ILDES em 1969. Quatro anos depois (1973), já nos Estados Unidos, apresenta sua Tese em Harvard, onde se tornaria também pós-doutor. Formado pela UFMG em Sociologia e Política no final da década de 1950, outro que seguiu a rota Brasil-Chile-EUA foi Fábio Wanderley Reis, que obteve seu título de Mestre nos anos 1960. Tornando-se, posteriormente, bolsista do convênio Ford-Minas, doutora-se em 1974 na Universidade de Harvard com o trabalho *Political development and social class: Brazilian authoritarianism in perspective*. Por sua vez, Elisa Reis, que concluíra sua Dissertação – intitulada “Política Cafeeira e Interesses de Classe” – em 1972 (sob orientação de Simon Schwartzman no IUPERJ), vai para os Estados Unidos no mesmo ano. Em 1975, torna-se Doutora pelo *Massachusetts Institute of Technology* – MIT com o trabalho: *The Agrarian roots of Conservative Modernization in Brazil: 1880-1930*. Finalmente, Wanderley Guilherme dos Santos, formado em filosofia pela UFRJ em 1958, obtém seu título de Doutor pela Standford University (EUA) em 1979, com a Tese: *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*. Ainda circulou na Universidade de Wisconsin no exterior e, em âmbito nacional, foi professor do ISEB e do IUPERJ. Dessa forma, no retorno ao Brasil estes pesquisadores estariam

imbuídos de cultura liberal e legalista de universidades norte-americanas e com fortes laços que se estabeleceram lá. Eles criaram redes de ex-colegas e alunos, impondo uma nova maneira de pensar sobre a ciência política brasileira. Assim, por essa rede passaram os grandes centros acadêmicos e políticos brasileiros. A escolha, pela Fundação, dos alunos de Belo Horizonte, deveu-se não apenas aos interesses das elites políticas locais para a associação, a fim de modernizar o Estado, mas também para a existência, no local, de uma formação

mais próxima de métodos empíricos e virtudes cívicas norte-americanas de estudos políticos (CANEDO, 2009 *apud* ROCHA, 2017: 109-110).

Influenciados por essa cultura científica marcada por análises sistemáticas e quantitativas, para eles a disciplina deveria ser capaz de resolver seus próprios problemas, definir seus conceitos e objetos. E eles, na condição de especialistas, deveriam saber analisar fria e cruamente a realidade dos cenários políticos, tratando-os não mais como efeito, mas causa: a Ciência Política colocada, portanto, como esfera autônoma dentro da análise da sociedade. Treinados para a compreensão, descrição e manutenção dos sistemas democráticos, ao voltarem para casa eles se viriam levados ao desvio destes preceitos: na ausência de democracia estudariam o autoritarismo, propondo formas para sua superação. A partir dali a geração dos anos 1960-1970 ficaria marcada por trabalhos envolvendo eleições, movimento operário e sindicatos, políticas sociais, partidos e pensamento político, além do autoritarismo. Beirando o exagero do politicismo e opondo-se ferrenhamente às explicações classistas do marxismo, aos “poucos a ‘primazia do Estado’, a ‘preeminência’ do Estado, passaram a ser a tônica da produção sociológica e política no Brasil. E é por volta dos anos setenta que esse ‘estatismo’ tornou-se plenamente dominante” (FORJAZ, 1997: 7).

De certa forma contribuindo com o fortalecimento do rigor científico adotado e defendido pelos cientistas sociais paulistas – dos quais Florestan Fernandes foi a figura central⁴³ – esses intelectuais formados na tradição anglo-americana assumiram a missão específica de introduzir, por meio da Ciência Política, um novo padrão de profissionalismo para os produtores de conhecimento da área. Centrada na produção de artigos, suas elaborações terminariam por concretizar a superação da tradição ensaísta em favor de análises empíricas, não mais preocupadas em interpretar, mas explicar os fenômenos políticos. Apesar de certa continuidade, esse processo de institucionalização seria repleto de atritos, na medida em que a construção da identidade intelectual dessa nova geração se daria em oposição a grupos não somente do âmbito acadêmico, mas também político. Isso porque, ao mesmo tempo em que queriam se afastar do juridicismo

⁴³ Nas palavras de B. Sorj, F. Fernandes fora o grande símbolo de “um novo estilo de produção intelectual, rompendo com o antigo ensaísmo, procurando utilizar sistematicamente os marcos conceituais ligados aos grandes clássicos do pensamento sociológico, propondo estudos específicos em vez de realizar grandes interpretações da realidade nacional” (SORJ, 2001: 14).

político mineiro e da produção “ideológica” do ISEB, também não concordavam com o marxismo dos sociólogos da USP⁴⁴. Como afirma Sorj, entre paulistas e cariocas havia um confronto em torno de diferentes estilos de trabalho científico: “ensaísmo vs. rigor científico, orientação para o grande público vs. público acadêmico, um discurso em nome do povo vs. discurso de competência científica; critérios de avaliação ética vs. critério de avaliação universal” (SORJ, 2001: 25). Dessas disputas os novos cientistas políticos só queriam distância.

Nota-se, portanto, como a Fundação Ford possuía uma estratégia pautada no tripé atração, imersão e “autonomização”. Com os cientistas sendo financiados e assimilados dentro dos centros de excelência estrangeiros, neles seriam treinados metodologicamente em meio a uma cultura liberal. A partir de então, estariam capacitados para replicar estes modelos em seus próprios países, com o intuito de que formassem centros de referência em nível nacional, sem a necessidade de controle rígido por parte da Fundação. Visando a concretização deste plano, os investimentos realizados somaram mais de US\$32.000.000,00 para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, com os recursos da Fundação Ford se distribuindo da seguinte maneira pelas linhas de concentração de pesquisa: os trabalhos na área da Ciência Política receberam 46% dos financiamentos, mais especificamente nas linhas de políticas públicas (33%) e comportamento político (12%). Na área da Sociologia, que recebeu 20% dos recursos, foram privilegiados trabalhos de Sociologia rural (19%) e Sociologia da saúde (11%), enquanto as pesquisas antropológicas (12% dos recursos totais) estavam centradas nas questões envolvendo etnologia indígena (20%) e Antropologia rural (13%) (Idem: 43-47).

Os recursos filantrópicos da Ford não se restringiram, no entanto, apenas ao eixo Minas-Rio. Entre os demais beneficiários estavam outros pesquisadores (afastados das universidades públicas pelo AI-5) e instituições do país. Dentro deste grupo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 1967-1975 recebe 422 mil

⁴⁴ Segundo Forjaz (1997), ao impor-se como “paradigma teórico dominante”, o marxismo uspiano por muitas vezes utilizava-se “abusivamente das determinações infraestruturais, das necessidades do processo de acumulação capitalista, que acabaram redundando [...] num reducionismo economicista no qual não havia espaço para a política”. Seguindo em seu raciocínio, a autora diz que: “A esfera política tende a se transformar em epifenômeno das transformações econômicas na Teoria da Dependência, uma das mais elaboradas tentativas de explicação da modernização capitalista no Brasil, gerada com a contribuição importante de lideranças intelectuais da Escola Sociológica Paulista”. Ao comentar sobre o mesmo tema, Lessa (2011a: 44) afirma que, para os behavioristas estadunidenses, assim como os cientistas políticos brasileiros formados dentro desta tradição, “A ênfase na precedência do ‘econômico’ – e, por extensão, do social – aparece como índice de grave reducionismo e hiperdeterminismo”.

dólares da Fundação para incentivar o desenvolvimento da Ciência Política; entre 1968 e 1989, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) angariaria mais de 1.283 milhão de dólares voltados a pesquisas na área da Antropologia; a Universidade Federal de Pernambuco – Programa Integrado, Mestrado em Economia e Sociologia (UFP-Pimes), por sua vez, embolsaria 538 mil dólares entre 1972 e 1989 para criar um programa de Mestrado em Economia e Sociologia. A Fundação Ford ainda financiaria pesquisas em Antropologia e Relações Internacionais na Universidade Nacional de Brasília (UnB) entre 1972 e 1988 (436 mil dólares); na Fundação Carlos Chagas (SP), doando, no período de 1982-1990, 585 mil dólares para estudos sobre mulheres; e até a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) receberia quase 945 mil dólares para o financiamento de “estudos sociais” (MICELI, 1995: 394), ligados a pesquisas nas áreas da etnologia indígena e de estudos de populações afro-brasileiras (FIGUEIREDO, 1988: 47). Porém, dentre todos estes centros de pesquisa favorecidos, aquele que recebeu os maiores aportes da Fundação fora o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP (instalado em São Paulo), para o qual foram destinados 1.721 milhão de dólares, entre 1969 e 1987, como meio de fomentar pesquisas nas áreas da Economia, Demografia, Sociologia e Ciência Política.

Fundado em maio de 1969, a atuação inicial do CEBRAP se relacionaria com um novo contexto político do país, marcado pela presidência do general Médici (1969-1974). Na linha de sucessão de Costa e Silva, Médici daria continuidade à estratégia política da “limpeza de terreno”, radicalizando cada vez mais a perseguição a grupos contestadores que, em resposta, convergiram para a luta armada, organizando-se em guerrilhas revolucionárias. Aqueles foram os anos do chamado “milagre econômico” (com taxa média de crescimento de 10% ao ano), da expansão da indústria automobilística e das telecomunicações, da construção de grandes obras (como a hidrelétrica de Itaipu, a rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói), do ufanismo propagandístico (posto no slogan “*Brasil: ame-o ou deixe-o*”) impulsionado pela conquista do tricampeonato mundial de 1970. Foram também os anos de uma extrema concentração de renda (o 1% mais rico chegou a receber quase 20% do PIB), do fechamento do Congresso (em 1969 e 1971), da censura e da tortura promovidas pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações

de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) e pelo DOPS (Departamento de Ordem e Política Social)⁴⁵.

Nascido nos “anos de chumbo” e sob direção de Fernando Henrique Cardoso, o CEBRAP teria sua primeira turma formada principalmente por outros “expurgados” da USP⁴⁶, impondo-se, desde o início, como o “primeiro grande centro de pesquisa independente sobre a realidade brasileira” (CANEDO, 2015: s/p.) e, a partir daí, dominando a condução dos debates científicos no país. Com boa parte de seus membros pós-graduados em instituições estadunidenses ou sob influência da nova ética profissional trazida por esses novos pesquisadores, formou-se um centro de pesquisa focado na objetividade e rigor científicos. Como pontua Sorj, o CEBRAP nunca pretendeu “se transformar em centro formulador de doutrinas ou ideologias, sendo seu impacto político dado pela capacidade de oferecer sólidas análises do contexto social e político do país [...] [funcionando] como uma espécie de ponte e de ‘filtro’ geracional” (SORJ, 2001: 28) entre os intelectuais pré-1964 e a nova geração que ganharia real destaque a partir dos anos 1970. Chamando a atenção de Peter Bell por essas características, os recursos da Fundação Ford contribuiriam para fazer o Centro funcionar “como fórum de debates sobre grandes problemas nacionais [...] [nisso] o Centro contribuiu para definir o papel social e político dos intelectuais, aproximando-os de [...] tecnocratas e reformadores modernistas, mas também de ideólogos da esquerda marxista” (CANEDO, 2015: s.p.).

A partir dali os intelectuais finalmente passariam a abrir mão do papel de porta-vozes do povo. O regime autoritário não os faria perder sua fascinação pelo Estado, mas os forçaria a procurar a autonomização do meio universitário. Diante do crescimento dos cursos de pós-graduação e do consequente aumento na concorrência dentro dos mercados editorial e universitário, era preciso que os pesquisadores fossem procurar seus próprios recursos, que estabelecessem parâmetros de profissionalismo e controlassem sua definição. Nesse sentido, é preciso reforçar que os pesquisadores financiados por convênios e fundações como a Ford sabiam dos interesses políticos envolvidos em suas pesquisas. No entanto, não havia por parte do Estado brasileiro um interesse em distribuir recursos para pesquisas na área das Ciências Sociais. Diante das limitações impostas, as

⁴⁵ Com 434 mortos e desaparecidos reconhecidos atualmente pela Comissão Nacional da Verdade, outros 1918 prisioneiros confirmaram terem sido torturados durante o período.

⁴⁶ Como Paul Singer, José Arthur Giannotti, Elza Berquó e Candido Camargo Procópio.

bolsas privadas foram o caminho encontrado por muitos intelectuais para realizar seus trabalhos, ao mesmo tempo em que se conectavam com pesquisadores de todo o país e de várias partes do continente. Em detrimento da legitimidade conferida pelas elites políticas e econômicas, lhes interessava dirigir-se a seus pares. Diante de um mercado cada vez mais competitivo, deveriam tornar-se referência em meio a seus iguais, a legitimidade das elites intelectuais era o que importava.

Diante da expansão do público universitário e dos programas de pós-graduação, os professores e pesquisadores – especialmente das Ciências Sociais – passariam a ver suas produções ganhando mais alcance, o que fez com que fossem cada vez mais reconhecidos e procurados por suas interpretações. Não à toa, o tema da “profissionalização” do meio acadêmico aparecia com tanta força: quanto mais pudessem influenciar na definição dos parâmetros de cientificidade e relevância dos temas de pesquisa, maior seria sua influência entre seus pares e perante a opinião pública. Com os cientistas sociais (em especial os politólogos) assumindo o topo da “hierarquia intelectual”, os economistas finalmente seriam “superados” nos termos de sua relevância para o debate nacional. A partir dali os “intérpretes oficiais” da crise brasileira redefiniriam o ordenamento do meio intelectual, o que não viria sem custos. Alcançando posições de destaque no mundo acadêmico, e em meio ao processo de autonomização da universidade enquanto espaço político – com suas disputas e questões internas próprias – os cientistas sociais da nova geração passariam a assumir uma postura política diferente.

Se os jovens seguiam optando pela luta armada como meio de combater o regime, entre os cientistas sociais da nova geração esta via – que já tinha poucos adeptos entre a intelectualidade – perderia cada vez mais força, especialmente após as mortes de Carlos Marighella (1969) e Carlos Lamarca (1971). A partir dali, se a revolução não seria mais entendida como condição para a garantia da expansão das forças produtivas, a *democracia* começava a emergir nos círculos dos intelectuais de oposição como a solução à superação da crise. Naquele contexto, o lançamento da obra de Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*, no ano de 1975, seria marcante, pois, a partir dela, a democracia se constituiria em palavra-chave do discurso intelectual (PÉCAUT, 1990: 192). Conforme afirmaria Weffort nove anos depois, o cenário que começava a se desenhar era um no qual

a luta política no Brasil [...] [passaria a ser] tanto uma luta pelo poder quanto uma luta em torno do significado da democracia. Em outras palavras: a democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam pelo poder. É por isso que todos (ou quase todos) têm de incluir entre seus objetivos a conquista da democracia ou, para os setores mais ligados ao regime, o aprimoramento da democracia. É evidente que, na medida que aparece como um instrumento para o poder, a democracia é concebida como um instrumento. Mas também me parece evidente que, na medida que se constitui no terreno da luta, a democracia passa a ser objeto comum geral, do conjunto das forças políticas. A luta política no Brasil [...] [seria cada vez mais] tanto uma luta pela democracia quanto uma luta pela hegemonia dentro da democracia (WEFFORT, 1984: 59).

Se no Brasil da primeira metade do século o liberalismo estava associado ao domínio oligárquico, e a democracia à um regime que não cabia em nossa realidade psicossocial e cultural, a defesa desse sistema político ficaria primeiramente vinculada à figura de Sergio Buarque de Holanda (1930-1940) e, posteriormente, a Paulo Freire e às correntes católicas de esquerda (1950-1960). Sem atrair grandes preocupações por várias décadas, ela seria assumida em seu sentido amplo pelos intelectuais somente a partir dos anos 1970, cenário dentro do qual o conjunto de instituições políticas voltaria a ser valorizado: diante da supressão dos dissensos, a via encontrada foi a de assegurar a expressão destes mesmos sob um *Estado de direito*. Se antes interessava “descer ao povo” para conscientizá-lo da “iminente revolução”, a partir dali o debate giraria em torno da autoconstituição da sociedade pela via democrática: era a hora de convocar os cidadãos à participação e, a partir daí, extrair-lhe suas lideranças, era momento de ativar a *sociedade civil*. Essa conversão, no entanto, só se tornaria possível a partir do momento em que o regime abrisse espaço para negociar tal transição.

Com o fim definitivo da luta armada em 1974, após o massacre da guerrilha do Araguaia, liderados pelos generais Ernesto Geisel – que se tornaria presidente naquele ano – e Golbery do Couto e Silva⁴⁷, os militares iniciariam (junto à oposição) as tratativas para o retorno “lento, gradual e seguro” à democracia. O fim do governo Médici coincidiria com o primeiro choque do petróleo promovido pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ainda em 1973, que contribuiria para que o país passasse do “milagre” para o “pesadelo” da dívida externa, que dispararia a partir dali. Assim, se

⁴⁷ “Sua estratégia política era impor a abertura e assegurar o controle futuro, contribuindo para o fortalecimento eleitoral do partido do governo através de reorganização partidária, mudanças das leis eleitorais e dos mecanismos de patronato tradicionais” (SKIDMORE, 1988: 59).

em um primeiro momento o novo governo comandado por Geisel (1974-1979) teria sucesso em manter os índices de crescimento, o PIB já sofreria a primeira queda logo no primeiro ano do governo e a recessão não demoraria a vir. Diante do fim do “milagre econômico” e da forte repressão que havia marcado os “anos Médici”, dentro de seu processo de institucionalização e “distensão”, os militares não podiam deixar de levar em consideração as opiniões de outras instituições e governos sobre suas ações – já que nenhum senhor existe sem seus súditos. O acelerado crescimento econômico inicial poderia “obscurer” as políticas altamente repressivas (e seus resultados nefastos) aos olhos de alguns e enquanto o crescimento se mantivesse. Porém, no longo prazo, o regime precisaria construir sua legitimidade junto à sociedade e à opinião pública (nacional e internacional) para além da esfera econômica, dada a sua instabilidade. Diante da necessidade de escolher entre a redemocratização e o acirramento da repressão – isolando-se politicamente e rumando, assim, em direção ao fascismo – a via escolhida foi a da “descompressão eleitoral”, com a qual “a reativação ou revalorização do mecanismo eleitoral era plenamente compatível, na ótica do grupo dirigente, com o extremo gradualismo que desejavam imprimir ao processo de liberalização” (LAMOUNIER, 1988: 100-101, grifos do autor). É aí que, em 1974, viria o primeiro resultado significativo do MDB.

Mantendo contanto com personalidades abertamente contrárias ao regime autocrático, como o cardeal Arns de São Paulo (que reviu suas posições, antes favoráveis ao regime, após o assassinato de Vladimir Herzog), Couto e Silva e Geisel também reuniram-se com intelectuais de oposição, como os cientistas políticos Samuel Huntington (Harvard) – com o qual debateram as estratégias possíveis para a “descompressão gradual” do regime – e Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ-Stanford) – com quem também buscaram conhecimento sobre o estado das democracias daquele tempo e as possibilidades brasileiras de transição (Idem: 75). A “liberalização controlada”, portanto, “começou dentro do aparelho de Estado e foi estimulada imediatamente por algumas das instituições da própria situação política autoritária” (STEPAN, 1988: 10).

A surpreendente abertura para votação de senadores, deputados estaduais e federais, em 1974, fora, talvez, o grande marco do início do *processo de transição*. Levando à vitória da oposição, “corporificada” no Movimento Democrático Brasileiro

(MDB), o resultado eleitoral fez aumentar as suas cadeiras na Câmara dos Deputados, passando também a controlar as assembleias legislativas dos principais centros urbanos do país. A partir de então o “Planalto não poderia mais nutrir qualquer esperança sobre a habilidade da ARENA (Aliança Renovadora Nacional, “partido da ordem” entre 1964 e 1979) de vencer eleições relativamente livres” (SKIDMORE, 1988: 35), o que foi um duro golpe nas pretensões militares de controlar a “liberalização” de forma mais “tranquila”. A derrota fez com que Geisel tivesse de se reportar à “linha dura” dos militares e, em 1975, ele anunciaria que a transição deveria ser feita de forma “*lenta, gradual e segura*”, indo de acordo com o ritmo do estabelecimento de consensos dentro das diversas linhas políticas internas às Forças Armadas. O pronunciamento acabaria por amansar a oposição, que temia o retorno de represálias mais contundentes, o que significaria um “passo atrás” no sentido da redemocratização. Tal cenário mudaria ainda em 1975, quando o jornalista Vladimir Herzog e o sindicalista Manoel Fiel Filho foram torturados e assassinados por agentes da repressão, o que fez com que o tabuleiro se invertesse e os militares da “linha dura” recuassem. Apesar de tudo o clima de tensão permanecia e Geisel, que se equilibrava entre as pressões da oposição e dos “linha dura”, acabou por pender para o segundo lado.

Olhando para o futuro com receio, os militares temiam um novo revés nas eleições de 1978, o que os leva a empreender uma série de ofensivas em diversas frentes. Em 1976 o AI-5 volta a ser usado contra congressistas e a censura ataca programas de televisão e rádio. No ano seguinte, o presidente fecharia o Congresso Nacional, passando a se referir publicamente à oposição emedebista enquanto “inimiga” dos militares e, por meio do chamado “Pacote de abril” (que introduziria os senadores biônicos) – somado à Lei Falcão (de 1976) –, introduziu uma série de mudanças na Constituição de 1967 que favoreceriam eleitoralmente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Tendo saído vitorioso de disputas internas contra os militares da “linha dura”, Geisel encaminha sua linha de sucessão através do general Figueiredo, que prometia dar sequência ao plano da “democratização gradual”. Fortalecido, antes de encerrar seu mandato ele abole o AI-5, suspende a censura imposta (em 1976) ao rádio e à televisão, e autoriza o retorno de mais de 100 exilados políticos, o que, no entanto, não restaura totalmente a confiança dos opositores. O Congresso seguia sem qualquer controle sobre as verbas da União, nem todos os exilados haviam recebido permissão para voltar e a Lei

de Segurança Nacional, e todo o aparato ligado a ela, permaneciam intactos e ativos – especialmente através do dispositivo de “estado de emergência”.

Naquele contexto de avanços instáveis, nasceriam outras duas organizações de grande relevância para o avanço dos debates sobre a redemocratização, tanto no meio acadêmico quanto político: o CEDEC e a ANPOCS. Fundado em 1976 em São Paulo com apoio do CEBRAP (com o qual estabeleceu um grande trânsito de intelectuais) e da Fundação Ford (da qual recebeu entre 1979 e 1989, US\$ 1.097.000,00), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) teria como primeiro diretor Francisco Weffort, que fundaria o centro sob a justificativa de que o excessivo economicismo do CEBRAP impedia o debate em torno das questões políticas. Buscando se diferenciar – mas não se afastar – do debate da época (1970-1980), que girava em torno dos temas do autoritarismo na América Latina e de sua “crise” de legitimidade, das críticas em torno da ideologia e das questões da democracia e do socialismo, o CEDEC concentrou suas linhas de pesquisa no aprofundamento dos estudos sobre a *cultura política* brasileira. Dessa forma, deu-se ênfase especial no debate sobre as classes populares, dentro do qual se ramificaram pesquisas sobre: os movimentos operários, sindicais e de trabalhadores rurais; a violência e a marginalidade; o Estado e os partidos políticos. Reunindo em torno de si um pequeno grupo de intelectuais, como José Álvaro Moisés (vice-presidente e secretário), Luiz Eduardo Wanderley (tesoureiro) e José Augusto Guilhaon Albuquerque, o centro adotaria em seu nascimento um único filtro para a seleção de seus integrantes: ser contra a ditadura (nascendo, portanto, sob a égide do *pluralismo*). Preocupados com a democracia que se anunciava para o futuro, a grande revolução epistemológica introduzida pelos intelectuais ligados ao CEDEC foi pensar o *papel político dos movimentos sociais*, a partir dos quais entendiam que poderiam propor um modelo de democracia afastado do varguismo, da centralização no Estado, abrindo caminho para que a classe operária pudesse organizar e propor um projeto político próprio para o país. Assim, do ponto de vista institucional e político, se Fernando Henrique Cardoso – por meio do CEBRAP – subsidiaria o programa político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apostando no projeto da transição moderada, Weffort – vinculado ao Partido dos Trabalhadores⁴⁸ – criaria o CEDEC justamente para se pensar um caminho

⁴⁸ Durante os anos 1990, Weffort abandonaria o PT para se tornar Ministro da Cultura do governo Cardoso, filiando-se ao PSDB.

próprio para a esquerda, desvinculado das regulações do Estado e da burguesia (SORJ, 1995; MUSSI, 2021).

Com integrantes do CEBRAP e do IUPERJ tomando, desde 1972, ações conjuntas no sentido de unificar a disciplina nacionalmente, com incentivo de 922 mil dólares da Ford, a ANPOCS seria criada em 1977, sendo esta, nos termos de Sergio Miceli, a “expressão do novo equilíbrio de forças entre programas de pós-graduação, centros de pesquisa, disciplinas, tradições de pensamento e de prática científica” (MICELI, 1993: 61 *apud* CANEDO, 2015). Frente a uma comunidade científica que se complexificava pela maior profissionalização, diferenciação e diversificação de temas e abordagens, a ANPOCS foi ao mesmo tempo produto e produtora deste processo de institucionalização. Surgindo com o propósito principal de promover as relações interinstitucionais de programas de pós-graduação, núcleos e centros de pesquisa, ela assume o papel de ser o “motor” da integração nacional das ciências sociais brasileiras, expressando e representando os programas e profissionais da área. Além disso, ainda caberia a ela fortalecer a qualidade do treinamento teórico-metodológico, promover o diálogo entre os intelectuais e a sociedade, facilitar o intercâmbio com instituições estrangeiras e o contato com órgãos e agências financiadoras, controlando a gestão e distribuição dos recursos disponíveis para pesquisa – assim, fomentando a competição entre pesquisadores.

Em suas primeiras diretorias, ela foi comandada por intelectuais como Francisco Weffort, Olavo Brasil de Lima Jr., José Murilo de Carvalho, Fábio Wanderley Reis, Ruth Cardoso, Otávio Velho, Wanderley Guilherme dos Santos, Renato Boschi, entre outros. E, mesmo esta fração prestigiada de cientistas sociais impôs a si mesma obstáculos à concretização dos objetivos fundantes da instituição. Nas palavras de Bernardo Sorj, essa

nova geração [...] constituiu a primeira elite homogênea nacional de cientistas sociais [e] [...] orientou suas preocupações no sentido de estratégias institucionais de reprodução das posições de poder adquiridas [...] transformando sua instituição e encontro anual mais importante [...] num condomínio de feudos institucionais e individuais, sem capacidade de lançar temas, debates ou novas orientações intelectuais” (SORJ, 1995: 323-324).

Em consonância com os postulados levantados por Sorj, a partir da pesquisa realizada nos arquivos originais da associação, entendemos que a ANPOCS, assumindo

uma organização de tipo “parlamentarista”, tinha em seu presidente a figura voltada para a defesa dos interesses e estabelecimento de relações entre os programas de pós-graduação. De outro lado, o secretário geral assumia o papel técnico de coordenar a burocracia da associação. Tendo por função secundária angariar e distribuir bolsas de estudo a partir de seus convênios com outras instituições, em suas publicações e GTs a ANPOCS procurava seguir os parâmetros de produtividade, eficiência e competência acadêmica, além dos temas valorizados internacionalmente. Comprometida com o regime democrático, entendido como única saída para a superação da “crise” e o estabelecimento dos mecanismos institucionais capazes de conduzir o destino da nação, no meio dos debates da ANC, ela defenderia: o fortalecimento das universidades federais, uma produção tecnológica conectada às necessidades nacionais e uma democracia em sentido amplo (institucional, econômico e social). Criticando a ANC, alertaria para seu caráter congressual, assim como para a fragmentação ideológica e a debilidade dos partidos que a compunham.

A distensão iniciada em 1974 havia aberto caminho para que os debates acadêmicos deixassem de se limitar tanto ao espaço fechado das universidades, permitindo que conquistassem ainda mais penetração social. Porém, apesar de todos os investimentos feitos pelos militares na área de Ciência e Tecnologia, o clima dentro das universidades ainda era tenso devido aos mecanismos de censura, que impossibilitavam o livre desenvolvimento das atividades acadêmicas. Nesse contexto, os centros privados de pesquisa, dispondo de recursos vindos do setor privado, gozando de uma maior autonomia e, com isso, tendo mais contatos com pesquisadores de fora e na administração pública local, se encarregariam de produzir os materiais de maior relevância e impacto. A aderência aos parâmetros de profissionalismo científico permitiu a eles conquistar a almejada legitimidade necessária para que pudessem receber mais recursos para pesquisa (e para que tivessem autonomia na sua gestão), para que tivessem acesso às esferas de tomada de decisão dentro das universidades, e também para que pudessem integrar a burocracia de Estado. Assim, a profissionalização fora utilizada como argumento para abrir portas no âmbito profissional, mas também como justificativa a partir do qual as camadas cultas poderiam reivindicar suas pautas políticas, especialmente a liberalização.

Dentro desta luta política, especialmente a partir de 1976, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciências (SBPC) assumiria oficialmente a defesa da democracia e,

partir daí, as resoluções dos encontros radicalizariam cada vez mais o discurso de defesa da redemocratização. No encontro da SBPC de 1977, realizado na PUC-SP, pela primeira vez os estudantes intervêm publicamente, proclamando uma moção em favor da Constituinte. O aumento do teor políticos destes encontros vem acompanhado do aumento da cobertura midiática deles, com os jornais divulgando as principais intervenções e comunicações: “A ideia de redemocratizar a partir de associações da sociedade civil era particularmente visível na [...] *atuação de associações científicas como a SBPC*, cujas conferências anuais se tornaram a caixa de ressonância da sociedade por diversos anos consecutivos” (BOSCHI, 1986: 12, grifo meu).

Assim, no encontro entre a SBPC, o CEBRAP, a ANPOCS e o CEDEC, formou-se um núcleo de instituições de fundamental importância na manutenção de certa coerência estratégica entre os intelectuais. A primeira por ser o órgão estatal diretamente encarregado de pensar a política científica. O segundo, pois seus integrantes souberam, desde a fundação do centro, mediar as diversas correntes de intelectuais de oposição, marxistas ou não, e fomentar de uma produção teórica em contato com a conjuntura, ao mesmo tempo em que se mantinham abertos ao diálogo com o meio político. Para que atingissem a maior projeção e prestígio possíveis, não bastaria que tivessem evidência em apenas um dos meios, mas que soubessem aliar (como o fizeram) o rigor acadêmico à participação ativa no cenário político. Não à toa, foram esses intelectuais (que satisfizeram estes dois critérios) que definiram os termos da organização do meio nos debates sobre a redemocratização. Assim, nessas instituições foram abertos e mantidos espaços onde o diálogo e a negociação eram possíveis, diferentemente das universidades. Neles, portanto, compromissos podiam ser estabelecidos apesar das diferenças e da instabilidade das decisões governamentais. Isso permitiu o resguardo da hierarquia entre os intelectuais (garantida também pela influência que alguns começaram a exercer, a partir de 1974, na imprensa, o que permitiu que atingissem um público mais amplo em meio às elites políticas, econômicas e culturais do país) e que a conciliação imperasse entre eles, pelo menos até o fim do regime militar.

Protegidos por estas instituições, os intelectuais tiveram espaço para difundir suas ideias em meio ao autoritarismo, mas não somente por ação delas. Nascidos, em sua grande maioria, em famílias das camadas médias e abastadas e, também por isso, mantendo certa coesão interna, estes intelectuais da nova geração não se configuraram

como o alvo principal dos militares. Para eles, sua prioridade era a perseguição aos velhos defensores do nacionalismo (especialmente aqueles que haviam defendido as reformas de base e João Goulart) e do comunismo. Por isso, no meio intelectual, além da UnB, as instituições propagadoras do nacionalismo foram duramente caçadas. Assim, o fechamento de organizações como o ISEB, os CPCs e a UNE, levou à desarticulação da esquerda militante e, com isso, ao enfraquecimento do PCB. Formados dentro dos valores liberais e visando o reestabelecimento da democracia, os financiamentos que receberam da Fundação Ford também contribuíram para que os militares dessem a eles a liberdade que tiveram.

Notamos dessa forma que, se ao final dos anos 1970, a democracia ganharia cada vez mais centralidade nos debates promovidos pelos intelectuais, a análise retrospectiva da visão das demais gerações sobre o assunto narraria uma história diferente. Dos anarquistas que, no início do século XX, atacaram-na como falácia representativa; passando pelos juristas autoritários dos anos 1920-1930, que a colocavam como um regime que não tinha correspondência com os traços culturais da nação; até os economistas dos anos 1950-1960, muito mais preocupados em planejar as etapas do desenvolvimento do que com a forma do regime político; antes da chegada dos anos 1970, ela (democracia) se restringiria às defesas de intelectuais como S.B. de Holanda e Paulo Freire.

Assumindo nova importância na parte final do século XX, entendemos como a ascensão da temática democrática fez sentido a partir da institucionalização das Ciências Sociais, cujos centros e associações foram de fundamental importância para o desenrolar das negociações em torno da transição. Porém, do ponto de vista político, para além das barreiras impostas pelo regime civil-militar, é preciso pensar a sua ascensão como continuidade do processo de governamentalização do Estado iniciado nos anos 1930. Esse conjunto de saberes que, a partir do século XVIII, tornam o Estado indispensável, passando para o centro das preocupações as *técnicas de governo*, “o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc” (FOUCAULT, 2014a: 430).

Dessa forma, se os anos 1950-1960 haviam sido marcados por instabilidades entre esquerda e direita quanto ao futuro do Estado brasileiro, a partir dos anos 1970, tudo girará em torno de como ocupar o Estado, inclusive sem revolução. Essa será a

governamentalização que satisfará tanto à progressistas quanto conservadores, e que depois se consagraria nessa continuidade de Estado (fosse ele mais ou menos intervencionista), regrada ao longo dos anos 1980 e consolidada pela Constituição de 1988.

capítulo 2 – cebrap, cedec e anpocs: a produção em torno da transição democrática

da descompressão à redemocratização

Apontamos, anteriormente, que as análises focaram nos debates promovidos – dentro das revistas escolhidas – em torno da transição à democracia e da redação da Constituição. Para pensar o regime que parte dos intelectuais ligados às Ciências Sociais almejava, levantamos duas hipóteses para o “bom futuro” da democracia no país: que ela dependeria, em primeiro lugar, da consolidação ideológica dos partidos, e, em segundo, da construção de canais de participação para a população.

Se propusemos tal linha de análise a partir de postulados colocados por F.H. Cardoso (1988), F. Weffort (1988), B. Lamounier e M.D.G. Kinzo (1990), recuperando os apontamentos de Lamounier (1982) e Tótorá (1998), entendemos que, se a democracia havia entrado com força inédita no debate intelectual brasileiro a partir dos anos 1970, nos anos 1980 ela se configuraria enquanto *universal* por dois motivos: a disseminação da crença em seus valores, além da necessidade de instaurar e consolidar um regime democrático no país. Desmembrando-se em debates sobre a formação do Estado brasileiro, o comportamento político dos militares e o papel dos processos eleitorais na conjuntura da redemocratização, a principal divisão dentre os intelectuais teria sido entre aqueles que priorizavam a *competição política*, os mecanismos que conduziriam à superação das estruturas autoritárias e à estabilidade institucional, e entre os que defendiam a *participação*, as mudanças necessárias à redução das desigualdades de ordem social. Nesse sentido, pela relevância não só acadêmica, mas também política do CEBRAP, do CEDEC e da ANPOCS para se pensar a transição democrática, o foco nos artigos reproduzidos nas revistas produzidas por estas instituições - respectivamente a Novos Estudos CEBRAP, a Lua Nova, a RBCS e o BIB - foi o caminho escolhido para entender por quais caminhos os intelectuais que nelas publicaram balizaram suas visões e perspectivas para a democracia que se almejava.

Impondo-se como tema central das lutas políticas e debates acadêmicos, conforme expresso por Weffort, na ausência de democracia parte da intelectualidade brasileira teria se converteria em “maníacos” por ela. Porém, mesmo diante da universalização deste

debate, na passagem dos anos 1970 aos 1980 ainda se faria necessário garantir a sua plena transição, configurando um período repleto de tensões, idas e vindas dentro do contexto de decadência do regime militar.

impasses e entraves de uma negociação (1978-1982)

Entre suas fases mais e menos repressivas, “os ideólogos do regime no Brasil nunca articularam [...] um ataque sistemático à democracia como sistema de governo” (STEPAN, 1988: 13-14). Houve certa continuidade fantasiosa do sistema institucional democrático (conservação do poder legislativo e da oposição partidária, rotação presidencial e eleições), porém, sob tutela militar. Excetuando o período 1968-1973, às entidades paroquiais, sindicais e de bairro fora permitido um limitado direito de contestação, e tanto a imprensa quanto a universidade mantiveram uma relativa liberdade de expressão. É justamente sob o governo militar que se inicia um debate sem precedentes na história brasileira sobre a democracia, suas possibilidades de concretização e *transformação em valor permanente e universal*. Dentro do jogo “lento, seguro e gradual” das elites, enquanto os oficiais “pró-democracia” procuravam conter os “linha-dura”, os civis tentavam inibir o ímpeto dos reacionários e dos revolucionários. A “liberalização”, mesmo perpassada por pressões moderadas da oposição partidária, foi, em suma, um processo morno de apaziguamento, negociação e conciliação entre as elites políticas do período, em parceria com a sociedade civil organizada, em função da democracia representativa e participativa a ser consolidada.

Último presidente militar, Figueiredo (1979-1985) assumiria em um contexto marcado pela reação terrorista dos setores mais reacionários, que por meio de grupos civil-militares como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) promoveram vários atentados a bomba contra bancas de jornal, a AIB (Associação Brasileira de Imprensa), a OAB, o “famoso” caso do Riocentro e inclusive contra o CEBRAP, além do sequestro do bispo de Nova Iguaçu, Adriano Hipólito, ferrenho crítico do Esquadrão da Morte. Também marcado pelo 2º choque do petróleo e pela suspensão das eleições municipais programadas para 1980, entre tensões nas forças políticas o novo governo se iniciaria cercado de desconfiança em meio aos “atores” que participavam das negociações para o retorno efetivo à democracia: o

“milagre econômico” chegava a seu fim definitivo, o governo sofria com o avanço das greves operárias que irradiavam do ABC e também com as demandas do movimento de anistia, por explicações acerca das mortes e desaparecimentos ocorridos por ação das “forças de segurança” desde 1964, pela defesa da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com a chegada das eleições de 1982, o Partido Democrático Social – PDS (novo nome da ARENA após a remodelação partidária instituída em 1979) manteve maioria no Senado e no Colégio Eleitoral (que elegia o presidente), perdendo o controle do governo dos principais Estados e sua maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Dadas as constantes derrotas eleitorais dos partidos da ordem (ARENA e depois PDS), a já constatada inevitabilidade da transição conduz o processo a seu desfecho.

Dentro daquele contexto marcado pelo enfraquecimento dos militares e fortalecimento das instituições das Ciências Sociais, as revistas por elas produzidas começariam, logo em suas fundações, a trabalhar os temas que interessavam para o retorno à democracia que se desenhava. Assim, no ano em que Jimmy Carter faria “dos direitos humanos a preocupação central da política estrangeira (SKIDMORE, 1988: 43), em artigo publicado na 5ª edição da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), de 1978, Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo realizaram levantamento bibliográfico sobre os principais trabalhos publicados sobre *Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978*, dividindo as pesquisas em três categorias: (1) representação (em seus aspectos institucionais, de recrutamento e atuação parlamentar); partidos (sua organização, ideologia e atuação parlamentar); e (3) comportamento eleitoral. Dando início à análise no período pós-Estado Novo, destacam a importância de pensadores como Victor Nunes Leal, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, entre outros. Pensadores que, no meio do século XX, denunciaram com maior destaque o descompasso entre o Brasil “legal” e o “real”, apontando especialmente para a *artificialidade dos partidos* – que não atuavam, em sua visão, como veículos para o desenvolvimento da cidadania –, além da “persistência do *apartheid* político-eleitoral entre o interior, de um lado, e os grandes centros urbanos, de outro” (LAMOUNIER; KINZO, 1978: 118). Críticos do sistema partidário instaurado a partir de 1946, estes pensadores teriam se dividido em duas correntes: a preocupada com o respeito às “clientelas”, atacando a falta de representatividade dos partidos; e a centrada na “ideologia”, denunciando a necessidade de que os partidos estabelecessem uma clara diferenciação ideológica “em torno das grandes questões do desenvolvimento econômico,

do planejamento e do papel do Estado” (Idem: 119). Esta fora, portanto, uma geração que pendeu para preocupações muito mais de cunho econômico – o papel do Estado enquanto “empresário” – do que político – o fortalecimento de instituições e práticas democráticas.

Com o golpe de 1964, na primeira década de regime civil-militar, os estudos eleitorais perderam o pouco prestígio que tinham, voltando a recuperá-lo a partir de 1974, com o retorno dos pleitos. Isso não quer dizer que, durante este período, não tenham sido produzidos relevantes estudos sobre o sistema político-partidário brasileiro. Nesse aspecto, Lamounier e Kinzo destacam o trabalho de Octávio Ianni, *Política e revolução social no Brasil*, e as contribuições de Francisco Weffort e Paul Singer para esta coletânea. Além deles, destacam também outras análises da política nacional: Simon Schwartzman – seguindo os postulados de Raimundo Faoro – teria retomado as discussões em torno da *sobreposição dos interesses do Estado* sobre os da sociedade civil, e das *táticas de cooptação* sobre os métodos de representação; Octávio Antônio Cintra teria, por seu lado, contribuído para os debates em torno das novas práticas coronelistas; Fernando Henrique Cardoso, Juan Linz e Celso Lafer teriam sido decisivos para a compreensão do regime autoritário brasileiro, desde suas bases de sustentação, passando por seu *modus operandi*, até os meios pelos quais garantia sua legitimidade. Além destes autores, outros que contribuíram diretamente para o debate das temáticas eleitorais foram Gláucio Soares, Maria do Carmo Campello de Souza, Fábio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos e o próprio Bolívar Lamounier.

No tocante à representação, no período 1945-65, marcado (segundo os autores) por um marxismo tido como tacanho, teria predominado um certo menosprezo às questões que envolvessem os aspectos institucionais da representação, tidos como problemas meramente “superestruturais”, ou então questão para juristas. Dentro desta temática, a única área que possuía uma bibliografia mais densa e rigorosa era aquela que tratava do papel e funções do Legislativo. A partir dos anos 1960, no entanto, estes estudos sobre representação ganharam força pelo trabalho de autores como Luiz Navarro de Brito, Themístocles Cavalcanti, Manuel Ferreira Filho e, novamente, Simon Schwartzman, que trouxeram discussões acerca do dilema entre a representação proporcional e distrital, e especialmente análises sobre a Constituição de 1946. Quanto aos trabalhos focados no recrutamento político, na atuação dos partidos na proposição de políticas e na formação de opinião, Lamounier e Kinzo argumentam que o final dos anos

1970 foi um período de expansão destas áreas de pesquisa, por uma série de fatores. Fosse pela visão que os cientistas sociais sustentavam do Legislativo, enquanto abrigo “de interesses oligárquicos e clientelistas” (Idem: 122), ou então por tratarem seu estudo enquanto tema para juristas, para as gerações de intelectuais ligadas ao desenvolvimentismo, o Congresso aparecia como obstáculo à modernização, sendo criticado (tanto pela esquerda quanto pela direita) enquanto expressão do conservadorismo e patrimonialismo das elites brasileiras. No entanto, com o avanço “das pesquisas sobre o recrutamento político e a atuação legislativa dos partidos” (Idem: 123), foi quebrada a ideia de um corpo oligárquico monolítico, passando-se às análises que levavam em consideração as origens sociais dos políticos, assim como os grupos de interesse que representavam.

Quanto às pesquisas sobre os partidos, os autores observam a coexistência de visões opostas. Ainda nutridos pela visão negativa que muitos pensadores mantinham com relação ao Legislativo, além da simples falta de interesse em estudar seu funcionamento, as críticas do período mantinham-se as mesmas: agrupamentos sem ideologia definida, dominados pelo familismo e na maior parte do tempo desconectados dos grupos de interesse e da sociedade civil. Outros intelectuais, especialmente Paul Singer, teriam aderido “à visão *classista* dos partidos: o PSD como representante da oligarquia agrária, a UDN, da classe média e da burguesia urbanas, o PTB dos assalariados de baixa renda e do operariado industrial” (Idem: 124, grifo dos autores). Analisados ao longo dos anos 1950-1960 muito mais por suas vinculações com o getulismo, o estudo dos partidos do período 1946-1964 passaria a ganhar, já nos anos 1970, maior destaque pelos trabalhos de pesquisadores como Otávio Ducci e Lúcia Lippi Oliveira, assim como por uma série de teses que estavam sendo produzidas no período, o que comprovava o aumento de interesse sobre o tema na década em questão.

Por fim, ao recuperarem as pesquisas sobre comportamento eleitoral e atitudes políticas, dão destaque para a obra de Gláucio Soares, *Sociedade e Política o Brasil*, de 1976, enquanto talvez a principal das referências na área. Falando mais especificamente das pesquisas sobre os poderes locais, apontam uma tendência entre os pesquisadores das regiões menos desenvolvidas de analisar a formação e a influência das elites regionais. Tal viés reforçava, aos olhos dos autores, a impressão que tinham de que essa temática girava em torno especialmente do “contraste entre campo e cidade, entre clientela e

ideologia, ou, melhor ainda, entre as condições que dificultam e as que facilitam o advento da incerteza no processo político-eleitoral” (Idem: 126). De outro lado, destacam a continuidade dos estudos eleitorais desde o fim dos anos 1950 até as eleições de 1974, dividindo-os basicamente em dois tipos. Aqueles com caráter essencialmente descritivo, mantendo-se presos aos dados oficiais e, em alguns casos, não necessariamente mantendo um padrão metodológico rigoroso; e aqueles fundamentados em *surveys* padronizados. Com relação aos trabalhos sobre comportamento eleitoral do período analisado, Lamounier e Kinzo destacaram a tendência dos pesquisadores a analisar a transição pela qual o país passava, do enfraquecimento das relações baseadas no personalismo para a constituição da cidadania, mas não por isso deixando de ressaltar as incertezas que os processos eleitorais geravam. A partir desta problemática, advertiram para a necessidade de que a sociologia política brasileira deveria deslocar seus olhares das temáticas clássicas, como a “do mandonismo, do coronelismo, do clientelismo, e similares” (Idem: 128) em direção a pesquisas mais preocupadas com as imperfeições presentes nas relações entre representantes e representados. Os estudos deveriam se voltar, portanto, para a institucionalização da democracia e para o sistema representativo.

Ao produzir tal recuperação histórico-bibliográfica, o artigo retrata, mesmo que não diretamente, a crescente especialização dos debates das Ciências Sociais brasileiras, voltando-se cada vez mais para a análise de instituições específicas, e não para quadros gerais que envolvessem a representação, os partidos e o comportamento eleitoral. Assim, nesta transição para a Ciência Política como a conhecemos até hoje, nota-se como a questão dos partidos ganhava destaque no período, com uma preocupação maior em seus métodos de seleção e as especificidades de sua composição, e relação às questões envolvendo a ideologia destes. Retomando nossas hipóteses iniciais, o artigo em questão conversa diretamente com nossa segunda hipótese, aproximando as preocupações dos intelectuais com o papel das elites políticas e o jogo de forças dentro do Estado.

Passando por um período de dois anos sem que a ANPOCS tematizasse diretamente as questões concernentes à transição, fomos conduzidos ao ano de 1981, ano de lançamento do primeiro volume da Novos Estudos Cebrap, dentro da qual o artigo *Os democratas no fio da navalha*, de Maria Hermínia Tavares de Almeida, abriria com a autora discutindo o mito de que a democracia e a industrialização caminhariam de mãos dadas. Propagado nos anos 1950 como a conciliação entre o desenvolvimento econômico

e político, a geração dos anos 1960 veria ele ruir pela inesperada aliança firmada entre o capitalismo industrial e os governos autoritários. Segundo ela, por aqui, “a democracia foi pensada como resultado da modernização da sociedade, induzida pelo desenvolvimento econômico, por um lado, e por outro, como fruto da luta política que opunha as forças do progresso, em ascensão, às forças conservadoras” (ALMEIDA, 1981: 37). Inseridos neste novo cenário repleto de restrições, os intelectuais teriam buscado pensar esse novo autoritarismo – ao mesmo tempo modernizante e excludente – agrupando-se entre linhas mais “cautelosas”, que questionavam a estabilidade dos novos regimes; e outras mais pessimistas, que não enxergavam um desenvolvimento capitalista separado do autoritarismo dentro do contexto latino-americano. De ambos os lados do acalorado debate, os pensadores indagavam-se sobre as alternativas políticas possíveis.

Todavia, ao pretender encontrar as bases mais gerais da instabilidade democrática na América Latina e no Brasil, conclui que as escolhas feitas pelos agentes políticos conduziram o país ao regime burocrático-autoritário. Nesse sentido, Almeida coloca mais especificamente sobre as ações dos setores populares dos anos 1950 o peso do golpe, entendendo que eles – ao verem nas instituições de seu tempo locais de perpetuação dos interesses conservadores, e não como alavancas da participação social – viram como “sua prática concreta contribuiu para encolher o espaço do diálogo e da negociação e para acentuar a radicalização política, deitando por terra a limitada e precária institucionalidade democrática” (Idem: 41).

Porém, se a democracia não havia encontrado sua estabilidade no Cone Sul, tão pouco o haviam feito os regimes autoritários, tendo em vista que – diferentemente do fascismo, que sempre aboliu as instituições liberal-democráticas – por aqui os militares mantiveram o retorno à democracia no horizonte, mesmo que distante. Diante do início da derrocada do “milagre econômico” e das profundas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, os militares se viram levados a introduzir o tema da “abertura política”, tamanho era seu receio de desestabilização diante da dificuldade de conciliar os interesses do empresariado e dos setores médios. Por suas medidas repressivas, os militares também acabaram por empurrar para a oposição tanto os setores que mais temiam essas medidas (os jornalistas, os intelectuais, os juristas e políticos) quanto aqueles que se responsabilizavam pela tutela dos excluídos (a Igreja Católica). O monopólio militar sobre a presidência e as disputas entre as elites burocráticas civis e

militares também seriam fatores que ajudariam a explicar a instabilidade das ditaduras latino-americanas. Porém, talvez nenhum outro fator tenha sido mais marcante do que a baixa legitimidade dos regimes autoritários, pela já mencionada mescla entre políticas socioeconômicas antipopulares a medidas repressivas, mas principalmente pela sua incapacidade de criar amplos canais de comunicação com a sociedade. Excluindo dos processos decisórios tanto o povo quanto as elites, os militares não foram capazes de estruturar uma representação de tipo corporativista, no sentido de criar canais de participação através dos quais pelo menos os grupos dominantes tivessem acesso direto aos processos de tomada de decisão.

Do lado da democracia, a acentuada fragmentação social; do lado da ditadura, a extrema concentração de mecanismos de poder executivo e a estendida intervenção do Estado na economia. Ambas apresentavam seus fatores de instabilidade, no entanto, o que havia ficado claro entre o início dos regimes burocrático-autoritários era que o desenvolvimento era possível fora das amarras do autoritarismo. Faltava então aos intelectuais desvendar as minúcias de nossa distensão política, para daí tirar um conjunto básico de preceitos necessários à manutenção da estabilidade da democracia, que Almeida resume nas seguintes questões:

Quais os contrapesos à concentração de poderes no Executivo, para além dos que o figurino liberal define e que se revelam cada vez mais inadequados? Quando os interesses sociais díspares e fragmentados tendem a se expressar sob formas aparentadas ao corporativismo, onde ancorar partidos políticos realmente representativos? Onde o desenvolvimento capitalista é difícil e com frequência recria desigualdades sociais gritantes, não será atual o tema do planejamento e de como torná-lo democrático em seus métodos e efeitos? (Idem: 44).

Segundo ela, por aqui, a democracia teria muitos partidários de ocasião, mas poucos fiéis defensores. Assim, enquanto os “verdadeiros democratas” continuassem a caminhar constantemente sobre o “fio da navalha”, a possibilidade de a liberdade encontrar com a democracia seria diminuta. Dessa forma, o trabalho de Tavares de Almeida serve aqui para corroborar a tese das preocupações centradas nas instituições e também nos passos necessários à difícil consolidação da democracia na América do Sul. Passando pelo amadurecimento do sistema partidário, mais uma vez veríamos um debate

centrado no papel transformador das elites, na preocupação em buscar a construção de uma sociedade civil verdadeiramente democrática nos termos dos valores do liberalismo. Tavares de Almeida inaugura em Novos Estudos CEBRAP o papel pendular das teorias para o equilíbrio burocrático da democracia, pelas quais a autora se exime de erros e dúvidas em nome da empiria e ao evitar a profecia.

Em 1982, ano em que o MDB passaria a controlar os principais governos estaduais do país, também marcado pela continuidade da desvalorização do cruzeiro e da diminuição do ritmo de crescimento, seria publicado no segundo semestre pela BIB o artigo de Marcus Faria Figueiredo e José Antônio Borges Cheibub, intitulado *A Abertura Política de 1973 a 1981: quem disse o quê – inventário de um debate* (projeto financiado pela Fundação Ford, pelo CNPq e pelo Convênio Iuperj/FINEP), indica os principais fatos que marcaram o processo de transição dentro do período em destaque. Recuperando os discursos públicos (em colunas e matérias jornalísticas, palestras, entrevistas, etc.) de políticos e intelectuais de destaque à época, apontam para o curioso fato de que fazer deste “país uma democracia, segura e duradoura, tem sido a intenção declarada de quase todos que apareceram publicamente falando sobre o assunto, inclusive todos os Presidentes do regime pós-64” (FIGUEIREDO; CHEIBUB, 1982: 29). No entanto, apesar da aparente unidade, os autores ressaltam as disputas entre as propostas para a transição, sendo elas a da descompressão lenta e gradual, e a da convocação imediata de uma Assembleia Constituinte. Com vitória da estratégia gradualista sobre a da “Constituição Já!”, afirmam que esta teria ocorrido devido ao medo das forças democráticas de uma recompressão instantânea (caso algum passo errado fosse dado), estando, entre estas forças, intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos, Samuel Huntington, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort (todos cientistas sociais), além de Carlos Castello e Oliveira Bastos (jornalistas). Está legitimamente posto e consolidado que tudo gira e girará em torno da restauração da democracia no Brasil. Este era o interesse de militares, burocracia, intelectuais, políticos, empresários e trabalhadores.

Sem falar explicitamente deste conjunto de pensadores, ao trazerem para o debate o livro de Peter McDonough, *Power and Ideology in Brasil*, Figueiredo e Cheibub afirmam, acerca das lideranças políticas tradicionais, que:

as elites brasileiras tendem a ser coesas contra a arbitrariedade dos governos militares, sem que isso as tome defensoras da democracia de massa. Isto porque o que elas têm em comum é o interesse de protegerem suas áreas de influência e atuação da interferência dos governos militares, e controlar a entrada de novos grupos na arena política. As elites brasileiras, diz McDonough, “estão preocupadas com as ameaças *from below* da mesma forma que estão preocupadas com a tirania *from above*”, e conclui “é esta tensão que faz suas preferências e percepções sobre a distribuição do poder [leia-se democratização] ambíguas e complexas” (FIGUEIREDO; CHEIBUB, 1982: 37).

Em outras palavras, a democracia brasileira – mas muito provavelmente não somente ela – dependia (e ainda parece depender) muito mais da tolerância das elites tradicionais diante da entrada de novos “jogadores”, do que propriamente de um acordo estabelecido entre o conjunto das forças políticas em torno de um certo número de princípios democráticos universalmente aceitos. Assim, estando o regime em crise pelo enfraquecimento de sua base social, pela diversificação dos interesses sociais promovida pelo desenvolvimento econômico, pela redução da eficácia de suas formas de legitimação (repressão e o “milagre”), pela vontade do grupo “castellista” ou por que o regime atravessava uma “crise de autoridade”, o que interessava aos autores era deixar claro a importância da fase que atravessavam da transição no momento de redação do artigo. Fase esta que, segundo eles, definiria a substância da democracia porvir. Mas quais seriam as propostas dos políticos que conduziam tal processo? A respostas lhes apareceu de forma bem clara. Isso porque, entre as elites políticas, o modelo para o pós-ditadura mais bem articulado era o de uma *democracia liberal clássica*, de inspiração estadunidense, onde a sociedade civil e os “partidos pragmáticos” vocalizassem o interesse geral, a lei determinasse a reduzida intervenção do Estado e a população tivesse a possibilidade de controlar as políticas do governo por meio do sistema representativo. A grande divisão se dava entre aqueles que viam tal sistema como um fim em si, e outros que o enxergavam enquanto ponto de partida para a formulação de propostas socialmente democratizantes. Na palavra dos autores:

Se formos mais flexíveis quanto ao conteúdo dos discursos dos atores poderemos chegar a dois desenhos de democracias, todas com seus contornos não muito nítidos e de coloração opaca, que são os seguintes: 1) Um desenho de democracia liberal clássica, “à la americana”, explicitada basicamente pelos “novos” empresários, por políticos liberais tradicionais (como Célio Boija,

Ulisses Guimarães, Trancredo Neves e outros) e por Lula (abaixo um pequeno comentário sobre o discurso de Lula e o PT). 2) Um desenho de uma democracia “rousseauniana”, com o Estado tendo o papel de defender e promover o bem comum, acima dos interesses particularistas, explicitado pelo Senador Petronio Portella. Com a morte prematura do Senador Petronio Portella este debate entre os atores ficou ainda mais prejudicado, pois ninguém o substituiu (Idem: 38).

Em poucas palavras, esse segundo tipo de regime (democracia social) era apenas exercício da retórica, com os intelectuais se acomodando ao primeiro desenho institucional. Assim, se o que estava verdadeiramente em jogo na transição era a “igualdade de oportunidades no exercício da política” (Idem: 37) (fosse por voto, candidatura, acesso aos meios de comunicação, sindicatos ou demais organizações), este seria um sistema fundado nos valores das eleições livres, da liberdade de associação e expressão, tendo como principais instituições o governo representativo, o princípio da maioria, os partidos ideológicos (mais do que partidos pragmáticos) e a extensão da cidadania.

Aqui, tanto a temática dos partidos quanto a da sociedade civil seriam diretamente trabalhadas. Se a participação popular fora tangenciada, o foco permanecia nas elites (ligadas ou não aos partidos), pois era disseminada entre políticos e intelectuais a ideia de que a transição não encontraria estabilidade se os militares não tivessem um grupo com o qual pudessem negociar diretamente a transição. Se dependesse da participação popular, na visão deles teríamos assistido ao recuo das Forças Armadas e, com ele, ao reestabelecimento do cenário de medo e incerteza. A democracia social teria seu lugar nos debates entre a academia e o Estado, mas somente a partir do momento em que o sistema político se consolidasse.

o retorno à democracia: entre perspectivas promissoras e olhares pessimistas (1983-1985)

De 1983, ano do protocolamento da emenda Dante de Oliveira, da 6ª edição da *Novos Estudos*, o artigo de Rolando Franco – *Reverendo o autoritarismo, repensando a democracia* – recupera (a partir da análise de vários trabalhos) a relevância que os debates sobre o *Estado* ganharam desde a queda de uma série de regimes democráticos ao longo dos anos 1970, em especial através de duas linhas de análise: a do chamado

“politicismo”, que explicava as mudanças na estrutura do Estado por fatores próprios às disputas políticas; e a do “economicismo”, que via nas mudanças do Estado um reflexo das disputas entre as forças econômicas. Entre os temas trabalhados pelos pesquisadores de ambas as linhas de estudo, o autor cita os das relações entre o Estado e a sociedade civil, as formas de surgimento do Estado (nomeadamente por meio da teoria da dependência de Cardoso e Faletto), além dos (já mencionados) trabalhos acerca do conceito de Estados burocrático-autoritários (com destaque para O’Donnell, Cardoso e Jorge Graciarena). O foco se desloca para a governamentalização do Estado e da democracia.

Assim como Almeida no texto de 1981, Franco também esmiuça o último conceito mencionado, separando e dando aos termos (talvez de forma mais didática) sua função a cumprir na formulação do conceito. Em suma, a cunha de “autoritário” viria para designar o “gênero” desses Estados, já “burocrático” caracterizaria seu propósito (já mencionado em Almeida), que era justamente o de aumentar o controle do governo sobre os mais diversos atores sociais por meio de rígidos controles verticais. Em suma, os Estados burocrático-autoritários seriam regimes não democráticos, marcados pela exclusão político-econômica, surgidos dentro de um contexto de aprofundamento da industrialização no Cone Sul e de forte mobilização popular contra as forças conservadoras inseridas no Estado. Não no Brasil, isto é certo. Todavia, isso o diferenciaria do autoritarismo tradicional, marcado pela desorganização popular e consequente inércia política; mas também do populismo, aonde as mobilizações seriam caracteristicamente controladas por cima. Iniciada por O’Donnell, a esta caracterização sucederam-se tentativas de comparação com outros contextos latino-americanos (e até europeus), contribuindo para esvaziar um pouco de sentido o conceito original, criado dentro do contexto específico do Cone Sul.

De qualquer forma, a constatação inicial se mantinha, marcando os anos 1970 pela continuidade da proliferação de produções em torno do Estado. Escrevendo na década seguinte, Franco afirmaria que, apesar da continuidade, os anos 1980 estariam tomando um outro rumo para os cientistas sociais, envolvendo o fortalecimento da *sociedade civil*. Tendo trabalhado excessivamente o tema do Estado, os “ideólogos de esquerda” teriam percebido que pensar o seu “apoderamento” já não era mais possível, fazendo-os voltar suas atenções a alternativas para o exercício do poder. Além disso, na visão de Franco, a

difusão do “liberalismo friedmanniano” (o neoliberalismo) também teria contribuído para as reflexões em torno dos males da hipertrofia do Estado. Concluindo esta parte do trabalho, ele coloca que, junto do fortalecimento da sociedade civil teria vindo a revalorização positiva da democracia, justamente na esteira dessas linhas de pesquisa que pensavam as possibilidades de transição para além dos regimes burocrático-autoritários. Em suas palavras ele diz: “Para isto, analisa-se a situação das ‘aberturas’ que estão se dando em alguns deles e o papel dos diversos atores políticos em tais processos, conferindo relevância especial ao setor popular e, mais especificamente, à classe operária” (FRANCO, 1983: 54).

Para entender esse fenômeno, o autor recupera – através do trabalho de Faletto e Kirkwood – o consenso formado entre parte dos cientistas sociais sobre a “evolução” dos chamados “Estados de compromisso” com políticas distributivas, típicos dos períodos de substituição de importações. Assumindo a tarefa de promover o crescimento da indústria, eles também tiveram de equacionar as pressões vindas da sociedade, para as quais responderam com a inclusão tutelada nos âmbitos social e econômico. Este aumento da participação não teria alcançado, no entanto, uma expressão institucional dentro das “democracias” vigentes (para os autores, somente países como Uruguai e Chile poderiam ser categorizados como verdadeiras democracias no início do século XX). Nas palavras de Franco, os Estados burocrático-autoritários apareceram “na tentativa de suprimir a autonomia do setor operário e outras alternativas possíveis. Seus objetivos teriam sido disciplinar a força de trabalho e acabar com as demandas excessivas ou prematuras” (Idem: 55).

Dentre as variadas experiências deste novo autoritarismo, Franco – a partir do trabalho de Pilar Vergara – debruça-se sobre a experiência chilena, que viu se combinarem neoliberalismo e autoritarismo, promovendo profundas transformações na economia (marcada pelas privatizações) na natureza do Estado:

O projeto supunha que o Estado deveria se restringir a garantir a ordem, ao provimento de bens e serviços “clássicos” (justiça, defesa etc.) e à sustentação de atividades do setor privado, criando infraestrutura básica, eliminando distorções da estrutura econômica e estabelecendo certas orientações gerais que enquadrassem a livre iniciativa. No plano distributivo, deveria limitar-se a atender as necessidades essenciais dos setores submersos em uma situação de extrema pobreza (Idem: 55).

Faletto apontara que, não havendo democracia possível dentro do capitalismo, ela havia se convertido em uma demanda anticapitalista, e que, portanto, só se realizaria plenamente no socialismo, projeto que dependia da classe operária para se tornar realidade. De outro lado, Cardoso apontaria na direção contrária, afirmando que a revolução proletária já não parecia ter futuro na América Latina. Analisando as transições correntes na região, afirmava que os esquemas marxistas e liberal-democráticos já não serviam para explicar estes processos, o que tornava necessário a construção de um novo esquema interpretativo. Para Cardoso, uma ruptura entre Estado e sociedade havia sido produzida, na medida em que os regimes não estavam interessados em mobilizar a população, e nem esta encontrava forças suficientes para pressionar os governos. Diante de sistemas políticos já tão consolidados, o futuro das democracias latino-americanas era visto, portanto, com pessimismo.

Finalizando o trabalho, Franco recupera a obra de Angel Flisfisch para entender os caminhos para o fortalecimento da sociedade civil:

- a) Aumentar e diversificar as capacidades de se associar voluntariamente no interior da sociedade.
- b) Reforçar a vida e os interesses corporativos, diante de um diagnóstico de politização excessiva da sociedade, que exige maior autonomia às instituições puramente sociais.
- c) Criar, ampliar e garantir novas opções de participação, democratizar.
- d) Passar da classe em si para a classe para si, seja no caso de uma classe em que aparecesse a idéia gramsciana de hegemonia como sinônimo de fortalecimento, seja no caso do desenvolvimento simultâneo de duas ou mais classes presentes, consolidando ou aprofundando um determinado modo de produção.
- e) Implantação de formas de produção anticapitalistas (co-gestão, participação na gestão empresarial, cooperativas) em sociedades capitalistas.
- f) Reforço de organizações populares, sejam ou não partidos políticos.
- g) Reforço dos processos de descentralização política e administrativa, reforço de instâncias locais e regionais.
- h) Aumentar a capacidade de resistência social frente a processos de intervenção estatal, ou seja, aumentar o poder da sociedade — genericamente ou de alguns setores sociais — frente ao poder do Estado (Idem: 58-59).

Diante da diversidade de cenários sociais possíveis, o pluralismo seria a resposta para atender aos variados contextos, dentro dos quais operariam as três esferas políticas:

a sociedade civil (entendida enquanto o conjunto das classes), a sociedade política (os cidadãos e partidos) e o Estado (a autoridade). Para procurar articular de maneira satisfatória estas três esferas, vários modelos teriam surgido:

- a) Modelo hobbesiano, que subordina as sociedades civil e política ao Estado.
- b) Modelo jacobino, que dissolve a sociedade civil na sociedade política. Todos são cidadãos. O Estado se subordina à sociedade política; não é mais do que uma encarnação da soberania popular, da vontade geral.
- c) Modelo liberal, que dissolve a sociedade política na sociedade civil, considerada a realidade máxima, baseada em relações contratuais. Dissolve-se o cidadão no proprietário, e subordina-se o Estado que atua apenas para dar as condições necessárias à sociedade civil. Atualmente, trocou-se o proprietário pelo *taxpayer*, de modo a adequá-lo às modificações do capitalismo.
- d) Modelo marxista clássico, que dilui a sociedade política na sociedade civil e considera o Estado maléfico. Tem como modelo de homem, o *homo faber*.
- e) Modelo marxista pós-clássico, baseado no homem necessitado, em que se dissolve a sociedade política e civil e subordina ambas ao Estado.
- f) Modelo capitalista contemporâneo, baseado na ideia de homem maximizador de benefícios, o consumidor.
- g) Modelo conservador ou liberal-conservador, que coloca a irredutibilidade necessária dos diversos planos (Idem: 59).

Insuficientes para responder às demandas de articulação entre os planos, segundo Flisfisch, outros três modelos de “Homem” teriam surgido para substituir os clássicos: o do ser humano liberado (de base marxista), do ser humano dissidente e o do *sujeito de direitos humanos*. Vendo no fortalecimento da sociedade civil a resposta para a articulação das três esferas/planos, Flisfisch ainda afirma que estes três modelos mais recentes trariam consigo uma ética política baseada nos princípios do “autogoverno, expansão dos âmbitos submetidos ao controle pessoal, necessidade de processo de fragmentação do poder, restituição de capacidade e potencialidades pessoais à coletividade” (Idem: 59). A partir deles, duas tendências se desdobrariam: (1) a do conflito entre a demanda pela dissolução do Estado nas sociedades política e civil, e a presença cada vez maior (e necessária à transformação) do Estado; (2) e a da interpenetração entre as classes (sociedade civil) e os cidadãos e partidos (sociedade política), aonde as primeiras se politizariam e a segunda se tornaria mais democrática.

Aqui, portanto, Franco retomaria claramente as preocupações envolvendo o fortalecimento da sociedade civil. Adquirindo em seu texto um caráter aparentemente

mais social do que “elitista”, a esta ainda caberia o diálogo com os partidos e o Estado visando a consolidação da democracia. O futuro delas, no entanto, já começaria a aparecer cercado de pessimismo por intelectuais como F.H. Cardoso, dada a dificuldade apresentada à época por militares e civis de cederem em seus planos e objetivos. Também notamos como já produziam as novas interpretações acerca dos golpes ocorridos na América Latina, não se pautando mais em questões econômicas, mas na fragilidade das instituições. Além disso, foi reforçada a importância do cientista político Guillermo O'Donnell para o debate latino-americano sobre os regimes autoritários e as possibilidades das transições democráticas. Por último, é curioso notar como Franco, dentre os analistas estudados, foi o único a abordar a ascensão do neoliberalismo chileno no contexto das ditaduras militares sul-americanas.

Marcado pela campanha das Diretas Já, 1984 fora o ano da primeira edição da revista Lua Nova, que seria coordenada por José Álvaro Moisés até o ano de 1988. Nela ele anunciaria, logo nas primeiras páginas, o compromisso que a revista assumia com a “reflexão voltada para as questões atuais da construção da democracia no país” (MOISÉS, 1984a: s.p.). Em seu segundo volume, também publicado no ano de 1984, a revista traria – além do editorial intitulado *Transição* – entrevistas com Tancredo Neves e Lula da Silva reunidas no artigo *A transição e os atores*.

No primeiro texto, Moisés assinala o sentido que a palavra (transição) havia adquirido naquele contexto, de passagem de regimes autoritários para democráticos. Em suas palavras, para sociedades onde, da opressão, se passaria à liberdade, por ele definida enquanto “liberdade pública, isto é, de organização das classes, dos partidos e das instituições que querem influir nas decisões políticas” (MOISÉS, 1984b: s.p.). Liberdade aparecendo, portanto, como sinônima de expansão da cidadania, de livre associação e competição eleitoral. Assim, mais uma vez vemos os temas da sociedade civil e da participação sendo abordadas como condições fundamentais para a concretização dos objetivos da transição para a democracia.

No segundo texto, em entrevista a J.A. Moisés e ao jornalista Hamilton Cardoso, o então governador Tancredo Neves entendia que, entre os processos conhecidos de transição do autoritarismo à democracia, o brasileiro não se encaixava em nenhum modelo – fosse uma transição por intervenção direta dos militares (como no Brasil em 1945), planejada (como na Espanha), ou então violenta (como no Argentina). Entendia

ele que o país passava por um tipo inédito de abertura, a qual caracterizou como “por etapas”, onde as liberdades democráticas eram conquistadas pouco a pouco e em duras negociações, sem a ajuda dos militares, sem um planejamento definido em etapas claras, e também sem uma mobilização violenta por parte da população. Como questões cruciais para a definição dos rumos da democracia, elencou uma série de fatores⁴⁹ políticos, econômicos e sociais, dando especial destaque para a imperativa necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e para o agendamento das eleições diretas. Por trás de todas as questões práticas enunciadas, para que o país superasse tais desafios (fossem eles políticos, econômicos ou sociais), Neves ressaltou ser fundamental, em primeiro lugar, que o “pacto democrático” se estabelecesse de forma geral – não somente entre as elites – e, em segundo, que se evitassem os conflitos, que a lei e a ordem regulassem as disputas de interesse, na medida em que, segundo seu entendimento, a radicalização só conduziria ao retrocesso. Em outros termos, explicitava-se a necessidade de prestar contas aos conservadores e aos militares. *Tolerância, conciliação e império da lei*, estes seriam os princípios basilares da construção da nova democracia brasileira e, por conseguinte, da pacificação.

Na segunda parte do artigo, entrevistado por Hamilton Cardoso, Lula da Silva, então presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, afirmou que haveria apenas dois tipos de transição: uma de caráter combativo, operada pelas eleições diretas, e outra de caráter passivo, operada por concessões – onde se aceitava que os militares controlassem as etapas do processo, aos poucos abrindo espaço para a oposição. O Brasil seguia o segundo caminho, enquanto ele, claramente, preferia o primeiro, introduzindo, coerentemente, uma dicotomia que jamais se pretendeu contraditória. Defendendo a eficácia de uma transição com a população engajada e informada das tomadas de decisão, ele retoma a ideia das “reformas de base” para defender a plataforma de seu partido⁵⁰ para

⁴⁹ No campo político, além convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e de eleições diretas, Neves também ressaltou a necessidade de que ocorresse a “restauração plena da República”, com um Congresso que atendesse às aspirações populares, e de que os olhares se voltassem para a possibilidade de implementação do *parlamentarismo*. No tocante à economia, a sempre anunciada formulação de uma reforma tributária que atacasse a má distribuição de renda, a renegociação da dívida externa através da moratória e da criação de um dispositivo de amortização compatível com as taxas de crescimento econômico do país, além da reforma da CLT. Na área social, ele ainda daria destaque para o “problema do menor abandonado”, assim como para a necessidade de realização da reforma agrária e de reformulação da lei de greve.

⁵⁰ Revogação dos instrumentos de exceção (especialmente da Lei de Segurança), suspensão do pagamento da dívida externa, reajuste do salário mínimo, criação de empregos e de um “salário desemprego”, reforma agrária, reformulação das leis trabalhistas, um sistema de redistribuição de renda baseado na taxa dos

a solução da “crise brasileira”. Em oposição à via institucional defendida por Neves, onde a negociação era a força motriz, Lula defendia um processo político baseado na *participação* organizada da *sociedade civil*, com seus líderes (sindicais, comunitários, partidários, etc.) assumindo o protagonismo deste trabalho de base, essencial para o retorno de *eleições livres e competitivas*, o que também, de forma menos explícita, era a demarcação para o campo das negociações políticas. Fosse por meio do trabalho de base realizado pela sociedade civil ou pela convocação de uma ANC, mais uma vez reforçava-se – agora entre os políticos – a ideia de que a transição dependeria sim da condução do povo, mas antes e fundamentalmente do engajamento de suas elites civis e políticas na democracia e nas devidas conexões. Tancredo Neves e Lula da Silva, a partir destas entrevistas, anteviam o desenrolar do fim da ditadura.

Ainda nesta mesma edição de lançamento da Lua Nova, de 1984, outros dois artigos tematizariam diretamente as questões que focamos neste trabalho, o de Silvio Caccia Bava, *Os Conselhos e a participação dos trabalhadores*, e *Ser cidadão*, de Dalmo de Abreu Dallari.

No primeiro destes Caccia Bava, analisando o primeiro ano do PMDB no governo da prefeitura de São Paulo, argumenta que, diante do cenário de aumento de tensões sociais ocorrido no período (marcado pela ocorrência de manifestações, greves, saques e ocupações), o centro dos problemas políticos e sociais da capital se encontrava na “resistência deste governo em se abrir à participação política dos trabalhadores” (BAVA, 1984: 97). Diante da falta de abertura do governo, o sociólogo argumenta que uma saída alternativa, de caráter mais imediato, seria a de forçar situações onde o diálogo tivesse de ser aberto, por meio da radicalização da luta dos trabalhadores (como já vinha sendo feito por metalúrgicos, professores e populações em situação de rua). Um outro caminho que aponta, mais voltado para o longo-prazo, seria a formação de Conselhos Populares que seriam capazes de resolver os problemas locais dos bairros periféricos, assim como fortalecer a pressão pelas “causas maiores” dos trabalhadores, especialmente no tocante às suas lutas por direitos diante do Estado. Como exemplo desses Conselhos, cita os

lucros da burguesia, eleições livres com voto universal e legalização de todos os partidos, distanciamento diplomático dos Estados Unidos.

Conselhos Populares de Saúde, atuantes dentro da estrutura da Secretaria de Saúde da cidade:

na Zona Leste, no município de São Paulo, existem 18 conselhos que, obedecendo à política definida pelo movimento de saúde, e eleitos por voto direto de 95 mil moradores da região, exercem o controle sobre o poder público e interferem na política de saúde do município, defendendo os interesses da população (Idem: 98).

Citando, além deste, exemplos de Conselhos atuantes em Osasco e Campinas – inclusive com atribuições mais amplas que os da capital – ele reforça a ideia destes espaços enquanto importantes instrumentos de pressão política dos trabalhadores. Ressalta ainda que estes Conselhos foram possíveis graças a existência prévia de movimentos sociais fortes e organizados, independentes do Estado e de partidos. Falando da importância destas organizações para a mobilização das “massas” populares, Bava conclui o artigo reforçando a ideia de que elas seriam fundamentais, dentro do contexto autoritário, para que as demandas dos trabalhadores tivessem alcance institucional, tornando-os capazes de se colocarem nos parlamentos e, consecutivamente, intervirem na definição das políticas públicas. Aqui finalmente vemos um trabalho que não aborda a temática da participação pelo viés das elites, mas da população, sendo esta exercida por meio dos sindicatos e Conselhos Populares como meio de resistir à ditadura e efetivar a concretização das reivindicações dos trabalhadores, sem, porém, citar qualquer perspectiva para além do regime civil-militar. Situa, no entanto, o que é a sociedade civil organizada para a política na democracia.

Por sua vez, em seu trabalho, *Ser cidadão*, Dalmo Dallari inicia o texto com uma discussão conceitual, tratando dos sentidos do ser cidadão. Pontua, primeiramente, a referência a uma situação de isonomia (sentido mais amplo, portanto), de alguém que tem responsabilidades públicas (sentido mais restrito) ou que exerce cargo político (sentido rousseaniano), além da vinculação entre indivíduo e Estado (sentido atribuído após a Revolução Francesa). Passando para a análise do debate jurídico brasileiro em torno do conceito, ressalta como essa “imprecisão” também se fazia presente em nosso meio legal, impulsionada inclusive pelo próprio texto constitucional que, à época, não era claro quanto à definição de cidadão. No tocante a isso, ele cita duas correntes entre as quais se

dividiavam os teóricos do Direito: uma que entendia ser o cidadão aquele considerado como brasileiro pelo governo (natural ou naturalizado); e outra que entendia que cidadão era aquele que tinha direitos políticos, que podia votar e se candidatar. Diante de tantas perspectivas, Dallari resume o cidadão como aquele que, em sentido mais aberto, está *juridicamente vinculado a um Estado*, em sentido mais restrito, é alguém que *possui direitos (e deveres) políticos*. Em suas palavras:

como se vê, em qualquer hipótese o cidadão é dependente do Estado, que estabelece as regras para aquisição da cidadania, diz quais são os direitos do cidadão e as condições para gozá-los, fixando também as hipóteses de perda da cidadania. Desse modo, através do conceito de cidadania os direitos da pessoa podem ser gravemente restringidos, pois sendo uma criação do Estado, o cidadão poder ser moldado e controlado por ele (DALLARI, 1984: 62-63).

Alertando para a predominância dos debates em torno de “direitos individuais, direitos civis ou liberdades civis” no início do século XX, aponta que “nos últimos anos, passou-se a dar ênfase, também, aos chamados direitos econômicos e sociais, reconhecidos como indispensáveis para que o ser humano pudesse viver com dignidade” (Idem: 63-64). Seriam, portanto, esses os direitos fundamentais: direitos humanos acima dos direitos políticos, pessoa humana acima da cidadã (pessoa política), valorização e defesa dos direitos naturais em detrimento dos direitos concedidos pelo Estado. Esta era a bandeira defendida pelo jurista para tempos em que o Estado cada vez mais restringia, controlava e ameaçava a estabilidade destes direitos políticos. Na sequência do trabalho anterior (de Caccia Bava), vemos – a partir do olhar de um jurista – a preocupação com as questões envolvendo os direitos dos cidadãos, sem qualquer menção aos partidos ou à sociedade civil.

Ainda na revista Lua Nova, seu terceiro número (vol.1, dezembro de 1984) trouxe uma série de entrevistas realizadas por Edison Nunes com o tema: *Constituinte: a favor ou contra? Por que e para quê*. Em minoria, os contrários à Constituinte defendiam, em geral, que aquele não era o momento certo, e que haveriam outras prioridades a serem atendidas antes da redação da Constituição. Dentre eles, a atriz Irene Ravache, seguindo o PT, defendia a Constituinte, mas não com o Congresso que estava formado. A radialista Sofia Carvalhosa entendia que as eleições diretas e a sucessão presidencial eram questões

mais urgentes a serem debatidas; depois viriam questões como o retorno das prerrogativas do Congresso para legislar sobre pautas econômicas, o fim dos poderes legislativos do presidente (que os exercia por meio de decretos), a alteração do Estatuto da Mulher, assim como a revogação da Lei de Segurança Nacional; somente depois é que estaríamos prontos para discutir a Constituinte. Metalúrgico e dirigente da CUT, Jair Meneguelli também entendia que o momento era do debate sobre as eleições diretas e que a Constituinte deveria ficar para adiante, posto que a necessidade de renovar as leis, segundo Meneguelli, era indiscutível, “a questão é de correlação de forças: dependendo de quem for eleito para a Assembleia Constituinte, a nova Carta não atenderá às reivindicações dos trabalhadores e só vai jogar panos frios na fogueira” (NUNES, 1984: 13). O metalúrgico e dirigente sindical defendia que antes deveriam ser garantidas as liberdades sindicais (incluindo o direito de greve) e revogada a Lei de Segurança Nacional. Finalmente, o professor universitário e membro do Diretório Nacional do PT, Augusto Cesar Antunes de Francos, enxergava a Constituinte como desfavorável aos interesses dos trabalhadores, já que fortalecia o reordenamento do Estado burguês. Apesar disso, vislumbrando a possibilidade de sua convocação, colocou como prioridades a liberdade e autonomia de sindicatos e partidos, além da reforma agrária.

Dentre os favoráveis, D. Paulo Evaristo Arns (cardeal de São Paulo) via a Constituinte como um marco para a superação do período autoritário e defendia que a nova Constituição deveria criar mecanismos de controle dos governantes, universalizar o voto (inclusive para os analfabetos), aumentar a autonomia da sociedade perante o Estado e criar canais para que as populações mais pobres tivessem participação direta na tomada de decisões. Pontuando que todos os comunistas eram favoráveis à Constituinte desde o final dos anos 1960, o jornalista e secretário geral do PCB, Giocondo Dias, defendia o reestabelecimento da República, o respeito aos direitos humanos, reformas sociais e econômicas (especialmente nas áreas tributária, fiscal e agrária), além da liberdade partidária (na época, A URSS já reconhecia a Declaração Universal do Direitos Humanos desde a Conferência de Helsinki, em 1975). A estudante Maria Cristina Cameirão entendia que, se realizada de maneira livre e soberana (ou seja, garantindo a liberdade de organização e manifestação partidária), a Constituinte poderia “ajudar na luta contra o imperialismo, o FMI e o regime militar” (Idem: 14). Político do PTB, Jânio Quadros defendia uma Constituição “enxuta e substantiva”, que garantisse: “os direitos individuais com a responsabilidade decorrente” (Idem: 14); partidos autênticos; reforma agrária,

econômica e das finanças públicas; abertura do voto aos analfabetos; além da inserção do país no Terceiro Mundo, marcando posição equânime entre os blocos capitalista e comunista, ou seja, nada de novo do que o levou à renúncia presidencial. Enxergando a nova Constituição como a garantia de legalidade legítima que faltava ao país, Hélio Pelegrino (psicanalista e militante do PT) propunha o fim da Lei de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações, além de modificações na estrutura sindical, mas que assegurassem a plena liberdade sindical (incluindo o direito de greve). Metalúrgico e dirigente sindical da CONCLAT, Antônio Toschi mostrava-se favorável, tendo em vista que a Constituição que vigorava no período não havia sido redigida com a consulta do povo, portanto, não correspondia aos seus interesses. Defendia que a nova Carta garantisse a “liberdade total de negociação entre capital e trabalho” (Idem: 15), a descentralização das instituições e a maior autonomia aos municípios e estados. Defendendo a Constituinte desde os anos 1970, o jurista Raymundo Faoro entendia que ela estava acima inclusive das eleições diretas em termos de prioridades, pois somente através dela poderia haver a restauração da soberania popular e, de outro lado, a limitação dos poderes do presidente. Propunha que a nova Constituição: organizasse a política no sentido de efetivamente separar os poderes (reduzindo a força de pressão do presidente sobre os outros dois poderes), aumentasse os canais de participação pela admissão de todas as organizações de base, e criasse mecanismos que fizessem com que a propriedade cumprisse sua função social. Por fim, em entrevista das mais importantes para os fins desta pesquisa, a realizada com Wanderley Guilherme dos Santos mostrou como o sociólogo e então presidente da ANPOCS pensava o processo da transição. Favorável à Constituinte, a via como prioridade dentro do cenário político do país, entendendo que a nova Constituição deveria cumprir dois grandes papéis: o de garantir de maneira irrestrita as liberdades democráticas (de organização e expressão); e o de explicitar que não era papel das Forças Armadas a defesa da Constituição, mas dos “corpos políticos e judiciários”. Enfim, com larga vantagem para os defensores da convocação da ANC, as forças políticas mapeadas eram todas a favor da democracia e do Estado de Direito na medida em que, mesmo os que questionaram a convocação não a rejeitavam por completo, mas entendiam que aquele não seria o melhor momento para tal feito.

Em seu terceiro volume de 1984, Lua Nova traria o artigo de Marília Garcia, *A difícil legitimidade – as constituintes em nossa história*, questionando a possibilidade de convocação de uma Assembleia Constituinte para aquele ano, tendo em vista a supressão

exercida especialmente sobre as liberdades de expressão e organização dos partidos de esquerda e dos movimentos de trabalhadores. Como seria possível que o povo escolhesse seus representantes, sendo que parcelas consideráveis da população estavam impedidas de se organizar legalmente? A partir daí, a autora faz uma breve recuperação da história das constituintes brasileiras desde 1891, passando pelas cartas de 1934 e 1946, até a de 1967, vigente na época, afirmando que:

o Brasil nunca teve uma Constituição legítima, nascida do debate popular, do consenso nacional. Talvez por isso tenha durado tão pouco. Essa conclusão amplia o significado da luta por uma Constituinte nos dias de hoje. Lutar por uma ordem democrática legítima significa efetivamente colocar em pauta a luta por uma nova Constituição (GARCIA, 1984: 11).

No artigo de Garcia, aparecem as defesas de eleições livres e de uma Assembleia Constituinte representativa e soberana, porém, a *participação* da sociedade civil – com liberdade e tempo para se organizar – aparece como o fator decisivo para o pleno renascimento da democracia no Brasil. Estava definitivamente reconhecido que caberia aos partidos e à sociedade civil organizada canalizarem e representarem os interesses do povo dentro daquele contexto, reforçando o papel das elites no processo de transição.

A Novos Estudos Cebrap, em abril publica na 8ª edição (volume 1) da revista o verbete de Francisco de Oliveira com o título de *As decisões cruciais: democracia ou bestialização*. No texto, o problema central é o da busca da sociedade brasileira pela reconstrução de sua *identidade social*, na medida em que surgia como obstáculo a posição intermediária que ocupava entre uma sociedade de massas e uma sociedade de classes (já que, apesar de sua estrutura produtiva, ainda era em muito influenciada por mecanismos como os meios de comunicação). Na busca dessa superação, a democracia havia se constituído como essa referência universalizante. No entanto, apesar de seu apelo e força, ela ainda corria o risco de ser solapada por outros referenciais, como a disseminação do medo da violência e a subsequente sensação de falta de segurança. Nesse sentido, o desafio de construir uma sociedade plenamente moderna e democrática passava fundamentalmente pela participação nas eleições diretas: “O desafio posto à sociedade brasileira talvez não tenha paralelo histórico: a chance de transformar um processo massificador num processo liberador” (OLIVEIRA, 1984: 1), assim permitindo a

conclusão de nossa transição, não só no âmbito político, mas também no social. Participação novamente como condição da transição, mas centradas nos períodos eleitorais e logo também tangenciando os partidos. O título do artigo já indica como se fortalece a ideia de democracia, opondo-a à bestialização, com um toque profético.

Para a 9ª edição da *Novos Estudos*, Adam Przeworski escreveu, também com certo tom religioso, o artigo *Ama a incerteza e serás democrático*. Nele, o cientista político polonês afirma sua intenção de trabalhar com o que chama de “sistemas autoritários”, que define como regimes dentro dos quais “alguém [um líder, organização, partido, polícia, burocracia ou grupo diverso] tem a capacidade efetiva de evitar consequências políticas contrárias a seus interesses” (PRZEWORSKI: 1984: 36), diferenciando-os dos “regimes autoritários” já extensivamente trabalhados, em sua visão, por Juan Linz e Guillermo O’Donnell. Acrescenta ainda a esta discussão o conceito de “aparato de poder autoritário”, que descreve como algo que

tem a capacidade de impedir a ocorrência de certos resultados políticos através do exercício do controle sobre a sociedade não apenas *ex antes*, mas também *ex post*. Nessa interferência *ex post*, o aparato pode alterar tanto as situações resultantes do funcionamento de instituições autoritárias, quanto aquelas que têm outras origens. Em outros termos, num sistema autoritário, o aparato de poder exerce não só controle processual, mas também controle substantivo sobre as decisões (Idem: 36).

A grande marca característica dos *regimes autoritários* seria, portanto, a presença de aparatos capazes de reverter as decisões tomadas pelas instituições políticas. Eles ainda seriam marcados por passarem periodicamente por momentos ou processos de “liberalização” (enquanto “abertura controlada do espaço político”), nos quais algumas liberdades civis seriam instituídas, mas sem intervir na capacidade do governo de controlar as decisões tomadas. Como resultado final dos processos de liberalização, teríamos a instituição das chamadas “*democracias tuteladas*” nas quais o Exército, afastado da política, manteria uma pressão constante sobre as instituições, mantendo vivo o espectro de um novo golpe. Finalmente, as *democracias* seriam formas de organização política aonde, no limite, “ninguém pode ter certeza de que seus interesses sairão vencedores [...] todos devem submeter seus interesses à competição e à incerteza” (Idem: 37).

Liberalização e democratização, portanto, seriam processos distintos, na medida em que o segundo seria definido como “o processo de submeter todos os interesses à competição da incerteza institucionalizada” (Idem: 37), passo mais importante, dos três elencados por Przeworski, para os processos de transição. Os outros dois passos para sua concretização seriam o dismantelamento do aparato de poder autoritário, e o estabelecimento de um compromisso, entre as novas forças políticas, de que as instituições democráticas seriam o meio através do qual elas realizarão a competição de seus interesses. Mais importantes do que o retorno dos militares aos quartéis e do que a eleição do novo Parlamento, segundo o autor, seria pela convergência destes três fatores que a democracia se consolidaria em um processo “irreversível”, já que marcaria a “transferência” efetiva do poder “de um grupo de pessoas para um conjunto de regras” (Idem: 38).

Apesar de sedimentado em sólidas bases, a instauração da democracia ainda traria suas dificuldades, cuja responsabilidade recairia sobre as instituições e os compromissos nelas firmados. A democracia dependeria das instituições para se estabelecer, na medida em que seria papel delas regular a competição política, evitando que uma proposta demasiadamente danosa a um determinado grupo não passasse. Na democracia, não há certeza sobre quais interesses serão atendidos, mas é preciso evitar que mesmo os perdedores não sejam fortemente lesados. Porque os grupos envolvidos as reconhecem com tal poder, depositando nelas a esperança de que seus interesses serão realizados da melhor forma possível, as instituições “determinam previamente as probabilidades com que serão realizados interesses particulares, num determinado grau e numa forma específica. [...] [Elas] moldam as oportunidades de realização de interesses específicos” (Idem: 40-41), dão a garantia, a segurança de que os grupos precisam para poder competir entre si, sem incorrer na morte de nenhum deles. Investidas de grande responsabilidade e poder nos processos de transição, mesmo as instituições mais sólidas não teriam campo para avançar caso outras condições não fossem previamente alcançadas.

De uma perspectiva social, dois condicionantes emergiam: em primeiro lugar, seria necessária a existência de uma direita/burguesia democrática que, portanto, estivesse disposta a tratar com o mesmo nível de importância a defesa de sua propriedade e a da democracia; em segundo lugar, seria necessária uma desmobilização das lutas da esquerda/trabalhadores nas ruas e nos sindicatos, passando-as quase que totalmente para

a esfera da competição eleitoral. O problema que daí emergiria, segundo Przeworski, seria o de lidar com a necessidade da mobilização popular para pressionar pelo fim do autoritarismo: a direita deveria integrar o processo, mas não tinha base para se mobilizar; a esquerda tinha meios de pressionar, mas deveria se conter para não amedrontar os integrantes do “bloco do poder autoritário”.

Somando-se aos trabalhos preocupados com a análise dos regimes autoritários (por isso fazendo mais uma vez emergir os postulados de O'Donnell), Przeworski assume claramente uma linha de pensamento institucionalista, dentro da qual entendia que a solução dos principais entraves à consolidação democrática dependeria do respeito das elites políticas às regras e resultados da competição partidário-eleitoral. Nesse jogo, também caberia às instituições garantir a anistia dos militares, sem a qual importantes processos sociais – nomeadamente as mobilizações populares e a pressão de uma burguesia democrática – não surtiriam o efeito esperado. A política, portanto, produzindo as respostas para seus próprios problemas, não dependendo mais de variáveis sociais ou econômicas para pensar a elaboração de soluções para os problemas conjunturais.

Na 10^a edição da *Novos Estudos*, dois artigos anunciaram a explicitação com as preocupações deste trabalho: foram eles os de Fernando Henrique Cardoso, *A democracia na América Latina*, e o de Eunice Durham, *Movimentos sociais: a construção da cidadania*.

No primeiro deles, Cardoso abre o texto comentando como, ao longo dos vinte anos decorridos desde o início da queda dos regimes democráticos no Cone Sul, a literatura sociológica “apaixonou-se” pelos temas da “relação entre desenvolvimento econômico e ditadura militar e a natureza propriamente política dos regimes recém-instalados” (CARDOSO, 1984: 45). Com relação à última temática, aponta que, dentre os diversos avanços no campo analítico da Política, as análises começaram enganando-se ao olharem para os novos regimes autoritários simplesmente como dominações de tipo personalístico-militar. Como o próprio caso brasileiro denotava, estes regimes eram de outra estirpe: por aqui, por exemplo, o país passara a ser governado muito mais pelas Forças Armadas enquanto corporação do que por um ou outro general. Não se tratava, portanto, de um “novo caudilhismo”, mas da “burocratização das Forças Armadas servindo de espinha dorsal para o autoritarismo do Estado” (Idem: 46).

Esse novo militarismo era mais “profissionalizante”, estava sob o efeito tardio dos embates da “Guerra Fria” e padecia com as histórias vindas de Cuba e do Vietnã. Isso os teria tornado contrários à mobilização das massas, reforçado seu apego ao estatismo dirigista. Retomando o conceito de Guillermo O’Donnell, Cardoso afirma que estes eram regimes burocrático-autoritários, mas, por não terem constituído partidos fortes, viram as forças conservadoras, liberais e os tecnocratas cercarem a arena política. Havia, por um lado, um fervor nacionalista de dirigir o país, imprimir a disciplina à sociedade, mas, por outro lado, havia também a influência constante do *laissez-faire* e do capital estrangeiro. Os regimes se militarizaram, mas “o novo poder não alterou as bases da dominação social. O Estado, enquanto síntese das relações de dominação, continuou respondendo às classes e não, estrito senso, ao estamento burocrático-militar” (Idem: 48). Mantinham o discurso de defesa da democracia, mantinham a aparência de normalidade, mas torturavam, matavam, silenciavam. Pela desmobilização, mas também pelo certo “desapego” ao partido de sustentação, não podiam ser comparados com os regimes nazifascistas e, como já mencionado, já não se tratava mais de simples regimes caudilhescos. Opuseram-se, de qualquer forma, ao progressismo latino-americano nas suas variadas formas, contendo os ímpetus redistributivistas em favor das grandes corporações transnacionais, do acúmulo de capitais e do crescimento econômico acelerado. Nesse contexto econômico, as transnacionais, o empresariado brasileiro e o setor estatal compuseram o “tripé do desenvolvimento” (no caso brasileiro, segundo Cardoso, “desenvolvimento dependente-associado”). Assim, mais uma vez contrariando as expectativas, o “imobilismo econômico” – antes vislumbrado pelos analistas (que falavam inclusive em “pastorização da economia”) – se converteu em internacionalização da economia nas mãos dos militares.

Dentro destes pontos gerais, os regimes autoritários teriam assumido contornos diferentes dentro de cada país. No caso brasileiro (assim como no Peru, e diferentemente do Uruguai e da Argentina), havia um Estado-empresarial moderno e um empresariado internacionalizado (como consequências da industrialização dos anos 1950), a sociedade era marcada por um forte patrimonialismo, e as classes não eram tão bem definidas segundo o modelo europeu, havendo também bolsões de “marginalizados” tanto nas áreas mais pobres quanto nos centros mais ricos. Com a entrada dos militares, o antigo patrimonialismo se atualizou dentro do setor produtivo estatal e a modernização alcançou todos os níveis da sociedade: da burocracia de Estado, à classe média e aos trabalhadores

urbanos, até mesmo no campo. Todos estariam, a partir dali, inseridos nessa nova internacionalização do processo produtivo, comandada pelas corporações privadas e estatais. Vê-se, portanto, que, das semelhanças encontradas no aspecto político dos regimes autoritários, encontramos profundas diferenças entre eles no tocante às políticas econômicas que, se não obtiveram sucesso na maioria dos países, seguiram um “roteiro” diferente no Brasil e no Peru. Neles,

outro foi o impacto das políticas econômicas dos regimes militares [...], pois nestes países não ocorreu uma adesão à histeria friedmaniana. Pelo contrário, os núcleos de racionalidade desenvolvimentista, assentados no setor produtivo estatal e na dinâmica da empresa privada, tolheram os efeitos das propostas ortodoxas. Se vez por outra, notadamente no caso brasileiro, a retórica era deste tipo, na prática os governos não deixaram de sustentar o setor público, de manter ativa política de expansão e de promover, desordenadamente, associações, com já disse, entre capitais locais, estatais e internacionais (Idem: 49).

Com o autoritarismo antipartidário e o desenvolvimentismo conservador atingindo seus limites (pela desmobilização da massa de apoio ao regime, e pelo fim do “milagre econômico”) na segunda metade dos anos 1970, antes cercadas de dúvidas, no ano em que escrevia (1984), a redemocratização já era uma realidade social para Cardoso. A “sociedade de massas”, aberta ao cosmopolitismo, sintonizada nas televisões e inserida no mercado de trabalho internacionalizado, já não se prendia mais ao curto horizonte cultural difundido pelos militares. Encontrando maiores entraves no Estado e nos partidos, a resistência democrática espalhava-se dentro da burocracia e da sociedade: ia de setores da Igreja e dos sindicatos, passando pela pequena imprensa e pelos grêmios de profissionais liberais, até as universidades e (certas) organizações científicas que, de uma forma ou de outra, “acabaram por tomar em suas mãos com força o tema dos *direitos humanos* e, mais tarde, o da *redemocratização*” (Idem: 50, grifos nossos). Neste novo ciclo de lutas latino-americanas pela redemocratização, dentre as novas práticas e ideias que surgiram, Cardoso destaca a experiência dos *movimentos sociais*, o tipo mais recente de organização da sociedade civil.

Eles, no entanto, não foram as primeiras formas de resistência ao regime. Iniciando-se com os setores mais progressistas das camadas médias, de acordo com

Cardoso, foi na junção das reivindicações destes grupos médios às lutas sociais mais amplas que se deu início o movimento de liberalização (redução do medo da repressão e garantia de liberdades civis), precedendo a redemocratização propriamente dita (as eleições livres, anistias, redução do peso das leis repressivas, etc.). Teria sido, portanto, através de ganhos paulatinos que os caminhos para a transição foram de pavimentando. Cardoso contraria O'Donnell e Schmitter nesse ponto, pois estes autores teorizaram esta via pacífica e negociada como a única possível para se sair dos regimes autoritários. Nesse sentido, Cardoso afirma:

não se trata de andar devagar, negociando cada passo, para evitar o retrocesso, mas de ter cacife para, desatada a dinâmica liberalizadora, forçar situações políticas que transformem o regime. Aplica-se aqui o aforisma: em política ou se deslocam os limites do possível, ampliando os horizontes de alternativas, ou se aceita que a forma atual da ordem é a conveniente (Idem: 51).

Para o autor, teria sido justamente esse o grande papel da sociedade civil: o de expandir as “fronteiras do possível” dentro dos regimes autoritários. Estes novos “atores”, vindos inicialmente das entidades de resistência (Comissões da Igreja, Comitês de Anistia, os parentes dos desaparecidos, etc.), multiplicaram seu escopo de ação, passando a defender os direitos civis e políticos dentro de órgãos governamentais – como os cientistas da SBPC. Depois teriam vindo a imprensa e os empresários que juntos foram capazes de trazer um elemento midiático para a luta pela democracia: “Há sempre algo de espalhafatoso, de capaz de ser consumido pelo grande público, de quase-publicidade” (Idem: 52). Movimento típico das “sociedades de massa”, nem o novo sindicalismo teria escapado a essa “espetacularização” da redemocratização: “‘Lula’ foi capa de revista, entre 1979 e 1982, em maior proporção do que qualquer outro líder, em qualquer época da história do Brasil (Idem: 53)”. Mescla, portanto, entre as penosas lutas de base e a “marketização” das novas lideranças, como meio encontrado para fazer renascer a política.

Naquela sociedade que se industrializava, urbanizava e segmentava, procurava-se um novo espírito de comunidade, aumentou, portanto, a ânsia pela participação nesse novo mundo, o mundo aonde a TV e o rádio levavam às massas o “mundo da abundância”, como o “símbolo de um novo horizonte humano e cultural” (Idem: 53). A

modernização (do mercado de trabalho, da mídia, da vida) colocava as pessoas em uma nova realidade, que trazia consigo novas expectativas, demandas e reivindicações – estas, com pretensões globais, mas organizadas cada vez mais no âmbito local: da organização da classe, passa-se para a da categoria profissional; da atuação no Estado para aquela efetivada no bairro; do partido para a paróquia. Crescendo em meio às projeções de opulência, esta era uma nova vontade social, que agora passava a se exprimir cada vez mais pelo crivo da *identidade*. Se o Estado era o local da unidade e os partidos já se mostravam débeis para atender às demandas deste público globalizado, os movimentos sociais e de base surgem, impulsionam novas lideranças que chacoalham o autoritarismo, trazendo consigo “uma profunda consciência de *direitos* e de reivindicação de *participação democrática*” (Idem: 54, grifos nossos).

Para Cardoso, no entanto, o Estado não podia ser descartado, na medida em que era produtor econômico, abrigava a burocracia, regulava a competição, regulamentava as eleições e concedia os direitos sociais. Enquanto instância reguladora necessária, seria no seu entrelaçamento com as novas lideranças da sociedade civil, ou seja, nesse duplo movimento de “panpolitização do social” e “socialização do Estado”, que a democracia se concretizaria. Forma-se, a partir daí, um novo senso de público, aonde “a *luta antiestatal* torna-se uma luta pela transparência da ação governamental e para o aumento do controle social (público) das políticas oficiais e da gestão estatal” (Idem: 54-55, grifos nossos). Nesse novo quadro, se o Estado se modernizava, recolocando sua função dentro do jogo político, os partidos também não poderiam ficar de fora dessa renovação. Ainda serviam, na visão de Cardoso, para conter os ímpetos caudilhescos, clientelísticos e populistas no seio do Estado, mas – dada a nova vocação da sociedade para a autonomia – não mais serviam de molde para a futura sociedade. Estes seriam partidos muito mais próximos dos movimentos sociais (mas sem ânsia por controlá-los), “mais enraizados na sociedade do que na burocracia” (Idem: 56).

Seria, portanto, sob esse reequilíbrio entre as forças do Estado, dos partidos e dos movimentos sociais (da sociedade civil) que a nova democracia nasceria. Ganhando força de “valor em si”, ela seria marcada pelas reivindicações do social como campo autônomo de disputas, pelas lutas em favor de reformas nas formas de distribuição e apropriação de riquezas. Mesmo entrando no rol dos “intérpretes do autoritarismo”, Cardoso produz uma análise diferenciada na medida em que, ao mesmo tempo em que demanda a renovação

das instituições que assegurariam o equilíbrio entre estes três poderes, mesmo não seguindo a metodologia institucionalista vigente no período, chega à conclusão das mais avançadas para o período. Assim, a importância da sociedade civil não se justificaria por questões exclusivamente políticas, mas principalmente por fatores ligados às dinâmicas econômicas e sociais.

No segundo, Eunice Durham, trabalhando com os novos movimentos sociais, colocaria dois desafios (aos militantes e cientistas sociais): entender sua base de classe, de caráter heterogêneo; assim como seu desvinculamento de partidos e sindicatos. Para entender esses movimentos, a autora traz as duas interpretações correntes à época: a de cunho mais sociológico, focada na relevância deles para a ação dos partidos, “sua relação com o Estado e [...] sua eventual importância como instrumento de contestação do regime” (DURHAM, 1984: 24); e a mais antropológica, que procurava entender o significado destes movimentos para as pessoas que o integravam. Para Durham, sozinhas, ambas as perspectivas seriam insuficientes para a análise destes movimentos, porém, unidas elas forneceriam uma visão que abarcaria seu significado mais amplo e também interno. Para atingir tal objetivo, seria preciso primeiro evitar a noção de que os movimentos sociais seriam formas “inferiores” de mobilização, que só teriam ganhado força diante do fechamento de partidos e sindicatos (os movimentos “verdadeiros”). Ao contrário, eles deveriam ser vistos como uma forma específica de mobilização, ao mesmo tempo diversa e complementar aos partidos e sindicatos:

os movimentos sociais podem ser vistos [...] não como movimentos de defesa contra o empobrecimento crescente [...], mas como exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como uma luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico (Idem: 25).

Assim inseridos no novo contexto de industrialização e urbanização brasileiros, os movimentos sociais surgiram como resposta a novas necessidades e novos padrões de consumo ligados aos serviços públicos, cenário este que, por sua vez, gestaria uma nova cultura da qual os movimentos feministas e ecológicos seriam exemplos. Neste novo quadro sociocultural, portanto, os esquemas utilizados no passado para compreender o papel revolucionário do proletariado não mais serviriam, dada a heterogeneidade das classes populares/trabalhadoras, que agora incluíam de operários a ambulantes, passando

por funcionários públicos e pequenos comerciantes. Se os sindicatos organizavam as pessoas pela sua inserção no processo produtivo, os movimentos sociais teriam como crivo os padrões de consumo. Seriam as “carências comuns” (e não a exploração capitalista) que definiriam a coletividade possível dentro de cada movimento, que poderia abraçar a causa do asfaltamento da rua, até a causa do fim da discriminação social pela cor da pele, por exemplo. Definidos por coletividades, ao mesmo tempo em que os torna mais efêmeros, a diversidade que compõe a base dos movimentos sociais faria deles também formas de mobilização mais ágeis, e que se organizariam de duas maneiras gerais: a formal (através da eleição de lideranças que carregam o movimento) e a comunitária (dando ênfase na igualdade, evitaria a institucionalização, exigindo a participação constante de todos).

Constituídos culturalmente a partir os padrões de consumo, criados coletivamente por uma carência, socialmente heterogêneos e simbolicamente privilegiando a igualdade em detrimento da liberdade, tal seria a cara dos movimentos sociais emergentes. Na visão de Durham, eles seriam consubstanciados, portanto, na noção de comunidade:

vimos que os movimentos sociais se articulam pela formulação de uma *carência coletiva*. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem a mesma carência. A igualdade da carência recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade. Os movimentos sociais se constituem, portanto, como um lugar privilegiado onde a noção abstrata de igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. A igualdade constitui-se, desta forma, como representação plena, concretizada na comunidade (Idem: 28, grifo da autora).

A noção de comunidade também serviria como paralelo na medida em que os movimentos sociais – especialmente os de matriz comunitária – tratariam os indivíduos para a esfera do reconhecimento público, na medida em que a voz de todos deve ser ouvida, propiciando a seus participantes a ampliação de sua sociabilidade na medida em que são expostos ao debate e às experiências dos demais integrantes. Sua faceta pública (como movimento) também é caracterizada na medida em que eles devem ser reconhecidos tanto pela sociedade como pelo Estado, dada a nova forma de cidadania que

procuram imprimir. Durham, no entanto, não deixa de sintetizar (de forma assustadoramente contemporânea) os problemas deste tipo de organização:

em primeiro lugar, porque sua utilização plena só ocorre em grupos pequenos. O crescimento dos movimentos tende, portanto, a ocorrer antes pela multiplicação dos grupos do que por sua ampliação [...] [o que] cria problemas muitos sérios para a atuação conjunta ampliada. A tendência à segmentação e pulverização é agravada pelo fato de que as decisões, nesse tipo de organização, só podem ser tomadas por consenso, o que provoca frequentes cisões internas, além de discussões intermináveis e inconclusas. Finalmente, dada a importância inegável dessa “vivência” dos movimentos e sua valorização pelos membros do grupo, pode ocorrer uma inversão peculiar. Reivindicações passam a ser consideradas como instrumentos da mobilização, em vez da mobilização ser o instrumento da reivindicação (Idem: 28).

Além dessas limitações, Durham também se atém à inescapável esfera dos *direitos*, utilizados como meio de formulação das reivindicações baseadas na carência inicial. Habitantes de periferia, mulheres, homossexuais, negros e indígenas, todos tem algum direito pelo qual demandar. Essa introdução massiva de direitos (mesmo se inoperantes dentro da realidade brasileira), segundo ela, é que configuraria a grande marca desta nova cidadania. Esta, portanto, seria “definida por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder” (Idem: 29). Assim, o Estado passaria a ser avaliado por sua capacidade de promover os direitos reivindicados.

A legitimidade perante a sociedade ocorreria em parte pelas conexões estabelecidas entre esses movimentos e os partidos. Segundo a autora, se pela direita teríamos nas manipulações clientelísticas a grande tentativa de absorção dos movimentos sociais pelos partidos, pela esquerda teríamos a prática da infiltração da militância, ambas condenadas pelos movimentos (que de início sempre reforçam seu apartidarismo) mas fundamentais para entender a dinâmica de sua formação, assim como seu caráter plenamente social. No “futuro”, identidade e direitos de minorias estarão em todos os partidos. Esse jogo ambíguo, entre a manipulação/infiltração e a recusa aos partidos, encontraria explicação justamente na busca destas coletividades por um fator equalizador, uma carência que os equivalha. Nesse sentido, a filiação partidária viria para romper essa igualdade, pondo fim ao pacto que unia o grupo heterogêneo. Assim, sendo renegados,

porém estando sempre presentes, a existência dos partidos nos movimentos seria sempre algo a ser ocultado, relegado às sombras. Nas palavras de Durham:

desse modo, os movimentos tendem a apresentar uma dupla face: a pública, que enfatiza a igualdade, a união, o consenso; e a oculta, das cisões, divergências, acusações mútuas, discriminações que só são reconhecidas para serem deploradas, mas que contribuem muito para o sabor, a intensidade e a dramaticidade dessa prática coletiva (Idem: 30).

Enfim, enquanto espaços restritos que tornam possível a vivência da igualdade, a experiência da democracia direta, a elaboração de direitos e, com eles, de uma nova cidadania, os movimentos sociais pareciam sensíveis às transformações pelas quais a sociedade passava, não devendo, por isso, ser descartados como mobilizações “inferiores”. O não reconhecimento de práticas e posições divergentes, ao mesmo tempo em que deslegitima a negociação como método de resolução de conflitos, poderia fazer com que recaíssem para o paroquialismo (dificuldade de criar mecanismos de representação e meios de articulação) ou então para o autoritarismo (imposição do consenso). Em mais um trabalho que escapa à lógica institucionalista da Ciência Política, o artigo de Durham trabalha de forma assustadoramente contemporânea as características dos novos movimentos sociais que surgiam no período. Pautando suas explicações por dinâmicas socioeconômicas e pelas sociabilidades próprias destes tipos de organização, ele coloca como as reivindicações em torno de direitos teriam unificado esses grupos, majoritariamente formados por minorias. Assim, mesmo que por meio de metodologias próprias à Sociologia, a autora contribuiu para reforçar o papel da sociedade civil dentro da transição democrática, na medida em que defendia que aqueles movimentos não poderiam ser tratados como formas inferiores de participação e pressão.

Em 1985, após vinte e um anos, o regime finalmente chegaria a seu fim. Perdurando por seu caráter mutável, “longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta” (CRUZ; MATINS, 2008: 8). No entanto, a eleição de Tancredo Neves (MDB), pelo Colégio Eleitoral, poria fim ao regime. Apesar de pertencer à oposição, o ex-governador de Minas Gerais, com apoio de dissidentes do PDS – agora aglutinados no Partido da Frente Liberal – PFL e formando a Aliança

Democrática em conjunto com setores do PMDB – vence a disputa contra Paulo Maluf, candidato de São Paulo que não era consenso sequer dentro do próprio partido, e também tendo em vista que o vice de Neves seria José Sarney, recém-evadido da situação e “filho político” da ditadura. Reassegurando “aos militares suas intenções ‘responsáveis’” (SKIDMORE, 1988: 66) para com a transição segura à democracia e a manutenção da ordem, o futuro presidente faz cumprir a promessa de não promover qualquer tipo de perseguição judicial contra aqueles envolvidos na repressão e na tortura dos últimos vinte e um anos. Após doze anos de “lenta descompressão” (1973-1985), a ditadura civil-militar finalmente tinha seu fim formal. Derrotada, a “velha direita” dissolvia-se entre outras siglas e, aos remanescentes, parecia só restar a desunião em torno de um programa comum de oposição ao governo recém-eleito.

No ano fulcral da concretização da transição, em verbete para a 11ª edição da revista *Novos Estudos CEBRAP* (volume 1, janeiro de 1985), o filósofo José Arthur Giannotti escreveu *Democracia em obras*. Neste curtíssimo texto, ele se pergunta qual seria a grande novidade trazida pela Nova República, apontando que nela a ascensão de Tancredo Neves estaria abrindo caminho para a “entrega do poder” aos “melhores representantes das elites burguesas do país” (GIANNOTTI, 1985: 48). Apesar de não entender este grupo de políticos como “dos sonhos”, ele afirma que parecia promissora a mescla entre elementos mais experimentados como aqueles vindos do contexto pós-1964, o que, em seu entendimento, poderia “abrir uma nova linha na história do capitalismo brasileiro” (Idem:48). Em contrapartida, aponta para o problema da homogeneização discursiva dentro do Congresso, assim como para as sequências daquela realidade política marcada pelas alianças e interesses particulares. Os representantes da elite burguesa apareciam, portanto, como uma mescla promissora entre gerações, mas que já apresentavam o problema da falta de diversidade. Problema este que o autor logo trata de amenizar, ao apontar os problemas que uma diversidade muito grande poderia trazer:

a maior diferenciação, contudo, pagaria o preço da aventura, aumentando os riscos da derrota. Se, de fato, a Nova República saíra mais forte e dinâmica, mais capacitada para realizar as reformas prometidas, também cresceria no horizonte a possibilidade de outros vinte anos de ditadura. E não vale a pena agora especular sobre tais hipóteses, já que as coisas tomaram curso diferente, impondo-se a solução de meio termo (Idem:48).

Com o reestabelecimento do ordenamento democrático – e com ele a total reabertura dos canais de participação – Giannotti tece uma crítica aos sindicatos, apontando que a sua restrição ao plano social (os comícios na porta das fábricas) já não se mostrava como estratégia suficientemente madura, na medida em que a busca destas organizações deveria ser a da formação de suas próprias elites para a disputa dos espaços institucionais. Caberia, portanto, aos movimentos sociais, a partir dali estabelecer pontes com o Estado.

Em um cenário de revitalização da vida política, onde os grupos estavam buscando recompor seus perfis, defender identidades e firmar alianças, para o autor, o grande desafio que se colocava era o da diferenciação. Em outras palavras, era preciso que os novos grupos delineassem tanto seus interesses particulares quanto aqueles de âmbito nacional, para que dessa forma as negociações pudessem conduzir o país para frente (e não de volta para um cenário de conflitos e incertezas). Assim, apesar de trabalhar com os movimentos sociais e o novo sindicalismo, Giannotti colocava a disputa dos espaços institucionais por estas lideranças como condição para bom futuro da democracia que nascia, não bastando mais a elas operarem somente junto à sociedade. A partir dali, deveria se olhar para cima e enfrentar a competição política de dentro do Estado.

Também publicado em 1985, na revista Lua Nova, e intitulado *A transição e a constituinte*, o artigo de Marco Aurélio Garcia traz uma análise da relação entre as forças que participavam da transição diante da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Contextualiza o período, marcado pelo desemprego, inflação e consequente rebaixamento do padrão de vida médio dos brasileiros. O historiador diz que, em meio a todas estas questões, havia principalmente a exigência por mudanças institucionais que simultaneamente trouxessem de volta a democracia e pusessem fim aos “instrumentos de arbítrio”. Os problemas sociais e políticos se retroalimentavam, com destaque maior para os últimos, na medida em que os tropeços e a truculência do regime pareciam criar um clima em que a volta à democracia soava cada vez mais inevitável. No entanto, ele ressalta que “para crescentes setores da sociedade brasileira, essa democracia não se confunde com uma simples volta ao Estado de direito, tendo antes a significação de um espaço que permite aos sujeitos sociais criarem ininterruptamente *novos direitos*” (GARCIA, 1985: 17, grifo próprio), preocupação esta que, emanada dos trabalhadores, conduziria as elites ao debate sobre a Constituinte.

Nestes debates, Garcia nota a existência de uma divisão dentro da esquerda quanto a questão da Constituinte. Para seus defensores, haviam aqueles que pendiam para vieses moderados, que viam nela a concretização do “pacto social” que o país necessitava; e outros mais exacerbados, que por vezes enxergavam-na como uma ação, inclusive, anticapitalista, uma retórica para fortalecer o pensamento dicotômico. Já entre os que se opunham ao regime e à Constituinte, estavam aqueles que levantavam o argumento de que as Constituições brasileiras haviam sido historicamente marcadas por perspectivas conservadoras e antipopulares, e que a tendência era a de que isso se repetisse nos anos 1980. Criticando esta última visão, Garcia defende que a democracia não deveria ser vista enquanto um jogo de manipulação entre dominantes e dominados, mas um campo relativamente aberto de luta política. E diz mais: um cenário como o do período, marcado pelo “desgoverno” dos militares, pelo surgimento de movimentos sociais que haviam renovado o debate em torno da democracia, além do próprio problema da sucessão, eram todas questões que só contribuíam para o revigoramento do debate sobre a Constituinte. Se as elites ainda estavam muito presas às suas tendências autoritárias e centralizadoras, a sociedade demandava – através das “Diretas-Já!” – o fim do continuísmo, exigia um sistema que articulasse *representação* e *participação*. Acreditava Garcia que a convocação de uma ANC seria obra da pressão popular e, por conta disso, deveria ser pressionada para que resultasse em uma nova institucionalidade que favorecesse os trabalhadores e assegurasse suas conquistas.

O artigo de Garcia faz convergir os aspectos políticos e sociais, na medida em que a fundamental importância da convocação da ANC não teria o mesmo peso sem que a população pressionasse por tal acontecimento. Da mesma forma, a ANC não seria a mesma sem a renovação do campo sociopolítico promovida pelos movimentos sociais.

Na mesma edição de Lua Nova (vol.1, nº.4, 1985) está o artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, *O Estado e os direitos dos cidadãos*. Nele, Santos defende a ideia que imperava no país uma inversão de valores, onde o Estado controlava a sociedade, quando, em tese, o oposto deveria ocorrer. Assim, para recolocar o Estado em seu “devido lugar”, ele afirma que passaria pela sociedade civil a exigência de que o Estado atravessasse uma mudança no tocante às suas ações e preocupações. Em lugar de intervir constantemente nos sindicatos, regular salários e monopolizar os fundos sociais, o Estado deveria investir na “produção de bens e serviços de consumo coletivo” (SANTOS, 1985:

22), também cuidando da infraestrutura ligada ao saneamento básico e tratando de garantir à população sua plena cidadania ao oferecer serviços de qualidade ligados à “proteção à infância, saúde pública, educação fundamental, segurança no trabalho e transporte de massa” (Idem: 22). Santos alerta que, para se atingir tal capacidade de pressão diante do governo, os grupos sociais teriam de abrir mão de suas “estratégias” paternalistas (de pedir e esperar que o Estado resolvesse todos os problemas) e, além disso, tal mudança de atitude deveria vir acompanhada de uma forte organização por parte destes setores. Ao final, o cientista político conclui que “ideologia e organização são, portanto, dois requisitos necessários, embora não sejam suficientes, para repor o Estado em seu devido lugar. Pois é isto, essencialmente, que significa reconquistar e expandir os direitos de cidadania” (SANTOS, 1985: 23). Dessa forma, assim como Garcia, Santos faria confluir as temáticas sociais e políticas, com a diferença que, sem diminuir a importância do Estado para a consolidação da democracia, coloca no desempenho da sociedade civil a possibilidade de se efetivar a plena reconquista da cidadania.

Realizada a transição em 15 de janeiro de 1985, no mesmo ano seria publicado pela Lua Nova – no 1º número de seu 2º volume –, *A democracia que teremos*, de Raymundo Faoro. Analisando a transição recentemente oficializada, ele traria um olhar pessimista para um cenário político que tentava se preencher de esperança. Logo de início, diante da vitória da chamada Aliança Democrática, afirma: “Se as palavras não enganam, se elas significam alguma coisa, teremos, não uma democracia, mas um regime liberal, capaz, na melhor das hipóteses, de conviver com a democracia, menos como realidade do que como aspiração, projeto e objetivo” (FAORO, 1985: 7). Diante do controle exercido pelos militares sobre a sucessão, marcado pela presença de um Colégio Eleitoral ilegítimo, Tancredo Neves elegia-se como chefe de governo, não presidente da República, uma vez que tinha o consentimento dos militares, mas não o voto da população.

Apesar da vitória do grupo liderado por Neves ter marcado a primeira sucessão que (em tese) não ia de acordo com o que as Forças Armadas haviam planejado, Faoro ainda manteria o tom, afirmando ser o Brasil um país em que o autoritarismo era a regra de mais de quatrocentos anos, e a democracia apenas um instrumento para alcançar outros objetivos. Haveria, portanto, uma cultura de não tratá-la (a democracia) como um fim em si mesmo. Olhando para os exemplos mais recentes, o autor cita como os grupos que conspiraram contra a presidência de João Goulart se valeram da defesa da democracia

para “*educar, domesticar*, tutelar o povo, para depois, organizar um regime de convivência constitucional” (Idem: 8, grifos do autor). Dentre eles, os militares utilizaram da democracia para promover o golpe e defender sua continuidade, os latifundiários para conservar suas terras, etc. Os grupos considerados reformistas, por sua vez, somaram-se às fileiras em defesa da democracia visando a promoção de um regime de justiça social. Em suma, da direita à esquerda, a democracia nunca fora propriamente tratada como um fim em si, um ideal, um objetivo a ser defendido, apenas um trampolim, um meio. Somando-se a isso, Faoro relembra o discurso de posse proferido por Tancredo Neves:

numa escorregada da memória, no seu discurso de 15 de janeiro, o candidato vitorioso lembrou o Segundo Reinado, com a “habilidade” de seus estadistas, “que souberam exercer a tolerância nos momentos certos, evitando que das insurreições liberais vencidas ficassem cicatrizes históricas”. Franqueza não faltou, nem se diga que a retórica escondeu o que se quis dizer. Traduzindo: a mudança, em suas várias dimensões, não está descartada, condicionada sempre ao equilíbrio de forças dominantes. Recorde-se, ao lembrar o Segundo Reinado, esqueceu-se que, lá, a conciliação se fez pela mão dos conservadores (Idem: 10).

Em outras palavras, a possibilidade de mudanças no país seguia passando pelo crivo dos grupos dominantes, o progresso seguia condicionado à ordem, as reformas vinculadas à “paz social”. A democracia, o regime da participação, da justiça, da liberdade, era mais uma vez tratada como o meio de estabelecer um acordo entre elites militares e políticas. Claramente, haviam possíveis obstáculos à calma: a nova situação de poder viria acompanhada da heterogeneidade de forças que compunham a coligação vitoriosa, que, por sua vez, trazia consigo a sede de poder de suas lideranças, assim como sua capacidade para imobilizar o novo governo. Da parte dos eleitores, não seria fácil (em casos nem possível) dar nova imagem às alianças estabelecidas com quadros vindos da ARENA. No entanto, visando o sucesso do pacto, procurava-se construir o mito com a imagem de Tancredo Neves como o conciliador, o homem que “sabe o que faz”, que não quer nada para si, enfim, aquele que seria capaz de acalmar os ânimos em nome da consolidação da nova ordem democrática.

Em meio à desilusão em um cenário conturbado e nada favorável às forças democráticas, Faoro afirma que

a oposição democrática tem inimigos formidáveis e terríveis, cujas garras ela muitas vezes subestima, em trágicos equívocos. Ela tem diante de si os conservadores, a velha e arcaica estrutura agrária, o estamento militar e civil, o capitalismo selvagem, o imperialismo econômico e militar. Para enfrentar essa rocha, até hoje nunca seriamente abalada, ela não conta com homogeneidade, com uma estratégia e, sequer, com um fim comum. Daí sua tendência, sempre que a luta se torna mais aguda, à pulverização em grupos e subgrupos. Entre os alvos de sua atividade política e seu contingente de forças há um abismo, muitas vezes preenchido com ilusões, como, por exemplo, o das vanguardas e o da revolução próxima (Idem: 11).

De um lado, um bloco conservador razoavelmente conciso e, quando não, tendo cada um de seus grupos muito bem organizados em torno de objetivos próprios. De outro lado, um bloco democrático que, além de minoritário, fragmentava-se diante do avanço das tensões políticas, ainda alimentando o sonho da vanguarda revolucionária. Não havia, portanto, utopia para se sonhar, apenas a frieza de um cenário concreto, onde – diante da incapacidade de se superar Neves no curto-prazo – as suas promessas já davam o tom do que seria o governo porvir.

Apesar da desesperança, Faoro conclui defendendo a ideia de que haveria, ainda assim, um trabalho a ser feito por parte das forças democráticas. Caberia a elas, em primeiro lugar, evitar o retrocesso maior que significaria a deposição de Neves e, depois disso, a consolidação de sua *identidade* enquanto movimento organizado e articulado, distante da direita e dos militares, próximo do povo e agindo no sentido de construir e/ou fortalecer os seus canais de *participação*. Assim haveria oposição possível ao governo de Neves, com mobilizações capazes de pressionar a nova ordem no sentido da construção de uma democracia real, não de uma vista enquanto transição (em direção a outro objetivo). Caberia à oposição democrática a dupla tarefa de fortalecer a consolidação do novo regime, e de construir as bases para a plena participação popular nos processos de decisão. Faoro também via que a participação da sociedade civil com moderação seria recomendável e útil. Conduzida por um processo de negociação entre as elites políticas e militares, o futuro da democracia – visto com desesperança pelo autor – dependeria da pressão popular para conferir alguma legitimidade à democracia que se instaurava. Foco, portanto, na importância da participação do povo para o “bom” futuro do novo sistema político.

Do 2º volume da Revista Lua Nova, em sua edição de Número 2 – também de 1985 – o artigo de Fernando Henrique Cardoso, *A agenda da transição*, traz as perspectivas do então senador (PMDB) para as eleições que estavam por vir no ano seguinte. Ele coloca que, por conquista da Aliança Democrática e apesar de todas as turbulências, se tudo corresse como o esperado, teríamos: “eleições diretas para as prefeituras das capitais e áreas de segurança, eleição da Constituinte em 1986, diretas para presidente em 1988. Eis a agenda básica da transição” (CARDOSO, 1985: 7), calendário este que viria a se confirmar nos anos que se seguiriam à redação do artigo. Ressaltando que aquela era a agenda possível dentro da conjuntura do período, Cardoso destaca a manutenção do pacto apesar da morte inesperada de Tancredo Neves, que era uma peça-chave para o processo. Entre os problemas e vitórias conquistadas até então, ele ressaltava os seguintes pontos:

o reconhecimento da cidadania dos analfabetos ficou pela metade: eles poderão votar, mas não ser votados. Não houve respaldo para corrigir as distorções da representação por estados na Câmara dos Deputados: o voto de um eleitor de São Paulo continuará, desse modo, valendo várias vezes menos que o do eleitor de um estado pequeno. Mas o restabelecimento do princípio das eleições diretas em todos os níveis e a garantia de ampla liberdade de organização partidária são requisitos essenciais para que o país reconstrua suas instituições em bases realmente democráticas (Idem: 7).

Somando-se a esses “requisitos básicos” para a reconstrução da democracia no país, ele ainda cita a introdução de novas leis para o funcionamento dos partidos, além da revisão das Leis de Segurança Nacional e de Imprensa. Em seu entendimento, a partir desta base – que visava justamente “limpar o terreno” do entulho autoritário – o novo Congresso Constituinte teria as devidas condições para corresponder aos anseios da população brasileira. Porém, mesmo demonstrando otimismo com relação ao quadro legal, Cardoso ressaltava que de nada adiantaria a estabilização das instituições se o país não mostrasse sinais de recuperação socioeconômica. A dívida externa e a ameaça de descrédito, a inflação, o desemprego e os arrochos salariais, todos eram fatores que poderiam “conspirar” contra a democratização. Para remediá-los no curto prazo, caberia aos políticos, além de encontrar soluções, serem transparentes com a mídia (e, conseqüentemente, com a população) e também seguirem removendo o entulho

autoritário, de preferência continuando pela revisão das questões trabalhistas e sindicais, como a Lei de Greves. Por fim, também restaria cobrar das elites (dos setores privado e público) “a cota de sacrifícios que lhes cabe, para conter a inflação e abrir espaço para a recuperação sustentada da produção, do nível de emprego e dos salários” (Idem: 9).

Cardoso finaliza o artigo sinalizando aos movimentos populares que estes também teriam um papel fundamental dentro da democratização: o de contrabalançar as forças conservadoras (que já tentavam refreá-la), assim evitando o rompimento do pacto da transição que, diante de um cenário ainda instável, precisava ser protegido. Preocupação, portanto, que tangenciava muito levemente a questão da participação (através dos movimentos sociais), mas verdadeiramente centrada nas instituições e no sucesso econômico da transição democrática – servindo também para reforçar sua visão híbrida entre a Ciência Política e a Sociologia, assim como para anunciar sua futura candidatura. Assim, é importante notar que, à época já assumindo o cargo de senador, ele não perderia a postura crítica, mas procuraria ressaltar os aspectos positivos da transição, conferindo a ela um ar de esperança.

Ainda no ano de 1985, na edição seguinte da Lua Nova (Vol.2, nº.3), José Álvaro Moisés publicou *A constituinte é uma farsa?*. Situando o ano anterior como repleto de expectativas com relação às mudanças pelas quais o país passaria, apesar do insucesso das Diretas-Já, das eleições presidenciais indiretas, e da “transição com transação” (visando garantir uma saída “pacífica”), mantinha-se a confiança no futuro. O regime militar havia finalmente chegado ao fim, a transição havia se imposto, isso era o que realmente interessava.

No entanto, com a chegada de 1985 as perspectivas mudaram. O peso de um momento delicado como a formação de uma nova ordem, com todas as incertezas do processo potencializadas por uma sociedade fragmentada e desigual, acabaram por reverter o quadro de alguma forma, fomentando um cenário de desconfianças, especialmente ligadas a política econômica. A despeito de economicamente conservador, o que restava de esperança era o entendimento de que a política era progressista e que, portanto, era preciso paciência. O primeiro grande passo era revogar as leis criadas durante o período autoritário, para depois encarar com maior vigor os desafios da economia. Dessa forma, foram depositadas muitas esperanças na capacidade da Assembleia Nacional Constituinte (que estava por vir) de limpar o terreno, mudar as

regras do jogo, concretizar a liberdade e a soberania nacionais. Naquele mesmo ano deu-se início à revisão da Lei de Greve, as centrais sindicais CUT e CONCLAT foram reconhecidas, os PCs legalizados e o Plano Nacional de Reforma Agrária deu sinais de avanço. Havia, portanto, indícios de que a miséria e o desemprego poderiam ser combatidos e superados. Porém, ao apresentar o projeto de convocação da ANC, o ex-integrante da ARENA (e à época presidente) José Sarney foi capaz de reanimar toda aquela desconfiança: “Sem falar uma palavra sobre os chamados pré-requisitos que antes definira como essenciais à Constituinte [...] o governo driblou a questão da soberania popular e propôs uma fórmula que logo encontraria resistência em amplos setores da sociedade civil” (MOISÉS, 1985: 9).

Atacando nesse processo também os membros da Aliança Democrática – os chamados “novos ideólogos oficiais” – Moisés aponta que, mesmo diante de um cenário instável e, mais importante, de um país onde a democracia fora tradicionalmente uma mera formalidade, muito se falava de participação popular, mas nada de soberania popular. Segundo ele, com congressistas e lideranças inspiradas pelos Pactos de Moncloa (transição espanhola), nem Rousseau nem Sérgio Buarque de Hollanda estavam sendo respeitados pelas elites políticas. Descolando-se da realidade concreta (tanto do país quanto das bases da democracia) elas brandiam um otimismo que não parecia encontrar eco na população, convocavam-na a participar em nome da reconstituição da sociedade política como se ela fosse parte integrante e fundamental do novo regime. Se aqui muito se falava do exemplo espanhol, de como em primeiro lugar houve a limpeza do “entulho autoritário”, para só depois se estabelecer a Constituinte e a democracia, o autor argumentava que:

ocultou-se que lá, como em outras transições (a do Uruguai e, até certo ponto, a da Argentina), o avanço democrático foi precedido de um acordo prévio que garantiu, no mais das vezes, as próprias condições de construção da democracia: *a participação de todos os atores*, sem distinções. Esqueceu-se que, nas condições específicas do Brasil, havia uma mobilização de massas, que se expressara na campanha das *diretas-já*, à qual era preciso responder com alternativas que, de alguma forma, permitissem a sua integração no sistema político. Sob pena de, mais uma vez, a aspiração democrática separar-se das reivindicações de igualdade social. *A transição brasileira temeu, portanto, a mobilização das massas e, para salvar o lugar das elites, fez-se essencialmente conservadora* (Idem: 10, grifos meus).

Restando aos setores populares “o gosto amargo da frustração”, Moisés caracterizou a transição iniciada pelo governo Sarney como “vazia”, na medida em que eram vários os indícios de que os anseios da sociedade civil não seriam levados em consideração. Temerosas da ampla participação, as elites optaram pela constituição de um Legislativo superpoderoso, ao qual caberia a exclusiva tomada de decisões, não havia “convocação” à constituinte. Se Tancredo Neves, o grande líder da “oposição moderada” ao regime militar, havia dito que não haveria qualquer ruptura com a ordem anterior, seus seguidores somente exacerbaram tal entendimento, colocando sua vontade como definitiva, sua palavra como lei. Sobrando às entidades da sociedade civil a pecha de “irrealistas”, assim pareciam se definir os rumos da transição: “primeiro veio a desmobilização das diretas-já, depois a vitória no Colégio Eleitoral e, agora, o passo final, a Constituinte sem povo” (Idem: 12). Consolidação, portanto, da hegemonia da Aliança Democrática sobre a redemocratização.

Ao procurar dar uma resposta definitiva para o título de seu artigo, Moisés dizia que a Constituinte seria uma farsa se seguisse a fórmula proposta pelo governo Sarney. Porém, ainda havia um caminho a se percorrer até a aprovação da ANC, e nele qualquer mudança que se desejasse dependeria, em primeiro lugar, dos trâmites da Comissão Mista do Congresso, mas também de uma ampla mobilização popular, capaz de exercer uma tal pressão sobre o Congresso que o fizesse mudar os rumos da transição. Porém, além de crescer em tamanho e volume, caberia aos diversos setores da sociedade civil deixar de lado seus preconceitos e, de uma vez por todas, demonstrar interesse em dominar as leis e as regras do jogo (até então vistas enquanto “assunto das classes dominantes”), sem esse conhecimento, os movimentos populares não seriam capazes de intervir diretamente na construção da próxima Constituição. A participação da sociedade civil e dos movimentos populares, portanto, como o único caminho possível, naquele contexto pessimista, para que novos direitos emergissem e as velhas negociatas políticas decaíssem.

Vemos assim, na confluência deste primeiro bloco de trabalhos (1978-1985), a grande importância dada pelos intelectuais para as lideranças alocadas nos movimentos e organizações da chamada sociedade civil, assim como para a ampliação dos mecanismos de participação, além da importância das instituições de Estado para o sucesso da transição. Até aqui os partidos apareceram em várias das análises, mas não por isso foram extensamente colocados como os grandes responsáveis pelo sucesso da transição.

Constata-se a força das análises centradas nas instituições e nas disputas internas ao domínio político, no entanto, para além delas, outras perspectivas se revelaram, operando na confluência entre a política e a sociedade, ou simplesmente derivando dos aspectos socioeconômicos as explicações a respeito das possibilidades de sucesso e insucesso da democracia no Brasil. Assim, a influência da nova ética profissional se mostrava, mas mesclada a métodos de análise que ainda não haviam abandonado por completo as explicações da Sociologia e da Economia.

a consolidação da democracia e a redação da constituição

tensões e disputas em torno da a.n.c. (1986-1988)

Com a transição consolidada, em 1986 a redação de uma nova Constituição, que substituísse a de 1967, entrava na agenda governamental e, com ela, a necessidade de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). No entanto, antes de sua formação, por decreto do já falecido Tancredo Neves, seria instaurada e convocada, em julho de 1985, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (conhecida como Comissão Afonso Arinos – nome de seu presidente). Composta majoritariamente por juristas de centro-esquerda, do sexo masculino e vindos do sudeste, Neves vislumbrava que, à maneira das Constituições de 1891 e 1934, tal “reunião de notáveis” produziria um anteprojeto para a Constituição, a ser posteriormente refinado e votado pelos legisladores. Ele, desta forma, coadunava com o entendimento histórico das elites políticas brasileiras, segundo o qual “fazer uma Constituição era uma tarefa especializada, um ofício a ser realizado pelas ‘melhores mentes’ da República, bacharéis em sua maior parte” (BASTOS, 2015: 41). No entanto, os debates da Comissão passaram por ataques internos e externos: taxado de “estatizante”, o anteprojeto foi criticado por políticos conservadores (incluindo participantes da própria Comissão), empresários, jornalistas e militares. Além disso, com a morte de Neves, a conciliação entre Executivo e Legislativo tornou-se mais difícil para Sarney. Favorável ao presidencialismo com mandato de seis anos, o presidente esvazia a Comissão para “acalmar os ânimos” dos legisladores, mas também como forma de retalar a escolha dos “notáveis” pelo semiparlamentarismo (que conjugaria as figuras do presidente e do primeiro-ministro no mesmo governo). Finalizado em setembro de 1986, o texto-base não foi oficialmente aceito pelo Congresso, que, da esquerda à direita,

via neste uma tentativa autoritária de intromissão do Executivo na ANC. No entanto, apesar das duras críticas, o relatório da Comissão Afonso Arinos teve seu papel dentro do processo constituinte, posto que “a sua divulgação pela imprensa [...] tornou o público mais consciente das propostas de reforma institucional” (SOUZA e LAMOUNIER, 1990: 82).

Dentro daquele contexto de efervescência política, foram lançados – todos na 1ª edição da Revista Brasileiro de Ciências Sociais (RBCS) – os artigos de Alain Touraine, Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis e Renato Boschi tematizando, diretamente, as questões ligadas à transição democrática e à Constituição.

No primeiro deles, o sociólogo francês Alain Touraine discute *As possibilidades da democracia na América Latina*. Iniciando a análise pela crítica das definições demasiadamente sociológicas da democracia, ele via em sua larga amplitude um perigo: afinal, o que seria uma “democracia real”, “social” ou “popular”, defendida por tais correntes? O que define os interesses (sejam políticos ou socioeconômicos) do povo? Por conta disso, Touraine argumenta como é perigoso classificar as sociedades como “democráticas” ou “antidemocráticas”. Diz ele, em leitura típica da Ciência Política do século passado: “A democracia não é um tipo de sociedade, porém, mais limitadamente, um tipo de sistema político. É a eleição livre dos governantes pelos governados, de maneira tal que os primeiros possam ser considerados ‘representantes do povo’” (TOURAINÉ, 1986: 1). Defendendo uma visão de democracia que se aproxima mais do pragmatismo ou institucionalismo político, ele adere à corrente que enxergava Adam Przeworski como um dos expoentes (este por sua vez estando inspirado na obra de Claude Lefort). Na leitura de Touraine, os trabalhos de Przeworski expunham a democracia não como o “poder do povo”, mas enquanto um “sistema de negociações e de equilíbrios parciais e instáveis entre interesses diferentes ou opostos” (Idem: 1). Conferia-se, a partir dessa perspectiva, um olhar político para a democracia, preocupado basicamente com a *formação de maiorias parlamentares*, afastando-se da visão sociológica que tendia a reduzir o sistema a seus mecanismos de representação.

No mesmo artigo, ele argumenta que a democracia depende de quatro condições fundamentais: (1) a existência de um espaço político legitimado pelos integrantes da sociedade, que se reconhecem enquanto cidadãos; (2) a separação entre sociedade civil (plural) e Estado (uno); (3) a presença do princípio da isonomia; (4) a existência de

partidos (e demais instituições representativas) que representem e se formem de acordo com as aspirações e valores de grupos de interesse previamente estabelecidos (não são as elites partidárias que devem impor suas diretrizes, mas os grupos de interesse é que devem condicionar a existência dos partidos aos seus anseios). Ele argumenta que, apesar dos méritos da “teoria da mobilização” (que recupera pela obra de S.M. Lipset) – que afirmava, em linhas gerais, que quanto maior fosse a mobilização social, mais desenvolvida e democrática seria a sociedade⁵¹ – ela teria sido desbancada pelo nazismo alemão (sociedade moderna) e pelas ditaduras uruguaia e argentina (sociedades com presença de movimentos democráticos), visto que as sociedades tradicionais, ao contrário, seriam marcadas pela dependência perante os líderes políticos, pela submissão da população aos sistemas de reprodução e hierarquias sociais estabelecidas. Líderes autoritários e demagógicos, emergiriam mesmo com alta participação: o progresso não é sinônimo de esclarecimento, muito menos de democratização. O que realmente interessa para o fortalecimento da democracia, em sua análise, é a existência de um *espaço político autônomo e reconhecido* pela sociedade, espaço onde possam ser tomadas decisões legítimas em nome de uma dada coletividade. Mais do que a mobilização social, a difusão do senso de *cidadania* – entendida enquanto consciência de que se pertence ao mesmo sistema político – seria o fator decisivo para o bem-estar da democracia. Em suas palavras, o cidadão é o indivíduo que se enxerga como “participante num sistema de formação das decisões legítimas” (Idem: 3).

Contra as instituições e a cidadania, as maiores ameaças ao sistema democrático seriam, mais do que o patrimonialismo, o *personalismo* e as referências a um *unitarismo* (de caráter nacional, local ou étnico). Isso porque o líder personalista (geralmente um demagogo), além de fortalecer práticas clientelistas, vai contra os valores do *pluralismo* e da *negociação*, na medida em que tende a se colocar como única “ponte” confiável entre a sociedade e o mundo “desconhecido e corrompido” do poder. Ao assumir tal postura, ele incentiva que as comunidades se fechem em sua identidade (seja ela religiosa, étnico-racial ou ideológica) e se defendam, seja das elites “gananciosas e corruptas”, seja dos grupos que não são ou pensam como eles. Pela ação do personalismo, a diferença passa a ser vista como ameaça e não riqueza. Além disso, mesmo sem a presença de uma figura de liderança destacada, a defesa do unitarismo, geralmente encarnada em grupos

⁵¹ As sociedades tradicionais, ao contrário, seriam marcadas pela dependência perante os líderes políticos, pela submissão da população aos sistemas de reprodução e hierarquias sociais estabelecidas.

patrióticos (também de caráter antielitista e antissistêmico), na medida em que defende a busca da homogeneidade cultural, também se apresenta enquanto movimento antidemocrático. Ele afirma que diferentemente do caso europeu, na América Latina certo nível de consciência nacional demonstrou a tendência de unir “a identidade e a tradição com a lei e a livre representação [...] [ela] permite resistir à dupla tensão criada pela defesa comunitária dos de baixo e pelo individualismo econômico, especialmente forte entre os de cima” (Idem: 4). Assim, ele também pontua que qualquer estrato social pode se converter em uma ameaça à estabilidade democrática: os mais pobres podem tanto se fechar em suas comunidades, quanto as elites em sua ganância e falta de consciência cívica. Em suas palavras, Touraine diz:

como deixar de observar a débil capacidade de defesa das instituições quando a democracia é atacada por grupos dirigentes civis ou militares? O povo, que teria de mobilizar-se para defender a lei da maioria, atua mais no sentido da defesa de interesses econômicos ou na direção da defesa de uma identidade comunitária, duas maneiras de não se definir como um conjunto de cidadãos (Idem: 3).

Além de demagogos, elites individualistas e comunidades fechadas em sua identidade, outros cinco fatores se caracterizariam enquanto potenciais ameaças à democracia. Em primeiro lugar aparecem os altos índices de desigualdade, na medida em que a existência de uma cidadania avançada demandaria um crescimento econômico equivalente. Em segundo, a coexistência de grupos com costumes extremamente diferentes faria com que a obtenção de consensos se tornasse quase impossível. Em terceiro, partidos que não representem os interesses de grupos previamente estabelecidos, mas que ajam de acordo com os interesses particulares de suas lideranças. Em quarto, as situações de crise, na medida em que enfraquecem a capacidade das instituições de absorver e serem o local de expressão das demandas sociais que, ao escaparem, disseminam a ideia de que elas não são necessárias para a resolução dos conflitos sociais. Em quinto, a maior das ameaças ao sistema democrático seria a ausência ou escassez de atores sociais (sejam eles empresariais ou sindicais) independentes das instituições representativas e do Estado:

A democracia foi forte [ao longo do século XIX] porque teve que institucionalizar o conflito de classes da sociedade industrial. Quando se afastou desta função, encerrando-se num jogo político limitado e dedicando-se a debates ideológicos distantes das preocupações da maioria, a democracia debilitou-se. E esse debilitamento deixou muito espaço para movimentos antidemocráticos, tanto populares como oligárquicos. A fraqueza principal da democracia na América Latina foi e é a ausência da formação de atores sociais autônomos. Os partidos não podem ser representativos se os interesses sociais que devem representar não se organizam fora do seu controle direto (Venezuela ou Colômbia) ou do controle direto do Estado (Brasil ou México). [...] A América Latina sempre teve um *déficit de atores sociais* (Idem: 7-8, grifos do autor).

Visando o fortalecimento e a autonomização desses atores (nomeadamente os sindicatos), ele assinala a necessidade de uma mudança de foco analítico, que passasse das questões sistêmicas para a ênfase nesses “atores”, visando o aumento de sua capacidade de ação, para que se consolidassem enquanto essa espécie de “elo perdido”, que questionaria o sistema político e o Estado ao mesmo tempo em que daria ouvidos e faria reverberarem as demandas sociais. Ainda tratando das especificidades de nossa história política, ele pontua as situações de profunda transformação pelas quais a América Latina havia experimentado na transição dos regimes populistas para as ditaduras, afirmando que, ao longo do século XX, havíamos passado por

uma política nacional-popular de participação e, depois, por um *roll-back* antipopulista e antipopular dirigido por governos militares. A crise dos anos 80 assinala o esgotamento desses dois modelos, que têm em comum a definição da área política em termos de participação ou exclusão, quer dizer, de definição dos atores sociais e políticos em relação com o poder estatal. Em face da crise, pode ocorrer que se rompam tais políticas pró e antiparticipação e que não se encontre saída política, o que leva à ingovernabilidade de tipo boliviano em 1982-1985. Mas existe outra possibilidade: a substituição de uma política de participação por uma política de *representação*. Esta supõe a desvinculação dos elementos fundidos na unidade complexa do sistema nacional popular, a formação de um Estado mais estatal, de atores mais sociais, de um sistema político mais representativo (Idem: 8, grifo do autor).

Em outras palavras, a “política de representação” seria marcada por um *Estado “intervencionista”*, com uma *sociedade civil fortalecida*; e também por um *sistema partidário socialmente enraizado* e, portanto, competitivo e estável. Mais do que

econômica, a resposta para a crise pela qual passava a região nos anos 1980, no entendimento de Touraine, passaria fundamentalmente pela recuperação de um sistema sócio-político desagregado pela lógica binária de participação-exclusão que, mergulhada em uma cultura política dominada pelo desenvolvimentismo, fazia com que o Estado impusesse seus interesses sobre o sistema político e os atores sociais. Em suma, para assegurar a solidez dos sistemas políticos democráticos latino-americanos, as sociedades teriam de priorizar: a defesa das instituições, da disseminação do senso de cidadania, da lei da maioria, da pluralidade aliada à integração aos valores nacionais, da redução das desigualdades, da disseminação dos valores da tolerância e do consenso, e da defesa de uma sociedade civil independente dos interesses partidários e estatais. Entendida pelo autor enquanto “a negociação entre interesses específicos e limitações externas, e a busca de pactos ou compromissos sociais que permitam negociar com o sistema financeiro internacional” (Idem: 10), a democracia, ainda nas palavras de Touraine, teria que “demonstrar sua capacidade de combinar os interesses do Estado com os dos grupos sociais. [...] [Ela] não pode ser reconstruída pela pura força de princípios jurídicos, e a rejeição dos regimes autoritários explica sua volta, mas não assegura sua permanência” (Idem: 10). Confluência equânime, portanto, entre a defesa do papel da sociedade civil e do enraizamento dos partidos: um dependeria do outro para que a democracia alcançasse a consolidação dos princípios de convivência liberais. Estes, por sua vez, estando centrados nos ideais do pluralismo e competição, e colocando-se diametralmente contrários aos perigos do personalismo demagógico que desde suas raízes ameaçaram a democracia.

No segundo trabalho da 1ª edição da RBCS, Wanderley Guilherme dos Santos inicia *Transição em resumo: do passado ao futuro imediato* pela discussão das continuidades entre os dois períodos ditatoriais vivenciados pelo país no século XX. Aponta, em primeiro lugar, para a conservação da “ordem corporativa subdesenvolvida [...] [e das] estruturas sociais e [...] padrões de integração política herdados do período ditatorial [de Vargas] (SANTOS, 1986: 1). Nesse sentido, elogia a transição que se buscava em seu tempo, enaltecendo o quanto aquele processo demonstrava um esforço implícito de busca pela superação de instituições e padrões de comportamento político e social que, à época, correspondiam a uma tradição desenvolvida nos últimos cinquenta anos da vida brasileira. Diante das intensas mudanças pelas quais a sociedade havia passado desde os anos 1930, era preciso que a (re)abertura das instituições para a livre

concorrência político partidária e o debate crítico impulsionasse uma transição também na cultura política brasileira, marcada tanto pela centralização e regulação estatais quanto pelas desigualdades sociais.

As duas décadas transcorridas entre os anos de 1960-80 foram palco de um grande crescimento econômico, fruto do aumento da participação de bens industriais no total das exportações, assim como da proporção de bens de consumo duráveis produzidos no país. As mudanças sociais pelas quais o Brasil havia passado também remetiam à acelerada urbanização, com concomitante realocação da força de trabalho para um mercado onde passariam a predominar os empregos assalariados na indústria (processos estes que demoraram praticamente o dobro de tempo – quarenta anos – para se concretizarem em países como a Inglaterra e os Estados Unidos). A acelerada modernização econômica, no entanto, manteve o cenário de iniquidade na distribuição de renda e, com o aumento da concentração na acumulação de capitais, veio o alargamento da distância entre os muito ricos e os muito pobres. Tais mudanças sociais teriam trazido consigo novos modos de representação e novos padrões de comportamento político. Se a incorporação política de empresários e operários dava-se tradicionalmente pelos sindicatos acoplados ao Estado, a partir dos anos 1960, e especialmente dos 70, viu-se intenso crescimento e diversificação das estruturas paralelas de representação dos empresários, assim como a “explosão” no número de sindicatos rurais e o crescimento expressivo dos operários urbanos sindicalizados. Nas palavras de Santos, as transformações políticas teriam transparecido sob três formas principais:

a) - em uma reponderação do peso político dos atores tradicionais, acrescida do alargamento do número desses mesmos atores; b) - na emergência de um sem-número de formas organizadas de participação política, ao lado do tradicional sistema partidário-representativo; c) - na reestruturação do próprio sistema de representação partidária (SANTOS, 1986: 3).

Até o golpe de 1964, os empresários haviam conquistado força política crescente – superando a influência dos donos de terra –, o peso dos sindicatos urbanos crescia e as associações rurais começavam a se expandir. Passado o período de perda de força destes movimentos diante da repressão e da censura, sua recuperação se daria a partir dos anos 1980, quando empresários e operários adquiririam grande capacidade de organização e

combate, na mesma medida em que cresciam os sindicatos rurais e que as associações representativas dos setores médios introduziam novos padrões de participação (que igualmente iam além da eleitoral). Seguindo a linha argumentativa do atraso entre o Brasil “legal” e “real”, Santos afirma que:

O esgotamento do regime autoritário trouxe embutida a exaustão de um modelo de interações entre os diversos atores citados e com o Estado. As instituições arcaicas não conseguem mais dar conta dos conflitos gerados por uma sociedade modernizada. Ao mesmo tempo, ainda não estão sedimentadas, nem claras, as rotinas que permitirão desvendar a distribuição de poder específico na nova ordem (Idem: 4).

Em outras palavras, havia uma nova hierarquia social em gestação. A reconfiguração na “distribuição de poder” se daria justamente a partir do desenrolar da competição entre estas forças. O cenário dos anos 1980 era, no entanto, de crise: dívida pública, inflação, diversificação das disputas sociais e proliferação dos grupos de pressão, com concomitante questionamento do sistema partidário enquanto “oligopólio” da representação. Como se bastassem os problemas que atingiam a sociedade, as práticas políticas tradicionais também eram alvo de problematização e crítica. A política econômica ainda era utilizada enquanto instrumento de manipulação eleitoral, na medida em que os partidos ainda prometiam emprego, benefícios sociais ou fiscais como meios de vencer eleições, deixando de focar nas soluções de longo prazo e, com isso, mantendo o país no ciclo interminável de expansão e recessão econômicas. Outra questão era a da “balcanização do Estado” ou, em outras palavras, a captura de parcelas da burocracia por grandes grupos de interesse (nomeadamente os sindicatos patronais e operários), o que fazia com que se sobrepussem os interesses particulares sobre o público. E, como se tal captura não fosse suficiente, “as modernas burocracias públicas”, afirma Santos, buscam “alargar-se ininterruptamente como estratégia de conquista de poder, status e rendas, como os demais atores políticos do sistema” (Idem: 6).

Diante deste cenário, fortemente marcado pela ambiguidade entre processos de modernização e conservação de práticas tradicionais, Santos denunciava que, com o reinício do jogo democrático, esperava-se dos grupos de interesse que – ao procurarem se posicionar da melhor maneira na nova arena de disputas – não pendessem para o

individualismo (de caráter corporativista ou de classe) de seus interesses imediatos, indo, ao contrário, na direção da construção de um espaço público onde cada segmento social levasse em consideração o bem-estar dos demais. Era compreensível que, num cenário de transição, onde os grupos estavam receosos de que seus interesses não se transformassem em pauta política, os adversários tornaram-se inimigos, mas não deveriam se o que se almejava era a “construção de uma ordem democrática mais justa” (Idem: 6). Pautando as disputas políticas em torno dos velhos e novos “atores” políticos, neste artigo Santos privilegiou a análise das possibilidades dos novos movimentos dentro deste cenário de transição, marcado por incertezas. Assim, em seu entendimento, a forma como as lideranças da sociedade civil iriam estabelecer as negociações e acordos com partidos e instituições daria a tônica principal das disputas envolvendo a redação da nova Constituição. Primazia dada, portanto, às elites civis e não partidárias – aqui, a diferenciação vem da literatura analisada, dentro da qual não se misturam esses dois tipos de elites, estando uma provavelmente ligada aos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil.

No terceiro artigo, intitulado *Constituição, pacto e poder ou de uma constituição a outra melhor, com engenho e sorte* (trabalho apresentado pelo autor na edição do Encontro Anual da ANPOCS do ano anterior), tratando da recém eleita Assembleia Constituinte, Fábio Wanderley Reis abre o texto discutindo as duas concepções fundamentais de democracia que via em disputa no período, que chamava de minimalista e maximalista:

de um lado, temos uma definição "minimalista" de democracia, na qual esta aparece como o conjunto de mecanismos destinados a proteger ou defender as liberdades ou os direitos civis e políticos básicos. De outro lado, temos uma definição "maximalista" na qual a democracia surge como o conjunto de instituições capazes de permitir a procura (ativa) do bem público ou comum, incluindo com destaque certo ideal igualitário envolvido nos chamados direitos sociais (REIS, 1986: 1).

Diante do consenso estabelecido em torno da ideia de que a nova Constituição viria para instaurar a democracia, ele aponta as duas concepções como meio de tentar reunir a multiplicidade de visões que se tinha sobre o que seria essa nova democracia. Em meio a um cenário repleto de ambiguidades, contradições e disputas – estando, portanto,

longe de uma situação de calmo e claro consenso – ele cita as visões de juristas e do que chama de “determinadas forças sócio-políticas” como exemplo para dar fundamento a esta hipótese. Assim, enquanto os primeiros preocupavam-se com o retorno da ordem legal corrompida pelos vinte e um anos de ditadura, os demais procuravam meios de aproveitar a “oportunidade” oferecida pela transição de se mobilizar em favor de uma democracia social que promovesse a redistribuição social do poder. A ideia da nova Constituição, precedida pela criação da Comissão Afonso Arinos, criava, portanto, altíssimas expectativas entre os defensores do retorno à ordem democrática. Porém, diante de um cenário onde se misturavam impasses, tensões, esperanças e grandes aspirações, ele já apontava para a possibilidade da Constituição não ser capaz de cumprir com todas as promessas sobre as quais havia sido fundada, contribuindo, portanto, para o acirramento dos impasses presentes na sociedade brasileira, não para sua solução.

Retomando debate bastante presente nas décadas de 1950 e 1960, ele sugere (inspirado na obra de Lipset) um retorno às discussões sobre as “condições sociais da democracia política”, aqueles “fatores ‘estruturais’ e sócio-psicológicos” (Idem: 1) que favoreçam o funcionamento das instituições democráticas. Através dessa discussão, Reis esperava favorecer o debate, de certa forma inverso, não o das condições sociais da democracia política, mas o das condições políticas da democracia social. Tal inversão se dava na medida em que, entendendo a ação político-institucional como o fator primordial na construção de organizações, procedimentos e mecanismos democráticos, a preocupação com o social viria no sentido de qualificar os atores públicos para uma atuação política mais eficaz. A eficiência da ação político-institucional estaria, de alguma forma, condicionada ao desenvolvimento de raízes que conectassem os valores do social com a defesa das instâncias e rituais do institucional. Em suma, mesmo sendo um sistema centrado em torno da ação política no âmbito do Estado, a democracia depende de uma população que defenda seus princípios, que legitime suas instituições, que permita o bom desenvolvimento de lideranças. Assim, o círculo se completa, partindo do social ao institucional, retorna-se ao primeiro para transformá-lo: uma democracia social, que traga justiça, depende de instituições que funcionem, mas também de uma sociedade que produza líderes capazes de fazê-las funcionar de maneira eficaz, operando as mudanças necessárias visando a melhora dos padrões de vida. Em suas palavras, ele aponta o caminho fundamental para se alcançar esta síntese entre o governo responsável, a mobilização social e processo eleitoral efetivo ao afirmar que:

[...] a condição crucial das constituições bem sucedidas e da estabilidade institucional prolongada das democracias liberais a que correspondem é a obtenção de um compromisso real (vale dizer, sócio-psicologicamente efetivo, traduzindo-se em tradições legitimadoras) relativamente à questão central da distribuição social do poder (Idem: 3).

Sendo a elaboração de uma Constituição o maior dos trabalhos da arena político-institucional, o dilema ao qual o autor chega, a partir da redação da carta constitucional, é o de como construir de maneira não artificial uma tradição democrática que simultaneamente converse com o presente de sua confecção, mas também com as futuras gerações. Como seria uma Constituição capaz de assegurar uma transformação tal, que permitisse por si só alcançar os tais objetivos “maximalistas” (de justiça social)? Como produzir uma pequena revolução social a partir de um rito institucional e dentro de uma conjuntura com suas relações de poder já estabelecidas e socialmente distribuídas? Como criar as condições para o desenvolvimento da democracia para além de seus objetivos minimalistas (os direitos individuais) dentro de uma sociedade marcada por tradições políticas e culturais voltadas para o sentido oposto? Como evitar, ainda por cima, o perigo maior, de que a carta magna expresse os interesses de grupos dominantes dentro daquela situação específica? Enfim, como superar a aparente contradição (estabelecida por Marx e os liberais do século XIX) entre capitalismo e democracia, entre os interesses de ganho individual e de distribuição coletiva?

Não sendo o caso de um cenário fundacional pós-revolucionário, ou de uma situação na qual se firmaria um pacto social em torno das novas instituições, o ciclo de transição encerrado com a redação da Constituição seria marcado por importantes continuidades e transformações (apontamento que talvez sirva a qualquer área das Ciências Sociais, tamanho o clichê). De um lado, mesmo diante do fracasso de seu projeto político, os militares mantiveram sua estrutura, crenças (incluindo a no ideário ligado à intervenção) e força anteriores ao golpe. De outro lado, o regime militar havia como que forçado a emergência de estratos dos setores populares que surgiram como “atores” políticos de relevância nacional, questionando as estruturas tradicionais de distribuição social de poder. Em meio a um cenário de incertezas políticas e crise econômica, as perspectivas para a nascente democracia eram as da intranquilidade social e, com isso, da dificuldade de se estabelecer um pacto social amplo em torno do novo regime, que trouxesse estabilidade às novas instituições. Para responder de maneira satisfatória a estes

problemas, Reis afirma que muitos autores do período defendiam a ideia de que a Constituição porvir deveria dar forma a uma democracia social amplamente capaz de absorver os novos grupos e focos de interesse. Para impedir a instauração de um clima beligerante, ele afirma que:

tal crise não se poderá resolver senão com a instauração efetiva de uma Constituição capaz de alterar as condições que a definem. E se tais condições dizem respeito às reivindicações de *acesso à participação* e ao poder por parte de categorias sociais que emergem e gradativamente se afirmam na cena política, não há como assegurar enquadramento institucional estável sem garantir nele o processamento adequado daquelas reivindicações (Idem: 4, grifo próprio).

No entanto, o grande problema em torno dessas propostas de grande fluidez entre Estado e sociedade é que elas acabavam por desconsiderar os grupos que dominavam a situação política, não averiguando a possibilidade destes aceitarem, de uma forma ou outra, a entrada desses novos “atores” no jogo, na medida em que tal aceitação implicaria necessariamente em uma abdicação de poder por parte dos estratos dominantes. Diante dessas limitações práticas, Reis afirma, em tom pessimista (mas que ele chama de “realista”), que era pouco provável que a nova Constituição fosse capaz de cumprir com as aspirações ligadas ao enraizamento social dos valores democráticos. Assim, desse lado, a perspectiva maximalista acabaria por beirar o irrealismo quando pensada diante das constrictões do contexto brasileiro daquela época. Pelo lado positivo, ressalta que, diante de todos os problemas e limitações, já se configuraria como um grande avanço se os constituintes fossem bem sucedidos na tarefa de elaborar um instrumento legal capaz de ordenar o país no longo prazo, para que assim, tendo longa vida, a Constituição pudesse trazer certa estabilidade jurídico-política ao funcionamento das instituições e da sociedade como um todo. Seria somente a partir daí que a visão maximalista poderia ser pensada, de forma gradual, avançando de acordo com as quebras de tradições antigas e com as oportunidades de ruptura, equilibrando aos poucos a flexibilidade social com a inflexibilidade institucional.

Finalmente, debatidas as questões envolvendo a cidadania e a ampliação dos canais de participação, Reis toca em outro ponto crucial a ser revisto pela Constituinte: sendo ele o papel dos militares, que em tese foi sempre o da neutralidade, mas na prática

demonstrou ser o de um ator político atuante e decisivo. Entre o revanchismo pouco provável e a aceitação da transição lenta, gradual e segura proposta e conduzida pelo conjunto das forças moderadas e militares, o autor propõe uma terceira saída, construída de três objetivos:

(1) o de buscar eliminar o atual insulamento das forças armadas perante a sociedade em geral, permitindo seu convívio político-institucional regular com os representantes de variados focos de interesses e opiniões; (2) o de ajudar a inaugurar, assim, uma tradição de convivência cívica, com a neutralização da paranóia e do "complexo de subversão" que tem caracterizado decisivamente a ótica política de nossas forças armadas; e (3) ao cabo, a neutralização da própria corporação militar enquanto poder político autônomo (Idem: 6).

Assim, Reis entendia que seria possível conciliar a realidade efetiva da atuação e papel políticos dos militares, com mecanismos de controle que estabelecessem as regras de sua participação no jogo. Na prática, o reconhecimento da participação das Forças Armadas viria, nas palavras do autor, provavelmente por algum tipo de representação corporativa dos militares nos poderes Executivo e Legislativo, o que favorecia o diálogo constante entre militares, políticos e burocratas. Em seu artigo, mostra que, para tornar o ideal da democracia maximalista possível, anteriormente as instituições teriam de sedimentar o minimalismo dos acordos legais e disputas internas à ANC, também sendo necessário no contexto da redação da nova Constituição o debate em torno do que fazer com os militares. Assim, se havia o sonho de uma democracia social (com ampla participação popular e políticas de redução das desigualdades), a realidade brasileira – além de dificultar a continuidade desta perspectiva – impunha que, de qualquer forma, as pautas institucionais tivessem a primazia sobre as sociais.

Intitulado *A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982*, o artigo de Renato Boschi – último da série da primeira edição da RBCS, de 1986 – inicia-se introduzindo a discussão das transformações “estruturais” vivenciadas pela sociedade brasileira ao longo dos anos 1970. Partindo do acelerado processo de urbanização experimentado no período, destaca o crescimento do setor terciário (principalmente os cargos de caráter técnico-científico, aqueles ligados à administração pública e os profissionais liberais) e o surgimento de uma nova classe média: “de um lado, teria havido um fluxo de indivíduos com mobilidade ascendente para o âmbito de profissões

assalariadas; de outro, teria ocorrido uma tendência a que segmentos da velha classe média urbana experimentassem um movimento descendente” (BOSCHI, 1986: 1).

Ao entrar no mérito dos mecanismos de participação destes grupos, usando o Rio de Janeiro como exemplo, ele ressalta que as associações de moradores da cidade sofreram, entre 1946 e 1978, um decréscimo de 124 associações para 33 (somando bairros periféricos e de classe média alta). No entanto, o período de 1979-81 veria um ressurgimento destas associações, saltando para um total de 166 (Idem: 3). Já as associações técnicas e profissionais assistiriam a um crescimento mais estável e contínuo, indo de um total de 63 entre 1965-70 para 94 ao final de 1983, das quais 20% tinham sede no Rio, mas possuíam caráter nacional. Dentre estas associações profissionais, destaca-se a atuação política de professores (especialmente os universitários) e médicos (responsáveis, respectivamente, por 37% e 30% das greves ocorridas entre 1978 e 1983), funcionários públicos e engenheiros que, a partir de 1978, somaram-se a bancários, jornalistas, artistas e advogados – categorias com uma histórica combativa mais antiga – na luta contra o regime. Em suas palavras, ele afirma: “Em termos gerais, as novas associações podem ser vistas como organizações parassindicaais que têm a função de mobilizar um determinado segmento ocupacional para o encaminhamento de demandas trabalhistas numa base localizada e específica” (Idem: 7).

Além das mudanças sociais que ocorreram na esteira dos processos de urbanização, o aprofundamento do poder da burocracia pública (com o controle do Estado sobre os processos político-partidários e sindicatos) teria também contribuído para impulsionar os estratos médios à politização e, com isso, à organização em associações autônomas. Estas, passando paulatinamente a defender demandas mais amplas do que simplesmente melhores salários ou condições de trabalho, conseguiram se aliar a sindicatos e partidos, além de coletivos negros, feministas e ecológicos, *em defesa da transição democrática*, favorecendo sua aceleração:

a característica fundamental dessa militância é sua extrema politização em torno de valores democráticos e de uma perspectiva mais ampla de mudança. [...] Tanto ao nível dos valores quanto da prática política, uma classe média organizada, para não mencionar o próprio movimento operário, forjou a perspectiva de uma sociedade democrática muito antes que os setores de elite pudessem incorporá-la (Idem: 12).

Dando início a seu “surto associativo” concomitantemente ao início do ciclo econômico recessivo – que também coincidiu com o início da abertura política – os estratos médios passaram a dar nova força a valores políticos mais ligados a uma cultura cívica (centrada na participação das massas) e, no âmbito institucional (apesar de toda a descrença em relação aos partidos e eleições), uma representação de interesses mais pluralista. Dessa forma, após perderem as vantagens econômicas que haviam conquistado nos anos de repressão mais dura, as classes médias enfraqueceram paulatinamente o apoio ao regime. Autônomas em relação ao Estado e aos sindicatos, elas foram responsáveis pela abertura de novos canais de participação e difusão de valores democráticos, assim contribuindo para pressionar o Estado e ativar categorias profissionais sem vínculos políticos corporativistas. De sustentáculo dos militares, por meio de suas associações profissionais e de bairro – mas também através do “novo sindicalismo de profissionais assalariados” (Idem: 5) – elas acabaram por introduzir novas formas de organização para dar voz às suas demandas, passando assim a integrar as forças sociais que contribuíram para o fim do regime militar.

Apesar de ver com preocupação o posicionamento por vezes ambíguo das associações da classe média – que por vezes se comportavam como grupos de interesse, por outras como movimentos sociais – Boschi, à época, demonstrava certo “otimismo” ao analisar as perspectivas de contribuição destes estratos para a definição dos futuros rumos da sociedade brasileira. Pela seleção do tema, Boschi demonstrou clara predileção pelo olhar para a ampliação dos mecanismos de participação, em pensar as perspectivas de uma política para além das instituições, tendo como foco de análise o redirecionamento de estratos da classe média que, de apoiadores da ditadura civil-militar, passaram a críticos.

Da 14ª edição da revista *Novos Estudos Cebrap*, o texto de Alfredo Bosi analisa *A educação e a cultura nas constituições brasileiras*. Dando destaque para o texto constitucional de 1934, o autor ressalta a transformação que foi imprimida às áreas a partir de 1930, já que, durante o Império, todo o foco estava centrado em garantir a segurança que as oligarquias exigiam, deixando para além do segundo plano qualquer aspiração a políticas educacionais e culturais de caráter popular. O espírito do iluminismo até poderia trazer um ar de democracia e cidadania, mas o que imperava eram os interesses das oligarquias escravistas. Educação e cultura enquanto direitos dos cidadãos não passavam

de mera formalidade legal: alguma coisa se falava em termos de gratuidade do ensino, porém, não eram definidos os deveres do Estado perante a infância e a juventude, o ensino primário não era obrigatório e pouquíssimo se falava sobre os Colégios e Universidades. Com a República, veio – no texto legal – a laicização do ensino, consumando a separação entre Estado e Igreja, no entanto, seguia não havendo qualquer obrigação por parte do poder público, qualquer diretriz clara de como expandir os ensinos primário e secundário. Assim, como aponta Bosi – mencionando Celso Furtado – “A República Velha funcionava como ‘um clube de fazendeiros’ [...]. Quanto à população de baixa renda (já não falo da massa egressa da Abolição), não entrava na linha de conta da Constituinte de 91” (BOSI, 1986: 63-64).

A transição liderada por Vargas nos anos 1930 viria acompanhada pelo fervor do período em debater os contrastes da vida social (elites vs massas, agrarismo vs industrialismo, federalismo vs centralismo) para promover a “reconstrução da nação”. A partir dali, torna-se mais claro o caminho a se seguir: às empresas agrícolas caberia a alfabetização de seus funcionários, cria-se o Plano Nacional de Educação, o ensino gratuito torna-se norma para os anos posteriores ao primário, e destina-se um orçamento fixo para o desenvolvimento do ensino nas zonas rurais. Assim, ampliava-se verdadeiramente o incentivo à instrução popular. Ainda sobre a questão da gratuidade do ensino, Bosi mostra como o texto de 1934 fora o mais claro dentre todos os que vieram antes e depois dele. Comparando-o com a Constituição de 1946, ele afirma que: “Limitando a gratuidade das escolas secundárias e superiores públicas tão somente aos alunos que de fato provassem míngua de recursos [...], a Constituição de 46 abria caminho para uma figura híbrida, o *ensino público pago*” (Idem: 65). Reforçando a confusão entre público e privado, a Carta de 1967 trazia a preferência pela substituição da gratuidade por bolsas de estudo, ainda demandando o reembolso em caso de estudantes do ensino superior. Proposta socializante (tender à gratuidade) contra Proposta privatista (substituir a gratuidade), isso é o que estava em jogo quanto as políticas de educação no século XX. Ainda tratando das comparações entre os regimes de 1930 e 1964, Bosi afirma:

(Eis um exemplo, entre tantos, que ilustra o equívoco – histórico e teórico – de certas interpretações abstratas que veem no golpe de 64 um fruto do “espírito de 30”. Ao contrário, o movimento político-militar de 64 foi uma revanche retardada de generais anticomunistas e rancorosos

antigetulistas, insuflados pela UDN e pela CIA, contra tudo o que de socializante e popular o Estado brasileiro vinha construindo a partir de outubro de 1930. Em 64 imitou-se, em parte, e potencializou-se o modelo centralizador de 1937, mas agora em função de objetivos burocrático-capitalistas bem precisos e simetricamente opostos às vertentes do trabalhismo e do nacionalismo anteriores) (Idem: 65).

A Constituição de 1934 tinha preocupação social, não fugia à responsabilidade de combater as desigualdades do país, previa a destinação de pelo menos 10% dos orçamentos municipais para a área da educação, destinação esta propagada na Carta de 1946 e ampliada pelo governo de João Goulart, passando a 12% dos gastos da União. Rompida esta tradição a partir de 1967, só se veria o retorno da obrigatoriedade do Estado em vincular uma parcela de suas arrecadações aos gastos com educação em 1985. Seriam, portanto, dezoito anos até a recuperação daquele senso, de que o estudante de escola pública é um cidadão como qualquer outro, de que, em tese, todos pagam os impostos ao Estado de acordo com seu salário e rendas para receber os mesmos serviços e direitos em troca. Não se trata, desta forma, de emprestar qualquer quantia ao estudante, mas de devolver à população os frutos de seu trabalho por meio de bens materiais e culturais. Sob o capitalismo, é dever do Estado democrático corrigir o mercado, compensando a população pela erosão produzida pela mais-valia. Em um contexto em que, mesmo com a gratuidade garantida, a evasão escolar ainda era grande, era preciso garantir com todas as forças a gratuidade e a qualidade da escola pública.

Abrindo uma pequena nota dentro do texto, é preciso ressaltar, no entanto, que a evasão escolar pode ter sido grande, mas a ditadura fez escolas em todos os cantos. A política nacional do bem-estar do menor (de 1964) já colocava crianças e jovens como questão de segurança nacional. Os sistêmicos estadunidenses sempre reiteraram que a politização começa na infância.

No tocante à área da cultura, o descaso histórico e as responsabilidades eram basicamente as mesmas. Cabia ao Estado garantir o suporte conjugado às atividades do sistema de ensino e aos programas e instituições de pesquisa para promovê-la. No mais, a criação de espaços de cultura (como bibliotecas, editoras, museus, circos, canais de TV, etc.) também deveria ser incentivado, sempre levando-se em consideração a necessidade de suprimir o mito de uma cultura brasileira única e concisa: “Se algum ‘valor’ deve presidir à ação do Poder Público no trato com a ‘cultura’, este não será outro que o da liberdade e

o do respeito pelas manifestações espirituais mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo” (Idem: 66).

Para atingir tais objetivos, o autor propõe, em suma, dois caminhos distintos: no caso da educação, linhas bem definidas e objetivos claros, visando a garantia da qualidade e gratuidade do ensino público; no tocante a cultura, um texto constitucional com “certo grau de indeterminação”, para que pudesse abranger todo o tipo de manifestação cultural, garantindo assim as liberdades de expressão e representação. Dessa forma, ao analisar as perspectivas do debate constitucional para as áreas da educação e cultura, Bosi se aproximou das perspectivas centradas no papel das instituições sobre a conformação da nova democracia.

Naquele mesmo ano, seria publicado o artigo *A democracia na América Latina: dilemas*, do economista alemão Albert Hirschman. Na 15ª edição (volume 2, julho de 1986) da *Novos Estudos Cebrap*, o texto abordaria o problema da instabilidade como marca dos Estados latino-americanos, e em especial quando estes encontram-se sob o regime democrático (de fraco desempenho na região). Segundo Hirschman: “qualquer reflexão séria a respeito das possibilidades de se consolidar a democracia na América Latina deve partir do pessimismo” (HIRSCHMAN, 1986: 85). Tendo isso em vista, ele coloca que, na busca de conferir alguma estabilidade a estes regimes, de nada adiantaria traçar condições rígidas a serem cumpridas. Ao contrário, seria muito mais construtivo para as democracias pensar como elas poderiam se fortalecer diante das condições adversas, que já são esperadas: “Temos que pensar no possível, em vez do provável” (Idem: 86).

Para pensar essa nova maneira de olhar para a democracia, ele indica três caminhos possíveis: 1) desvincular a estabilidade das democracias nascentes com o bom desempenho econômico – marco da queda das Repúblicas da Espanha e de Weimar nos anos 1930, esta não parecia ser mais uma associação tão direta no contexto de fim do século, como demonstravam os casos de Espanha e Portugal; 2) também era preciso entender que, apesar de todas as tentativas e o desejo de conciliá-las, deveria haver uma escolha entre uma das metas: ou focava-se em consolidar as instituições, ou em desenvolver uma economia próspera e equitativa; 3) por fim, seria preciso exercer o desapego sobre as prioridades preconcebidas, para que se pudesse vislumbrar as

oportunidades que se apresentavam em cada momento. Sobre esse terceiro ponto, o autor dá o seguinte exemplo:

assim, na esteira dos regimes repressivos do passado recente, existe agora uma reação contra as formas políticas autoritárias e um desejo de maior participação, ambos fortes e bastante disseminados. [...] Nesse ambiente, talvez haja um clima favorável para a introdução dos valores democráticos da tolerância e da abertura ao debate, não apenas no processo político, mas também nos padrões cotidianos de comportamento dos grupos e dos indivíduos (Idem: 87).

Do lado dos intelectuais ligados àquele debate, portanto, aquele parecia um momento propício para se refletir sobre quais valores deveriam ser difundidos na sociedade visando assegurar o futuro da democracia. Nesse sentido, ele aponta o artigo (aqui analisado) de Adam Przeworski – *Ama a incerteza e serás democrático* – em que o autor defende que, se nos regimes autoritários a segurança que se passa à população é a de deixar claros os caminhos que não serão seguidos, nas democracias o futuro seria sempre repleto de incertezas, definido pelo resultado das eleições populares. Hirschman se pergunta: “Em quais circunstâncias essa virtude democrática, esse ‘amor à incerteza’, poderá vir a existir?”, e responde, “uma condição mínima é que os cidadãos adquiram um certo grau de paciência” (Idem: 87), que entendam que não precisam abrir mão de suas posições, mas respeitar os procedimentos e saber ouvir o lado oposto, coisa que os ativistas brasileiros não pareciam aptos a fazer.

Na outra contribuição sobre a qual discorre, Hirschman analisa os postulados do teórico político francês Bernard Manin, que coloca o problema da incompatibilidade (presente nos regimes democráticos) entre as incertezas que dominam as opiniões e projeções para as políticas públicas, e a certeza com a qual candidatos, *policy makers* e até eleitores falavam sobre suas posições e os caminhos que tomariam para a resolução dos problemas. A democracia deveria ser entendida como o espaço dos longos debates, através dos quais a tendência seria a do distanciamento das posições assumidas no início.

Em suma, desenvolver os hábitos mentais da aceitação da incerteza quanto aos resultados (Przeworski), quanto ao rumo a ser tomado e quanto à validade das opiniões iniciais (Manin). O contrário disso – o medo da incerteza e a falta de abertura – configura

um perigo à democracia. Perigo latente na maioria das culturas latino-americanas que, segundo o autor,

dão um valor considerável ao desenvolvimento de opiniões bem definidas sobre quase tudo desde o começo e à capacidade de ser vencedor numa discussão, em vez de escutar e descobrir que, às vezes, é possível aprender alguma coisa com os outros. Nessa medida, tais culturas estão basicamente predispostas a fazer política de modo autoritário e não democrático (Idem: 88).

Para que a democracia coubesse na América Latina, seria preciso que esta se transformasse culturalmente. De certa forma, o artigo não conversaria nem com a hipótese desta dissertação sobre a primazia da participação, muito menos com a dos partidos. Colocaria, no entanto, o maior peso sobre a força e estabilidade do novo regime sobre a população, a qual caberia aceitar a incerteza como valor e a paciência como princípio, para que daí derivasse um sistema duradouro.

Abrindo o segundo volume da Revista Lua Nova (número 4) de 1986, José Álvaro Moisés discorre sobre *Democracia e representação*. Abordando o sistema de governo em perspectiva histórica, ele aponta como marca do sistema antigo a reunião dos cidadãos na Ágora, enquanto que sua versão moderna seria a expressão da oposição ao poder do príncipe por meio do Parlamento, do respeito às regras do jogo. Afirma ele que, nessa luta contra os privilégios da nobreza, a burguesia teria “se apaixonado” pela democracia, empregando a violência em suas revoluções para assegurar seu sucesso. No entanto, conforme avançaram as conquistas democráticas, ficava cada vez mais claro como os direitos interessavam muito mais aos que não os possuíam do à burguesia propriamente dita. A partir daí, a bandeira da luta pela democracia passaria das mãos dos burgueses para as dos trabalhadores, que começariam a pressionar pela conquista de direitos de cidadania, o que teria contribuído para a desestabilização da harmonia existente entre a democracia e o capitalismo. Na medida em que os privilégios dos capitalistas passaram a ser ameaçados, as correntes conservadoras teriam começado a emergir. Em uma dessas ondas, a ditadura civil-militar de 1964 teria exposto tal afastamento, com os grupos dominantes terminando por capturar a instituição da representação, retirando-a da função de representar a “vontade geral” para a representação dos interesses particulares dos grupos privilegiados. Nesse processo de desmoralização das instituições democráticas

pela burguesia, ele afirma que: “A própria convocação da Assembleia Nacional Constituinte adotou uma solução que, ao invés de facilitar a renovação da representação parlamentar, assegura aos atuais deputados e senadores os seus privilégios” (MOISÉS, 1986: 2). Diante deste cenário, ele se pergunta se seria possível consolidar a transição democrática sem que houvesse uma drástica mudança na eficácia da instituição da representação. A partir da recapitulação histórica realizada, o autor daria foco total às questões envolvendo as instituições, colocando sobre a ANC o peso do futuro da qualidade do sistema representativo do país.

Ainda desta edição da Lua Nova o texto de Pedro Jacobi, então professor da PUC-SP, intitulado *A cidade e os cidadãos*. Nele, o sociólogo discute a relação da cidadania com a urbanização contemporânea que, ao colocar a cidade como produto a ser consumido, exclui de sua vida boa parte da população. É como se houvessem duas cidades, uma para os despossuídos, outra para os especuladores e a ação privada dos grandes negócios. O direito à cidade, portanto, como privilégio para os negócios, não como “direito à vida urbana, à habitação, à dignidade [...] a possibilidade de transformar o nosso cotidiano, de forma que cada habitante possa de fato habitar e participar plenamente do espaço onde vive” (JACOBI, 1986: 22). Nesse sentido, da parte dos administradores a cidade também não seria pensada como espaço de habitação e convívio, mas como ambiente hostil à população, marcado pela concentração de poderes, segregação e desigualdade. Para começar a sanar estes problemas dentro do novo cenário político, Jacobi diz:

à medida que o processo político se torna mais aberto e democrático, com eleições diretas em todos os níveis, é possível pensar que a solução progressiva de muitos dos chamados problemas urbanos comece a ser encaminhada. Mas isso não basta para garantir uma política urbana e uma gestão municipal democrática e preocupada com o interesse coletivo. É necessário, além disso, democratizar a gestão administrativa, estabelecer canais de participação, diminuindo a enorme distância existente entre administração e população. Com isso será possível contrapor-se à corrupção, ao clientelismo e à ditadura secreta dos interesses privados anti-sociais” (Idem: 23).

Instituições de Estado mais representativas e descentralizadas, que permitam a articulação entre as democracias de base e representativa, portanto, como meio concreto

de dar início à solução dos problemas urbanos. Permite-se assim que as cidades alcancem a promessa da garantia à moradia, alimentação, saúde, educação, melhor transporte público e menor violência. “Direito à cidade, democratização ao poder local e participação popular, tornam-se então um denominador comum” (Idem: 24).

Apesar de pensadas as soluções, ainda havia, para Jacobi, o problema das limitações culturais, de pensar como fazer a população acessar estes canais e efetivamente participar, enfim, de como fazer das pessoas, cidadãs. Do lado do Estado, em primeiro lugar, caberia a real “concessão” de parte do poder aos conselhos e órgãos intermediários, a estes cabendo definir claramente os espaços de participação e o modo como ela se daria. Assim, os cidadãos teriam condições efetivas de trazer à arena pública suas necessidades e demandas. Escapando da “panaceia participativa” propagada na época, Jacobi aponta para os movimentos sociais (desde aqueles ligados à moradia, passando pelos Conselhos de Saúde, até as associações de usuários de transporte público) como meios pelos quais o sentimento de solidariedade poderia ser criado dentro dos bairros e comunidades, a partir do qual se discutiriam as soluções de seus problemas. Somente por meio da conscientização, organização e participação as pessoas poderiam deixar de ser administradas, passando a controlar os processos e fiscalizar a administração pública, assim aumentando a qualidade dos serviços prestados. Assim seria possibilitada a recuperação da cidade em termos qualitativos, promovendo o distanciamento da lógica individualista, competitiva e, portanto, desagregadora, em direção à lógica livre e igualitária, marcada pelo convívio com as diferenças, a solidariedade e a *participação democrática*. Aqui também é importante ressaltar que, apesar de Jacobi tratar da participação como panaceia, parece que a grande parte dos intelectuais analisados (se não todos) constataram que sem participação (por meio dos movimentos sociais) não haveria democracia.

Ainda em 1986, em artigo publicado na revista Lua Nova (vol.3, nº 2), o deputado federal Márcio Santilli (PMDB) trabalharia as questões envolvendo o *Poder econômico e Constituinte*. Condenando a corrupção dos processos legais do país, o autor cita, entre estas brechas, as falhas históricas dos processos eleitorais (dos votos de cabresto à lei Falcão⁵²), a marcante confusão entre poder político e econômico (com recursos públicos sendo gastos em obras de caráter eleitoreiro), além da desigualdade de acesso dos partidos

⁵² Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

aos meios de comunicação (que faz com que os mais abastados tenha mais tempo de propaganda eleitoral, trazendo nada além de trapagens no horário nobre da televisão). Apesar de entender que todos estes problemas teriam sido potencializados durante o regime militar, Santilli tenta olhar para o outro lado da moeda e analisar o que já havia sido conquistado em termos de disciplinamento dos pleitos eleitorais, desde a redemocratização. Em primeiro lugar, cita o recadastramento eleitoral empreendido, importante mecanismo para tirar de circulação os eleitores mortos, os títulos duplos e triplos, assim reduzindo a capacidade de corrompimentos dentro dos cartórios. Em segundo, os controles legais impostos aos gastos particulares para fins eleitorais, além dos mecanismos de fiscalização e prestação de contas. Flertando com a ideia do financiamento público de campanha, Santilli ressalta que esperava muito da “futura” ANC no sentido de modernizar a legislação eleitoral, mas ressaltando que a denúncia e correção das distorções nos processos eleitorais dependeria em muito “da sociedade civil organizada, das entidades de classe, dos sindicatos e de todos aqueles que se engajem na denúncia das distorções” (SANTILLI, 1986: s.p.). Assim, mesmo indicando a importância da sociedade civil para a correção dos processos eleitorais, seu foco recai sobre como o Estado brasileiro, e dentro dele a ANC, tratariam de evitar seus erros e vícios históricos. O futuro do sistema representativo estaria colocado, portanto, sob a responsabilidade das instituições, não da pressão popular.

Iniciando seus trabalhos em fevereiro de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte fora composta principalmente por membros do PMDB e do PFL. Com relação ao quadro partidário interno à Constituinte, Kinzo (1990) utilizou-se de cinco categorias para dividir as siglas entre esquerda, centro e direita. Encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores – PT, pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB e pelos PCs (Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil), as características mais marcantes da esquerda no legislativo eram a defesa de políticas democratizantes, nacionalistas e que se opunham ao sistema financeiro. Do lado oposto, o grupo suprapartidário do Centrão (que se formaria durante o processo constituinte) e o PFL davam suporte às medidas governistas e conservadoras. Em meio a estas disputas, a ala do PMDB que mais tarde se tornaria o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) caracterizava-se por ser anti-conservadora, nacionalista e democrática, ao mesmo tempo em que se posicionava em favor dos bancos e do governo. De acordo com o mapeamento das votações de seus integrantes, o Partido Liberal – PL, por sua vez, assumiu postura democrática e contrária

ao governo, conciliando-a com escolhas conservadoras, nacionalistas e contrárias ao sistema financeiro.

Neste cenário, o Regimento Interno da ANC – relatado por Fernando Henrique Cardoso – dividia o trabalho dos constituintes em duas fases: uma descentralizada e outra mais centralizadora. No primeiro momento, foram instituídas oito Comissões, estas, por sua vez, foram divididas em vinte e quatro Subcomissões temáticas (três Subcomissões por Comissão). Cada uma das instâncias possuía um redator próprio, ao qual caberia a tarefa de redigir o anteprojeto de cada subcomissão e comissão, dando corpo às primeiras instâncias do debate constituinte, que eram decididas por votação majoritária simples, podendo um único parlamentar participar simultaneamente de, no máximo, três subcomissões. Já a segunda etapa do processo seria dividida em quatro momentos: (1) de início, caberia à Comissão de Sistematização centralizar a tarefa de reunir os anteprojetos em um único documento; (2) este retornaria à Câmara para apreciação dos legisladores; (3) passaria novamente pelo crivo da Comissão de Sistematização; e, finalmente, (4) seria encaminhado para a Mesa Diretora da ANC.

Com a direita desorganizada e por uma manobra da ala “progressista” do PMDB, a esquerda foi capaz de congregiar maiorias mais facilmente durante as primeiras fases do processo constituinte. Assim, o primeiro anteprojeto (Projeto-A) foi criticado por ter caráter “esquerdista”, ser excessivamente longo (sendo composto por quase 500 artigos), mas principalmente por promover o parlamentarismo e conferir quatro anos à frente da presidência para Sarney (que era a favor do presidencialismo e de um mandato de, no mínimo, cinco anos – idealmente seis). A partir de então, a direita começa a se organizar e, após longas negociações, são produzidas mais duas versões para a Constituição (Cabral I e Cabral II), sendo a última delas a que melhor conseguiu congregiar os interesses de ambas as partes. Porém, na volta à Comissão de Sistematização, o primeiro anteprojeto foi escolhido, indo contra a preferência das alas conservadoras, que, em 1987, se reúnem e conformam o grupo que ficou conhecido como “Centrão”. Tendo, por objetivo principal, fazer frente à esquerda minoritária (porém mais bem organizada), barrando o parlamentarismo e o mandato de quatro anos, os parlamentares do Centrão avançaram sobre o Regimento Interno. Visando a alteração de seu estatuto original, eles abriram a possibilidade de que o texto constitucional fosse alterado significativamente nas votações

plenárias, podendo se contrapor de forma mais veemente às decisões da Comissão de Sistematização.

Em artigo publicado naquele ano na edição de junho (v.2, n.4) da RBCS, Bolívar Lamounier trabalha as *Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro*. Enfatizando a predileção dos cientistas sociais por promover a democracia como um “padrão total de sociedade”, destaca que mesmo assim eles não deixaram de lado as instituições e isso por dois motivos principais. Primeiro, na medida em que constataram que elas poderiam ter sido as fiéis da balança no sentido de evitar a ditadura, mas também porque notaram sua importância nos processos de “descompressão”. Atento a essa disputa entre desenvolvimento institucional e democratização social ele se pergunta:

com que nitidez, todavia, podemos distinguir entre o desenvolvimento de instituições políticas e a democratização substantiva da sociedade? De que maneira deveríamos abordar o fato de que efetivamente se desenvolvem enormes tensões entre esses dois conceitos – especialmente quando nos deslocamos dos dilemas da abertura democrática para os da consolidação da democracia? (LAMOUNIER, 1987: 1, grifo do autor).

Defendendo a democracia como um “subsistema político” – não um padrão total de sociedade – o autor reforça o argumento ao falar sobre como a transição “pacífica” experimentada nos anos 1980 só teria sido possível justamente devido ao grau de desenvolvimento das instituições do país. Em seu entendimento, foram os esforços da oposição em ocupar posições institucionais (mesmo que vazias de poder efetivo) que, somados à aceitação do jogo eleitoral (que serviu para canalizar o descontentamento da sociedade perante o regime), acabaram por forçar os militares a um certo grau de contenção, abrindo caminho para o estabelecimento de negociações entre a oposição e a ala liberal das Forças Armadas. Ele não descarta a importância dos movimentos de protesto e resistência popular, mas ressalta que o nível de flexibilidade ao qual os militares chegaram se deu em muito pela força das instituições (especialmente as de caráter representativo). Assim, mesmo com o reestabelecimento da democracia a partir de 1985,

o retorno ao governo civil não correspondeu a um nítido retorno a uma ordem de coisas preexistente ao regime. O Congresso, os partidos políticos, a

Federação, todos recuperaram algum prestígio e força, mas não se reinvestiram automaticamente em seus papéis tradicionais; primeiro, porque essas próprias tradições eram modestas e, segundo, porque o país mudara imensamente sob o governo autoritário (Idem: 4).

Para determinar o grau de consolidação da democracia no Brasil, fazia-se preciso analisar retrospectivamente a construção do Estado brasileiro e nela observar as tradições e legados deixados antes do golpe militar. Para isso, Lamounier se utiliza do arcabouço conceitual vindo de Robert Dahl, centrado na questão da *representação*. Na definição do cientista político estadunidense, a representação seria a autorização formal para governar, a ficção (da legitimidade popular) que cria o Estado. A partir de então, outros quatro conceitos entrariam em cena, cada um representando um nível a mais de aprofundamento do sistema democrático. Com as instituições de Estado consolidadas seria então “permitida” a ideia de *contestação legítima*. Dentro deste cenário, a escalada das tensões e conflitos sociais poderia levar a dois tipos de representação: a *representação descritiva* – aquela ideia segundo a qual os órgãos representativos devem refletir a sociedade em sua diversidade; e a *representação simbólica* – esta vindo com o surgimento de “instituições ou líderes carismáticos que incorporem uma autoimagem coletiva da nação” (Idem: 5, grifo próprio). Finalmente, no estágio mais avançado teríamos um *Estado atento à opinião pública*, capaz de manter não só um sistema político-partidário coerente, relevante e “fiel” ao eleitorado, mas também a independência de instituições representativas não-tradicionais (como associações e sindicatos).

Partindo deste método de análise, Lamounier recapitula a história institucional do país pelo Império, que coloca como “um sistema político que se tornou ‘desenvolvido’ para construir um Estado, e não o inverso” (Idem: 4). Como grande marca do período, ele ressalta a capacidade das elites (rurais e burocráticas) de manter sua coesão interna, o que permitiu a conservação do território, apesar das constantes invasões, ameaças de separação e das tendências invariavelmente centrífugas de um país de proporções continentais. Apesar disso, ele ressalta que o processo “pacífico” de construção do Estado não permitiu o desenvolvimento de um grande senso de identidade nacional. As instituições funcionavam, mas com baixíssimos níveis de enraizamento social, o que – junto da existência do Poder Moderador – deu ao sistema imperial sua pecha de

“artificial”. O Império, portanto, na conceitualização de Dahl, enquanto o sistema que abriu o caminho para a possibilidade da contestação legítima, mas ainda anterior a ela.

Pela tentativa de redirecionar a política nacional para o liberalismo, assistiu-se durante a Primeira República a quase que uma segunda construção do Estado brasileiro: os militares surgiam como novos agentes junto da classe média urbana (com um impacto menor), o governo federal e os proprietários de terra consolidaram sua força. A contestação era permitida em certo nível, mas, com eleições tão desacreditadas, era difícil falar em algum tipo válido de representação, que não a dos interesses da aristocracia. A atenção das elites seguia toda em torno do controle do Estado: contestação legitimada, mas sem formas consolidadas de representação. Com o fim da Primeira República, os governos chefiados por Vargas marcariam a história política brasileira especialmente pelo fortalecimento do governo federal, mas também pela instituição do Código Eleitoral de 1932, que introduziu o voto secreto, ampliou o corpo eleitoral, centralizou o processo em torno do Tribunal Eleitoral e instaurou a representação de tipo proporcional (visando alcançar o “equilíbrio federativo” e, com ele, dar equilíbrio e legitimidade ao governo central). Ironicamente, foi durante esse período autoritário que os “significados *descritivo* e *simbólico* da representação finalmente conseguiram penetrar na cultura legal e política” (Idem: 7).

Chegando à segunda metade dos anos 1940, esse legado político pesaria sobre a experiência democrática que duraria até o golpe civil-militar de 1964. De acordo com Lamounier, a democracia não teria se consolidado ao longo daqueles vinte e dois anos por um “problema de autoridade”. Isso porque, se de um lado a presidência havia adquirido excessiva centralidade e autoridade devido ao carisma de Vargas, de outro o Congresso havia se fortalecido com o fim do Estado Novo. Esta contradição só seria agravada após o suicídio do ex-ditador em 1954. Além disso, composto em sua maioria por “notáveis”, a esta elite que compunha o Congresso faltou o suporte de um sistema partidário moderno, de caráter mais técnico, que poderia ter evitado sua fragmentação interna (observada ao longo dos anos 1950). Faltou também aos partidos uma seleção mais competitiva, pois, na medida em que eles não foram capazes de estabelecer qualquer base mais sólida de apoio entre o crescente eleitorado urbano-industrial, este acabou se mobilizando por conta própria diante do aumento das desigualdades observado no período, contribuindo ainda mais com o crescimento da instabilidade política. Além da

tensão entre o Executivo e o Legislativo, a incapacidade dos políticos de tomarem decisões e dos partidos de estabelecer laços com o eleitorado, somaram-se o fantasma da revolução cubana, e alguns deslizes de Goulart em questões-chave, como sua sucessão, a indefinição sobre a reforma agrária, a não supressão das revoltas dos sargentos e a alta da inflação. Tudo contribuiu para ampliar o radicalismo entre esquerda e direita e, com isso, aumentar a inquietação entre os militares. Assim, o aumento dos canais de participação não foi acompanhado da redução das desigualdades socioeconômicas, nem da modernização do sistema partidário que, incapaz de canalizar as novas demandas, sucumbiu perante a pressão dos quartéis e dos interesses dos EUA.

Indo na contramão dos analistas que defendem que nossa história política teria sido marcada por uma “ausência de autoridade pública”, Lamounier afirma que no Brasil houve sim um forte processo de construção institucional, e não somente após a transição de 1930, mas desde o Império. Processo este centrado em elites econômicas concisas, uma burocracia numerosa e intervencionista, um discurso apegado à legalidade e uma prática que visa contorná-la, o clientelismo em constante readaptação, o conservadorismo especialmente ligado à propriedade da terra e, mais recentemente, à presença cada vez maior da tutela militar sobre a política. As instituições definitivamente não foram erguidas sobre os pilares do liberalismo (como nos EUA, por exemplo), mas sim centradas em um Estado preocupado, num primeiro momento, em preservar a unidade territorial e, num segundo, em criar um senso de nação. Nas palavras o autor, com o retorno ao autoritarismo, após o golpe de 1964, teria se tornado comum

a expressão dualística Estado versus Sociedade Civil. O "Estado" tornou-se virtualmente sinônimo de mecanismos autoritários, na mente da oposição intelectualizada ou militante; a "sociedade civil" foi entendida algumas vezes como a oposição como um todo, mas, mais frequentemente, como o conjunto de associações profissionais, universitárias, religiosas, etc. A importância política concreta dessa distinção é inegável. Contudo, se é necessária uma descrição dualista, esta não deveria ser feita exatamente nessa linha. Seria provavelmente mais adequado dizer que a conclusão do processo de construção do Estado e a mobilização social crescente tornaram diárquico o sistema político brasileiro, a divisão se dando entre o Estado e as instituições democráticas propriamente ditas. O primeiro possui agrupamentos perfeitamente identificáveis: a burocracia, os interesses econômicos públicos e semipúblicos e, por certo, os militares. [...] Num sentido puramente formal, é possível dizer que a "metade" democrática da diarquia possui agrupamentos comparáveis: o Congresso, os partidos políticos, a imprensa, as universidades,

as igrejas e os sindicatos. Mas está longe de ser seguro que todos estes compartilhem uma concepção básica do que seja a democracia ou do que deveriam ser seus objetivos de longo prazo, seus mecanismos e práticas (Idem: 15).

E isso se daria por um simples motivo, enquanto os órgãos da “sociedade civil” estariam mais preocupados com a ampliação dos canais e mecanismos de participação (chegando a sonhar com a subordinação das instituições à “vontade popular”), ou seja, com a *fração substantiva da democracia*, o Estado daria preeminência ao cumprimento e desenvolvimento de seus *aspectos legais*, visando conferir ao sistema mais estabilidade política e fiscal.

Ao fim do regime, de acordo com Lamounier, esse processo estava prendendo o país no “círculo vicioso da transição”. Em um cenário aonde as instituições políticas se encontravam muito enfraquecidas, onde haviam também muitas expectativas sociais acumuladas, o governo precisaria de tempo e confiança para implementar políticas vigorosas visando atender a tais expectativas no longo prazo. Porém, existiriam dois perigos associados à transição: por um lado, de que os favorecidos pelas políticas de bem-estar não percebessem a melhora nos padrões de vida como ações do governo; de outro lado, os mais abastados poderiam temer as mudanças e pender para posições cada vez mais antidemocráticas. De um jeito ou de outro, a população não veria suas expectativas atendidas no curto prazo, se frustrando com o governo e deixando de apoiá-lo, o que voltaria a enfraquecer as instituições.

Concluindo o artigo, o autor – retomando o arcabouço conceitual dahlsiano – traz duas condições básicas para a consolidação das democracias: a presença do *sistema representativo* e da *desconcentração*. O primeiro conceito representa os aspectos de liberalização e participação, onde as elites operam com base na contestação e atuam como porta-vozes do eleitorado. O segundo marca a necessidade de redução das desigualdades e consequentemente maior mobilidade social, não sendo entendidas como algo suplementar, mas essencial para o processo já que, com a melhora dos padrões de vida, a população torna-se mais inclinada a defender (e até proteger) o sistema político vigente. Sem um sistema representativo operante e as condições para a desconcentração, temos “Hegemonias fechadas” e “Regimes autoritários”. Com um sistema representativo forte, mas sem desconcentração, temos “Oligarquias competitivas” e, no máximo,

“Democracias instáveis”. Com Desconcentração, mas sem um sistema representativo forte, teríamos “Regimes instáveis, de ‘movimento’ radical”. E, finalmente, com ambas as condições atendidas alcançamos as Poliarquias estáveis. Dentro desta categorização, o Brasil entraria como uma “democracia instável”, na medida em que, apesar de ter alguma tradição democrática, pelas múltiplas interrupções que sofreu, somadas às fortes tensões sociais e desigualdades presentes na realidade do país, ela não poderia ser considerado como um sistema plenamente institucionalizado.

Assim, Lamounier entendia que a consolidação da Poliarquia no Brasil encontraria três entraves fundamentais: a desigualdade socioeconômica (um dos pilares de nossa formação social), a centralização da economia (tocada por uma alta burocracia alocada em certas empresas estatais e que, ao não ser selecionada por competição pluralista, se coloca quase que como um “poder autônomo”), além da politização dos militares (que só tendeu a crescer do fim da Guerra do Paraguai até o início da ditadura civil-militar). Para ele, o caminho para a plena consolidação da democracia passaria por fazer avançar o processo de institucionalização através da redução da excessiva centralidade da presidência, mas sem visar um parlamentarismo clássico de tipo inglês (que não corresponderia a nossa formação e cultura políticas), nem um sistema “demasiadamente equilibrado” como o francês (que apresenta o problema da “coabitação” entre presidente e primeiro-ministro). Lamounier não deixa de lado a necessidade de *fortalecimento do sistema partidário*, que viria principalmente através de reformas na legislação partidária e eleitoral que, na opinião do autor, deveriam caminhar no sentido do sistema adotado na Alemanha, chamado de “Proporcional personalizado”. Entretanto, para o problema em questão sugere dois outros caminhos possíveis: uma situação “onde o Primeiro-Ministro está claramente submetido ao Presidente” (Idem: 16), ou outra onde há um sistema parlamentar no qual o presidente conserve seus poderes e prerrogativas, mas onde o Gabinete ministerial esteja em certo nível subordinado ao Congresso. De qualquer forma, ele aponta para as instituições – especialmente para os *partidos* – como a “chave para o sucesso”. Segundo ele, as aspirações por uma participação de caráter rousseauniano têm sua relevância, especialmente diante de um sistema político tão oligárquico, porém, dadas as dimensões continentais do país e nosso histórico de disputas regionais, acredita ele que o reforço excessivo dos mecanismos de participação levaria à diluição da representação, voltando a um cenário marcado por infundáveis conflitos entre facções.

Neste artigo, conferindo grande peso à representação na definição do nível de nossa democracia, Lamounier, apesar de dar grande importância para problemas de caráter socioeconômico, apresenta preocupações estritamente ligadas aos partidos políticos e às instituições. Uma das maiores referências da vertente institucionalista da Ciência Política brasileira, Lamounier não necessariamente responde por completo a hipótese da falta de enraizamento dos partidos, dando real destaque para seu papel de “fiel da balança” nas disputas entre os Poderes Executivo e Legislativo, fundamental para o bom funcionamento dos sistemas democráticos. Em sua visão, o Brasil só se configuraria enquanto poliarquia estável⁵³ mediante a convergência da estabilização do sistema representativo com a promoção de políticas de desconcentração de renda. Além disso, ele fala da não separação entre sociedade civil e o Estado, tão propagada por seus contemporâneos. Em sua visão, ao invés de uma separação entre a sociedade e o Estado – impossível em termos práticos, na medida em que todo regime depende de uma base de apoio social –, teríamos assistido durante o regime militar à cisão entre o Estado (os militares e a burocracia) e as instituições democráticas (Congresso, partidos, imprensa, etc.). Por fim, vale ressaltar que ele aponta para um tipo de solução parlamentarista como meio de contornar o problema da excessiva concentração de poderes no Executivo.

Passando para a Revista Lua Nova, em sua 11ª edição (vol.3, n.3, jan/mar de 1987) viria o artigo de Silvio Caccia Bava, *A Nova República e os movimentos dos trabalhadores*, aonde o autor, em breve análise, fez suas considerações sobre as relações que se estabeleceram a partir de 1985 entre os movimentos sindicais e o Estado. De início, ele demonstra apoio à luta dos trabalhadores contra a violenta repressão que sofriam do Estado, assim como contra a aliança formada entre empresários e governo para romper com as negociações estabelecidas com os sindicatos. Ele, no entanto, coloca como estranha a ideia, defendida por parte dos trabalhadores, de que sua luta ainda se daria nas mesmas condições que durante a ditadura. Além de citar a escolha de Almir Pazzianotto para ministro do Trabalho, Bava também elenca os direitos conquistados pelos trabalhadores desde o retorno à democracia, em especial os direitos de organização, reivindicação e o aumento do salário mínimo.

⁵³ Em Dahl (2005), as poliarquias (“governos dos muitos”) estáveis se definem enquanto regimes democráticos dentro dos quais as capacidades de contestação do governo (liberdade dos grupos de oposição para contestarem as decisões do governo) e participação pública (parcela da população que pode votar ou trabalhar na administração pública) são plenamente atendidos.

Dentro do novo quadro político, o que efetivamente aparecia dentro das fábricas era a ofensiva patronal contra os grevistas e as lideranças sindicais, as demissões em massa. No plano federal, a inflação e o desemprego crescentes, ao colocarem o governo Sarney em perigo de desestabilização, forçam o Plano Cruzado que, ao congelar os preços e os salários, garante no curto prazo certo prestígio ao presidente (tido por muitos como ilegítimo). Ao convocar a população para a fiscalização dos preços, o governo forma uma massa de fiscais, que acabam por isolar as alas mais radicais dos sindicatos. Além disso, iniciam-se denúncias contra a CUT, o PT e Leonel Brizola, colocados como agentes de desestabilização da Nova República, traidores do Plano Cruzado. Mas não é só: aumenta a produtividade nas empresas, mas não os salários; a multiplicação das greves encontra patrões e políticos intransigentes, pois respaldados pela popularidade do Plano Cruzado. Os direitos de manifestação e organização estavam garantidos, mas a negociação encontrava-se congelada e o movimento sindical em crise. Assim, diante de um novo cenário de luta, novas estratégias tornavam-se necessárias e, dentre elas, uma nova postura deveria ser assumida pelos sindicatos. Era preciso, segundo Bava, que eles:

ultrapassem os seus interesses corporativos, se somem às lutas dos movimentos populares e dos trabalhadores rurais no sentido de aprofundarem a luta pela democracia, seja nos locais de trabalho, na Constituinte, enfim, em todos os níveis de decisão que envolvam os interesses na maioria (BAVA, 1987: 53).

Dessa forma, entendemos que, ao tratar do papel dos sindicatos para o desenvolvimento da jovem democracia brasileira, se aproxima de nossa hipótese acerca da participação, no caso não dos novos movimentos sociais, mas de organizações tradicionais de representação dos interesses dos trabalhadores

Na edição seguinte da Lua Nova (12ª, vol.3, nº4 – um especial sobre a Constituinte), de junho de 1987, foram três os trabalhos publicados que tematizavam a Constituinte: um debate entre Maria Hermínia Tavares de Almeida, Eliezer Rizzo de Oliveira e Francisco Weffort – mediado por José Álvaro Moisés – com o tema: *O que esperar da Constituinte?*; um texto de José dos Reis Santos Filho sobre a *Questão agrária* e, por fim, um artigo de Roque Aparecido da Silva e Márcia de Paula Leite intitulado: *Constituinte: Qual é o lugar dos sindicatos?*

No primeiro deles, cujo objetivo era avaliar o que se deveria esperar da Constituinte, são três os eixos trabalhos: Maria Hermínia de Almeida fala sobre a questão sindical, Eliezer de Oliveira sobre a questão militar e Francisco Weffort sobre os Partidos e a representação. Nas considerações prévias ao debate, Almeida logo afirma a necessidade da reforma do sistema sindical. Mesmo diante dos riscos de instabilidade e das baixas probabilidades de sucesso efetivo da proposta, ela entendia que, no novo cenário democrático, a organização corporativista herdada do autoritarismo varguista deveria ser substituída por um sindicalismo de tipo *pluralista*.

Procurando olhar para o lado otimista do cenário, Tavares entendia que, de alguma forma, a estrutura sindical do país já possuía traços pluralistas. Apesar da manutenção do controle do Estado através do monopólio exercido pelos sindicatos únicos, as centrais sindicais já eram uma realidade consolidada no final dos anos 1980. Ademais, apesar das restrições legais, os servidores públicos teriam sido capazes de organizar (especialmente a partir dos anos 1970) a representação de seus interesses de maneira bem democrática, apesar desta construção ter ocorrido muito mais pela força dos acontecimentos do que por um claro projeto de caráter pluralista. Assim, apesar das constantes pressões – tanto estatais quanto empresariais – pelo enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos e pela manutenção do monopólio da representação, havia se estabelecido a convivência entre o sindicalismo único e certas formas de representação plural.

Diante deste cenário, aonde não pareciam haver forças políticas suficientes para empreender uma profunda reforma das relações sindicais no contexto da Constituinte, Tavares entendia que o fundamental em termos da nova Carta Magna era alcançar o maior nível de autonomia possível. Nesse sentido, se a liberdade de organização já parecia um consenso, faltava estabelecer sua profundidade, assim: (1) o direito de organização deveria ser estendido a todos os assalariados, incluindo os servidores públicos; (2) as negociações coletivas deveriam ser mais valorizadas como instrumentos de definição das regras do jogo entre capital e trabalho; (3) e, finalmente,

deveria haver um dispositivo que coibisse as práticas anti-sindicais nas empresas [...]. Neste sentido, [ela conclui] a Constituinte tem de ser acompanhada de um aprofundamento da discussão pública e aí, nós, os intelectuais, que temos uma visão democrática do mundo do trabalho, podemos ter um papel na direção da criação de um movimento de opinião sólido a favor

de um Estatuto dos Trabalhadores mais avançado que o atual (ALMEIDA; OLIVEIRA; WEFFORT, 1987: 12-13).

A democratização do sistema sindical passando, portanto, muito mais pelo debate público do que pelas forças presentes na ANC.

Tratando da questão militar, Oliveira também não demonstrava muita confiança nas perspectivas de mudança vindas da Constituinte. Para ele, o papel das Forças Armadas se manteria intocado, especialmente em seu direito de intervenção, legitimando os militares como agentes legítimos de pressão na arena política. Prova disso, segundo ele, era a profundidade que suas instituições alcançavam dentro do sistema republicano: “o Serviço Nacional de Informações, o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas, que deveriam ser meros órgãos auxiliares, têm *status* de ministérios” (Idem: 13). Assim, nada indicava que na Nova República, surgida pela autorização dos militares, seu papel seria reduzido à defesa das fronteiras. As Forças Armadas se inseriam “no quadro político do país com capacidade de iniciativa, de correção de curso ou mesmo de veto” (Idem: 14), fato que não era novo na história política brasileira, remetendo até antes do golpe de 1964. Os militares operando, portanto, não como instrumentos subordinados ao Executivo ou ao Congresso, assumindo um papel de defesa externa, mas atuando como que através de autarquias autônomas, com vontades e até *lobby* próprios, conservando seu papel de “defesa interna”: mudava o regime, não a função tutelar das Forças Armadas (aqui, além da manutenção do papel constitucional, outro exemplo da tutela do “partido verde-oliva” dado pelo autor foi a manutenção do programa nuclear). Nesse processo, foram relevadas a tortura, o explícito assassinato de pessoas como Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, as constantes interferências do SNI sobre os ministérios, o não julgamento dos militares. A anistia havia sido conquistada, o AI-5 fora duramente atacado e, enfim, a transição havia sido alcançada, mas ao preço de conservar o Exército como um “partido”. *A transição foi uma vitória para as Forças Armadas* e não havia qualquer indício – institucional ou social – de que isto mudaria.

Fechando as introduções temáticas, Weffort inicia a discussão sobre os partidos e a representação na Constituinte comparando as Constituições liberais mais recentes com as teorias democráticas mais modernas. Segundo ele, se era comum que nas Cartas Magnas não se falasse muito sobre os partidos, restringindo-os a “organizações privadas

da sociedade civil”, na teoria eles também apareciam como “organizações do Estado” – dado o seu interesse em dirigi-lo – ou então como “instituições públicas” – dadas as suas responsabilidades específicas e seu papel de “ponte” entre a sociedade civil e o Estado (Idem: 19). Vislumbrando um possível debate destas questões dentro da Constituinte, Weffort assume a terceira definição como a que acreditava que deveria ser estabelecida dentro do texto constitucional, caso esse fosse o caso, dada a importância que conferia aos partidos dentro da construção do jogo democrático. Nesse sentido, ele afirma: “a Constituinte tem que definir certos mecanismos que não apenas defendam a liberdade de organização partidária, mas que sustentem a existência dos partidos” (Idem: 19).

Isso porque, segundo seu entendimento, o tema geral do *corporativismo* – fosse dos sindicatos, dos militares ou dos partidos – era uma das grandes questões da transição, na justa medida em que seu “espírito” havia sido incentivado e alastrado inclusive dentre as forças democráticas da sociedade civil (era o caso do sentimento de corporação criado dentro da universidade, por exemplo, mas não só). Na medida em que foi a solução encontrada para reagrupar as pessoas em torno da oposição à ditadura, era preciso, portanto, pensar o corporativismo não só em sua esfera estatal (legal), mas também em suas esferas social e cultural. Para Weffort, a necessidade deste debate também se dava por uma outra questão, que envolvia a capacidade da lógica corporativista de trabalhar contra os partidos em duas dimensões possíveis: na acepção mais fascistoide do corporativismo, ele incorporaria uma representação de interesses diretamente ligada aos sindicatos e, portanto, ao Estado, logo anulando o papel dos partidos; de outro lado, e com caráter mais ambivalente, o espírito corporativista, na medida em que fortalecia o papel dos movimentos sociais, também enfraquecia o dos partidos. Assim, mesmo sendo parte integrante da construção da democracia, os movimentos sociais teriam a tendência a criar seus próprios mecanismos de associação e representação de interesses, o que mais uma vez retiraria tal função dos partidos. Assim, se das perspectivas legal e social todos os movimentos tendiam ao enfraquecimento do papel dos partidos, do ponto de vista cultural isso não era diferente, já que, em um país historicamente marcado por disputas entre elites, os partidos sempre teriam sido vistos como corpos estranhos, “excrescências”, algo “vindo de fora” ou então “exótico”. Finalmente, para além das pressões externas, o próprio impulso dos partidos a se pensarem como partidos únicos iria contra a aceitação do seu papel dentro da nova ordem. De acordo o autor, por tudo

isso se fazia necessário colocar a questão dos partidos de forma clara na Constituição. Mas como contornar tal situação?

Em primeiro lugar, haveria a necessidade urgente de uma redefinição da lei eleitoral visando evitar as “macrocandidaturas” (ou seja, o atropelamento do processo por grandes lideranças, como nos casos de Lula da Silva, Ulysses Guimarães ou Paulo Maluf) e, com elas, a exacerbação da competição individual (por recursos, público e propostas) dentro dos partidos. Indo de acordo com as propostas feita por Bolívar Lamounier na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Weffort afirma que o novo sistema eleitoral – seguindo o modelo alemão – deveria ser de tipo distrital, com mecanismos de representação proporcional agregados, querendo dizer que: “o conjunto de um Estado seria subdividido em distritos. Os eleitores votariam nos candidatos apresentados nos distritos, em eleição majoritária” (Idem: 21). Assim, tendo um único representante por distrito, os partidos apoiariam plenamente seus candidatos, passando a disputar entre si e não internamente. Ademais, afirma o autor:

O voto estará sendo contado para o sistema de *representação proporcional por lista*. Ou seja, cada partido apresentará uma lista de candidatos, segundo uma ordem que cada partido define de acordo com seu próprio critério. E este voto contará num cálculo proporcional de representação para toda a região, em nosso caso, para todo o estado. Tanto o voto majoritário no distrito favorece o partido quanto o voto por lista favorece o partido (Idem: 21-22).

Através da adoção destes mecanismos poderia se vislumbrar um equilíbrio entre forças majoritárias (geralmente centristas) e minoritárias, já que tanto os grandes partidos quanto os pequenos seriam de alguma forma favorecidos: os primeiros pelo voto distrital, os demais pelo voto proporcional. No entanto, Weffort não entendia que estabelecer legalmente a liberdade de organização partidária seria suficiente. Para realmente concretizar tal feito, seria preciso fazer com que os partidos se tornassem reais para o público, o que só seria possível através do acesso equânime aos meios de comunicação de massas (sendo a distribuição dos recursos públicos proporcional ao número de votos recebidos). Assim, tendo em vista a necessidade da criação de “verdadeiros partidos” como forma de barrar institucionalmente as tendências corporativistas inerentes a nossa formação política, Weffort atribuía à Constituição o papel de revisar a lei eleitoral e de

garantir aos partidos “condições de financiamento e de acesso à opinião pública” (Idem: 23).

Partindo para o debate, Almeida abre as discussões acrescentando um novo problema: não seria possível uma democracia estável – especialmente do ponto de vista dos partidos – com um Legislativo falho e com poderes restritos, como lhe parecia ser o da época. Curiosamente, ela afirma que, mesmo os desfavorecendo, não enxergava uma discussão madura dentro dos partidos sobre quais seriam as propostas alternativas possíveis para os partidos e os militares. Nesse sentido, Weffort complementa, dizendo que, se na história das democracias o controle de um poder vinha pela criação de outro (contrapeso), que outro jeito haveria de se enfraquecer o “partido militar” que não fortalecendo os “partidos civis”? Afirma ele que pela mudança de regime de governo, substituindo o presidencialismo por um “parlamentarismo modificado”, capaz de criar uma ordem institucional democrática. Para ele, diante de um cenário em que tudo indicava que os militares manteriam sua influência sobre a arena política, um Parlamento mais atuante seria tanto capaz de reforçar o poder dos partidos quanto de condicionar o poder dos militares. Ainda nesta temática, Oliveira afirma que, fosse através do Parlamentarismo ou de um novo Presidencialismo, a questão fundamental para lidar com o problema da inserção autônoma dos militares era a democracia. Ele conclui que, para resolver a questão da democracia e com isso vislumbrar a modificação do papel dos militares, seria necessário em primeiro lugar conversar com eles, entender seus planos e estrutura organizacional e, além disso, trabalhar no sentido ajuda-los a recuperar a “dignidade da farda”, a “honorabilidade da profissão” que ele entendia ter sido abalada pelos anos de ditadura. Ainda sobre esta questão, José Álvaro Moisés (mediador do debate) acrescenta:

Vivemos numa sociedade autoritária, de onde se segue que temos uma série de práticas políticas autoritárias e de instituições que nem sempre são capazes de assumir o seu conteúdo democrático. No caso das Forças Armadas, isso é patente, mas elas refletem a sociedade, e a capacidade maior ou menor da sociedade controla-las depende da existência de mecanismos para isso (Idem: 25).

Dando prosseguimento ao debate, Moisés coloca uma “questão de ordem”: afinal, caberia aos partidos criarem leis mais democráticas que controlassem as Forças Armadas, ou dependeriam eles da nova Legislação Eleitoral para simultaneamente fortalecerem a si mesmos e à sociedade civil? Em outras palavras, quais as propostas dos partidos para fortalecer o Congresso e limitar os militares? Weffort responde optando pela segunda possibilidade, a de que seria mais fácil criar leis para fortalecer os partidos do que para enfraquecer os militares. Optando por um “meio termo”, Oliveira afirma que ambos os processos deveriam ocorrer simultaneamente, mais especificamente o fortalecimento dos partidos pela conexão com os movimentos sociais e a limitação dos militares pela desmilitarização do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele mais uma vez ressalta, no entanto, que isto só seria possível diante de um cenário de democratização da sociedade e Estado brasileiros. Mais a frente, Oliveira encerraria a pauta concernente às Forças Armadas pontuando a importância das universidades e centros de pesquisa para esta questão, já que entendia que faltavam trabalhos comparativos sobre as diferentes experiências dos países sobre essa relação entre os militares e a cidadania. A isto Weffort contra-argumentou, afirmando que, mais do que estabelecer comparações, interessava pensar a questão dos militares dentro das condições específicas da democracia brasileira, do conjunto de instituições e contrapesos que poderiam ser criados.

Indagando brevemente Weffort sobre as minúcias da sua visão sobre o financiamento dos partidos e as campanhas eleitorais, Moisés segue questionando Almeida a respeito de quais seriam as forças capazes de dar sustentação a seu projeto de garantia das liberdades sindicais. Pergunta para a qual ela não parecia ter resposta clara, afirmando apenas que, tanto do ponto de vista institucional quanto da opinião pública, os sindicatos não pareciam ter apoio para uma atuação sem qualquer tipo de restrições, especialmente no tocante ao direito de greve. Assim, diante destas limitações conjunturais, ela dizia que tudo indicava que a Constituinte passaria a garantir dos direitos básicos de liberdade e negociação (além do salário mínimo, trabalho noturno, repouso semanal, trabalho infantil e de gestantes, férias, aposentadoria, etc.). A partir daí caberia aos sindicatos pensar em avançar em outras questões através de negociações.

Mudando de assunto, Moisés encaminha a conversa para a opinião dos debatedores sobre qual modelo a Constituição deveria seguir: enxuto ou detalhista? A esta questão, Weffort afirma nas entrelinhas que – da mesma forma que a intervenção

militar – a redação de Constituições detalhistas/analíticas fazia parte da história política do país, portanto, não fazia muito sentido debater algo que parecia consumado. Nesse sentido, ele diz que o que realmente importava naquele momento era entender qual a democracia que seria construída, mais progressista, liberal ou conservadora.

Do debate, portanto, saíram discussões importantes sobre o que se esperava da futura Constituição. Em primeiro lugar, é interessante notar como se mantinha, entre parte dos cientistas sociais, um clima de desesperança com relação à nova Carta Magna (mesmo antes de sua redação final), tendo em vista os limites históricos, políticos e culturais do processo constituinte. Ademais, no que concerne às nossas hipóteses, se os temas levantados por Almeida (a liberdade sindical) e Oliveira (a influência política dos militares) aparecem como pontos novos, fica claro como as preocupações de Weffort sobre a legislação partidária iam diretamente no sentido do que apontamos. Em um plano geral, poderíamos considerar que, ao descolar a pauta sindical das esferas de influência da ANC, Almeida daria uma maior relevância para a participação de setores da sociedade, mas, assim como o texto anteriormente analisado por Bava, sem tocar na sociedade civil ou nos novos movimentos sociais. Por sua vez, as preocupações de Oliveira e Weffort girariam estritamente em torno de instituições, no caso os partidos e o Exército. Mais uma vez, é importante notar como aqui o tema do parlamentarismo aparece novamente, mesmo que sem aceitação unânime, como meio de superar disputas e desequilíbrios entre os Poderes.

Ainda na mesma edição da Lua Nova (vol.3, nº4, jun/87), o segundo trabalho com enfoque na Constituinte foi o de José dos Reis Santos Filho, intitulado *A questão agrária*. Nele, o autor, mais do que fazer qualquer proposta para a questão, preocupa-se em elencar quais os pontos principais sobre os quais a questão agrária estava sendo tratada pela Constituinte. Nesse sentido, ressaltava o nível de envolvimento da sociedade civil no debate em questão, com o envio de propostas chegando de variadas entidades de classe (nacionais e regionais), associações de produtores, partidos, juristas, entre outros participantes, com surpreendente exceção de entidades ligadas aos grandes proprietários rurais e empresários. Entre propostas mais e menos amplas, vários temas importantes estavam sendo levantados, mas doze deles pareciam estar mais em voga: “1) propriedade; 2) função social; 3) módulo; 4) desapropriação, confisco, perda sumária da propriedade; 5) indenização; 6) tributação; 7) terras indígenas; 8) meio ambiente; 9) titulação; 10)

financiamento; 11) cooperativas; 12) justiça agrária” (FILHO, 1987: 37). Concluindo a breve análise, Santos Filho destaca as questões envolvendo a propriedade da terra como o grande “divisor de águas” para o avanço das questões rurais do Brasil. Nesse sentido, alerta que caberia aos interessados no assunto

analisar o conjunto de propostas, indicando não apenas seus grandes eixos, mas principalmente buscando identificar: a) as concepções que informam cada uma delas; b) as tradições em que se inserem ou com que rompem individualmente; c) as consequências da adoção destas propostas (Idem: 37).

Aprofundando-se nos debates da ANC sobre a questão agrária no Brasil, Santos Filho direcionou seu olhar não necessariamente para o papel dos partidos na conquista destas propostas, mas das instituições em um geral, sem tematizar a participação popular neste processo.

No último artigo da edição de junho de 1987 da Lua Nova, Roque da Silva e Márcia Leite perguntaram-se: *Qual o lugar dos sindicatos?* dentro da Constituinte. Abrindo o texto com dois artigos da 87ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT/ONU) que tratam da liberdade e autonomia sindicais, os autores logo apontam os caminhos de profunda transformação que esperavam que a Constituinte seguisse nessa temática. Como eles afirmam:

cabe então ao Congresso Constituinte extirpar da Constituição esta herança do autoritarismo do Estado Novo, assegurando aos trabalhadores a liberdade de constituir suas organizações livremente, estruturando-as como melhor lhes convier, gerindo-as de maneira independente e definindo seus programas autonomamente. Cabe ademais à Constituinte assegurar liberdade de ação aos sindicatos na busca da realização de suas aspirações, vedando qualquer limitação ao direito de greve por lei complementar. Seria ainda fundamental assegurar na própria Constituição o direito dos trabalhadores se organizarem a nível dos locais de trabalho, como estabelece inclusive a proposta elaborada pela Comissão Afonso Arinos (SILVA; LEITE, 1987: 38-39).

Em suma, apontam a importância da garantia da liberdade de ação e reunião dos trabalhadores como elementos fundamentais para construir as bases de uma sociedade democrática e participativa. A ratificação destes princípios, consoando com os postulados

da OIT, ajudaria a firmar vínculos com sindicatos e fóruns internacionais, o que só viria para assegurar as conquistas e fortalecer as frentes de luta sindical no Brasil. Além dessas inovações, fazia-se necessária a revisão da estrutura dos sindicatos e de negociação coletiva (presentes na CLT), assim como a legislação imposta pelos militares que restringia o direito de greve. Em outras palavras, era preciso dar fim aos sindicatos únicos tutelados pelo Ministério do Trabalho, sem capacidade de articulação e mobilização porque extremamente setorizados, “promotores da colaboração entre capital e trabalho” (Idem: 39) e onde as negociações eram feitas individualmente sob a mediação da Justiça do Trabalho (aos sindicatos cabia apenas encaminhar os processos legais). Presos a uma estrutura que já tendia ao imobilismo, o imposto sindical obrigatório era outro mecanismo que servia ao propósito de arramar ainda mais os assalariados, na medida em que conservava entidades sindicais independentemente de sua representatividade: a legitimidade era conferida pelo Estado e não pelo conjunto dos trabalhadores. Esse “corporativismo atomizado”, portanto, só contribuía para a manutenção das desigualdades entre as diferentes regiões e categorias profissionais.

No entanto, como apontando pelos autores, a composição conservadora do Congresso Constituinte não parecia dar indícios de que a tradição autoritária estadonovista seria profundamente rompida. Além disso, haviam também as disputas internas às centrais sindicais sobre qual modelo deveria ser adotado no Brasil, centradas em torno de dois modelos: para parcela minoritária, mas mais combativa (e que seguia os preceitos da OIT), tratava-se da libertação total das amarras do Ministério do Trabalho, abolindo-se, inclusive, o princípio de unicidade e o imposto sindical; para a ala majoritária, de tendência conservacionista, a proposta era muito menos radical, tratando-se apenas de reduzir a interferência do Ministério do Trabalho. A primeira vertente representava o chamado “novo sindicalismo”, caracterizado pelos autores da seguinte maneira:

enraizado nas bases, propondo a livre negociação coletiva e rechaçando a interferência do governo e da Justiça do Trabalho nas relações entre empregados e patrões, questionando o autoritarismo patronal, assim como aspectos importantes da organização do processo de trabalho adotada pelas empresas, essa mobilização vem renovando consideravelmente a vida dos sindicatos, transformando-os em órgãos mais representativos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que tem se chocado frontalmente contra a institucionalidade sindical vigente (Idem: 42).

Introduzindo novas formas de organização e negociação, e a partir daí conquistando novos direitos, esses setores mais modernos do movimento sindical ganhavam cada vez mais relevância no quadro nacional, especialmente na medida em que os avanços como a redução da jornada de trabalho se consolidavam. Além disso, as mobilizações e greves tornaram possível tanto a atuação dos sindicatos dentro das empresas (fomentando a organização no ambiente de trabalho) quanto a redução das ingerências do Estado nas relações entre trabalhadores e empresários (pelo estabelecimento de negociações diretas com os patrões). No entanto, apesar de todas as conquistas, a pressão sobre o Congresso fazia-se necessária e aí o movimento se encontrava em uma encruzilhada. Isso porque, mesmo conseguindo efetivamente imprimir uma nova dinâmica ao sindicalismo brasileiro, a ala mais combativa não demonstrava ter capacidade de pressão suficiente para sozinha influir sobre os processos institucionais e legais da federação. Caberia então ao setor mais moderno atrair os conservacionistas, utilizando-se possivelmente do direito irrestrito de greve como pauta unificadora. Na visão dos autores, somente assim a estrutura sindical brasileira poderia ser entendida enquanto plenamente moderna e desapegada dos princípios autoritários que a fundaram.

Aqui, em mais um caso de desilusão diante da composição majoritariamente conservadora da Constituinte, Silva e Leite centraram-se na pauta do sindicalismo, mas não colocaram sobre os trabalhadores a responsabilidade por lutar pelo futuro da democracia. Ao contrário, imbuíram a ANC da missão de revogar os Atos do regime civil-militar que iam contra a liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores, colocando sobre as instituições o peso de garantir o futuro de uma democracia com plena liberdade de manifestação, organização e greve.

Da 13ª edição da Lua Nova (vol.4, n.1) são os artigos de Hélio Jaguaribe e Edison Nunes, respectivamente intitulados *Constituinte: regime do poder e da sociedade e Movimentos populares na transição inconclusa*. No primeiro deles, Jaguaribe abre o trabalho retomando a historicidade por trás das discussões político-filosóficas em torno dos modelos de governo. Nela, ele divide os pensadores – da Antiguidade até a Era Moderna – em duas categorias: a daqueles que se preocuparam com o modelo ideal de governo e daqueles que, por outro lado, basearam suas teses em exemplos históricos. Iniciada com Platão, a primeira linhagem também abarcaria pensadores medievais como

João de Salisbury, Santo Tomás, Egidio e Jean Bodin, além dos enciclopedistas e Rousseau na modernidade. Por sua vez, a linhagem daqueles preocupados com a exemplaridade histórica teria tido início com Aristóteles, passando depois por Políbio, Maquiavel e Hobbes. A partir dos estudos do jurista alemão Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) e da Escola História do Direito, a segunda corrente teria se tornado dominante a partir do século XIX, mas sem apagar os trabalhos focados nos modelos ideias, que passaram a se centrar no estudo dos valores e da eficiência de cada uma das modalidades de governo.

Para Jaguaribe, no Brasil a questão entre as duas perspectivas de análise teria recaído, nas últimas décadas, na discussão em torno dos modelos parlamentarista e presidencialista. Em suas palavras:

é usual, por isso, na perspectiva do modelo ideal, salientar-se a excelência do parlamentarismo, porque seria o regime de governo mais democrático e representativo. Ou privilegiar-se o presidencialismo, por sua maior eficiência. Da mesma forma, na perspectiva da exemplaridade histórica, os admiradores da tradição constitucional europeia -que influenciou a Constituição de 1824 – se inclinam pelo parlamentarismo. Os admiradores da prática constitucional americana – que influenciou a Constituição de 1891 e as seguintes – se inclinam pelo presidencialismo (JAGUARIBE, 1987: 43).

No meio do caminho entre os métodos do modelo e ideal e do exemplo histórico, Jaguaribe coloca a visão funcionalista como a que comandava a redação das Constituições mais recentes do mundo no período. A partir dessa perspectiva, os juristas, politólogos e políticos buscariam alcançar um meio termo entre as necessidades e exigências da sociedade, mas ainda procurando respeitar os princípios fundamentais do modelo de governo escolhido. Aqui, olhando para o caso brasileiro, teríamos – como já é marca de nossa formação sociopolítica – uma ambiguidade que, ao fugir dos padrões tradicionais do Ocidente, geraria necessidades em tese “não condizentes” com o nível de desenvolvimento econômico do país. Isso porque na Europa e nos EUA o chamado Estado de bem-estar social fora implementado no contexto de sociedades já enriquecidas pela atividade industrial consolidada. Enquanto isso, no Brasil a democracia social de massas (cujas primeiras tentativas de implementação foram barradas pelos golpes de 1954 e 1964) estaria buscando se consolidar naquele contexto dos anos 1980, aonde o país

atravessava uma severa crise econômica e ainda estava em processo de consolidação da matriz urbano-industrial. Em um cenário como estes, caberia a nova Constituição responder a o que o autor coloca como um duplo problema de compatibilização:

por um lado, uma compatibilização entre uma indispensável estabilidade institucional — de que depende uma moderna sociedade industrial — com uma não menos indispensável aceleração nos processos de mudança — requerida para que se ultime nosso desenvolvimento econômico-social. Por outro lado, uma compatibilização entre a expansão da riqueza e o acelerado prosseguimento da modernização tecnológica, com uma significativa e rápida elevação do padrão de vida, de capacitação e de participação das grandes massas (Idem: 44).

Assegurar simultaneamente, portanto, as condições para a estabilização institucional e a rápida transformação socioeconômica, conjuntamente à modernização da capacidade produtiva acompanhada de distribuição equânime de oportunidades e renda. No entanto, o intuito de atingir tal objetivo sofria com as barreiras históricas impostas pela formação política do país. O presidencialismo exacerbado dificultava a conciliação entre estabilidade e mudança — presidentes como Vargas e Goulart, que empreender grandes transformações sociais foram derrubados por golpes de Estado; os presidentes militares, que conferiram certa estabilidade às instituições, só fizeram aumentar as desigualdades sociais. Da mesma forma, a modernização econômica e tecnológica foi acompanhada (ao longo dos anos 1960 e 1970) do aumento do abismo entre ricos e pobres. Para dar uma resposta a este impasse, Jaguaribe — seguindo a visão funcionalista — procura adaptar as características de nossa formação institucional às necessidades de uma democracia massas. Argumenta então que, do ponto de vista institucional, havia a necessidade de se dividir as responsabilidades pela estabilidade institucional e a mudança social: deveria haver um “magistrado” responsável por cada uma das tarefas. Assim, a modernização tecnológica e a dinamização do mundo do trabalho se tornariam mais fáceis.

Destrinchados os problemas, o autor assinala dois modelos que poderiam dar conta de solucionar as questões mais urgentes da transição. Em lugar do

“ultrapresidencialismo”, um presidencialismo cameral⁵⁴ aonde, de um lado, o presidente eleito por maioria absoluta seria o responsável pela moderação do funcionamento do Estado e controle das Forças Armadas e, de outro, o primeiro-ministro – escolhido pelo presidente e sancionado pela Câmara dos Deputados⁵⁵ – e que seria responsável por nomear os ministros e basear suas ações nas demandas populares. Estados e municípios manteriam a mesma estrutura e regime eleitoral. Um sistema, portanto, mais próximo dos modelos francês, espanhol e português. Por sua vez, a instauração de uma “economia de mercado socialmente regulada” – ou seja, subordinada à supervisão do Estado e ao planejamento democrático – daria conta de conciliar os desenvolvimentos econômico e social. Através dela, a eficiência e agilidade da empresa privada poderiam caminhar lado a lado com a erradicação da miséria, a partir de um poder público que compensasse e corrigisse as “distorções antissociais” do livre mercado.

Esses seriam, portanto, os passos fundamentais que o Congresso Constituinte deveria tomar no sentido de favorecer a total conversão do Brasil em uma sociedade industrial, com igualdade social e equilíbrio institucional. Ao pontuar tais temas, Jaguaribe assinala diretamente o tipo de democracia que esperava que se constituísse a partir da nova Constituição, atribuindo ao Congresso a responsabilidade de garantir a superação do subdesenvolvimento.

No segundo texto da 13ª edição da Lua Nova, o artigo de Edison Nunes – *Movimentos populares na transição inconclusa* – aborda a reorganização das instituições políticas ligadas aos poderes locais e, com elas, da democracia como um todo. Afirma, nesse sentido, que, quando das eleições de 1982, tanto do lado da oposição quanto dos governistas, a participação popular aparecia como requisito básico à democracia que estava por vir. Naquele contexto, partia de vários lados (políticos, a grande imprensa, associações profissionais e até de pesquisadores nas universidades) o esforço de legitimar e dar visibilidade às lutas urbanas por melhoria na qualidade de vida. Citando Francisco Weffort em *Por Que Democracia*, Nunes avalia que, apesar de pretensiosas demais quanto à potencialidade dos movimentos populares, as análises e esperanças depositadas

⁵⁴ Sobre a possibilidade de adotar o parlamentarismo “puro” (de tipo inglês), Jaguaribe ressalta as imensas diferenças na formação da cultura política, econômicas e sociais dos dois países, para logo descartar a simples cópia de modelo.

⁵⁵ Sobre o papel da “Câmara Alta” ele afirma: “A esse Senado se reserva, como função privativa, o papel de supervisor dos negócios da União, na qualidade de instituição representativa da Federação” (JAGUARIBE, 1987: 46).

tinham seu fundo de racionalidade, dado o momento de desespero vivido durante os anos de maior repressão estatal: “nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos a liberdade” (NUNES, 1987: 87).

De formas variadas, essas práticas de mobilização se difundiram e legitimaram pelas cidades, introduzindo novos elementos na cultura política brasileira. Silenciadas durante os anos mais tenebrosos da repressão (1969-1973), a partir da chamada “abertura” (iniciada em 1974), a manifestação das massas populares já começou a ser sentida logo naquele ano com as eleições que – contrariando as expectativas – deram uma série de vitórias ao MDB nos centros urbanos mais industrializados. Como afirma o autor: “Passou-se a identificar o MDB como o partido dos pobres que empreendia uma luta contra o partido dos ricos e do governo. Votava-se, na verdade, *contra* e não a favor de um projeto político determinado” (Idem: 89). Votava-se, portanto, contra o projeto militar (o desenvolvimento que empobrecia as massas, a ausência de eleições para presidente, a ideia de que o eleitorado não tinha maturidade e sensatez), e não em favor do projeto emedebista (demasiadamente variado em termos ideológicos para constituir um plano conciso). A urbanização, a industrialização, o fato de grande parte do eleitorado não possuir uma lealdade prévia, o projeto de desenvolvimento elitista e opressor dos militares, a ausência de canais institucionais através dos quais a população mais pobre pudesse reivindicar suas aspirações, tudo teria contribuído para a disseminação dos votos de protesto (e com eles da participação popular) contra o regime.

Para além das eleições, a segunda metade dos anos 1970 foi marcada por uma série de greves e manifestações populares violentas (os chamados “quebra-quebras”) em torno de pautas como a precariedade dos equipamentos e serviços públicos (especialmente o transporte), as altas nos custos de vida, o congelamento dos salários, que culminaram com a criação do Movimento contra a Carestia. Além das formas públicas, as práticas associativas tomaram formas locais mais discretas, porém, não por isso, menos diversas, como as Comunidades de Base da Igreja católica, as associações de moradores, clubes e núcleos comunitários e outros tipos de encontros e reuniões entre os mais diversos grupos (de estudantes e professores, até operários e militantes de esquerda). No entanto, apesar de sua variedade e extensão, as formas mais locais de organização e mobilização popular passaram a perder muita força com o início do processo de abertura, já que nele

[...] a população passou a ver o Estado com outros olhos e ganhou força, no interior desses grupos, a ideia de que a população é *portadora de direitos* que devem ser garantidos pelo Estado. Foi o começo de um processo intenso de reivindicações urbanas, com um potencial de proliferação surpreendente [...]. Mas isso ao custo de perder-se de vista -pelo menos momentaneamente – a luta pelo controle ou gestão desses serviços (Idem: 93).

Apesar de toda a pressão exercida, essa nova visão acabou por dar ainda mais legitimidade aos órgãos do Poder executivo, na medida em que todas as reivindicações eram direcionadas a eles e por eles julgadas, por isso, os movimentos não foram capazes de conquistar os almejados direitos. Repudiavam a ação estatal, mas, por não terem um projeto propositivo de criação de canais de comunicação/participação – somente um ativismo negativo – acabaram permitindo que o Estado normalizasse e institucionalizasse suas reivindicações, assim esvaziando-as, dado seu projeto excludente (de concentração de poder e riqueza). Se nem de partidos como o PT vinha um projeto claro de institucionalização da participação popular, os movimentos acabaram limitados pela falta de oportunidade (e até pelo medo) de se institucionalizarem, travando, segundo Nunes, a construção da nova ordem social brasileira. Passados dois anos do retorno à democracia, e com os trabalhos da ANC já iniciados, a questão social permanecia sem solução ou encaminhamento claro: “A promessa de democracia, no que diz respeito às classes subalternas, ainda está por ser cumprida” (Idem: 94). Como em outros momentos de transição no Brasil, aquele também indicava um futuro aonde poucas concessões seriam feitas às majorias, mantendo-se, portanto, o cenário de opressão, exclusão e inconciliação com os “de baixo”. A esperança que restava, nas palavras de Nunes, era a de que agora os movimentos estavam “convictos de seus direitos, constituídos em sujeitos capazes de lutar e se modificar na luta, e desejamos, já em condições de buscar uma ‘alternativa positiva’” (Idem: 94). Almejando uma democracia amplamente social, os postulados de Nunes giraram fundamentalmente em torno da necessidade de que a ampliação dos canais de participação popular era fundamental para o desenvolvimento futuro da democracia.

Finalmente, em 1988 viria a nova Carta Magna. Com 245 artigos, o texto oficial da Constituição, promulgada em outubro de 1988, se aproximou quantitativamente do Cabral II (que tinha 264 artigos) e acabou por manter grande parte das demandas dos setores “progressistas” pois, para além das questões envolvendo o sistema de governo e o tempo de mandato presidencial, o Centrão não foi capaz de conformar um grupo coeso

para outros assuntos. Influenciado por várias constituições elaboradas nos pós 2ª Guerra Mundial, o texto constitucional brasileiro foi fiel à grande questão em torno da qual todas estas constituições passaram a se pautar. Se antes a soberania estatal era a preocupação típica das cartas magnas, com o fim do conflito, a garantia dos *direitos individuais* tornou-se o centro das preocupações desde os preparativos para a Declaração Universal dos Direitos Humanos/ONU, de 1948⁵⁶.

Naquele ano tínhamos mais um tríptico de artigos publicados pela revista Lua Nova (vol.4, nº2), só que agora em sua 14ª edição, de junho de 1988, o tema central era a democracia, mais especificamente as questões que envolviam o *Pacto Democrático, negociação e Autoridade*, as *Raízes da Antidemocracia na América Latina* e *Responde a Democracia à Busca de Certeza?* Os artigos foram respectivamente assinados por Régis de Castro Andrade, Octavio Ianni e Norbert Lechner.

No primeiro deles, Andrade abre o trabalho indicando uma contradição entre a teoria contratualista e as democracias modernas. Enquanto a primeira se basearia no consenso construído a partir da legitimidade e autoridade do soberano (encarregado de promover o bem comum), as segundas seriam regimes de dissenso, onde partidos e outras organizações se confrontariam (baseados em seus interesses) em torno da distribuição de recursos, definição de projetos políticos, etc. Diante dessa contradição entre bem comum e interesses próprios, o conceito de *pacto democrático* parecia resolver a questão de incompatibilidade teórica dos regimes contemporâneos com a tradição contratualista. Entendendo a democracia como “resultante da livre manifestação de projetos contraditórios” (ANDRADE, 1988: 7), o autor, indo na direção contrária, aponta que as sociedades atuais requereriam o conceito de *ordem democrática* para permitir o estabelecimento do pacto político democrático, fundamentado no interesse geral e desdobrado “nos temas da negociação, da decisão política, da governabilidade e da representação” (Idem: 8).

Entendendo as sociedades modernas como locais marcados pela “pluralidade de sujeitos com pretensões diversas e conflitantes sobre bens em disponibilidade” (Idem: 8), Andrade marca a sociabilidade desenvolvida nelas pelos crivos da desigualdade e do

⁵⁶ Exemplo disto é que a primeira comissão da Constituinte chamava-se Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, sendo esta dividida entre as Subcomissões da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias; e dos Direitos e Garantias Individuais.

conflito. Tendo isso em vista, pergunta-se: poderíamos chamar tal conjunto de interações de democracia e, com estas se baseando na estabilidade, como garantir seu ordenamento? Em seu entendimento, se a desigualdade (de recursos, projetos e preferências) era a condição da sociabilidade, as democracias só poderiam encontrar sua estabilidade pela redução das mesmas desigualdades. Em outras palavras, *o aperfeiçoamento das democracias dependia da melhor distribuição dos bens em disputa*. Restavam, no entanto, algumas perguntas a serem respondidas: como definir quais as desigualdades que deveriam ser prioritariamente superadas? Em um contexto histórico marcado por uma desigualdade social tão grande que faz sua redução parecer improvável, como conservar uma ordem estável aonde a maioria dos sujeitos envolvidos no jogo democrático não têm reais chances de ver suas propostas vencerem? Em suma, como definir uma agenda baseada em processos democráticos num cenário aonde o interesse geral não é respeitado?

Diante destas questões, o problema posto é o de que, no cenário brasileiro, a tendência histórica era o agravamento dos conflitos e, conseqüentemente, de desrespeito às regras do jogo. Com um sistema pautado não pela competição, mas pelo domínio de uma elite que concentra os recursos (políticos, econômicos, etc.) e por isso controla os canais de exercício de poder (o Congresso, as empresas públicas e privadas, os partidos, a imprensa e entidades da sociedade civil), parecia impossível assegurar as condições formais e materiais do jogo. Em uma transição repleta de impasses e onde as negociações avançavam a passos lentos, os ganhos em liberdade, por mais importantes que fossem, não pareciam suficientes para superar a descrença no processo, pois os jogadores com menos recursos não enxergariam perspectivas de melhoras para sua situação social, enquanto aqueles com mais recursos temeriam a perda de seus ganhos.

Em meio a essas tensões, o Estado aparecia como o agente incumbido de zelar pela democracia, aplicando as reformas e correções necessárias ao desenvolvimento econômico e à redução das injustiças sociais. Caberia a ele (o Estado), portanto, estabelecer quais seriam os alvos prioritários no tocante à redução das desigualdades. O perigo do rompimento do pacto, no entanto, se mantinha o mesmo. Em meio a uma ordem democrática em reconstrução, caberia a um Estado em transição – portanto, de alguma forma fragilizado na sua capacidade de negociação – responder simultaneamente às demandas dos “favorecidos” e aos anseios dos “desfavorecidos”. Perigo, portanto, na definição de até onde se poderia avançar em matéria de políticas sociais. A intensidade

dos conflitos sociais dentro de uma sociedade tão desigual revelava, dessa forma, que o único consenso possível era aquele constituído em torno da defesa do pacto democrático, de resto o objetivo da democracia seria o do *processamento dos conflitos*. Nas palavras de Andrade:

No Brasil isso significa, em primeiro e principal lugar, o desenvolvimento de estruturas político-institucionais, coercitivas e morais que impeçam a iniciativa da violência. Carl Schmitt disse que a substância da política é a possibilidade da guerra. O que se propõe aqui, pelo contrário, é que a política democrática requer a crescente improbabilidade da guerra (Idem: 10).

No entanto, voltando à “estaca zero”, entendemos que um sistema político baseado na negociação política funda-se sobre as pretensões dos sujeitos envolvidos no processo (os “objetos da transação”), que buscam estabelecer os termos da negociação (diferentemente das negociações de mercado, onde isso não é tão relevante) para daí adquirir para si os bens desejados. Por sua vez, a democratização deste sistema depende do grau de maturidade na diferenciação das *identidades políticas*. Nessa disputa, corre-se sempre o duplo risco de que, de um lado, a negociação não seja bem sucedida, ou que, de outro, os competidores mudem de posição ao longo do caminho (exigindo que se revise o acordo). Apesar disso, o autor alerta para a necessidade de se compreender a função do mecanismo: “A negociação é um princípio de solução de conflitos [...] não um instrumento de poder” (Idem: 10). Disso deriva a necessidade concreta de que aqueles que exercem o poder em escala governamental entendam que não se trata de aplicá-la quando for interessante, e nas demais ocasiões simplesmente esmagar os adversários. A negociação, em outras palavras, não é negociável.

Além das questões envolvendo a negociação, Andrade também ressalta o peso da responsabilidade sobre a tomada de decisões políticas na democracia: “Trata-se, efetivamente, de criar o futuro, no âmbito de uma dada situação. [...] Num contexto democrático, a decisão concentra, em sua fundamentação e comando, a aspiração generalizada de ampliação das liberdades” (Idem: 11). Ele ressalta esse ponto tendo em vista a história política recente do país, de um lado (1946-1964) marcada pela inoperância institucional (a não tomada de decisões), de outro (1964-1985) pelo decisionismo autoritário. No novo contexto, no entanto, nenhuma das alternativas serviria. A decisão

política seguia um ato de poder, porém, segundo ele, era preciso, em primeiro lugar, revesti-la de racionalidade (de conhecimento técnico) na sua elaboração, para então, no momento da aplicação, avaliar o desempenho da decisão tomada e, partir daí, averiguar se a legitimidade dada ao governo no momento das eleições sofreria algum abalo. “A decisão democrática” – afirma ele – “nega a indecisão como substância da política e a decisão como mero ato de poder” (Idem: 11), espera-se, portanto, que os políticos e as instituições assumam os riscos, cumpram suas funções e sempre levem em consideração a resposta dos cidadãos às decisões tomadas.

Somando-se aos problemas da negociação e decisão políticas, Andrade traz como terceiro elemento a questão da governabilidade, que define como a defasagem entre as demandas feitas às autoridades e os recursos disponíveis para a concretização das mesmas. Relação, portanto, entre o que se espera do governo (demandas) e o que ele efetivamente pode fazer (capacidade). Se as reivindicações são a mescla entre uma série de expectativas históricas e problemas concretos, a capacidade de governo depende dos recursos econômicos e institucionais disponíveis. Disso se conclui que as demandas não são atendidas em dois cenários: 1) elas são muitas para dar conta ao mesmo tempo; 2) os recursos são insuficientes ou foram mal investidos. No caso brasileiro, ambos os problemas se colocavam no contexto da transição: “No fundo, trata-se da dificuldade de conduzir um país de capitalismo dinâmico e selvagem, com dívidas enormes e habitado por uma população miserável em sua grande maioria” (Idem: 13). Diante desta aparente crise de governabilidade, dois tipos de reivindicações apareciam com maior destaque: aquelas pela expansão dos *direitos sociais* e pelo aumento dos canais de *participação*. Assim, a incapacidade de atender às demandas por inovação no campo social parecia ter duplo caráter (econômico e político): de um lado, a expansão do aparato social do Estado era impedida pelo endividamento crescente; de outro, além das travas impostas pelas Forças Armadas, a capacidade de atuação do governo sofria com uma burocracia ineficiente e instituições políticas “inadequadas”. Por isso, mesmo diante dos problemas econômicos, Andrade não entendia que o país estivesse passando por uma crise fiscal ou de “racionalidade”. O problema da governabilidade deixava de ser resolvido não por uma necessidade de readequação das receitas e despesas, nem por uma falta de planejamento, mas sim por um problema intrinsecamente político: operando com base na legitimação das elites, faltava às instituições políticas a devida *legitimidade popular*. Esse problema, por sua vez, só seria solucionado pelo “*aperfeiçoamento do processo eleitoral, das*

modalidades de representação e das condições de participação direta da população nos negócios do governo” (Idem: 14, grifo próprio). Em suma, o problema central da Nova República era um *problema de representação*: com políticos e instituições tão desmoralizados, era difícil que os cidadãos se sentissem como partes integrantes do sistema.

Havia um hiato, portanto, entre a sociedade e o Estado brasileiros, o povo votava e não ansiava por qualquer retorno à ditadura, mas não por isso passou a defender as instituições democráticas. Ainda dominava o sentimento de desprezo para com os órgãos de representação na justa medida em que, ao longo do século XX, o povo brasileiro só parece ter conhecido dois tipos de representação, ambas igualmente incapazes de representar a real diversidade da sociedade. Uma, de tipo simbólica, fora aquela aonde o líder (ou os militares) encarna o povo (ou a nação), que deve ser protegido e guiado; já a outra, caracterizada como uma representação liberal corrompida, era aquela aonde se diz representar o eleitorado, quando em verdade este só recebe vãs promessas pré-eleitorais. Nesse sentido, Andrade aponta que “A crítica da esquerda é conhecida: no Brasil, a representação é uma ficção a serviço dos interesses dominantes” (Idem: 15). Diante dessa limitação histórica, a nova Constituição finalmente abria a possibilidade de construção de uma *representação sociológica*, aonde o Congresso espelharia a sociedade em sua ampla gama de grupos minoritários, de classe e interesse. A partir daí, esperava-se que o eleitorado se torna-se mais capaz de controlar os mandatários e que estes, defendendo um conjunto de demandas mais específicas, poderiam melhor defender estes interesses, cumprindo assim sua função de mediação. Mesmo assim, uma série de problemas se apresentavam:

Os modernos parlamentos são parte do governo: representam os cidadãos face ao Estado e, face a eles, são parte do Estado. Ademais, o modelo padece de uma “ilusão sociológica”: a de que uma situação social (de classe ou outras) bem definida gera automaticamente políticos que lhe correspondam (G. Sartori). Pode-se admitir que a distância entre sociedade e políticos possa ser reduzida por via do mandato imperativo, mas nessa hipótese cria-se um sério obstáculo à realização da função central dos órgãos legislativos, que é a de debate e negociação das decisões próprias e de outros poderes. Por último, resta a dificuldade de definir os setores sociais a serem representados, e em que proporção. Qualquer definição *a priori* dessa questão é arbitrária. A possibilidade de indefinição objetiva dos agregados sociais não fere o argumento, porque a conformação política da sociedade diverge, às vezes

profundamente, da sua estrutura de interesses setoriais, valores, padrões de comportamento, etc. A configuração política retém da sociedade o que ela tem de politicamente relevante, e a relevância política de um setor se mede pela sua capacidade de intervir na esfera pública (ou seja, pela sua capacidade de mobilizar, pressionar, eleger, persuadir, fazer alianças) (Idem: 15).

Assim, nenhum dos três modelos parecia ser capaz de resolver o problema do distanciamento entre a sociedade e o Estado: a representação simbólica não tinha possibilidade de sustentação, apesar da importância de grandes figuras para a política, especialmente em um momento de reconstrução, como o vivido. A representação liberal, aplicada a uma sociedade tão plural e desigual como a brasileira, soava como uma ficção mesmo nos debates teóricos. Já a representação sociológica, além das dificuldades já mencionadas, não condizia com a tradição política do país, marcada pela representação classista herdada de Vargas, cuja função era muito mais de controle do que de representação.

Apesar das limitações impostas, para Andrade, as várias dificuldades só reforçavam a necessidade de um debate amplo sobre a representação democrática, especialmente voltado para definir quais grupos ou interesses seriam representados, e para delimitar as responsabilidades dos representantes. De um lado, voltamos à dificuldade de definir o limite entre a representação dos interesses particulares e dos interesses gerais (de aperfeiçoamento da democracia). Nesse caso, a mediação partidária seria fundamental para articular o programa mais geral de governo às demandas específicas do eleitorado. Caberia, portanto, aos partidos assumir uma grande parcela de responsabilidade dentro do desenvolvimento do sistema democrático, na medida em que caberia a eles: aplicar seus programas mantendo-se fiéis aos eleitores, e garantir a lealdade dos políticos às propostas e diretrizes do partido. Da parte dos políticos, o compromisso assumido com o partido, com sua base eleitoral (“responsabilidade pessoal”) e com a democracia (“responsabilidade funcional”) também deveria ser preservado – “tal o fundamento racional de um sistema eleitoral misto, majoritário e proporcional (com base em listas partidárias)” (Idem: 16).

A *responsabilidade* de partidos e mandatários diante do respeito aos interesses gerais e particulares acima, portanto, da preocupação com a representatividade do Congresso. Para garantir o comprometimento dos mesmos, visando responder ao

problema da falta de confiança nas instituições, a aplicação rigorosa dos códigos de ética dos partidos, a circunscrição eleitoral e a pressão da opinião pública seriam fundamentais. Em suma, problema mais geral da falta de conexão entre o Estado e a sociedade, causado por sua vez pela falta de compromisso de partidos e políticos com seus eleitores e com a democracia – já que, dentro de um contexto social marcado pelo conflito, entre as elites políticas imperariam os interesses particulares sobre o interesse geral de consolidação e desenvolvimento da democracia. Entre os demais participantes do jogo (cidadãos e organizações da sociedade civil) predominaria a desconfiança nos processos institucionais, o que só faria o “abismo” (entre sociedade civil e Estado) aumentar. O projeto democrático está voltado para o ordenamento institucional do sistema político: a governabilidade (enquanto capacidade de governar), o sistema representativo, a capacidade de negociação e decisão políticas, tais seriam os pilares da democracia porvir.

Em seu artigo para a 14ª edição de Lua Nova (o segundo desta edição aqui analisado), Octavio Ianni trouxe a perspectiva histórica das *Raízes da Antidemocracia na América Latina*. Logo de início, ele aponta que, nesta parte do continente, as revoluções burguesas – ao passo que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo industrial (apesar de sempre vinculado à economia primária exportadora) – nunca vieram plenamente acompanhadas de democracias estáveis, de caráter amplo (entre as classes, mas também entre os meios rural e urbano), que não estivessem sob constante ameaça de “valores e instituições oligárquicos, caudilhescos, privatistas, patrimoniais, autoritários” (IANNI, 1988: 17). Por aqui, portanto, a revolução burguesa cumpriu seu papel econômico, mas não o sociocultural, o que marca seus “surtos”, confere a ela caráter de descontinuidade e incompletude. Os trabalhadores, por sua vez, nunca se constituíram plenamente em cidadãos. Com partidos e sindicatos constantemente pressionados pelo Estado, a cidadania sempre teve caráter precário, por vezes nulo: “consolidou-se o Estado forte, abrangente, autoritário, intimamente acoplado com o poder econômico, bastante vinculado aos interesses estrangeiros” (Idem: 18), mas não a democracia.

Disso, teriam resultado uma série de heranças advindas das revoluções burguesas latino-americanas estranhas aos “roteiros” conhecidos do mundo europeu. Em primeiro lugar aparecia o autoritarismo impregnado na cultura política, exposto especialmente no conservadorismo das elites, que se cristalizaria em lemas nacionais, como: “‘ordem e progresso’, ‘segurança e desenvolvimento’, ‘paz social’, ‘conciliação e reforma’, ‘pacto político’,

‘pacto social’” (Idem: 19). Marcado pela absorção ou anulação das manifestações não-institucionalizadas, assim como pelas inúmeras Constituições e golpes que as instauraram. Sempre feitas em nome da democracia, do desenvolvimento, da soberania nacional e da ordem, as transições autoritárias se voltaram contra a “sociedade inerentemente violenta”, contra a “anarquia” promovida pelos elementos subversivos das camadas inferiores, criminalizando trabalhadores das cidades e do campo, tratando a questão social como questão de segurança. Além do autoritarismo, a manipulação (estatal e midiática) que transforma injustiças e desigualdades (raciais, étnicas e regionais) em “pluralismos coloridos” seria uma segunda marca. Em terceiro, viria a extrema influência exercida pelo exército, pela Igreja e pela burocracia federal nos processos políticos, fazendo com que se constituam praticamente em “partidos”. Enfim, em quarto lugar, apareceriam as extremas desigualdades, visíveis no abismo que se forma entre os lucros das empresas e os índices de empobrecimento, nas discrepâncias entre os indicadores econômicos e sociais, especialmente quando se trata da questão agrária, mesmo em países onde se realizou a reforma agrária (dada a persistência da concentração fundiária). “Em síntese”, nas palavras do autor, “tem sido contínuo e reiterado o divórcio entre o Estado e boa parte da sociedade, no sentido de que a maioria do povo pouco ou nada se reconhece no Estado” (Idem: 21). Problema, portanto, de representação apresentado por Ianni: diante dos insucessos socioculturais da revolução burguesa brasileira, a incapacidade da população de se reconhecer em “seu” Estado ou então, melhor dizendo, a incapacidade do Estado de estabelecer meios para a integração da população aos espaços de tomada de decisão. Problema, portanto, da formação histórica do Estado, responsabilidade que recairia sob as instituições na criação das condições para o exercício da cidadania.

No terceiro artigo que, para os fins desta pesquisa nos interessa, da 14ª edição da Lua Nova, Norbert Lechner escreveu *Responde a democracia à busca de certeza?* Nele, o cientista político chileno aborda a questão da democracia pelo viés da segurança. Pergunta-se, nesse sentido, qual seria, afinal, a capacidade da democracia em responder aos “medos sociais”? Desde a guerra e a violência, passando pela segurança física e jurídica (Estado de direito) e pela segurança econômica (Estado de bem-estar), até os perigos mais difusos e de difícil percepção. Em seus termos, ele afirma: “Este medo, este abandono, questionam a ordem social. Está colocada a questão da ordem” (LECHNER, 1988: 23), que corria o risco de instabilidade toda vez que as expectativas sociais não encontrassem base de sustentação nas experiências passadas. “Quando o futuro se dilui,

o novo torna-se uma ameaça ao existente. Mesmo o presente se desagrega” (Idem: 23-24) e não somente pelas mazelas deixadas pelo autoritarismo, mas especialmente porque a integração global provocava, como sua contrapartida, a desintegração do nacional. A disseminação do “ar de dissolução” para todas as esferas da vida social criava, dessa forma, um cenário sem precedentes na memória social, o que só contribuía para fomentar os sentimentos de medo, desamparo, incerteza. No “novo mundo” tudo estava sob suspeita, especialmente a identidade: “quem é esse outro, quem sou eu mesmo nesse novo contexto?”. Se a democracia se funda sobre o desencanto e a instabilidade, produz-se a voraz busca por certeza e segurança.

Entendendo a secularização como o ato de “desvincular a legitimidade da autoridade e das leis das pretensões de verdade absoluta” (Idem: 25), Lechner a coloca como um dos fatores que supõe a democracia, na medida em que nela se opera a transferência do estabelecimento das normas da esfera religiosa para a política. Citando Marcel Gauchet, ele pontua que, dentro do processo de secularização, quanto mais aumenta nossa responsabilidade de produzir a ordem social, mais cresce a nostalgia de tempos anteriores, aonde essa escolha (de definir as leis), apesar de ser totalmente alheia às nossas vontades, passava um ar de que o consenso, a unidade e, com eles, nosso lugar na comunidade estavam assegurados. Como afirma o autor,

se antes a perspectiva de transformação radical do fundamento excluía conflitos acerca do que deveria ser a forma de convivência social, agora o sentido e a legitimação da ordem se encontram no centro mesmo dos conflitos. Isto é, não só os interesses de um ou de outro setor social, mas a identidade da sociedade mesma se encontra permanentemente ameaçada (Idem: 27).

Assim, quando a religião deixa de organizar a sociedade “do alto”, perde-se aquela “cola” que antes integrava simbolicamente a sociedade e garantia a ordem social; perde-se um princípio absoluto e, em seu lugar, instauram-se múltiplos princípios reguladores que cabem ao Estado equacionar, o que só faz aumentar o senso de que a identidade da sociedade está constantemente ameaçada. Se “a ordem que recebemos é [...] um destino que nos acolhe, a ordem que produzimos é um futuro que nos escapa” (Idem: 27). Caberia, portanto, ao Estado, nessa nova fase, assumir a tarefa de criar esse novo conjunto de referenciais que dessem à sociedade alguma certeza quanto a manutenção da integridade

do coletivo. Nesse novo cenário, aonde tudo passava a ser questionável, o que garantiria a coesão social? Como poderiam essas novas sociedades elaborar suas identidades coletivas?

Porém, ao mesmo tempo em que se apresenta como elemento fundamental da constituição democrática, a secularização também aparece simultaneamente como um de seus fatores de desestabilização. Isso porque o único limite da democracia seria, em tese, a vontade popular, de resto, tudo poderia ser relativizado, na medida em que não existiriam princípios inquestionáveis ou imutáveis. Assim, seguindo o princípio da maioria, mesmo a legitimidade por procedimentos (conferida pela lei) pode ver normas sendo modificadas ou mesmo revogadas, dependendo das composições de cada período. Não haveria garantia, portanto, mesmo com eleições regulares, de que alguma meta ou programa perdurasse,

em consequência, a transição democrática não pode findar-se num pacto substantivo sobre determinados objetivos, mas somente num pacto institucional acerca dos procedimentos. Por outro lado, tampouco os procedimentos formais dão uma segurança absoluta. O relativismo de valores também relativiza as “regras do jogo”. Não há procedimentos “verdadeiros” e “objetivos”; são acordos contratuais que estabelecem um direito, mas não um dever; não oferecem garantias no sentido de uma obrigação ética. O contrato fica imerso no mundo do poder e do medo. Um pacto sobre as regras do jogo só seria eticamente vinculante em relação a uma normatividade externa, precisamente aquele fundamento de valores corroídos pela secularização (Idem: 25).

Assim, diante destes medos e incertezas, mesmo a melhor das engenharias institucionais não teria o poder necessário de erradicá-los, dada a natureza incerta da democracia, mas também a natureza irracional da política, que não é movida apenas por interesses concretos. Nesse sentido, Lechner afirma que, para não sucumbir diante da “lógica da guerra”, a democracia deveria responder às questões concernentes ao medo do desenraizamento social, o anseio por pertencer à comunidade. Afirma ainda que tais demandas se fariam ainda mais presentes em um cenário de transição como o vivido nos anos 1980, onde o medo de mudanças e conflitos se acentuava. Diante da necessidade de se responder à demanda por certeza, o pacto democrático aparecia não como uma certeza, mas como uma possibilidade de resposta, desde que transmitisse um mínimo de segurança

quanto ao respeito aos “interesses vitais” da sociedade: “Denunciar a ditadura e sua ordem implica elaborar novos referentes de certeza” (Idem: 26). O problema é que, no contexto latino-americano, a sociedade teria sempre sido pensada a partir do que Lechner chama de “modelo holista”. Opondo-se ao modelo individualista de sociedade, onde a ordem coletiva resulta do contrato social, por aqui

a visão holista da ordem como uma comunidade orgânica, hierarquicamente estruturada, se apoia no dualismo que afirma um “bem comum” como fundamento inquestionável da ordem e, simultaneamente, submete a política à “boa razão do Estado”. Este dualismo, proveniente do barroco espanhol e desenvolvido pela doutrina social da Igreja católica, está presente até a nossa época. [...] A Revolução Francesa reinstitucionaliza o social através do princípio da soberania popular. Nas condições sociais e políticas da América Latina, esta ideia não consegue assentar-se como sentido nem pode ser invocada como justificação do poder oligárquico. Haverá pois uma coexistência entre a legitimação democrático-igualitária e a legitimação divino-hierárquica em uma espécie de legitimação escalonada, invocando-se – segundo a oportunidade – a “vontade popular” ou o “bem comum” (Idem: 28).

Mantém-se, por meio destas invocações esporádicas, a ideia de uma “harmonia final”, de que a soberania popular, servindo como princípio legitimador, garantiria alguma estabilidade. E isso tanto dentro de uma visão marxista quanto de uma liberal, na medida em que, em ambas, a vontade popular remete à ideia de felicidade. Diante disso, o problema posto seria o de que, dentro das atuais condições sociais, haveria uma desproporção entre esse grande objetivo do “final feliz”, e os recursos disponíveis para sua mínima concretização. No caso latino-americano, o que viria para amenizar estes problemas em torno do “destino” comum do povo (muito presente na Europa) seria justamente nossa imensa fragmentação (em termos geográficos, etnoculturais e socioeconômicos), tanto entre nações quanto dentro de cada uma delas. Porém, ao amenizar essa preocupação em torno do destino, essa “heterogeneidade estrutural” reforçaria a preocupação da unidade e, com ela, a necessidade de uma força centralizadora responsável por enfraquecer os interesses das diferentes facções e criar a comunidade política. Dessa forma, a democracia moderna, nascida junto do desencanto do mundo, assumiria uma pesada carga de responsabilidade, na medida em que teria de carregar as expectativas deixadas pela religião do “paraíso na Terra”. Assim, se sua primeira tarefa estava muito clara – por meio do Estado, dar à sociedade uma identidade – os meios para

atingi-la não estavam. Lechner aponta aqui, nas expectativas religiosas deixadas para a política, para um potencial limite da secularização:

sugere-se uma secularização radical da política, liberando-a de demandas que não poderiam satisfazer dada a complexidade das relações sociais. Somente tal desencantamento permitiria formular uma concepção realista da democracia. Eu presumo, pelo contrário, que a complexidade social exige uma noção mais completa de “realismo político” (Idem: 29).

Pensando nessa construção própria da sociedade sobre si mesma, Lechner discute a democracia em dois sentidos que aponta como complementares: a democracia como princípio de legitimidade e como princípio organizativo. No primeiro, estaria contida a corrente que privilegia “a constituição da ordem social, buscando fundamentar uma legitimação objetiva da democracia” (Idem: 29), esta já tendo sido aparentemente encontrada no princípio da soberania popular, que, no entanto, segue sendo um conceito demasiadamente controverso. Já a democracia entendida como princípio organizativo, em suas palavras, “enfoca diretamente a organização institucional da autodeterminação, fazendo pé firme nas formas históricas específicas” (Idem: 29-30).

Retomando as obras de Marx e Tocqueville para trabalhar os dois “lados” do conceito, Lechner coloca a obra do alemão como “uma complexa reformulação do princípio da soberania popular” (Idem: 30), segundo a qual a constituição do social se legitimaria pela práxis e onde a ordem social seria vista como produto histórico social. Nesse sentido, somente a revolução daria conta de concretizar o projeto iluminista da secularização, atendendo às demandas do coletivo por certeza ao alcançar o sonhado “futuro de plenitude”. De outro lado, ao adotar uma abordagem mais concreta, o francês procura estudar a história das democracias reais, relacionando-as diretamente com o processo de secularização e entendendo suas instituições como construções culturais (em torno dos costumes e crenças) da sociedade. É a partir delas que ele, ao analisar o caso estadunidense, entende que se encontra a base de coesão daquela sociedade, não em qualquer construção racionalista. Para Tocqueville, é pela tradição histórica das instituições da democracia dos Estados Unidos que se sedimentam as pautas culturais do país e, a partir daí, as diferentes facções da sociedade se encontram e identificam: “A legitimação transcendente é substituída por uma ‘religião civil’. [...] Em lugar de um

princípio abstrato, o ‘contrato social’ não seria outra coisa que aquele conjunto histórico de práticas e critérios comuns” (Idem: 31). Essa “hegemonia cultural” não viria, no entanto, sem seus perigos, que o autor sintetiza em torno da questão da tirania da maioria. Se o princípio da maioria é o único que confere legitimidade ao sistema, diante do medo da incerteza quanto ao futuro da “vontade coletiva”, emerge a busca desta maioria por universalizar a sua vontade, fazer da sua identidade a identidade da nação. Se sociedade não se vê como a construção da vontade de todos⁵⁷, o pluralismo democrático não é possível.

Segundo Lechner, em Tocqueville aparece, muito mais claramente que em Marx, o que lhe parece ser um dos grandes problemas das democracias latino-americanas, o de definir “o que coesiona uma sociedade secularizada de modo que a diversidade de valores e interesses possa desenvolver-se como pluralidade e não conduza para a desarticulação social?” (Idem: 31). Ainda segundo suas palavras,

se se vê no racionalismo iluminista a origem de uma “razão identificante, planificadora, controladora, objetificante, sistematizante e unificante, em uma palavra: uma razão totalizante”. Se as denúncias da razão totalizante – desde Nietzsche até os pós-estruturalistas, começando por Marx – não impediram a progressiva racionalização e burocratização da vida social, isto se deve, creio eu, à dialética da secularização. Quanto mais questionamos o real e o racional, o legítimo e o necessário, tanto mais nos agarramos a uma razão totalizante que nos assegure os limites da realidade social. [...] A crítica ao discurso onicompreensivo não implica renunciar a uma noção de totalidade. Precisamente porque a realidade social sempre nos ultrapassa, instituímos a sociedade mediante um “fechamento” do universo social. Se prescindimos de delimitação “da sociedade”, a imediatez e o relativismo diluem toda a identidade social. Consequentemente, a atual desconstrução da metateoria totalizadora nos aparece insuficiente; fica pendente a reconstrução de uma nova noção de totalidade. Como reconceitualizar a totalidade de modo que dê conta da pluralidade? Me parece ser este o problema de fundo. [...] Presumo que a fundamentação da ordem social seguirá sendo um “buraco negro” enquanto não logremos articular os dois aspectos da democracia: ordem conflitiva e ordem coletiva (Idem: 30-31).

Em Tocqueville, portanto, na medida em que houve o transplante das leis estadunidenses, teria faltado à América Latina o transporte do espírito que as anima. As

⁵⁷ Oposta, como em Rousseau, a uma vontade geral, que marca sua identidade.

instituições devem ser a cristalização da cultura, e não o contrário. Aqui, Lechner aponta uma contradição no pensamento do autor, afirmando que Tocqueville desconsidera que uma cultura democrática, com seu conjunto próprio de valores e crenças, leva tempo para se enraizar em sociedades que não se fundaram sobre esses princípios. Se nossa história republicana fora marcada por oscilações entre sistemas democráticos e autoritários, isso se deve ao fato de que “A legitimidade das instituições democráticas supõe o amadurecimento de uma cultura democrática que, entretanto, por sua vez supõe o funcionamento relativamente duradouro das instituições” (Idem: 33).

Tratando da questão do tempo, Lechner retoma o pensamento de Marx, afirmando que o autor trabalha melhor com o problema, na medida em que substitui o retorno constante ao passado pela “antecipação do futuro”. Dos conflitos de interesses do presente, o alemão teria pensado ser possível extrair um conjunto de referências comuns capazes de projetar a construção de um “bem comum”. O progresso, a revolução, dessa forma, não seriam nada além de tentativas de escapar ao medo da incerteza, dando ao tempo futuro uma direção, aonde se realizaria a “verdade”. O “bem comum” como projeto, meta histórica, torna-se ideia atraente para o um continente marcado por desigualdades e por uma tradição comunitária, aonde se colocaria na utopia a superação da desarticulação do social. No entanto, aonde reside a força deste pensamento também encontramos sua fraqueza, já que a antecipação do futuro só contribuiria para asfixiar o presente, dada a falta de evidências políticas de que esta utopia poderia se realizar. A utopia como “profilaxia autodestrutiva”.

Se a tentativa de consolidar as instituições esbarra na falta de tempo para o enraizamento da cultura democrática, se as utopias estariam fadadas a cair no limbo da total falta de concretude, a solução encontrada na época da redação do artigo – nomeadamente a da tecnocracia – tão pouco ajudaria a contornar o problema da incerteza. Isso porque a planificação instrumental do futuro não perderia o caráter determinista da filosofia da história. Procuraria assim, retirar das pessoas a liberdade de eleger seu próprio futuro e presente. Perder-se-ia, portanto, na via tecnocrática, a ideia de compartilhar, pensar e construir um tempo presente, e quando as pessoas não se sentem como construtoras de sua contemporaneidade, aguça-se ainda mais a incerteza.

Assim, ao fazer a política tomar o lugar da religião na coesão do social, a modernidade estaria mergulhada nesta busca pelo conforto da certeza característica das

comunidades de crença. Não tínhamos a liberdade trazida pelas revoluções burguesas, mas, diante da “relativização de tudo”, perdemos a segurança de um projeto que conduziria ao “bem comum”. Colocando a vontade popular como o único fator de legitimidade das democracias modernas, o desencantamento do mundo nos deixou uma herança de instabilidade, aonde *as identidades se corroem*, os valores perdem a unicidade e o coletivo se desagrega em facções dominadas por interesses particulares. “Como instituir um princípio legitimador da ordem, reconhecido por todos?”, pergunta-se o autor, afirmando que, se “só elaboramos uma pluralidade por meio de uma noção de coletividade; sem referencial coletivo a diferenciação social desemboca numa desarticulação. Este é o caso das sociedades latino-americanas” (Idem: 34). Como podem sociedades tão complexas e desiguais desenvolverem seus próprios referenciais identitários, para daí construir uma ordem que garanta a estabilidade das instituições e valores democráticos?

Em Marx, Lechner encontra uma racionalidade social possível, mas que nega a pluralidade (na medida em que coloca os princípios da racionalidade e da universalidade como inquestionáveis) e é projetada no futuro da transcendência histórica (que vem para substituir a religiosa). Já em Tocqueville, vê alguém atento ao perigo totalitário porque preocupado com a conservação da pluralidade, mas também alguém que, por sua argumentação, faz parecer impossível a construção de um sistema democrático em uma sociedade que não tenha antes se integrado culturalmente por meio de seus valores. O problema presente em ambos os autores, é o de que, segundo o autor,

em ambos os enfoques a demanda por certeza é interceptada “ao nível de” uma lógica social (econômica ou cultural), sem chegar à esfera política. Não seria tarefa da política responder à busca de certeza. Bem ao contrário, a sociedade já tem que ter-se certificado de si mesma para que possa institucionalizar uma ordem democrática. Pois bem, segundo vimos, não é este o caso dos processos de democratização na América Latina. Aqui a instituição do social passa pela política (Idem: 35).

Política esta que, pela extrema relativização dos valores e erosão dos costumes, acabou por ser submetida aos crivos do mercado e da burocracia, que procuram instaurar o cálculo racional como medida de relações que não podem ser articuladas nem pela lógica mercantil nem pela administrativa, na medida em que são dinâmicas

desintegradoras. Assim, sem a possibilidade de se estabelecer um acordo em torno dos objetivos, delimitar as regras do jogo não se faz suficiente para garantir a segurança dos processos e projetos. Daí o princípio da ordem tornar-se objeto de conflito e, com isso, a busca por certeza continuar. Para Lechner, não servindo apenas para situações autoritárias, os presidentes carismáticos seriam uma das poucas forças capazes de conferir às democracias modernas alguma estabilidade, na medida em que encarnassem a “identidade nacional”:

figuras como Tancredo Neves, Raul Alfonsín ou Alan Garcia ilustram bem como a democracia conquista legitimidade mediante a adesão entregue ao presidente. É um carisma secularizado, instituído institucionalmente; mas uma vez estabelecido, a lealdade ao líder carismático se torna o pilar da lealdade ao regime democrático. Poderíamos falar de um “carisma situacional” no sentido de que uma situação de desamparo e incerteza cria a necessidade de crer em um líder e assim – por meio de um líder carismático – afirmar uma identidade coletiva. Isto explica, no meu entender, porque em muitas democracias latino-americanas a fé na autoridade prevalece sobre as rotinas e regras e resulta, na percepção dos cidadãos, mais importante que a eficiência da gestão governamental (Idem: 35-36).

Carisma que, como se viu, convive com a racionalidade formal, mas ao mesmo tempo abrindo para que ela seja substituída por uma nova “fé no transcendente”. Demonstra-se mais uma vez o fracasso do projeto moderno que, ao não conseguir construir referenciais de identidade coletiva, recai sob o medo das incertezas, abrindo caminho para o retorno ao transcendentalismo. Assim, para que triunfassem na América Latina, as democracias deveriam dar conta de deixar claro que as ditaduras haviam sido uma tentativa fracassada de reestabelecer a certeza, e que somente ela poderia criar os mecanismos de integração social em uma sociedade que se desarticulava rapidamente. Para isso, a democracia deveria, em primeiro lugar, abrir mão de promessas excessivas, com isso permitindo que as expectativas – e com elas, a pressão sobre o sistema – baixassem. A meta deve ser a administração eficiente. Por outro lado, para conter os problemas advindos do mercado e da burocracia, um de dois caminhos poderia ser tomado: diante da secularização inconclusa, ou aceitamos a incerteza e nos tornamos responsáveis por lidar com nossos medos; ou então desenvolvemos uma “política identifiante”, que permita à sociedade se ver como um coletivo.

Dessa forma, Lechner trabalha simultaneamente com os dois espectros de nossas hipóteses: se, por um lado, havia o objetivo de um sistema democrático eficiente, recaindo sobre as instituições a responsabilidade de estabelecer os mecanismos de integração do social, do lado da sociedade também observamos a missão de se desvencilhar da ideia da certeza, abraçando assim a possibilidade de que, dentro das disputas eleitorais, sempre haveria vencedores e perdedores.

Da 20ª edição (vol.1, março de 1988) da *Novos Estudos Cebrap* é o artigo de Ruth Cardoso, intitulado *Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno*. Nele, a autora procura adotar uma perspectiva não tão otimista para os discursos que, à época, apelavam para o aumento da participação política. Afirma ela que: “De modo quase sempre impreciso, este apelo aparece com uma conotação ética em que o despertar da consciência de cidadania permite estabelecer um mecanismo regulador das disfunções dos sistemas políticos” (CARDOSO, 1988: 74). Assim, para uns a participação aparecia como a única maneira legítima de manifestação daqueles que recebiam o impacto das decisões políticas. Já para outros, a mobilização das massas era considerada como um perigo à democracia. Analisando os postulados de Peter Berger sobre o tema, ela aponta como o autor enxergava os entusiastas da participação como brincalhões ou então como os “opressores de amanhã”. Em sua visão “humanista e conservadora”, haveria uma imposição para que todo cidadão assumisse o papel de dublê dos políticos profissionais, criando-se aí uma ilusão que deveria ser quebrada: a política é o espaço da disputa pelo poder, não da redenção religiosa.

Cardoso não descarta a relevância dos cidadãos politizados como instrumento de controle e força promotora de transformações na luta por direitos, pela execução de políticas públicas ou então pela deslegitimação de opressões. Porém, diante da impossibilidade de se reconstituir a ágora, a busca por uma sociedade de interação contínua entre governantes e governados parecia a ela como uma utopia do “panpoliticismo”. Diante do avanço do coletivismo, era preciso estabelecer os limites do espaço político e acabar com a ideia – já “fora de moda” – da transgressão como instrumento de transformação social. Na corrente pós-moderna, segunda ela, o movimento da época seria o “de dessacralização da política e de valorização do realismo que, promovendo a adequação entre meios e fins, supostamente levará à construção de uma ordem pluralista em que os vários (e indistintos) atores possam manter um espaço

de influência” (Idem: 76). A pós-modernidade como o fim da religião civil e adoção do “realismo”, fechamento dos determinismos e abertura ao possível, momento de transição da participação contestatória (típica dos anos 1960 e 1970) para a participação negociada – aonde, por meio do diálogo, se busca constantemente um equilíbrio provisoriamente satisfatório entre os centros de poder e a sociedade civil. Era tempo, portanto, de descobrir e estabelecer novas normas, ideias reguladoras, valores de conduta social; tempo de escantear as utopias e se voltar à construção da teia da política concreta.

Diante da retração dos movimentos sociais – pela cooptação do Estado ou pelo desencanto diante da “resistência” das instituições – Cardoso cita Ludolfo Paramio (jornalista e sociólogo espanhol) para trabalhar os conceitos de radicalismo reivindicativo e pluralismo radical. Segundo o espanhol, o primeiro seria marcado pela postura de enfrentamento da sociedade civil perante o Estado, sendo regido por uma “lógica mágica”, segundo a qual a conquista de direitos e serviços só dependeria do acúmulo suficiente de pressão por parte da sociedade. Tal lógica de ação, típica dos anos 1960 e 1970, encontraria seu limite na finitude dos recursos econômicos do Estado e das empresas, mas também em situações (como a brasileira) em que o inimigo comum (o Estado autoritário) deixasse de existir. Segundo a autora, exemplos do relativo sucesso desta lógica em São Paulo teriam sido os Conselhos Comunitários de Saúde, movimentos pela extensão da rede de água e movimento pró-creches que, “estavam procurando viabilizar suas demandas, aproveitando as brechas abertas em certos setores do aparelho do Estado autoritário” (Idem: 78). Em oposição a esta lógica, viria a do Pluralismo radical, aonde a negociação – o “encaminhamento das demandas pelos canais competentes” (Idem: 78) – marcaria a entrada da sociedade na pós-modernidade. Segundo ela, nesta fase as atenções estariam voltadas para: (1) o estabelecimento das regras e comportamento da burocracia de Estado, na medida em que é ela que recebe e encaminha as demandas sociais; (2) assim como para as relações entre organizações civis, movimentos sociais e partidos.

Em seu entendimento, a transição à democracia poderia estar abrindo, no Brasil, caminho para a complexificação das relações políticas e, com isso, possivelmente para a entrada no país na pós-modernidade, a era do pluralismo, das negociações pragmáticas, dos objetivos restritos, da adoção do realismo pela sociedade civil organizada, enfim, da construção da democracia possível. Não por isso a política deveria deixar de criar seu

espaço próprio de atuação, próximo, mas insulado das dinâmicas da sociedade. A democracia em construção deveria se focar, portanto, no ordenamento da alta burocracia e na conexão entre as elites civis e partidárias. Futuro centrado, assim, nas instituições.

O último artigo aqui analisado vem da 14ª edição da Lua Nova e é intitulado *A Transição Política: Necessidades e Limites da Negociação*. Escrito como Relatório Final de um Simpósio sobre a Transição, realizado na USP em junho de 1987, o documento traz, de início, a constatação de que aquele período (anos 1980) não era o primeiro da história do Brasil (nem de outros países) no qual se buscava conferir estabilidade à democracia, sempre tão difícil de se institucionalizar no país. Para dar conta das incertezas do processo de transição, aponta-se como a busca pelas características mais gerais dos processos de democratização era necessária, especialmente em um momento aonde a transição brasileira parecia estar estagnada (mesmo com a perspectiva da redação de uma nova Constituição).

Enquanto “conjunto de instituições que regulam os conflitos e processam as demandas da sociedade” (LUA NOVA: 1987: 101), não há como se falar de democracia sem a produção constante de pactos. No entanto, por mais redundante que pudesse parecer, em um contexto como aquele (repleto de impasses), o debate em torno da construção de um *pacto* se fazia urgente e, mais especialmente, de um pacto político, mais especificamente de caráter fundacional. Em outras palavras, fazia-se urgente que as partes interessadas na transição chegassem a um entendimento, para que a democracia pudesse passar a vigorar com o estabelecimento de canais através dos quais os conflitos pudessem ser expressados, e a criação de espaços aonde as demandas fossem processadas. Ressalta-se isso na medida em que, à época, muito se exigia para o Brasil um pacto social, que dissesse respeito, portanto, a questões de ordem econômica.

Indo, portanto, na contracorrente do que acreditavam os autores, a transição brasileira, por ter optado pelo pacto social, incorria (na visão deles) em dois grandes riscos: (1) sendo o governo um agente fundamental nesse tipo de construção, ele poderia facilmente inviabilizar o pacto, tanto por omissão (ausentar-se do processo) quanto por atropelamento (passar por cima dos acordos e impor uma agenda pré-estabelecida); (2) de outro lado, pactos sociais firmemente estabelecidos dependiam de atores políticos bem definidos (que sabem os interesses que representam e que respeitam os acordos firmados), e também de instituições representativas (partidos, sindicatos e outros tipos de

associações civis) fortes, duas coisas que o país não apresentava naquele momento. Por sua longa duração, a transição brasileira deu tempo para que a sociedade civil se reconstituísse, porém, não o suficiente, o que gerava um terceiro problema: além dos atores e das instituições, as *identidades coletivas* também deveriam ser reconstruídas, tendo em vista a desagregação política promovida pelo autoritarismo.

Comparando as transições experimentadas nas décadas anteriores, os autores as dividem em dois tipos básicos, cada uma com seus desafios próprios e questões particulares. Aquelas aonde o governo foi altamente repressivo e economicamente destrutivo (seriam os casos de Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile e Grécia) teriam caminho mais livre para o desenvolvimento das forças democráticas, dada a desmoralização das Forças Armadas. Teriam de enfrentar, no entanto, a reconstrução da economia, a explosão de demandas da população (tanto de caráter socioeconômico quanto político), e o perigo constante de um novo golpe autoritário (dada a hostilidade estabelecida entre civis e militares). De outro lado, teríamos os regimes (como Brasil e Equador) aonde os militares lograram algum sucesso econômico e nos quais a repressão não havia sido tão brutal (ou restrita a um certo período). A estas transições, o desafio era o de evitar a excessiva restrição ao desenvolvimento das forças democráticas (sociedade civil, atores políticos e eleitores), dada a demora em reestabelecer definitivamente a democracia. Em ambos os cenários, a democracia não poderia ser pensada como uma simples mudança de governo, pois a distância entre um *governo* e um *regime* democrático era grande e repleta de incertezas:

os processos democráticos implicam duas transições: a primeira se encerra com a instalação do novo governo democrático. A segunda começa a partir daí, e se define como processo de consolidação, que se completa com a vigência efetiva de um regime democrático. A primeira transição costuma ser dura, difícil e cheia de incertezas. Para os países latino-americanos que realizaram essa primeira transição (entre os quais o Brasil), já está claro que a segunda será ainda mais árdua (Idem: 103).

Passando do plano geral para o das especificidades, os autores olharam para o caso brasileiro na busca de elencar os impasses que vivia a “segunda fase” da transição. Retomando as mazelas deixadas pelo antigo regime, apontam a extrema desigualdade, marcada, de um lado, pela repressão das demandas populares e, de outro, pelo

beneficiamento das camadas médias e superiores. Devido a este favorecimento, por aqui a repulsa ao regime não teria sido tão grande como em outros países, o que teria permitido aos militares continuarem inseridos das disputas políticas, dado o apoio eleitoral que seguiriam tendo das camadas beneficiadas por suas políticas. Diante da manutenção da capacidade de influência das Forças Armadas, da morte de Tancredo Neves e da convivência forçada entre (os antigos) opositores e representantes do regime, o novo pacto estabelecido teria sido formado a partir de uma frágil coalizão e que, por isso, não teria dado conta nem das demandas socioeconômicas, nem da consolidação das novas instituições democráticas. O país havia saído do regime militar, mas sem uma ruptura profunda, resultando em uma democracia instável, pois iniciada a partir de eleições indiretas e fundada sobre a manutenção dos direitos políticos dos dirigentes do antigo regime, assim como sobre a exigência de contenção das “Diretas Já”.

Eleito o novo governo democrático, iniciou-se o que ficou conhecido como a “remoção do entulho autoritário” (reestabelecimento da liberdade de organização, das eleições, etc.), porém, sem se tocar nas questões envolvendo a limitação dos poderes do Executivo e a Lei de Segurança Nacional. Nesse mesmo contexto, com o afastamento das lideranças do PMDB do Executivo, acirraram-se as disputas em torno dos Ministérios, o que acabou dando o tom não só da transição, mas da política brasileira dali em diante. Mesmo diante da inicial paralisia política, o sucesso do Plano Cruzado, a campanha eleitoral para os governos dos estados e eleição da Constituinte (que, por ter ocorrido no mesmo período das eleições estaduais, acabou sendo interferida por elas) acabaram por deixar de lado o debate sobre as reformas institucionais necessárias à consolidação do novo regime. Mesmo com a instalação da ANC os debates nesse sentido não avançaram, já que ela se transformou em um “imenso fórum de solicitações particularistas e corporativistas” (Idem: 105). Marcada por um excessivo grau de continuísmo com o antigo regime autoritário, a transição brasileira não foi capaz dar conta das indefinições institucionais, mantendo o país sob o espectro da incerteza.

Agravado pelas dificuldades econômicas que o país atravessava produzia-se, como consequência de todos estes fatores, a incapacidade de formulação de políticas públicas, já que as “forças mudancistas” encontravam dificuldades em satisfazer as expectativas de justiça social projetadas no início do processo de democratização. Diante da necessidade de conciliar a contradição entre as demandas reprimidas das camadas mais

baixas, e a preservação das vantagens obtidas pelos estratos superiores, o novo governo deparou-se com a agravação da inflação e a imposição de limites ao crescimento econômico pela pressão exercida pela dívida externa. Em uma situação como aquela, o Executivo tenderia a angariar apoio popular para se libertar das “amarras” do Legislativo. Assim, o pacto social – que, em tese, pressupunha um acordo prévio entre os diversos setores, para que daí se formassem as políticas adequadas – ficava comprometido, já que “a pressão da crise econômica leva o governo a agir numa direção contrária: adora primeiro as decisões, investido do consenso da demanda por intervenção, e busca apoio plebiscitário” (Idem: 106). Decretando medidas de choque anti-inflacionário sem qualquer negociação, o Executivo entraria em conflito direto com o Legislativo (o real catalisador das demandas concretas da sociedade) e, sem sustentação parlamentar, veria suas medidas fracassarem no longo prazo. Assim, mantinham-se vivos os ciclos da desestruturação econômica, do personalismo patrimonialista⁵⁸ e da instabilidade da transição.

Com relação a este segundo ponto, a persistência destas formas tradicionais (o patrimonialismo e as conseqüentes relações clientelísticas) no seio do Estado impediriam o pleno funcionamento da democracia em seus parâmetros modernos de eficiência, especialmente no tocante ao processamento das demandas conflitivas e variadas de uma sociedade complexa. Herança do Brasil, esse estilo de administração teria tido continuidade com os governos militares e, ao não ser tratado pela ANC, acarretaria no contínuo desprestígio da classe política, e na manutenção do afastamento entre o governo e a população. Segundo os autores, para superar a paralisa institucional (especialmente sentida no processo constituinte) e as conflitantes crises econômica (inflação, dívida externa e demais investimentos) e política (a institucionalização do regime democrático), conferindo nova estabilidade ao regime democrático, seria necessário, em primeiro lugar, o estabelecimento de instituições que formassem “mediações mais eficazes entre as instâncias de governo e a população, fortalecendo os mecanismos de representação democrática” (Idem: 108). Mas o problema ia além disso, pois o caso brasileiro, no entendimento dos autores, não demandava apenas um conjunto de instituições, muito menos algum tipo de consenso nacional (que puxava o país de volta às práticas políticas

⁵⁸As coalizações familiares, as trocas de favores, a apropriação de cargos, a confusão entre recursos públicos e privados, o clientelismo que atravessa a administração pública e governa o atendimento das demandas sociais, enfim, a corrupção.

arcaicas). A conclusão bem-sucedida da transição brasileira demandava, além do estabelecimento de um prazo para a realização das eleições diretas, a definição de quem seriam os *protagonistas* deste novo pacto. Quem, entre lideranças partidárias, empresariais, sindicais, sociais e culturais, formaria o pacto que, superando as diferenças entre esquerda e direita, se colocaria na defesa “do controle público das políticas governamentais, da racionalização e da modernização e, especialmente, do fortalecimento das instituições representativas que possam mediar com mais eficácia as relações entre Estado e sociedade” (Idem: 108). Em suma, antes de um conjunto de leis e diretrizes, a transição demandava pessoas dispostas a lutar pela democracia, firmando um pacto que envolvesse, no mínimo, as seguintes pautas:

I – a fixação de um prazo para completar a transição com a promulgação da Constituinte e a convocação de eleições diretas para presidente da República;

II – o estabelecimento de mecanismos de negociação para a adoção de políticas econômicas de médio e longo prazo [...];

III – a adoção de mecanismos, a serem aperfeiçoados pela Constituição, que limitem os poderes herdados do regime autoritário pela presidência que são, ainda hoje, praticamente ilimitados;

IV – a elaboração de uma pauta mínima de garantias institucionais, que obtenha a adesão dos setores democráticos – compreendendo, por exemplo, as relações entre os poderes, a organização partidária e o sistema representativo, as liberdades públicas e individuais – e que possa ser encaminhada aos constituintes, com a finalidade de descongestionar a agenda Constitucional (Idem: 110).

Para o segundo bloco de artigos analisados (1986-1988), era de se esperar que, por estarem inseridos no contexto das disputas da Assembleia Nacional Constituinte, que os trabalhos se direcionassem mais para preocupações e soluções de cunho institucional, com muitos intelectuais colocando no Congresso Constituinte uma grande carga de responsabilidades quanto ao sucesso, estabilidade e durabilidade da “jovem” democracia repaginada. Ainda do lado institucional, também apareceram temáticas envolvendo o futuro papel das Forças Armadas dentro do novo regime, e especialmente o problema do equilíbrio entre os Poderes, que fez muitos analistas penderem para a defesa de alguma tipo de sistema parlamentar heterodoxo para o Brasil. Não por isso as temáticas da participação e da sociedade civil desapareceram por completo: não foram poucos os

trabalhos que atribuíram responsabilidades às lideranças partidárias, civis, ou algum tipo de confluência entre ambas. aos partidos; da mesma maneira, mesmo durante o período, seguiram fortes as análises puramente centradas na ampliação dos mecanismos de participação; assim como aquelas que colocaram como fundamental para o futuro do sistema a liberdade de atuação dos sindicatos.

desfechos e repercussões do debate na constituição de 1988

Entre os intelectuais de maior influência tanto no campo acadêmico quanto político, como B. Lamounier, J.A. Moisés, F. Weffort, a seleção de artigos nos levou a compreender que eles estavam mais interessados em *fortalecer e modernizar elites civis e partidárias*. A democracia que almejavam seria, portanto, uma que, ficando sob o resguardo das instituições, os democratas poderiam se insinuar para dentro dos espaços de tomada de decisão, estando ou não inseridos nas máquinas partidárias, local a partir de onde poderiam lutar pela ampliação de direitos, pela defesa de minorias, pela fiscalização dos trâmites e processos legais. Tornar-se-iam, desta forma, a ponte que rejuvenesceria as conexões entre o Estado, as desgastadas entidades representativas (partidos, sindicatos, imprensa, universidade, etc.) e a sociedade, que deveriam influenciar no sentido da *adesão aos princípios da cultura liberal*.

Reitera-se a tradição jurídica brasileira, a de uma Constituição promulgada, dogmática, rígida, formal, dirigente e analítica. Em outras palavras, Carta Magna fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte popularmente eleita, onde o direito dominante é sistematizado, cujas alterações exigem longos procedimentos formais, que trata de outros assuntos que não só os constitucionais, fixa simultaneamente direitos e garantias fundamentais a metas estatais, com texto amplo e detalhista.

Transportado para os embates da ANC e depois para a Constituição de 1988, no tocante ao alcance das entidades da sociedade dentro do governo, as demandas dos intelectuais seriam razoavelmente atendidas, tendo em vista que o único Artigo da Carta a falar diretamente sobre as possibilidades de inserção destas organizações seria o Art. 58 (sobre as Comissões próprias do Poder Legislativo), por meio de seu segundo parágrafo, que diria o seguinte: “Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil” (BRASIL, 1988: Art.58).

Conforme disposto no II parágrafo do Art. 90: “as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas” (Idem: Art.90) caberiam ao Conselho da República, composto pelo vice-presidente da República, pelos presidentes da Câmara e do Senado, os líderes de ambas as Casas, além de “VII – seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução” (Idem: Art.90).

O Capítulo V seria dedicado aos partidos, assegurando-lhes a “autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias” (Idem: Art.17), algo diretamente mencionado nos artigos aqui analisados. No entanto, conforme o Art. 142, a garantia dos poderes constitucionais seguiria sob a proteção das Forças Armadas, reforçando o caráter de continuidade entre o fim do regime civil-militar e o início da democracia.

Nas relações estabelecidas entre a produção de saber das Ciências Sociais e a produção de leis estabelecida dentro dos regimentos do Estado brasileiro, vimos como as instituições se resguardaram com relação à entrada de “estrangeiros” em seus corredores. Forçaram os partidos à normatividade disciplinar, mas pouco mencionaram a entrada de “*players*” de fora do jogo. Relação, até certo ponto, frustrada entre as expectativas iniciais dos intelectuais com relação ao processo de descompressão, a animação inicialmente diante da redemocratização e a descrença quando notaram que as promessas feitas para a “Constituição Cidadão” não se efetivariam no longo prazo.

considerações finais

Ao recuperar a emergência do conceito de sociedade civil, Foucault (2008b) – contextualizando a Europa dos séculos XVII e XVIII – pontua que naquele período operou-se, por meio da razão econômica, uma transformação na razão de Estado. Antes marcada pelo Tratado de Vestfália (a politização da concorrência entre os Estados europeus após o fim do Império romano), e que trouxe consigo o dispositivo diplomático-militar, essa razão governamental – que conhecemos como “Absolutismo” – passou a ser questionada especialmente pelos economistas. Se no século XVII, os políticos buscavam a razão intrínseca (as formas de cálculos específicas) da arte de governar, no XVIII os economistas dariam um novo conteúdo a essa razão de Estado, modificando-a. Esta passagem é aquela na qual a economia política começa a se desenvolver como o conjunto de saberes através dos quais a “incapacidade natural” do soberano de dominar a totalidade da esfera econômica passa a ser denunciada. Na visão dos economistas, desconhecendo os processos de circulação, produção e consumo, as intervenções estatais violariam a “naturalidade” por trás da multiplicidade de interesses dos sujeitos econômicos. Se a teoria do direito divino dos reis colocava que a vontade do povo estava contida na vontade do rei (BOSSUET, 1987); se a teoria contratualista subjugava o súdito, criando o sujeito de direito (aquele que voluntariamente abre mão da sua liberdade para que o soberano o deixe viver), estas lógicas entrariam em um embate direto com os postulados econômicos (em especial dos fisiocratas), segundo os quais o conjunto dos interesses egoístas dos sujeitos econômicos não era passível de intervenção do poder soberano. Diante deste embate, para se manter a unidade desta arte de governar, foi preciso formular um novo “campo de referência” e um dispositivo de segurança.

Capaz de autolimitar a tecnologia governamental sem infringir as leis da economia ou os princípios do Direito, este “campo de referência” seria o da *sociedade civil*. Acompanhando o trabalho de Adam Ferguson, Foucault coloca que a sociedade civil seria entendida, como uma constante histórica. Não graduada a uma escala evolutiva, ela estaria presente desde os modos mais “primitivos” de organização aos mais “complexos”. Seria, então, um conjunto de unidades coletivas e políticas que ultrapassam os laços jurídicos e econômicos, pois fundadas sobre “um jogo de interesses não egoístas”, ou

seja, sobre os *sentimentos de compaixão e repugnância* que se estabelecem entre os indivíduos de uma dada comunidade. Nesse sentido, Foucault afirma que

trata-se agora de fazer de tal modo que o Estado não intervenha se não para regular, ou antes, para deixar o melhor-estar de cada um, o interesse de cada um se regular de maneira que possa de fato servir a todos. O Estado como regulador dos interesses, e não mais como princípio ao mesmo tempo transcendente e sintético da felicidade de cada um, a ser transformada em felicidade de todos. É essa, a meu ver, uma mudança capital que nos põe em presença desta coisa que vai ser, para a história dos séculos XVIII, XIX e também XX, um elemento essencial (FOUCAULT, 2008b: 466)

A sociedade civil, portanto, pensada como uma tecnologia de poder que introduz um novo modo de conceber a população, que não seria mais apenas uma coleção de súditos, mas algo cuja gestão (por meio da medicina social, da demografia) deveria ser assegurada. A partir daí, tal gestão passaria a se dar por meio do dispositivo de segurança, entendido como um conjunto de intervenções voltadas à manutenção de um meio aonde circulam livremente os fenômenos naturais (a criminalidade, a flutuação de preços, equilíbrio populacional). A liberdade se torna, assim, um elemento essencial a esta governamentalidade: “Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve” (Idem: 475). Mais especificamente, em cada lugar o dispositivo de segurança tenderia a se ampliar perpetuamente (num movimento centrífugo), isto é, não se buscaria através dele “cortar o mal pela raiz”, acabar com o problema, mas assumir a sua naturalidade, deixando-o existir ao lado de outros fenômenos. Ao contrário do dispositivo disciplinar, a segurança não buscaria regulamentar todas as relações, mas intervir em um *meio* em que circulam efeitos e causas, atingindo não os sujeitos de direito, mas a população. Atravessando toda esta transformação da razão de Estado, teríamos a polícia como elemento repressor nessa gestão da população/meio. Configurando-se como hoje a conhecemos, seu papel passaria a ser o de impedir a produção de desordens.

No contexto da transição democrática brasileira, tomando o desenvolvimento da sociedade civil como sua missão, os intelectuais imputaram a ela uma dupla missão. Em primeiro lugar, diante da expansão dos movimentos sociais e das pressões dos grupos minoritários por mais direitos, caberia à sociedade civil a filtragem e proposição destes

direitos, servindo como ponte entre as reivindicações da população e as disputas internas do jogo político-partidário. Em segundo lugar, tendo por objetivo a superação da ditadura, mas também dos esquemas nacionalistas e desenvolvimentistas, eles convergiram para a defesa unânime do Estado de direito (“governado” pela Constituição), apontando para a necessidade reduzir as atribuições do poder Executivo.

Entendido em oposição ao Estado de polícia (medieval) e aos sistemas despóticos, segundo Foucault (2008a) o *Estado de direito* aparece – teorizado por alemães e ingleses entre os séculos XVIII e XIX – como o Estado dentro do qual “o poder público age no âmbito da lei e não pode agir senão no âmbito da lei” (FOUCAULT, 2008: 233). Estado no qual, portanto, vemos o poder público sendo enquadrado e limitado pela lei: existem os atos de soberania, assim como existem as decisões que cabem ao poder público. *Rule of law*, “império da lei”, em uma sentença. Porém, além da limitação dos poderes do Estado, no Estado de direito os cidadãos teriam condições de lançar recursos contra o poder público na justiça ordinária. Nas palavras de Foucault, “é a partir daí que os liberais vão tentar definir o que seria a maneira de renovar o capitalismo. E essa maneira de renovar o capitalismo seria introduzir os princípios gerais do Estado de direito na legislação econômica” (FOUCAULT, 2008a: 235).

Associando a planificação econômica ao terror do totalitarismo – especialmente do nazismo e no socialismo – no contexto do século XX, esta ideia de transplantar os princípios do Estado de direito para a economia, por meio de Friedrich Hayek, se expandiria, passando a servir de crítica especialmente aos planos de intervenção dos Estados democráticos (o *welfare-state*). Qualquer que fosse o regime político, entendia-se que o Estado não deveria se constituir em espaço de domínio dos processos econômicos. Não caberia a ele estabelecer finalidades, metas ou fins econômicos; não caberia a ele corrigir, suspender ou tomar qualquer decisão acerca da economia. Dentro da lógica de mercado, os indivíduos é que teriam de decidir sobre suas atividades e planos. Com relação à ordem econômica, caberia ao Estado simplesmente “definir uma moldura dentro da qual cada um dos agentes econômicos poderá decidir com toda liberdade, na medida em que, justamente, cada agente saberá que o quadro legal que está fixado para a sua ação não será alterado” (Idem: 237). Assim, restringindo-se à função de prestador de regras do jogo econômico, as empresas seriam as grandes jogadoras: “um jogo de empresas regulado no interior de uma moldura jurídico-institucional garantida pelo

Estado: é essa a forma geral do que deve ser o quadro institucional de um capitalismo renovado” (Idem: 238).

Diante desta necessidade de libertar a economia do Estado, limitando as ações deste sobre a primeira, o princípio da liberdade econômica passaria a servir como fator legitimador das ações do Estado. Ao crescimento econômico corresponderia certa produção de soberania política, de certa legitimidade ao exercício político. Assim, enquanto criadora de direito público, à liberdade econômica também corresponderia a produção de um “consenso permanente, um consenso permanente de todos os que podem aparecer como agentes no interior, dentro desses processos econômicos. Agentes como investidores, agentes como operários, agentes como empresários, agentes como sindicatos” (Idem: 114-115). Todos, portanto, incluídos às benesses trazidas pela liberdade econômica, pelo livre-mercado nesse capitalismo renovado, enfim, pela racionalidade neoliberal.

Se no Brasil a ditadura civil-militar havia significado a suspensão de direitos e liberdade, além da recessão pela continuidade da planificação econômica (vide os Planos Nacionais de Desenvolvimento dos militares), a partir daí entendemos o alastramento, marcado nos anos 1980, de debates cada vez mais centrados em pensar a especificidade das instituições de Estado, sua ocupação, funções, limites, legitimidade. Nesse sentido, como apontam Tavares e Oliveira (2016), faz sentido que, a partir dali, as Ciências Políticas tenham cada vez mais se concentrado nos estudos sobre o Estado, a democracia e, dentro deles “os partidos, grupos de interesse, classes, gêneros e etnias [...] [as] relações entre poderes, sistemas eleitorais e desenhos institucionais” (TAVARES, OLIVEIRA: 2016: 20). Trata-se, pois, de dissecar o espaço e o regime, de compreendê-los em suas minúcias, para daí extrair de ambos a maior eficácia possível. Na análise dos autores, em segundo lugar viriam os estudos sobre participação social, “os mecanismos de democracia participativa que permitem aos cidadãos direta ou mais próxima atuação nos processos decisórios públicos” (Idem: 23). Nesse sentido, diante de um século marcado por centralizações e projetos de desenvolvimento, a ativação da sociedade civil se faria necessária, tanto para a proposição de direitos quanto para a proteção do regime de concorrência.

Formados ou influenciados pela Ciência Política estadunidense, a centralização de sua agenda política e acadêmica na democracia também se explicaria, nas palavras de

Lessa (2011), na medida em que ali a missão a ser cumprida ultrapassava o desenvolvimento de uma cultura intelectual. Tratava-se, em verdade, da difusão de um modelo civilizatório pautado pelos princípios do que Bourdieu (2003) chamou de o “imperialismo do universal estadunidense”. Como libertador, o imperialismo do universal coloca-se como o (melhor) modelo a ser seguido: se a França o havia disseminado por meio de seu modelo de revolução, os EUA haviam ecoado o seu modelo por meio da democracia:

em sua forma norte-americana, a força do imperialismo do universal evidentemente está na Constituição, no Congresso, na unidade dentro do pluralismo, etc., e quando os Estados Unidos reivindicam o universalismo político, isso lhes é concedido de bom grado. Mas eles também reivindicam, há um certo tempo, e com algum sucesso, a universalidade cultural (BOURDIEU, 2003: 16).

Transformada em categoria inquestionável ao longo das últimas cinco décadas, a democracia viu, nos últimos anos, uma profusão de esforços no sentido de renová-la, melhorá-la, atualizá-la. Esforços dispendidos por intelectuais das mais variadas áreas, linhas de pensamento, idades, gêneros, países. É como se todos, especialmente aqueles ligados às Ciências Sociais, estivessem nessa corrida sem ponto de chegada para ver quem a analisa de forma mais microscópica. No entanto, a provocação que nos moveu desde o início foi: “será mesmo que nós, enquanto intelectuais, do alto de nossos conhecimentos, não somos capazes de pensar uma vida que vá para além da defesa da democracia liberal (com suas instituições, consensos, apaziguamentos, participações e direitos), em espaços que nos levem para fora e além do Estado?”, “por quanto tempo seguiremos presos a esta sociabilidade, a esta representatividade, a esta legalidade, a estes costumes e tradições que nos empurram, se não para uma falsa liberdade, para uma que se constitui a partir do âmbito privado, do consumo, da segurança, dos direitos e da produtividade?”. Sim, a democracia é preferível à ditadura. É preciso dizer que impressiona como até hoje se gasta saliva e tinta para buscar alternativas aos resultados das eleições, aos demagogos, à corrupção, à polícia, enfim, ao Estado, quando, há mais de cem anos, Malatesta alertava:

Não somos a favor da democracia, entre outras razões porque, cedo ou tarde, ela conduz à guerra e à ditadura; também não somos pela ditadura, entre outras razões porque a ditadura faz desejar a democracia, provoca seu retorno e tende assim a perpetuar esta oscilação da sociedade humana entre uma franca e brutal tirania e uma pretensa liberdade, falsa e mentirosa (MALATESTA, 2008: 138).

Os intelectuais brasileiros aqui traçados estão presentes na Constituição de 1988, assim como na consolidação de uma sociedade civil organizada que deseja o Estado de direito. Mas isso não é tudo, nem o todo. Eles são a institucionalização da diferença na unidade pluralista, na consolidação de direitos e identidades, na crença que nada existe além da democracia. Mas esta é uma questão contínua para a história das problematizações.

referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de (1982). “Crise e Transição: Uma Interpretação do Momento Político Nacional”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, pp. 307-329.
- _____. (1988). “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, pp. 5-34.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (2016). *Biografia: Cassiano Ricardo*. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/cassiano-ricardo/biografia>>. Acessado em 02 de abril de 2020.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1981). “Os democratas no fio da navalha”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.1, pp. 37-44.
- _____. (1983). “É tempo de novos direitos”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n.6, p.1.
- ALMEIDA, Maria H.T. de; OLIVEIRA, Eliezer de; WEFFORT, Francisco (1987). “Debate: O que esperar da Constituinte?”. *Lua Nova*, v.3, n.4, pp. 9-33.
- ANDRADE, Régis de Castro (1988). “Pacto Democrático, Negociação e Autoridade”. *Lua Nova*, v.4, n.2, pp. 7-16.
- ARAÚJO, Rejane ([1997]). *DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda*. Disponível em < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>>. Acessado em 20 de junho de 2020.
- ARINOS, Afonso et al. (1987). “O Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais”. *R. C. pol.*, Rio de Janeiro, n. 30, pp. 102-135.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS (2016). *Anpocs 40 ANOS P3 Welfort*. Francisco Welfort (entrevistado), Emília Pietrafesa de Godoi (entrevistadora). 38min. 44s., Sonoro, Gravação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QWsvelyEHJA>>. Acessado em 07 de novembro de 2016.
- BASTOS, Marcus Vinícius Fernandes (2015). *A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e a Assembleia Nacional Constituinte: um ensaio de interpretação histórica*. 2015. 79 f. Monografia (Bacharelado) – Universidade de Brasília, Brasília.
- BAVA, Silvio Angrisani Caccia (1984). “Os Conselhos e a participação dos trabalhadores”. *Lua Nova*, v.1, n.2, pp. 97-99.
- _____. (1987). “A Nova República e os movimentos dos trabalhadores”. *Lua Nova*, vol.3, n.3, pp. 51-53.
- BOBBIO, Norberto (1987). “Reformismo, Socialismo e Igualdade”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.3, n.19, pp. 12-25.
- BOSCHI, Renato (1986). “A Abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.1, s/p.
- BOSI, Alfredo (1986). “A educação e a cultura nas constituições brasileiras”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.14, pp. 62-67.
- _____. (1992). “A arqueologia do Estado-providência” in *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 273-307.

- BOSSUET, Jacques (1987). “Política retirada da Sagrada Escritura”. In: *Historia de las Civilizaciones*. Madri: Akal Ediciones.
- BOURDIEU, Pierre (1983). “O campo científico”. In: *Pierre Bourdieu – Sociologia*. Florestan Fernandes (coord.). Renato Ortiz (org.). Paula Montero (trad.). São Paulo: Ática, pp. 122-155.
- _____. (2003). “Dois imperialismos do Universal”. In: *Repensar os Estados Unidos: por uma Sociologia do superpoder*. Daniel Lins, Loic Wacquant (orgs.). Rachel Gutiérrez (trad.). Campinas (SP): Papirus, pp. 13-20.
- _____. (2004). “O campo intelectual: um mundo à parte”. In: *Coisas ditas*. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim (trad.). Paula Montero (revisão técnica). São Paulo: Brasiliense, pp. 169-180.
- _____. (2004a). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Denice Barabara Catani (trad.). São Paulo: Editora UNESP.
- BRAGA, Suelly ([1997]). *Estado Novo*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- BRAGA, Virna Ligia Fernandes (2008). “Intelectuais Estadonovistas e a Construção do Estado Nacional”. *Virtú, Juiz de Fora*, v. 2, pp. 1-13. Disponível em: www.virtu.ufjf.br/artigo%207a11.pdf. Acessado em 07 de abril de 2018.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados.
- _____. (s/d.). *Diários da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/prepara.asp?selDataIni=02/02/1987&selDataFim=05/10/1988&opcao=1&selCodColecaoCsv=R>>. Acessado em 23 de outubro de 2017.
- _____. (1987). *Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento_interno_anc>. Acessado em 23 de outubro de 2017.
- _____. (s/d.). *Comissões e Subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes>. Acessado em 23 de outubro de 2017.
- _____. (1989). “A crise da ‘Nova República’”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.23, pp. 85-101.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1984). “A Democracia na América Latina”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.3, n.10, pp. 45-56.
- _____. (1985). “A agenda da transição”. *Lua Nova*, v.2, n.2, pp. 7-9.
- _____. (1985a). *A Democracia Necessária*. Campinas (SP): Papirus.
- _____. (1988). “Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática”. In: *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.). Ana Luíza Pinheiro (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 443-482.
- CARDOSO, Hamilton; MOISÉS, José Álvaro (1984). “A transição e os atores”. *Lua Nova*, v.1, n.2, pp. 7-18.

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite (1988). “Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.20, pp. 74-80.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (2007). “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. *RBCS*. São Paulo, v. 22, n. 65, pp. 17-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17 de agosto de 2020.
- CANEDO, Leticia Bicalho (2015). “A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos *program officers* e dos beneficiários brasileiro para a construção de novos modelos científicos”. In: *Social Sciences and Humanities in the Changing North-South Relations*. INTERCO-SSH, Córdoba, [no prelo]. Tradução de Leticia Bicalho Canedo. Disponível em: <<https://leticiabcanedo.wordpress.com/2016/04/25/a-fundacao-ford-e-as-ciencias-sociais-no-brasil-o-papel-dos-program-officers-e-dos-beneficiarios-brasileiros-para-a-construcao-de-novos-modelos-cientificos/>>. Acessado em 12 de abril de 2017.
- CHAVES, Luís Guilherme Bacellar ([1997]a). *Verbete – AMARAL, AZEVEDO DO*. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>>. Acessado em 02 de março de 2020.
- CHAVES, Wanderson (2009). “Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal-democrata: o Relatório Gaither e a agenda de política internacional da Fundação Ford”. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 2. Disponível em: <<http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/185/121>>. Acessado em 07 de novembro de 2016.
- CHRISPIM, Airton Souza (2009). “Intelectuais católicos no século XX: os mais ativos no Brasil”. *Cadernos de Pós-graduação*, v.8, pp. 107-120. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/2093/1571>>. Acessado em 01 de outubro de 2020.
- COELHO, Kamilla Kristina Sousa França (2011). “A representação e o real em Michel Foucault”. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, Jataí (GO), v.3, n.1, pp 89-105.
- COLOMBO, Eduardo (2016). *Democracia e poder: a escamoteação da vontade*. Plínio Augusto Coelho (org. e trad.). São Paulo: Intermezzo Editorial.
- CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL ([1997]). *A Era Vargas – 1º tempo – dos anos 20 aos 1945*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>>. Acessado em 02 de março de 2020.
- _____. (sem data). *Memórias das Ciências Sociais no Brasil*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/lista>>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MATINS, Carlos Estevam (2008). “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura’”. In: *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. Bernardo Sojr e Maria Hermínia Tavares de Almeida (org.). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp.8-90.
- DAHL, Robert A. (2005). *Poliarquia: Participação e Oposição*. Fernando Limongi (prefácio). Celso Mauro Paciomik (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DALLARI, Dalmo de Abreu (1984). “Ser cidadão”. *Lua Nova*, v.1, n.2, pp. 61-64.
- DINIZ, Eli (1985). “A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.3, pp. 329-345.

- DURHAM, Eunice Ribeiro (1984). “Movimentos sociais: a construção da cidadania”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.3, n.10, pp. 24-30.
- FAORO, Raymundo (1985). “A democracia que teremos”. *Lua Nova*, v.2, n.1, pp. 7-11.
- FAUSTO, Boris (2001). *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FERNANDES, Florestan (1988). *O Processo Constituinte*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.
- FERREIRA, Delson (2001). *Nacionalismo, Política e Democracia na Obra de Néelson Werneck Sodré*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, p.168. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10813/DissDFnp.pdf?sequence=1>>. Acessado em 28 de julho de 2021.
- FERREIRA, Marieta de Moraes ([1997]). *A reforma ministerial e a ascensão de João Goulart*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ReformaMinisterial>>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; CHEIBUB, José Antônio Borges (1982). “A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando – inventário de um debate”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.14, pp. 29-61.
- FILHO, José dos Reis Santos (1987). “Constituinte: a questão agrária”. *Lua Nova*, v.3, n.4, pp. 34-37.
- FORJAZ, Maria Cecília (1978). “Coronelismo, enxada e voto – **Resenha Bibliográfica**”. *Rev. adm. empres.*, 18 (1), Mar. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901978000100016>>. Acessado em 27 de julho de 2021.
- _____. (1997). “A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, nº 35. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007>. Acessado em 05 de maio de 2017.
- FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Raquel Ramallete (trad.). Petrópolis (RJ): Vozes, 288p.
- _____. (2008a). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008b). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (197-78)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2010). “Crise da medicina ou crise da antimedicina”. Heliana Conde (trad.). *Verve*, 18, pp. 167-194.
- _____. (2013). “Michel Foucault: a Segurança e o Estado”. In: *Ditos e Escritos VI*. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2014a). *Microfísica do poder*. Roberto Machado (org.). Tradução de Lilian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2014b). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.

- _____. (2015a). “1977 – Poder e saber”. In: *Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*. Manoel Barros da Motta (Org.). Vera Lucia Avellar Ribeiro (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 218-235.
- _____. (2015b). “‘*Omnes et Singulatim*’: uma Crítica da Razão Política”. In: *Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*. Manoel Barros da Motta (org.). Vera Lucia Avellar Ribeiro (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 348-378.
- _____. (2016). “As ciências humanas”. In: *As palavras e as coisas*. Salma Tannus Muchail (trad.). São Paulo: Martins Fontes, pp. 475-536.
- FRANCO, Rolando (1983). “Revendo o autoritarismo, repensando a democracia”. Wanda Caldeira Brant (trad.). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.6, n.2, pp. 52-60.
- FREIRE, Américo ([1997a]). *Redemocratização e eleições de 1945*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- _____. ([1997b]). *A constituição de 1946*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo (2009). “Procurando o Centrão: Direita e Esquerda na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88”. Concurso ANPOCS-FUNDAÇÃO FORD: Melhores trabalhos sobre a Constituição de 1988. Disponível em: < http://neci.fflch.usp.br/sites/neci.fflch.usp.br/files/freitas-moura-medeiros_2009.pdf>. Acessado em 22 de outubro de 2017.
- GAC - GRUPO ANARQUISTAS COORDINADOS (2013). *Contra la democracia*. Disponível em: <<http://anarcopunk.org/v1/wp-content/uploads/2018/03/Contra-a-Democracia-GAC.pdf>>. Acessado em 21 de setembro de 2020.
- GARCIA, Marco Aurélio (1985). “A transição e a Constituinte”. *Lua Nova*, v.1, n.4, pp. 16-20.
- GARCIA, Marília (1984). “A difícil legitimidade: as constituintes em nossa história”. *Lua Nova*, v.1, n.3, pp. 7-11.
- GERALDO, Endrica (1998). “Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-19510)”. *Cad. AEL*, n. 8/9, pp. 165-192. Disponível em < <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/acl/article/view/2474/1884>>. Acessado em 04 de outubro de 2020.
- GIANNOTTI, José Arthur (1985). “Democracia em obras”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.11, s/p.
- GOMES, Fabrício Augusto Souza (2012). “Trajetória e biografias: os itinerários intelectuais de Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto”. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*, Rio de Janeiro, pp.1-14. Disponível em: < http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338215457_ARQUIVO_ANPUH2012-FABRICIO4.pdf >. Acessado em 28 de julho de 2021.
- GUILHOT, Nicolas (2003). “Os profissionais da democracia em ação”. In: *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. Daniel Lins, Loic Wacquant (orgs.). Tradução de Rachel Gutiérrez. Campinas (SP): Papirus, pp. 209-238.
- GUIMARÃES, José Luís (2000). “A trajetória intelectual de Celso Furtado”. In: *Celso Furtado e o Brasil*. Maria da Conceição Tavares (org.). São Paulo: Editora Perseu Abramo, pp. 15-32.

- HIRSHMAN, Albert O. (1986). “A Democracia na América Latina: dilemas”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n.15, pp. 85-88.
- IANNI, Octavio (1988). “Raízes da Antidemocracia na América Latina”. *Lua Nova*, v.4, n.2, pp. 17-22.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis (2005). “A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte”. *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16 (1), pp. 171-196.
- JACOBI, Pedro (1986). “A cidade e os cidadãos”. *Lua Nova*, v.2, n.4, pp. 7-11.
- JAGUARIBE, Hélio (1987). “Constituinte: regime do poder e da sociedade”. *Lua Nova*, v.4, n.1, pp. 42-46.
- KINZO, Maria D’Alva Gil (1990). “O quadro partidário e a Constituinte”. In: *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Bolivar Lamounier (org.). São Paulo: Sumaré, pp. 105-134.
- _____ (2001). “A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, pp. 3-12.
- LAGO, Laurenio (2001). **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001**. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal.
- LAMARÃO, Sérgio ([1997a]). *O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- _____ ([1997b]). *De norte a sul do Brasil – a caravana do candidato Vargas*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/CaravanaVargas>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- LAMOUNIER, Bolivar (1977). “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – vol. 2*. Boris Fausto (org.). São Paulo: Difel.
- _____ (1982). “A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico”. In: *A ciência política nos anos 80*. Bolívar Lamounier (org.). Brasília: Ed. UnB, pp. 407-433.
- _____ (1987). “Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.2, n.4, s/p.
- _____ (1988). “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. In: *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.). Ana Luíza Pinheiro (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 83-134.
- _____ (org.) (1990). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré.
- _____ (1990a). “Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor”. In: *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Bolivar Lamounier (org.). São Paulo: Sumaré, pp. 13-35.
- LAMOUNEIR, Bolivar; KINZO, Maria D’Alva Gil (1978). “Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil – 1945-1978”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n.5, pp.117-139.

- LECHNER, Norbert (1985). “Pacto social nos processos de democratização: a experiência latino-americana”. Lúcia Nagib (trad.). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.3, n.13, pp. 29-44.
- _____ (1988). “Responde a Democracia à busca de certeza?”. *Lua Nova*, v.4, n.2, pp. 23-37.
- LEHMANN, David (1986). “FHCardoso: da dependência à democracia”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.14, pp. 31-36.
- LESSA, Renato (2011). “Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 82, pp.17-60. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a03n82.pdf>>. Acessado em 13 de junho de 2017.
- _____ (org.) (2010). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: Anpocs.
- LEURENROTH, Edgard (2002). “Por que os anarquistas não aceitam a ação político-eleitoral”. *Verve*, n.2, pp.10-19.
- _____ (2017). “A greve de 1917”. *Verve*, n. 31, pp. 49-61. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/37005/25235>>. Acessado em 04 de outubro de 2020.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.) (2015). *Visões da obra de Hélio Jaguaribe*. Brasília: FUNAG. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1114-NOVO%20PROJETO_Vis%C3%B5es%20sobre%20a%20obra%20de%20H%C3%A9lio%20Jaguaribe%20\(28-04-15\).pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1114-NOVO%20PROJETO_Vis%C3%B5es%20sobre%20a%20obra%20de%20H%C3%A9lio%20Jaguaribe%20(28-04-15).pdf)>. Acessado em 28 de julho de 2021.
- LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FREITAS, Andrea (2016). “Da sociologia política ao (neo) institucionalismo: trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil”. In: *Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Leonardo Avritzer, Carlos R. S. Milani e Maria do Socorro Braga (orgs.). Rio de Janeiro: FGV Editora, no prelo. Disponível em: <https://www.academia.edu/15209689/DA_SOCIOLOGIA_POL%C3%8DTICA_AO_NEO_INSTITUCIONALISMO_TRINTA_ANOS_QUE_MUDARAM_A_CI%C3%8ANCIA_POL%C3%8DTICA_NO_BRASIL>. Acessado em 12 de junho de 2017.
- LOCASTRE, Aline Vanessa (2020). “A OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940-1945)”. In *O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos*. Wilson de Oliveira Neto (org.). Joinville (SC): Editora Univille, pp.53-67.
- LOPREATO, Christina Roquette (2003). “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil”. *Verve*, n.3, pp. 75-91. Disponível em <file:///C:/Users/User/Desktop/4922-11724-1-SM.pdf>. Acessado em 04 de outubro de 2020.
- LUA NOVA (1988). “Documento: A transição política – necessidades e limites da negociação”. *Lua Nova*, v.4, n.2, pp. 100-110.
- LYRA, Rubens Pinto (1987). *Constituinte e Constituição: aspectos políticos-ideológicos do processo Constituinte*. João Pessoa: UFPB.
- MALATESTA, Errico (2008). *Escritos revolucionários*. Tradução e organização de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra.
- MARTINS, Luciano (1986). “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940”. *RBCS*, nº4, vol. 6, pp.1-23. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/04/rbcs04_06.pdf>. Acessado em 17 de agosto de 2020.

- MARTINEZ, Vinício Carrilho (2013). *Estado orgânico*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25281/estado-organico>>. Acessado em 01 de abril de 2020.
- MEDEIROS, Danilo Buscatto (2013). *Organizando maiorias, agregando preferências: a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MICELI, Sérgio (org.) (1989). *História das ciências sociais no Brasil* – vol. 1. São Paulo: Idesp/Vértice.
- _____ (org.) (1995). *História das ciências sociais no Brasil* – vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré/ FAPESP.
- _____ (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1981). “Carne e osso da elite política brasileira pós-1930”. In: *História Geral da Civilização brasileira* – Tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol. Sociedade e Política (1930-1964). Boris Fausto (org.). São Paulo: Difel.
- MOISÉS, José Álvaro (1985). “A constituinte é uma farsa?”. *Lua Nova*, v.2, n.3, pp. 7-13.
- _____ (1986). “Democracia e representação”. *Lua Nova*, n.2, v.4, sem página.
- MONTEIRO, Vitor José da Rocha (2010). *Do “Exército de Sombras” ao “Soldado-Cidadão”: Saúde, Recrutamento Militar e Identidade Nacional na Revista Nação Armada (1939-47)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6101>>. Acessado em 21 de junho de 2020.
- MOURA, Maria Lacerda de (2002). “A política não me interessa”. *Verve*, n. 10, pp. 231-235.
- MÜLLER, Geraldo (1986). “O não direito do não cidadão”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n.15, pp. 44-55.
- MUSSI, Daniela (2021). *Morreu hoje Francisco Weffort (2 de agosto de 2021)*. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/nota-de-falecimento-francisco-c--weffort---primeiro-diretor-presidente-do-cedec>>. Acessado em 25 de agosto de 2021.
- NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino (2020). *Jornal & Revista de trabalhadores: pensamento coletivo e indisciplina, experimentos e emergência de saberes anarquistas no Brasil (1907-1915)*. Campina Grande (PB): EDUFPG.
- NEVES, Margarida de Souza (2018). “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 11-41.
- NUNES, Edison (1984). “Constituinte: a favor ou contra? Por que e para quê?”. *Lua Nova*, v.1, n.3, pp. 12-15.
- _____ (1987). “Movimentos populares na transição inconclusa”. *Lua Nova*, v.4, n.1, pp. 87-94.
- OITICICA, José (2006). *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- OLIVEIRA, Francisco de (1984). “As decisões cruciais: democracia ou bestialização”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.1, n.8, p. 1.
- _____ (1985). “Além da transição, além da imaginação”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n. 12, pp. 2-15.

- PANDOLFI, Dulce Chaves ([1997]). *A Revolta Comunista de 1935*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>. Acessado em 20 de junho de 2020.
- PÉCAULT, Daniel (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1986). “O povo visto do altar: democracia ou demofilia?”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.3, n.16, pp. 66-80.
- PINTO, João Alberto da Costa. (2009). Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 - 1974). *História (São Paulo)*, 28(1), 445-482. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100016>.
- PORTO, Walter Costa (2008). “A Constituição de 1988”. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 45, n. 179, pp. 297-307.
- PRADO, Maria Emilia (2008). “Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60”. *HAOL*, Cádiz (Espanha), n. 15, pp. 19-27.
- PRZERWORSKI, Adam (1984). “Ama a incerteza e serás democrático”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.2, n.9, pp. 36-46.
- RAMOS, Alcides Freire (2006). “A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia (MG), v.3, n. 1, pp. 1-18.
- REAGAN, R. Inaugural address. The Public Papers of President Ronald W. Reagan. Ronald Reagan Presidential Library, 20 de janeiro de 1981a
- REALE, Miguel (1989). “Estrutura da Constituição de 1988”. *R. Dir. adm*, Rio de Janeiro, v. 175, pp. 1-8.
- REIS, Fábio Wanderley (1980). “O Grifo é Nosso: Academia, Democracia e Dependência”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, pp. 59-77.
- _____ (1986). “Constituição, pacto e poder”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.1, s/p.
- RODRIGUES, Edgard (2006). “José Oiticica: sua vida, sua obra, suas ideias”. In: *A doutrina ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Achiamé, pp.11-28.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1987). *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos Partidos e Deputados*. São Paulo: Maltese.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez (2003). *Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e a sua obra*. Disponível em: <<https://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm>>. Acessado em 02 de março de 2020.
- ROUQUIE, Alain; LAMOUNIER, Bolivar; SCHAVARZER, Jorge (orgs.) (1985). *Como Renascer as Democracias*. São Paulo: Brasiliense.
- SANTILI, Márcio (1986). “Poder econômico e Constituinte”. *Lua Nova*, v.3, n.2, pp. 7-11.
- SANTOS, Lin Israel Costa dos (2007). *Características e perspectivas do poder conclusivo das comissões permanentes da Câmara dos Deputados do Brasil*. 2007. 66 f. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), Brasília.

- SANTOS, Rogerio Dutra dos (2007). “Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 281-323. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582007000200003&script=sci_arttext&lng=pt>. Acessado em 17 de agosto de 2020.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1985). “O Estado e os direitos dos cidadãos”. *Lua Nova*, v.1, n.4, pp. 22-23.
- _____ (1986). “Transição em resumo: do passado recente ao futuro imediato”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.1, s/p.
- SILVA, Beatriz Coelho ([2009]). *Semana de Arte Moderna*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SEMANA%20DE%20ARTE%20MODERNA.pdf>>. Acessado em 17 de agosto de 2020.
- SILVA, Ricardo (2002). “Sociologia Política e ideologia autoritária”. *Política & Sociedade*, nº1, pp. 103-128. Disponível em < <file:///C:/Users/User/Desktop/4933-15611-1-PB.pdf>>. Acessado 17 de agosto de 2020.
- _____ (2008). “Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna”. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 238-269. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17 de agosto de 2020.
- SILVA, Roque Aparecido da; LEITE, Márcia de Paula (1987). “Constituinte: qual é o lugar dos sindicatos?”. *Lua Nova*, v.3, n.4, pp. 38-44.
- SKIDMORE, Thomas E. (1988). “A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985”. In: *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.). Ana Luíza Pinheiro (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 27-81.
- SORJ, Bernardo (1995). “Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil”. In: *História das Ciências Sociais no Brasil – volume 2*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, pp. 309-340.
- _____ (2001). *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar (1990). “A feitura da nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira”. In: *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Bolivar Lamounier (org.). São Paulo: Sumaré, pp. 81-104.
- SOUZA, Ricardo Luiz de (2005). Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias* [online]. n.13 [cited 2020-08-17], pp.302-323. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17 de setembro de 2020.
- STEPAN, Alfred (org.) (1988). *Democratizando o Brasil*. Ana Luíza Pinheiro (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1988a). “Introdução”. In: *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.). Ana Luíza Pinheiro (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-24.
- TAVARES, Francisco M. M.; OLIVEIRA, Caetano de (2016). “Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus projetos sócio-epistêmicos”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19. Brasília, pp. 11-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00011.pdf>>. Acessado em 02 de maio de 2017.

- TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; BAUMGARTEN, Máira (2005). “Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social”. *Sociologias*, Porto Alegre, nº 14, pp. 178-243. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5548/3160>>. Acessado em 14 de junho de 2017.
- TERNES, José (2004). “Foucault e o nascimento das ciências humanas”. *História Revista*, Goiânia, v.9, n.2, pp. 191-204
- TOLEDO, Caio Navarro de (1978). *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática.
- TÓTORA, Silvana Maria Corrêa (1998). *A questão democrática: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro da década de 1980*. 318 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- TOURAINÉ, Alain (1986). “As possibilidades da democracia na América Latina”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.1, n.1, s/p.
- TRINDADE, Hégio (1979). *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel.
- VIANNA, Luiz Werneck (1983). “O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.26, n.3, pp. 243-263.
- _____. (1984). “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.17, pp. 212-237.
- VIDAL, (1994). “Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo”. *Ver. Inst. Est. Bras*, São Paulo, v.37, pp. 35-51. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70733/73564>>. Acessado em 17 de agosto de 2020.
- WEFFORT, Francisco C. (1984). *Por que democracia?*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1988). “Por que democracia?”. In: *Democratizando o Brasil*. Alfred Stepan (org.). Ana Luíza Pinheiro (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 483-519.

ANEXO A – Eixos temáticos dos artigos selecionados para análise

Eixo temático	Autor(a) e artigo	Revista	Ano
<i>Abertura</i>	<u>Marcus Figueiredo; José Cheibub</u> “A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o quê, quando – inventário de um debate”	BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica	1982
	<u>J.A. Moisés; Hamilton Cardoso</u> “A transição e os atores”	Lua Nova	1984
	<u>F.H. Cardoso</u> “A agenda da transição”	Lua Nova	1985
	<u>Renato Boschi</u> “A Abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982”	RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais	1986
	<u>W.G. dos Santos</u> “Transição em resumo: do passado recente ao futuro imediato”	RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais	1986
	<u>Edison Nunes</u> “Movimentos populares na transição inconclusa”	Lua Nova	1987
	<u>LUA NOVA</u> “Documento: A transição política – necessidades e limites da negociação”	Lua Nova	1988
<i>Constituição</i>	<u>Marília Garcia</u> “A difícil legitimidade: as constituintes em nossa história”	Lua Nova	1984
	<u>Edison Nunes</u> “Constituinte: a favor ou contra?”	Lua Nova	1984
	<u>Marco A. Garcia</u> “A transição e a Constituinte”	Lua Nova	1985
	<u>J.A. Moisés</u> “A constituinte é uma farsa?”	Lua Nova	1985
	<u>F.W. Reis</u> “Constituição, pacto e poder”	RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais	1986
	<u>Márcio Santili</u> “Poder econômico e Constituinte”	Lua Nova	1986
	<u>Alfredo Bosi</u> “A educação e a cultura nas constituições brasileiras”	RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais	1986
	<u>Almeida; Oliveira; Weffort</u> “Debate – O que esperar da Constituinte?”	Lua Nova	1987
	<u>José Santos Filho</u> “Constituinte: a questão agrária”	Lua Nova	1987
	<u>Roque da Silva; Márcia Leite</u> “Constituinte: qual é o lugar dos sindicatos?”	Lua Nova	1987

	<u>H. Jaguaribe</u> “Constituinte: regime do poder e da sociedade”	Lua Nova	1987
<i>Democracia</i>	<u>Maria Hermínia T. de Almeida</u> “Os democratas no fio da navalha”	Novos Estudos CEBRAP	1981
	<u>Rolando Franco</u> “Revendo o autoritarismo, repensando a democracia”	Novos Estudos CEBRAP	1983
	<u>F. H. Cardoso</u> “A Democracia na América Latina”	Novos Estudos CEBRAP	1984
	<u>Francisco de Oliveira</u> “As decisões cruciais: democracia ou bestialização”	Novos Estudos CEBRAP	1984
	<u>Adam Przeworski</u> “Ama a incerteza e serás democrático”	Novos Estudos CEBRAP	1984
	<u>Raymundo Faoro</u> “A democracia que teremos”	Lua Nova	1985
	<u>J.A. Giannotti</u> “Democracia em obras”	Novos Estudos CEBRAP	1985
	<u>W.G. dos Santos</u> “O Estado e os direitos dos cidadãos”	Lua Nova	1985
	<u>Albert Hirshman</u> “A Democracia na América Latina: dilemas”	Novos Estudos CEBRAP	1986
	<u>Alain Touraine</u> “As possibilidades da democracia na América Latina”	RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais	1986
	<u>Bolívar Lamounier</u> “Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro”	RBCS Revista Brasileira de Ciências Sociais	1987
	<u>Régis Andrade</u> “Pacto democrático, negociação e autoridade”	Lua Nova	1988
	<u>O. Ianni</u> “Raízes da antidemocracia na América Latina”	Lua Nova	1988
	<u>Norbert Lechner</u> “Responde a democracia à busca de certeza?”	Lua Nova	1988
<i>Cidadania</i>	<u>M. D. G. Kinzo; B. Lamounier</u> “Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil – 1945- 1978”	BIB	1978
	<u>S. Caccia Bava</u> “Os Conselhos e a participação dos trabalhadores”	Lua Nova	1984

	<u>S. Caccia Bava</u> “A Nova República e os movimentos dos trabalhadores”	Lua Nova	1987
	<u>Eunice Durham</u> “Movimentos sociais: a construção da cidadania”	Novos Estudos CEBRAP	1984
	<u>Dalmo Dallari</u> “Ser cidadão”	Lua Nova	1984
	<u>Pedro Jacobi</u> “A cidade e os cidadãos”	Lua Nova	1986
	<u>Ruth Cardoso</u> “Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno”	Novos Estudos CEBRAP	1988

ANEXO B – Quadro síntese: visões de democracia dos autores estudados

Eixo	Autor(a)	Visão de democracia
<i>Competição política</i>	Bolivar Lamounier	Preocupação com os partidos políticos, seus métodos de seleção e ideologia. Para ganhar estabilidade, a nova democracia deveria tratar de equilibrar as disputas entre os Poderes Executivo e Legislativo, processo que em muito dependeria do fortalecimento do sistema partidário
	Francisco Weffort	Caberia à nova Constituição revisar a lei eleitoral para garantir aos partidos condições de financiamento e acesso à opinião pública, só assim eles poderiam se aproximar do público e, com isso, simultaneamente enfraquecer a lógica corporativista e fortalecer a democracia
	Maria D’Alva G. Kinzo	Métodos e seleção de partidos como instrumentos fundamentais à consolidação democrática.
	Marcus F. Figueiredo	Igualdade na garantia de oportunidades de ingresso na esfera política, fosse por meio do voto, de partidos, sindicatos e demais associações
	José Antônio B. Cheibub	Igualdade na garantia de oportunidades de ingresso na esfera política, fosse por meio

		do voto, de partidos, sindicatos e demais associações
	Adam Przeworski	Democracia dependeria do respeito às elites e às regras do jogo político-partidário
	Fábio Wanderley Reis	Para a defesa de um projeto maximalista de democracia, era preciso pensar os caminhos para se atingir a igualdade social; porém, também era preciso pensar na efetivação dos canais de participação popular
	Alfredo Bosi	Preocupação centrada no compromisso da ANC com o desenvolvimento da educação e da cultura no país
	Márcio Santilli	Necessidade de corrigir os processos eleitorais e desigualdade de acesso dos partidos aos meios de comunicação. Deposita grande esperança na capacidade da ANC de modernizar a legislação eleitoral. Todo o processo legal dependeria das denúncias vindas da sociedade civil organizada
	Eliezer R. de Oliveira	Democracia não se consolidaria enquanto a questão dos militares não fosse devidamente revista
	Roque Aparecido da Silva	Preocupação com a capacidade do novo sindicalismo em pressionar e influenciar os processos legais e institucionais em nível federal
	Márcia Leite	Preocupação com a capacidade do novo sindicalismo em pressionar e influenciar os processos legais e institucionais em nível federal
	Hélio Jaguaribe	Seria a grande tarefa da ANC abrir caminho à superação do subdesenvolvimento, promovendo políticas que almejassem a maior igualdade social
	José dos Reis Santos Filho	Olhar para as propostas da ANC para as questões agrárias do país
	Régis Andrade	Para dar conta do problema da falta de conexão entre o Estado e a sociedade,

		caberia aos partidos políticos consolidar laços de compromisso com seus eleitores
	Octavio Ianni	Diante do divórcio entre o Estado e a sociedade, caberia ao primeiro lidar com os insucessos socioculturais da revolução burguesa brasileira, permitindo que a população passasse a se reconhecer em “seu” Estado
	Ruth Cardoso	Estabilidade de democracia dependeria do ordenamento da alta burocracia e do estabelecimento de conexões entre as elites civis e partidárias.
<i>Participação</i>	Jose Álvaro Moisés	Olhando para as disputas internas à ANC, assim como para a eficácia dos mecanismos de representação, o sucesso da transição democrática passaria fundamentalmente pela capacidade dos diversos setores da sociedade civil em pressionar o Congresso.
	Rolando Franco	Participação ativa da sociedade civil, em diálogo constante com partidos e o Estado como fatores decisivos à consolidação democrática
	Silvio A. Caccia Bava	Construção de canais de participação direta da população na tomada de decisões (Conselhos Populares) como elemento fundamental à estabilidade democrática
	Marília Garcia	Participação da sociedade civil como fator decisivo para a consolidação da democracia (partidos e ANC também têm relevância no processo)
	Francisco de Oliveira	Necessidade de participação da população nos processos eleitorais
	Eunice R. Durham	Movimentos sociais deveriam se colocar como formas legítimas de participação
	Raymundo Faoro	Às forças democráticas inseridas no contexto institucional caberia a dupla tarefa de fortalecer o governo de Tancredo Neves, e construir as bases para a plena participação popular nos processos de decisão

	Renato Boschi	Necessidade de se pensar a democracia para além das instituições, focando na necessidade de redirecionar as associações de classe média para a crítica do regime militar e consequente defesa da democracia
	Pedro Jacobi	para garantir a fiscalização da administração pública, assim como a qualidade dos serviços urbanos, seria necessária a participação dos moradores em seus bairros e comunidades; quanto a isso, caberia às instituições assegurar a existência destes espaços, assim disseminando os valores do pluralismo e da igualdade
	Edison Nunes	Ampliação dos canais de participação como elemento crucial
<i>Intermediário</i>	Fernando Henrique Cardoso	O papel das instituições e das elites era entendido como de fundamental importância para limpar o entulho autoritário e recuperar a economia, junto da estabilização das instituições e a pressão dos movimentos populares, que fortaleceriam a nova democracia
	Maria Hermínia Tavares de Almeida	Necessidade de garantia dos direitos sociais visando a redução das desigualdades e o desenvolvimento econômico. Dentro do novo texto constitucional era preciso que fosse garantido o direito de organização dos assalariados, assim como a coerção de práticas antissindicalistas, com os intelectuais tendo papel fundamental no aprofundamento do debate público
	Wanderley Guilherme dos Santos	Grupos de pressão deveriam se organizar para pressionar o Estado a garantir serviços e infraestrutura de qualidade. Destes, esperava-se que, em um contexto de transição, assumissem uma postura menos individualista, visando a construção de um espaço público onde os diferentes segmentos levassem em consideração o bem-estar dos demais

	José Arthur Giannotti	Dentro do novo contexto, grupos de interesse deveriam buscar a diferenciação, para fazer avançar as negociações; movimento sociais tem papel fundamental neste processo
	Marco Aurélio Garcia	Sem participação popular, a ANC não teria sucesso, ao mesmo tempo, seria responsabilidade dela a construção de uma nova institucionalidade
	Alain Touraine	Para dar solidez aos regimes democráticos, caberia à sociedade disseminar os valores do pluralismo, da tolerância e do consenso, da defesa das instituições, da lei da maioria e da redução das desigualdades; porém, a força destes princípios só valeria se o Estado e os grupos sociais fossem capazes de combinar seus interesses
	Norbert Lechner	Para consolidar a democracia, um de dois caminhos: promover a aceitação cultural da incerteza, ou então o desenvolvimento de uma política que conferisse identidade à sociedade
<i>Outro</i>	Dalmo de Abreu Dallari	Defesa dos direitos humanos visando proteger a população de um Estado que a ameaçava
	Albert O. Hirshman	Necessidade de aceitação da incerteza enquanto condição do jogo democrático, dada por meio de mudanças na cultura política, nos hábitos mentais da população